

ABELTERIVM

REVISTA ONLINE DE ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA DO
MUNICÍPIO DE ALTER DO CHÃO

III



MAIO | 2017

ABELTERIVM

VOLUME III | MAIO | 2017

Título: Abelterium
Revista Online de Arqueologia e História
do Município de Alter do Chão

Propriedade e Edição: Município de Alter do Chão

Comissão Editorial: Jorge António
Luís Santos
Maria Cecília Rosalino

Periodicidade: Anual (Dia do Município)

Temas: Arqueologia e História

Concepção Gráfica e Paginação: Jorge António

Contactos: abelterium.revista@cm-alter-chao.pt
245 610 000 / 328

Textos: Diana Carvalho
Fátima Abraços
Filomena Barata
Miguel Portela

Agradecimento: Diana Carvalho

ISSN: 2183-3052

Nota: Todos os direitos reservados de acordo com
a legislação em vigor.

O Município de Alter do Chão respeita
integralmente os textos originais dos
autores pelo que os mesmos são da
exclusiva responsabilidade dos signatários.

Editorial	5
Joviano Martins Vitorino Presidente da Câmara Municipal de Alter do Chão	
Da religião e da magia em Roma. Um breve apontamento	9
Filomena Barata	
Os mosaicos romanos descontextualizados	37
Alguns exemplos em coleções de museus nacionais e estrangeiros	
Maria de Fátima Abraços	
Castro Laboreiro e o seu castelo. Contributo para o seu estudo	49
Diana Carvalho	
A livraria do extinto convento de Santo António da Sertã	75
Miguel Portela	
O concelho de Alter do Chão no início do século XX	97
Miguel Portela	
Breve estudo etnográfico sobre o núcleo familiar tradicional de	109
Castro Laboreiro	
Diana Carvalho	

“Com esta publicação afirmamos a nossa cultura e prestamos homenagem e memória a todos aqueles que em tempos remotos por aqui passaram.”

A revista ABELTERIVM é um espaço de divulgação de trabalhos de natureza científica dentro do campo de valorização do nosso Património Histórico e Arqueológico do Concelho de Alter do Chão. Foi criada para potenciar a ligação entre investigadores, técnicos e o Município com o objetivo de estudar, trabalhar e debater o nosso passado, a nossa história e todos os bens materiais e imateriais que dela fazem parte.

Num mundo de rápidas mudanças, também Alter do Chão se adaptou a elas, criando esta publicação online que permite que a nossa cultura possa chegar cada vez mais longe, apostando nas nossas raízes e em desafios que permitem um melhor conhecimento da nossa terra.

Destacaria que, apesar de estarmos no interior, de sermos uma terra pequena conseguimos desenvolver um grande projeto de defesa da nossa identidade, dando a Alter do Chão um estatuto de Museu Vivo de História! Com esta publicação afirmamos a nossa cultura e prestamos homenagem e memória a todos aqueles que em tempos remotos por aqui passaram.

Este é um projeto que deve continuar a ser potenciado porque além de dar a conhecer aspetos importantes da investigação do nosso povo e da nossa identidade, também permite que a história e a arqueologia se potenciem como pilar de valorização da terra e consequentemente de interesse turístico e cultural.

Joviano Martins Vitorino
Presidente da Câmara Municipal de Alter do Chão

DA RELIGIÃO E DA MAGIA EM ROMA

UM BREVE APONTAMENTO

Filomena Barata

(técnica superior do MNA, colaboradora do CIDHEUS, barata.filomena@gmail.com)

RESUMO:

Pretende-se fazer uma síntese sobre as complexas manifestações que tem a Religião Romana e as suas expressões na Lusitânia, através de testemunhos iconográficos e literários, tendo por base os inúmeros estudos sobre o tema e elementos recentes inéditos.

PALAVRAS-CHAVE:

Religião Romana, Magia em Roma.

ABSTRACT:

We intend to make a synthesis of the complex events that Roman religion and its different expressions had in Lusitania, especially through iconographic and literary evidences and based on numerous studies on the subject and unpublished recent elements.

KEY WORDS:

Roman Religion, Magic in Rome.

«Portanto, Roma, posta sob a protecção de tantos deuses (quem os poderá enumerar — indígenas e estrangeiros, celestes e terrestres, infernais e marinhos, deuses das fontes e dos rios, e, como diz Varrão, certos e incertos, e em todos os géneros de deuses, machos e fêmeas como os animais?), posta portanto sob a protecção de tantos deuses, Roma não poderia ter sido sacudida nem castigada por tão grandes e horríveis catástrofes, das quais, que muitas são, vou rememorar algumas, poucas. Realmente, com grande fumarada congregou, como a sinal dado, um tão exagerado número de deuses para a sua protecção».

Santo Agostinho, *Cidade de Deus*, Livro III, Capítulo XII.

Não é fácil falar da Religião Romana, pois nela coexistem tantas religiões: a do panteão oficial, grande

parte derivada da herança grega, mas também de origem etrusca, e todas as outras com que Roma coexistiu e adoptou para si, não podendo esquecer que Roma deve muita da sua aceitação, junto das populações que dominou, ao facto de ter conseguido esse sincretismo religioso. Temos assim os que se designam genericamente por *di indigetes*, divindades originárias do território de Roma e os *di novensides*, cuja origem é estrangeira, ou seja, deuses adoptados.

A religião em Roma tem uma multidão de divindades, muitas delas com carácter funcional, a quem se presta *devocio*, tentando assim obter os seus favores. Existiam os cultos domésticos (dirigidos pelo chefe de família) e os oficiais (regulamentados e dirigidos pelo Estado).

E, mundo mais complexo ainda, é o da magia, profundamente ligada à religião e que compreendia, tal

como nesta, um conjunto de cerimónias e rituais. Os Romanos acreditavam que, tal como os sacerdotes, os magos tinham uma relação privilegiada com os deuses. Muitas vezes esses magos evocavam divindades de outras regiões com que iam tomando contacto, e o nome de algumas foram inscritos em talismãs e amuletos.

Muitas vezes era evocado um conjunto de divindades, a exemplo de uma oração conhecida através de Apuleio, na sua obra «Asno de Ouro», sabendo-se que ele era iniciado também em várias religiões místicas e que foi mesmo acusado de práticas de magia.



Fig. 1: Gema mágica, gravada em ambas as faces. Lápis-lazuli, proveniente dos arredores de Borba ou de Estremoz. Paralelo actual: desconhecido. Séculos II-III d.C..

Podemos pois considerar que, já para o escritor Apuleio, nascido por volta de 114 e 125 d.C., na África sob domínio de Roma, tendo vivido entre os governos dos Imperadores Adriano (117-138 d.C.) e Marco Aurélio (161-180 d.C.), há efectivamente uma diferença entre magia e religião oficial, mas que segundo esse autor latino a sua prática não deveria ser punida, tanto mais que não vivem separadas. Em termos gerais, o que diferencia a magia da religião é a própria característica do poder que é atribuído ao mago. Enquanto para a

religião oficial, o religioso tem uma devoção aos seres sobrenaturais referenciados pela sociedade em votos, ritos e preces individuais ou colectivas, já o sistema mágico tem como finalidade uma espécie de auxílio divino através de ritos que obrigam os deuses a fazerem a vontade do mago, socorrendo-se, para o efeito de esconjuros, orações e sacrifícios.

Sagus é o mágico, adivinho, feiticeiro, que faz presságios e *saga* é mulher sábia, dos conhecimentos mágicos.

Na *Villa Romana* de Freiria, Cascais, foram referenciadas práticas mágicas com ossos de galinácio que nos foram dadas a conhecer por Guilherme

Face A: “Três figuras estantes, em posição frontal e com o rosto de perfil à esquerda, olhando para algo não visível na cena: no lado esquerdo da cena, uma figura masculina, com um bastão apoiado no sovaco (no qual se enrola uma serpente), pousa a mão direita sobre o que parece ser a cabeça de uma outra figura, de menores dimensões e apenas parcialmente visível, dada a mutilação do entalhe. Ocupando a posição central, uma figura feminina segurando na mão esquerda a pátera e na outra uma serpente. No lado direito da cena, uma figura masculina, vestindo uma túnica que lhe deixa um ombro a descoberto, tem também como atributo um bastão, no qual se enrola uma serpente. A seu lado, sobre a mesma linha de solo e voltado para ela, uma figura de menores dimensões, envolta num manto (?) e com um gorro na cabeça. Por baixo da linha de solo, um altar e sobre cada uma das três figuras principais, estrelas de oito pontas, intercaladas por uma inscrição em positivo, em caracteres gregos, onde pode ler-se: CICA IAW”.

“As figuras maiores são Esculápio, sua filha Hygieia-Salus e, provavelmente, um dos filhos de Esculápio (Podalirio ou Macoaon). A figura menor, ao lado de Esculápio, deverá ser o seu outro filho, Telesphoros, o deus da convalescença, que o acompanhava sempre.

A inscrição que sobrepõe as suas cabeças - CIC(G)A IAW - é uma invocação a Iaw (Iahwe), o deus único dos Judeus, que poderá traduzir-se por “olha para mim, Jahwe” (um pedido de escuta e de ajuda)”.

Face B: Inscrição mágica.

(Fotografia e comentário sobre a gema: Graça Cravinho)

Cardoso na obra que inúmeras vezes referiremos ao longo deste trabalho «Religiões da Lusitânia - Loquuntur Saxa».

Em Miróbriga, conhecemos dois casos de tacinhas cerâmicas contendo também ossos de galinácio, a que atribuímos um carácter fundacional e que foram objecto de publicação em “As Habitações de Miróbriga e os rituais fundacionais”.

Provenientes de Sardis, Turquia, foram recentemente encontrados exemplares de taças



Fig. 2: Tacinha invertida contendo ossos de galinácio, Miróbriga.

Fig. 3: Estatuetas de osso provenientes de Mérida, e da Villa romana de La Vega Badajoz (o fragmentado).

Fig. 4: Estátua de togado com *bulla*, proveniente da Escusa (Museu da Fundação da Ammaia). Tem sido atribuída a Britânico.



contendo oferendas e ovos, a que os arqueólogos da Universidade de Missouri atribuíram funções mágicas e apotropaicas, datáveis de 65 d.C..

Profundamente supersticiosa, a sociedade romana protegia-se com amuletos ou ídolos com carácter apotropaico, tendo em vista proteger quem o usava de espíritos malévolos. Com essa função foram também identificadas as figuras antropomórficas em osso, muito

comuns na Lusitânia, como o exemplar que se publica, proveniente da Rua de Sembrano, Beja, se bem que novos estudos apontem para uma associação ao culto de *Magna Mater* ou Cibele, que tinha grande aceitação a ocidente da Península Ibérica (Aranda Cisner *et alii*, 2012).

Lembramos que era muito normal o uso de talismãs. A *bulla* é um medalhão formado por duas

partes unidas e no seu interior guardava-se o amuleto contra o mau-olhado.

A *bullā* ou *Etruscum Aurum* tinha essa forma, porque se acreditava que o círculo tinha poderes mágicos, funcionando como um escudo protector contra a inveja, o mau olhado e as pragas. Este amuleto, *amuletum*, desempenhou um papel importante nos ritos de passagem da infância à idade adulta.

Mas muitos outros elementos eram usados com carácter apotropaico, a exemplo de pequenos objectos fálicos, figas, as cabeças de leão, como bem o refere Maria de Salette da Ponte em artigo que dedica ao tema (2002, pp. 269-272).

Também a representação da Medusa tinha carácter apotropaico, estando bastante bem atestado o seu uso, na Lusitânia. A Medusa era esse monstro de onde saíam serpentes da cabeça com poder de transformar em pedra todos aqueles que a olham directamente, fazia parte das Górgonas.

A mitologia grega referia a existência de três: Medusa, Esteno e Euríale. Ao contrário das outras duas, Medusa era mortal e, por isso, foi decapitada por Perseu. Este utilizou a sua cabeça como arma que foi oferecida à deusa Atena, pelo que aparece representada no escudo da divindade. É também por esse mesmo motivo que a imagem da cabeça da Medusa surge representada nos amuletos e mesmo nos escudos de alguns imperadores com carácter apotropaico, ou seja, protector.

Mas também os *clipei* têm um poder de amparo, protegendo os lugares das forças malignas e aparecem associados ao poder imperial divinizado, porque o escudo é, no fundo, uma representação do Universo de que o guerreiro se serve para opor o cosmos à força do inimigo. Conhecido é o escudo de Aquiles: “Hefesto cria nele uma decoração múltipla, fruto dos seus sábios

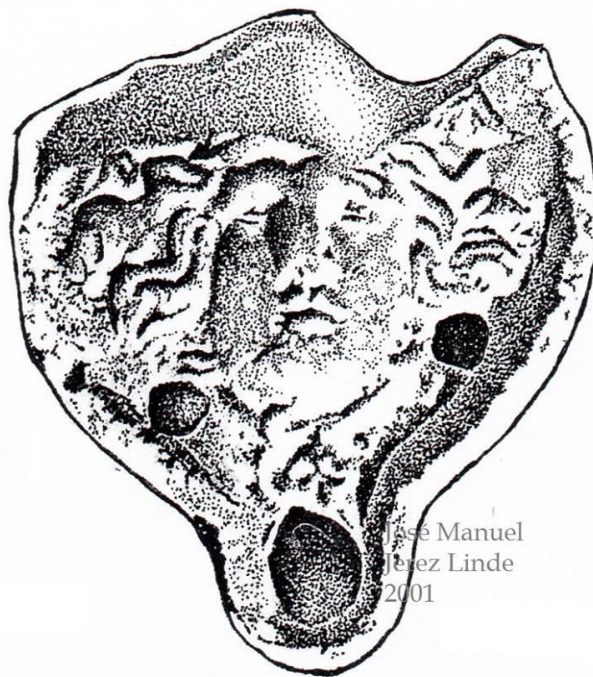


Fig. 5: Lucerna com representação de Medusa. MNAR (Mérida).
Desenho de José Manuel Jerez Linde.

pensamentos. Desenha nele a terra, o céu e o mar, o Sol infatigável e a Lua Cheia, bem como todos os astros que coroa o céu ... Desenha nele também duas cidades humanas, duas belas cidades. Numa delas vêm-se umas núpcias, uns festins ... Em volta da outra cidade acampam dois exércitos, cujos guerreiros brilham sob as suas armaduras. Os atacantes hesitam entre duas decisões: a destruição da cidade inteira, ou a partilha de todas as riquezas que a agradável cidade guarda dentro dos seus muros ...” (A *Iliada*, 18, v. 478-492; 508-512). Mas para além de campos, de vinhedos, de animais de pastagem, também coloca a «força

poderosa do rio Oceano, no bordo do sólido escudo».

Aproveitamos para destacar aqui uma peça sublime, a *Pátera da Lameira Larga*. Nela três personagens dominam a composição: Perseu que ocupa o lugar central, de espada empunhada e na direcção das Górgonas; Atena (*Minerva*), do lado esquerdo, e Hermes (*Mercúrio*), do lado direito.

Também deste lado, mas num lugar de menos destaque, estão representadas as três Górgonas, merecendo uma delas apenas uma representação muito ténue.

Os atributos dos deuses Atena e *Mercúrio* estão disseminados pela peça, situando-se, contudo, no lado correspondente de cada uma delas.

Uma oliveira, simbolizando a paz e o conhecimento, estende-se no lado esquerdo, por trás de Atena/*Minerva*, coroado por uma coruja, ave consagrada à deusa e símbolo da sabedoria e da razão. Esta ave assume também, do ponto de vista simbólico, o papel antagónico às forças do mal, materializado nas serpentes que nascem da cabeça das Górgonas, se bem que haja quem defenda que, tal como acontece com Eva, esses répteis não representem apenas as forças malditas e a libido, mas também o Saber, a Sabedoria, a



Fig. 6: Pátera da Lameira Larga. Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa.

vitalidade cósmica e primordial e, por isso, são condenados. Sem entrar em delongas, refira-se apenas que a própria Atena, deusa da Sabedoria, continua a ter nas mãos e no seu peito a serpente e que Esculápio a tem também como atributo, simbolizando a Eternidade através da Saúde, motivo, aliás, porque ainda hoje é o símbolo da medicina.

A oliveira sugere a árvore que a deusa oferecera, como narram alguns dos mitos, como um presente à cidade de Atenas, quando da sua fundação, pois Atena

para além de ter podido dar origem ao nome da cidade (ou ter a cidade adoptado a deusa como sua patrona, como sugerem outras interpretações) é também símbolo da vitalidade da *polis*, e protectora dos seus produtos agrícolas mais importantes, designadamente o azeite. Diz a mitologia que a oliveira se tornou na imagem de renovação para os gregos, especialmente depois da guerra com os persas, quando a antiga oliveira sagrada da acrópole, saqueada e incendiada pelos inimigos, voltou a brotar.

Por seu lado, a coruja que simboliza a clarividência, a reflexão que domina as trevas, é o símbolo do conhecimento.

Nesta pátera a única personagem representada no escudo é Perseu e não é visível a Medusa, o que confere a esta peça um carácter quase naïf. Outros factores acentuam estas características: Medusa é representada não em alto-relevo, como os restantes personagens, mas gravada, merecendo, mais do que tudo, um tratamento mais esfumado do que o herói espelhado. Isto pode dever-se ao facto de que das três Górgonas apenas uma é mortal, Medusa, e o autor da peça valeu-se desse artifício para tornar mais expressiva a representação mitológica.

Hermes/Mercúrio é o mensageiro de Zeus e dos deuses e protector dos viajantes, mercadores e ladrões, tem como atributo o capacete, o bastão e as sandálias aladas. Ao longo do tempo o seu mito foi extensamente ampliado, tornando-se patrono da ginástica, dos diplomatas, da astronomia, da eloquência, para além de ser o guia dos mortos para do reino de Hades. Com o domínio romano da Grécia Hermes foi assimilado ao deus Mercúrio.

Vasco Mantas dedica um estudo atento ao «Mundo Religioso dos Viajantes e Comerciantes», nas *Religiões da Lusitânia - Loquuntor Saxa*, bem como às inúmeras divindades que os Romanos invocavam a propósito das suas actividades, designadamente Hércules e o Hermes Grego que, em Roma, se denomina Mercúrio.

Hermes/Mercúrio pode também usar o capacete de Hades, o deus do mundo subterrâneo da mitologia grega, ou Plutão, na mitologia romana, que torna invisível quem o usa. É deste capacete - que também é símbolo da Morte - que Perseu se servirá para poder evadir-se depois da decapitação de Medusa. Neste mito Hermes desempenha portanto um papel fundamental como auxiliar de Perseu.

A espada é igualmente sua auxiliar, pois é com ela que ele mata Medusa e que consegue penetrar as escamas do corpo da Górgona. Segundo a mitologia, a Medusa estaria esperando um filho de Poseidon, deus dos mares, quando é morta pelo herói Perseu, e diz a lenda que, quando foi morta, o cavalo alado Pégaso e o gigante Crisaor surgiram do seu corpo.

Tanto Hermes como Perseu são representados na Pátera da Lameira Larga em nudez heróica, numa atitude marcadamente helenística, de exaltação dos poderes naturais.

A única peça de vestuário que apresentam é um manto sobre os ombros seguro com fíbula, sendo mais

nítido no caso de Perseu. Este empunha na mão direita a espada emprestada por Hades e usa o elmo que o torna invisível. Nos pés tem as asas que, por sua vez, Hermes lhe cedeu.

Em resumo, Perseu torna-se um herói com o auxílio de Atena, com o empréstimo do escudo espelhado, de Hermes, que lhe cedeu sandálias aladas, e ainda de Hades com o elmo de invisibilidade e uma espada. Na cabeça usa um barrete frígio, símbolo de virilidade.

O saco que muda de tamanho conforme o objecto que transporta, e que serve neste caso para levar a cabeça de Medusa, faz parte dos objectos que Perseu tem que utilizar. É possível que o manto que Perseu tem no dorso e que Hermes ajuda a segurar exerça também a função de saco, se bem que não seja muito clara a sua representação na pátera. Assim o herói cumpriu sua missão, matando a Górgona, apenas olhando para o seu inofensivo reflexo no escudo (se bem que, como já dissemos não seja visível a Medusa nesta pátera, tratando-se eventualmente de um lapso), evitando assim ser transformado em pedra e oferece a cabeça de Medusa a Atena.

Salientamos que alguns objectos representados na pátera são de difícil reconhecimento ou caracterização, tal como um de forma rectangular que está aos pés de Atena, mas que pode, contudo, tratar-se de uma *tabella* para escrever, embora não constituindo atributo das personagens representadas; outro por debaixo dos pés de Hermes, junto ao capacete, tem uma forma que se assemelha a um estilete, ou *stylus*, como a caracteriza José Cardim Ribeiro, ou talvez possa ser a bainha da espada que Perseu empunha.

As plantas que se encontram debaixo das Górgonas podiam ser dormideiras, pois é enquanto estão no efeito do sono, no interior da gruta onde habitam, que Perseu mata a Medusa.

O autor desta peça devia conhecer bem o mito grego, pois este tipo de iconografia mitológica foi comum no período imperial, fortemente marcado pela cultura helenística na sua fase inicial, embora se trate muito possivelmente de uma obra provincial. Encontra-se em pinturas, moedas, esculturas, cerâmicas e mosaicos.

Em Conímbriga, embora tratando-se de uma representação mais tardia, datando do último quartel do século II ou inícios do século III, há um mosaico com a mesma iconografia. Inscrita num círculo que serve de moldura a cena mitológica tem, não obstante, algumas diferenças: os elementos narrativos e simbólicos são menos e Perseu, usando o capacete alado, aparece com



Fig. 7: Mercúrio num vaso de Terra Sigillata Hispânica (Mérida).
Fotografia José Manuel Jérez Linde.



Fig. 8: Hermes estante, em posição frontal e olhando para a esquerda, cruzando a perna direita sobre a esquerda e apoiando o cotovelo direito numa coluna. Na sua mão direita, segura um prato sobreposto por uma cabeça de carneiro e na esquerda, descaída, a bolsa (*marsupio*). A seu lado, sob a mão direita, um galo (um dos animais que lhe estava associado). Fotografias e legenda: Graça Cravinho.

a cabeça de Medusa já cortada na mão. A espada que leva na mão é tratada quase como uma lança.

Relembremos ainda o papel apotropaico que tinham muitas estátuas e, designadamente, a representação de Hermes/Mercúrio que, antes de ser o protector dos comerciantes e viajantes, era um deus associado à fertilidade, sorte, estradas e fronteiras. Ao que parece o seu nome deriva da palavra *herma*, uma coluna quadrada ou retangular de pedra, terracota ou bronze.

«Os *Hermae* serviam como marcos de encruzilhadas e caminhos protegendo viajantes ou pastores, que posteriormente foram utilizados em jardins e casas particulares com a representação de Dionísios e do seu paredro *Ariadne*, agora relacionados sobretudo com cultos de fecundidade e protecção da natureza. O carácter bífrente destas peças simboliza (ainda) no âmbito das tradições esotéricas de cariz dionisiaco, a reunião dos opostos: masculino/feminino; dia/noite; Sol/Lua...

Daqui derivou a sua vulgarização como símbolo apotropaico, colocado nas casas como garante da fecundidade nascida da união dos contrários e, tão significativamente, nas encruzilhadas, onde a divergência dos destinos se torna momentaneamente convergente e uma.»¹

Na Religião oficial Júpiter - Zeus era o pai de todos os deuses, do dia, deus do céu, e com ele pertencem à Tríade Capitolina Juno e Minerva.

Substituem-se assim algumas divindades à Tríade primitiva constituída por Júpiter, Marte (deus da guerra) e Quirino (o rei Rómulo, o mitológico fundador de Roma); os etruscos inseriram o culto das deusas Minerva (deusa da inteligência e sabedoria) e Juno, a antiga Hera grega (rainha do céu e esposa de Júpiter).

No Período Republicano vemos surgir Ceres, havendo quem defenda que foi introduzida em Roma em 496 a. C. durante uma fome devastadora, quando os livros Sibílinos avisaram que se deveria adoptar a deusa grega Deméter, bem como Prosérpina (Perséfone) e Dionísio.

Deméter era na Mitologia Grega filha de Crono e de Reia e parece ter dado os primeiros grãos de trigo a Céleo de Elêusis.

É, portanto, a deusa do trigo, ao qual facilita a germinação, e das colheitas, de que assegura o amadurecimento.

Ceres surge-nos assim em Roma com amplos poderes: deusa da Terra, protectora das mulheres e dos partos, padroeira da natureza, era também a deusa das plantas que brotam (particularmente dos grãos) e do amor maternal.

¹ Segundo fichas de Catálogos de Escultura Romana do MNA, da autoria de José Luís de Matos e da Exposição "Religiões da Lusitânia" da autoria de José Cardim Ribeiro.

Compartia com Diana a protecção da Natureza, sendo esta última, filha de Júpiter e Latona, irmã de Febo, a deusa da caça e da lua. Diana tinha, por sua vez, os poderes da deusa Artemisa (ou Artémis), na mitologia grega, controlando todos os animais. Também era ótima arqueira, e, por isso, ajudava os caçadores.

Ceres, o nome romano da deusa grega Deméter, era filha de Saturno e Cibele, amante e irmã de Júpiter, irmã de Juno, Vesta, Neptuno e Plutão, e mãe de Prosérpina com Júpiter. Podia considerar-se a deusa — Mãe, protetora da Fertilidade, da agricultura, das sementes, dos cereais, dos grãos e seus derivados, a exemplo do pão. O seu próprio nome, cuja etimologia se liga ao verbo *crescere*, indicia os atributos da divindade. Era uma divindade muito cultuada em Roma que lhe dedicava, desde o século III a.C., um festival chamado *Cerealia*, ou «Ludi Cerialis», sendo tão querida entre Romanos que lhe ofereciam, para além dos referidos festivais, ovos, pela Primavera, e se dizia, quando se queria referir algo de esplêndido, «apropriado a Ceres». Esta deusa era representada com um cetro, um cesto de flores e frutos e tinha uma coroa com espigas de trigo, sendo celebrada por mulheres em rituais secretos, que são pouco conhecidos.

Os ovos oferecidos a Ceres representam, do ponto de vista simbólico, a vida, o germe, o renascimento, a renovação e a criação, motivo pelo que, desde Épocas remotas, com eles se presenteavam as pessoas. Há informações que nos fazem concluir que a festa de passagem do Inverno para a Primavera era comemorada entre povos europeus desde épocas mesmo muito remotas, designadamente na região do Mediterrâneo, a exemplo da Antiga Grécia.

O escritor Apuleio dedica-lhe uma especial oração, na sua obra «Asno de Ouro»:

“Rainha dos céus, ou tu sejas Ceres criadora, primeira mão dos frutos, que alegre com o achado da filha removeste o alimento da antiga bolota própria das feras, e ensinaste uma comida mais suave, e agora habitas o terreno de Elêusis; ou tu sejas a celeste Vénus, que na primeira origem das cousas ajuntaste os diferentes sexos gerando amor, e propagaste a espécie humana de eterna descendência, e agora és adorada no templo de Pafos que, rodeado de mar; ou sejas a irmã de Febo que, favorecendo o parto das mulheres com brandos remédios, tens dado à luz tantos povos, e agora és venerada nos sumptuosos templos de Éfeso; ou tu sejas Prosérpina,

horrível pelos uivos nocturnos, que reprimes com a triforme face os ímpetos dos espectros, e encerras os arcanos da terra e, vagueando por diversos bosques, és aplacada com diferentes modos de culto: tu que alumias os muros de todas as cidades com a tua feminina luz, que crias as alegres sementes com teu húmido fogo e esparges uma luz incerta segundo as revoluções do Sol: por qualquer nome, quaisquer ritos e debaixo de qualquer forma que, lícito invocar-te, tu me socorre agora em minha extrema calamidade, tu consolida minha forma desbaratada, tu dá-me paz e repouso depois de tão cruéis desgraças sofridas.”

E assim a menciona também Virgílio:

«Mas, antes de tudo, venera os deuses e oferece à magna Ceres os sacrifícios anuais devidos, celebrando-os nos prados ridentes, quando o inverno chegou ao ser termo e a primavera serena já se anuncia. Nessa ocasião estão nédios os cordeiros e os vinhos têm o melhor sabor; o sono é aprazível, e são densas as sombras nos montes. Adore Ceres, por tua intenção, toda a mocidade dos campos; diluam-se, em honra de Ceres, favos de mel em leite e doce vinho; que a vítima propiciadora dê três voltas aos trigos novos, e todo o alegre cortejo a acompanhe, invocando com clamores, para a tua casa, a protecção de Ceres; e que ninguém meta foice nos trigos maduros antes de, com a fonte cingida por uma grinalda de folhas de carvalho, ter honrado a deusa com singelas danças e com cânticos»

As Geórgicas de Vergílio, Ed. Sá da Costa, 1948. (vv 335-355).

Artémis / Diana, para além de ser a padroeira dos animais selvagens e da natureza, era a deusa da caça e protectora das mulheres e dos partos.

Em Santa Bárbara, Castro Verde, recolheram-se seis exemplares de lucernas com a representação de Artémis. Também nesse local apareceram dois exemplares de lucernas representado Sátiro, símbolo do poder vital da natureza.

Por sua vez, as representações de Sátiros são sempre parcialmente zoomórficas, fazendo os cornos do bode parte integrante das figurações. Pã, deus dos rebanhos e dos pastores, também filho de Hermes/Mercúrio, nasceu igualmente com cornos de bode e muito irrequieto. O Pânico que provoca a sua fealdade remete-nos às forças obscuras. Os Romanos identificaram esta divindade com Fauno, também com cornos e pés de bode (MAIA, 1997, p. 75).



Fig. 9: Pã estante voltado à direita, ligeiramente curvado para a frente, tocando uma longa flauta (monaulos). Cornalina em anel moderno. Séc. II d.C.. Coleção particular. Fotografia e comentário: Graça Cravinho.

Virgílio na sua obra didáctica sobre a agricultura, «As Geórgicas» que é um elogio da vida campestre, em harmonia com a natureza, símbolo da paz e da serenidade que se instala com a *Pax Romana* ao tempo do imperador Augusto, inicia o seu Livro I do seguinte modo:

«CANTEI!, até aqui, o amanhã dos campos e os astros do céu; cantar-te-ei a ti, Baco, e contigo as árvores silvestres e a prole da oliveira, lenta no crescer. Vem, ó pae Leneu! Tudo aqui está cheio dos teus dons; em tua honra floresce o campo, carregado de pâmpanos outonais, e a vindima espuma nos lagares atestados. Vem ó pae Leneu! Descalça os contornos e tinge comigo as pernas nuas no mosto novo! Antes de mais nada, direi que a natureza varia quanto modo por que cria as árvores. Na verdade, umas, sem intervenção humana, nascem espontaneamente, e cobrem ao longe os campos e as margens sinuosas dos rios, como o fime flexível, a branda giesta, o choupo, e os salgueiros brancos, coroados de verde folhagem; outros brotam da semente colocada pela mão do homem, como os altos castanheiros, o roble, que, sobranceiro às mais árvores, se veste de folhas em honra de Júpiter, e as carvalheiras que serviam de oráculos aos Gregos; a outras rebenta da raiz densa mata de pôlas, como sucede às ginjeiras e aos ulmeiros, e também ao loureiro do Parnaso, que, pequeno ainda, se desapega da vasta sombra da mãe. Tais são

os meios por que a natureza forma primitivamente as árvores: destarte verdeja toda a raça que povoa as florestas, os matagais de arbustos e os sagrados bosques»

(Virgílio, Livro II, ed. 1948: «As Geórgicas»).

Associada à Primavera, por sua vez, é a ninfa de origem latina Flora, derivando da palavra latina *flos* (flores).

Porque um novo ciclo começa com a entrada dessa estação, Flora surge ainda mencionada como deusa da fertilidade.

A *Floralia* era o festival romano realizado em honra à deusa Flora, para consagrar as florações da Primavera.

Sob a protecção do oráculo dos livros Sibilinos, em 238 a.C., foi construído um templo em honra de Flora, dedicado em 28 de abril. A *Floralia* foi instituída para pedir sua protecção, mas devido às más colheitas, as festas foram canceladas durante quase cem anos (de 240 a.C. a 173 a.C.).

Durante os festejos que lhe eram dedicados em Roma, atiravam-se sementes sobre a multidão para atrair a fertilidade e a abundância, situação em que podemos encontrar algum paralelismo no hábito de deitar arroz aos recém-casados.

Eram também sacrificadas ovelhas e ofertado mel e sementes de flores.

O mel era exactamente considerado um dos presentes que Flora tinha dado aos seres humanos, simbolizando a abelha a força feminina da natureza.

Flora foi inúmeras vezes associada a Deméter, Ártemis e Perséfone e o poeta Ovídio chega mesmo a relacioná-la com a mitologia grega, identificando-a com a ninfa grega *Cloris*, embora a origem da divindade seja itálica. Segundo a versão do Mito de Ovídio, um certo dia de primavera, Zéfiro, o vento oeste, avistou a ninfa *Cloris*, apaixonou-se por ela e transformou-a em Flora.

Como prova de seu amor, Zéfiro nomeou a sua amada como rainha das flores das árvores frutíferas e concedeu-lhe o poder de germinar as sementes das flores de cultivo e ornamentais, entre elas o cravo.

Cibele era considerada, por sua vez, a «Mãe dos Deuses», tendo mesmo sido referida pelo poeta trágico grego Sófocles (495 a.C. - 406 a.C.) como a «Mãe de Tudo».

Ao que se sabe o culto provém da Anatólia Ocidental e da Frigia, onde designada como "A Senhora do Monte Ida".

A montanha, a caverna, os ambientes rochosos são os ambientes escolhidos por essa Grande Mãe ou mesmo considerados a encarnação da Divindade.

Cibele era normalmente representada como uma mulher madura, coroada de flores, nomeadamente rosas, aliás as flores utilizadas para venerar os mortos, e espigas de cereais, símbolo da vida, trajando uma túnica multicolorida e com um molho de chaves na mão. Não admira, portanto, a sua associação a uma actividade como a panificação, como o selo que vos apresentamos, pertencente ao Museo Nacional de Arte Romano, Mérida.

Em algumas representações, ela aparece cercada por leões ou segurando nas mãos várias serpentes.

Cibele era a deusa dos mortos, da fertilidade, da vida selvagem, da agricultura e da Caçada Mística. Nos seus rituais eram usados pratos e tambores. Mas também era associada à Grande Mãe Primordial origem de toda vida, vegetal, animal e humana.

O culto de Cibele tornou-se tão popular que o senado romano, pese sua política de tolerância religiosa praticada, se viu forçado a proibir os rituais da deusa-mãe.

Tal como as deusas Perséfone e Deméter, Cibele pertencia à Religião dos Mistérios e os rituais que dedicados em sua honra eram celebradas à noite, uma vez que ela era considerada a Rainha da Noite. Era-lhe reconhecida uma profunda sabedoria, partilhada apenas com os seguidores dos seus «Mistérios».



Fig. 10: Selo de padeiro com representação de Cibele. MNAR de Mérida. Fotografia: José Manuel Jérez Linde.

Os que se dedicavam ao seu culto eram considerados como que encarnações de seu filho Átis, um deus lunar que usava a lua crescente como uma coroa, que tanto era tido como seu filho, como amante de Cibele, a deusa da Lua.

Na Lusitânia, proveniente de Myrtilis-Mértola, conhece-se uma cabeça feminina ornamentada de *corona muralis* representando uma muralha com duas portas assente sobre os cabelos que pertenceria a uma estátua marmórea de grande porte que deveria pertencer a um templo ou espaço público e monumental. Foi comumente identificada com Cibele, mas o culto da deusa frígia só mais tardiamente se expande de forma explícita na Lusitânia, pelo que alguns historiadores, a exemplo de José Luís de Matos, defendem que poderá ser «a personificação grega da Fortuna, figurando não apenas como deidade tutelar dos indivíduos mas, conforme se pode deduzir das características iconográficas, também de uma divindade protectora ou fundadora de uma cidade ou da representação figurada da própria cidade».

Já José Cardim Ribeiro a classifica como Tyche-Fortuna na obra «Religiões da Lusitânia - *Loquuntor Saxa*. MNA. 2002.

Vemos também surgir *Liber* e *Libera* e o panteão romano adopta e adapta também o deus grego do comércio e da eloquência Hermes que é substituído por Mercúrio, e o deus grego do vinho Dionísio torna-se Baco.

Baco, deus do vinho, cujo culto parece ter penetrado em Roma no século IV a.C., foi também considerado pelos Romanos como um amante da paz e promotor da civilização.

De acordo com a mitologia romana e como antes referimos, atribui-se a Baco a forma de extrair o sumo da uva e produzir o vinho. Com inveja, a deusa Juno (Hera no panteão grego) transforma Baco num louco a vagar pelo mundo. Ao passar pela Frígia, foi curado e instruído nos rituais religiosos pela deusa Cibele.

O vinho chegou, ao que se sabe, ao sul da Itália através dos gregos, a partir de próximo de 800 a.C., embora os Etruscos da região da actual toscana, já elaborassem vinhos, que comercializavam para regiões distantes.

O vinho aparece associado a *Liber Pater* e sua divina esposa *Libera*, e gradualmente, estas duas divindades relacionadas com a fertilidade foram assimiladas por Dionysus/Bacus.

Mas a vinha também aparece relacionada com Saturno e Priapo como nos refere Virgílio, em «As

Geórgicas», datada do Século I da nossa Era e ainda com Vénus, como se pode verificar em Ovídio: *Festa dies Veneremque vocat cantusque merumque*. [Ovídio, Amores 3.10.47] (O dia de festa convida Vénus, o canto e o vinho.)

Existem inúmeras referências ao vinho, nos textos de Virgílio, de que citaremos:

«Musgosas fontes, vós, e tu, ó relva
mais repousante que o melhor dos sonos,
e tu, ó verde arbusto que proteges,
que a vós protege com a breve sombra, defendei o meu
gado do calor
pois chega o Verão, tórrido tempo,
e já nas vinhas, nas tão tenras vinhas incham rebentos».

Bucólicas, Virgílio

A 19 de Agosto comemoravam-se as *Vinalia Rustica*, festa para invocar a protecção da vinha e o *Flamen Dialis* sacrificava um cordeiro para que assim se garantisse a abundância nas vindimas.

Nas festividades dedicadas a Baco, nocturnas, secretas e frequentadas exclusivamente por mulheres durante três dias do ano, eram centrais o vinho e a abundância. Podemos dizer que Dionísio ou Baco, filho de Zeus e da princesa Semele, era o deus grego das festas, do vinho, da fecundidade, do lazer e do prazer, símbolo do desejo e da libertação de qualquer inibição, apresenta-se geralmente, usando as palavras de Hernâni Matos no seu trabalho «O Vinho na mitologia greco-latina», «como um jovem imberbe, risonho e de ar festivo, de longa cabeleira, pegando um cacho de uvas ou uma taça numa das mãos e empunhando na outra um tirso (bastão envolvido em hera e ramos de videira e encimado por uma pinha). Tem sido sugerido o carácter fálico do tirso, no qual a pinha seria o símbolo do sémen.

Dionísio é por vezes figurado com o corpo coberto por um manto de pele de leão ou de leopardo, com uma coroa de pâmpanos na cabeça e conduzindo um carro puxado por leões. Pode igualmente ser apresentado sentado num tonel, segurando numa das mãos uma taça donde absorve a embriaguez que o faz cambalear».

Dionísio/Baco é normalmente representado fazendo-se acompanhar de outros bebedores: Sileno, considerado o tutor de Dionísio/Baco, o mais velho e sábio, companheiro constante, que, quando embriagado, tinha o poder da profecia. Era



Fig. 11: Escultura de sátiro recostado sobre uma pele de pantera.
Villa romana del Pomar (Jerez de los Caballeros, Badajoz).
Fotografia e legenda José Manuel Jérez Linde.



Fig. 12: Sátiro/Sileno sentado numa rocha, tocando lira. À sua frente, um monte sobreposto por um pequeno templo, em cujo interior é visível uma estatueta. Pasta vítrea negra, de forma oval e face superior plana, engastada num anel romano em ouro. Século I a.C.. Proveniência desconhecida. No Museu Nacional de Arqueologia. Fotografia e comentário: Graça Cravinho.

representado sob o efeito do vinho, reclinado ou amparado por sátiros ou carregado por um burro.

Como se pode verificar nas estátuas representando Sileno do Museu do Teatro Romano de Lisboa, essa figura da mitologia greco-romana, apresenta-se numa posição reclinada, segurando um odre na mão esquerda denotando o estado ébrio com que ele frequentemente se encontra.

Mas também se fazia acompanhar pelos Sátiros, divindades relacionadas com natureza, que, embora tendo aspecto humano, se representavam com os cabelos desgrenhados, com grande cauda e orelhas bicudas de bode, pequenos cornos na testa, narizes achatados, lábios grossos, barbas longas e órgãos sexuais de proporções excessivas, frequentemente em estado de ereção. Viviam nos campos e nos bosques,

onde copulavam com as Ninfas e as Ménades, que a eles se juntavam no cortejo de Dionísio, além de manterem relações sexuais com mulheres e rapazes, mais ainda com animais como cabras e ovelhas.

Existem ainda Ménades ou Bacantes, personagens míticas ligadas ao culto de Baco, que buscavam a vida nos bosques e se dedicavam à dança, a festins de embriaguez e dilaceramento de animais selvagens.

Participavam num festival que se realizava na Antiga Grécia, e de que há relato escrito desde o século V a.C., na célebre obra «Bacantes», escrita por Eurípedes.

Os mistérios que envolviam o deus Dionísio provocavam nas Bacantes um estado de êxtase, sendo acompanhadas pelos sátiros ao som dos tamborins. Andavam nuas ou vestidas apenas com peles ou vestes transparentes e com grinaldas de hera, segurando um tirso ou bastão envolto em ramos de videira.

Por onde passavam actuavam como chamariz para as outras mulheres atraindo-as para a vida lasciva. Evidentemente que o comportamento livre e desregrado das Bacantes causava apreensão nos locais e cidades onde o cortejo báquico passava. Quando assaltadas por um furor qualquer, não conheciam limites ao descarregar a sua cólera. O maior divertimento das Ménades ou Bacantes era submeter os homens ao sofrimento. Por esses excessos, obrigavam-se a procurar refúgio no alto das montanhas, onde

podiam entregar-se à lascívia sem a presença de olhares de censura ou reprovação. As Bacanais foram proibidas em Roma em 186 a.C., porque foram atraindo cada vez mais adeptos, até do sexo masculino, contudo, mesmo com a proibição, o culto não desapareceu.

Tal como este fragmento exposto no Museu de Évora que deve ter pertencido a um friso, as Ménades aparecem figuradas normalmente em grupos de 9, e em posição de dança. Descoberto em Beja no século XVIII, atesta o movimento e graça com que as mesmas se faziam representar, onde o ondulado das vestes transparentes deixa perceber as linhas e o volume das pernas da bailarina. Deve tratar-se provavelmente de um friso de edifício público de *Pax Iulia*, e era uma das principais peças da coleção arqueológica do Bispo Frei Manuel do Cenáculo (1725-1814), como consta da ficha de inventário do Museu de Évora.

Já Esculápio, o deus da saúde nos surge sob várias versões do mito, mas as mais correntes apontam-no como filho de Apolo, um deus, e Corónis, uma mortal. Teria nascido de cesariana após a morte da mãe, e sido levado para ser criado pelo centauro Quíron, que o educou na caça e nas artes da cura. Aprendeu o poder curativo das ervas e a cirurgia, e, ao que dizem as lendas, a sua capacidade era tão grande que conseguia trazer os mortos de volta à vida, pelo que Zeus o puniu, matando-o com um raio.

Escupálio, na designação latinizada, foi uma divindade solar, da medicina e da cura, herdado directamente da mitologia grega, onde tinha os mesmos atributos.

Filho de um casamento entre o deus Apolo e uma mortal, Corónis, como acima dizíamos, segundo nos descreve o poeta Píndaro (522-443 a.C.) parece ter sido retirado do ventre de sua mãe à hora do seu falecimento, representando assim a vitória da vida sobre a morte.

Nascido como mortal, aprendeu a medicina, e os conhecimentos mágicos com o centauro Chirón, e uma serpente ensinou-lhe como usar espécies vegetais para dar vida aos mortos.

Passemos a citar:

“Graves (7, pp. 173-7), Meier (19, pp. 24-8) e Kerényi (17) descrevem as origens de Esculápio como médico ferido. Na lenda de Epidauro, Apolo unia-se a Corónis, vindo esta dar a luz a um filho que logo em seguida ela abandona no Monte Títon, famoso pelas virtudes medicinais de suas plantas. Ali, cabras o amamentam e um cão o protege.



Fig. 13: Ménade. Museu de Évora.

Quando o pastor das cabras o encontra, ouve-se uma voz proclamar sobre a terra e sobre o mar que aquele recém-nascido viria a encontrar cura para todas as doenças e ressuscitaria os mortos. Num certo sentido, Esculápio seria o aspecto procriativo de Apolo desabrochando das entranhas da mãe, ao mesmo tempo luminoso e sombrio. Representaria então o lado da luz e do conhecimento, isto é, o lado racional da medicina e do processo de cura. Noutra versão, Corónis engravidada por Apolo tem, no entanto, um caso amoroso com Isquis; quando Apolo toma conhecimento disto, mata-a. Um pouco antes porém da morte de Corónis, já na pira funerária, Apolo se enche de remorsos e resgata, através de uma incisão cesariana, seu filho ainda não nascido. Este mitologema reflete mais uma vez o princípio: “Aquele que envia morte, dá também a vida”. Depois disso, Esculápio é entregue a Chíron, o centauro, para ser educado. Chíron já é conhecido e versado na arte de curar, e habita uma caverna no cimo do Monte Pelion. Kerényi afirma ainda: “Tudo em Chíron, o médico divino e ferido o faz parecer a mais contraditória figura de toda a mitologia grega. Apesar de ser um deus grego, sofre de uma ferida incurável. Além disso, a sua figura combina o aspecto animal com o apolíneo, pois apesar do seu corpo de cavalo – configuração pela qual são conhecidos os centauros, criaturas da natureza, fecundos e destrutivos – é ele quem instrui os heróis nas artes da medicina e da música”.

(Kerényi, 17, pp. 96-7).

De modo que, num certo sentido, as características que entram na composição da figura de Esculápio são as de seu pai Apolo, o lado racional luminoso da medicina, e as do seu mestre e pai adotivo Chiron, o lado escuro e irracional.

Assim, Esculápio adquire do centauro todo o ensinamento sobre o corpo, e de seu pai Apolo as leis do Espírito.

Os templos/santuários de Esculápio tinham no seu interior uma espécie de labirinto, onde era guardada a serpente, símbolo telúrico e da vida que renasce e se renova, ou seja da Transformação, motivo porque ela se enrosca no bastão de Esculápio, pois é o bastão que dá à divindade a capacidade de curar. As serpentes, consideradas assim, pelos antigos, como um símbolo da vida, associam-se à água da vida, motivo pelo que este elemento e a fonte estavam associadas às curas de Esculápio, praticadas nos templos que lhe eram dedicados. Com essa simbologia aparece também associada ao deus Mitra.

Diz ainda a mitologia que o facto de Esculápio não ser propriamente um deus, mas detentor de profundos

conhecimentos em medicina que lhe permitiam dar vida aos mortos, causou algumas perturbações no Olimpo, ao ponto de enfurecer Zeus, o pai dos deuses, que não via com bons olhos o facto de Plutão perder os seus mortos, pois Esculápio exercia a cura. A sua atitude era encarada por Zeus como sobrançeria, pois tomava-a como uma vontade de se tornar um deus, motivo porque o fulminou com um raio.

Apolo, seu pai, inconformado, atacou os Cíclopes, ferreiros que segundo a mitologia só tinham um olho e que trabalhavam com Hefesto, pois haviam sido eles a executar o raio usado por Zeus. Perante este facto, Zeus decidiu admiti-lo entre os deuses, mas como punição transformou-o na constelação Ofiúco.

Ao que consta, o seu culto terá começado em Epidauro, mas espalhou-se em muitos outros santuários, a exemplo de Kos, Knidos e Pérgamo, onde os sacerdotes que se dedicavam à cura diziam-se ser seus descendentes.

Assim se lhe refere S. Agostinho, no século IV, na *Cidade de Deus*

«Esculápio veio do Epidauro para Roma para exercer gloriosamente, na mais nobre das cidades, a sua arte como médico habilíssimo». (...) “Também a mãe dos deuses chegou não sei donde de Pessinunte. Era de facto indigno que seu filho já presidisse na colina do Capitólio e ela ficasse escondida num lugar ignorado. Pois, se ela era a mãe de todos os deuses, não só seguiu alguns dos seus filhos para Roma, como também precedeu outros que haviam de segui-la. Sem dúvida que me surpreende que ela tenha gerado Cinocéfalos que veio do Egipto muito mais tarde. Se também dela nasceu a deusa Febre, o seu bisneto Esculápio o dirá. Mas de quem quer que ela tenha nascido, penso que os deuses estrangeiros não ousarão classificar de baixo nascimento uma deusa cidadã romana».

Livro III. Capítulo XII”

Deve ter-se introduzido em Roma por volta do final do século III a.C., tendo acabado por tornar-se uma divindade de grande veneração em muitas das províncias do Império.

Os seus santuários passaram a ser locais de cura e tratamento, obtido através da interpretação dos sonhos e da *incubatio*, ou seja, da indução do sono com a ingestão de ervas, onde os sacerdotes que se dedicavam à cura diziam-se ser seus descendentes que actuavam como numa espécie de hospitais. Ao que parece em

todos os santuários haveria um templo, uma fonte purificadora, uma zona de termas, jardins, um teatro, ginásio, uma biblioteca, pois parece que a cura implicava aspectos físicos, mas também espirituais.

O processo de cura, processava-se assim através da purificação na fonte do santuário e através de sacrifícios, sendo feitas oferendas à divindade, como bolos de mel, bolos de queijo e figos. Mas também eram feitas preces, praticando-se o canto de hinos sacros, banhos medicinais, exposição à luz do sol, caminhadas de pés descalços e outros exercícios, bem como uma dieta especial, abstinência de sexo e exercícios físicos. À noite o paciente era dirigido para o seu compartimento “abaton”, onde dormia e se produzia a “enkoimesis”, ou “incubatio”, ou seja, a revelação do deus em sonhos. O sonho era então revelado aos sacerdotes, que o interpretavam.

Caso a cura fosse efectiva, deveria agradecer-se com um novo sacrifício, então geralmente era oferecido um galo ou mesmo dinheiro. Também podia ser um ex-voto, uma obra de arte, a exemplo de uma estátua, ou mesmo uma obra literária, como um poema que homenageasse a divindade.

Pelos efeitos curativos de que era dotado, Esculápio tornou-se o patrono dos médicos, fazendo-se representar como um homem barbudo, apoiado por um cajado envolto numa serpente, o caduceu, como acima se referiu e que se tornou também o símbolo da medicina.

Segundo outras lendas do mesmo mito, terá sido Esculápio a relatar a Hades o facto de Prosérpina ter ingerido sementes de romã, quando Zeus lhe havia permitido regressar a terra, mas na condição de nada ter comido, motivo pelo que teria que voltar parte do ano, para junto de Hades.

Curiosamente, na Mitologia Grega, a romã foi usada para simbolizar a alegoria das estações do ano e do ciclo anual das colheitas, motivo desta associação a Perséfone que se assume como Koré, a eterna adolescente, regressando na Primavera depois de ter passado metade do ano com Hades.

O culto de Esculápio tem o seu auge em época helenística em Epidauro e em Cós, como referimos, grandes centros culturais e terapêuticos, de tal forma que Roma o importa no século III a.C., aquando de uma grande epidemia, atendendo também a interesses políticos e federativos das cidades gregas meridionais.

No mesmo ano que Roma acolhia o culto de Esculápio, os cidadãos de Roma assistiam pela primeira vez aos *ludi Romani* com coroas na cabeça e foram

entregues palmas aos vencedores, costumes também importados da Grécia.

Apolo parece ter perdido, a partir dessa data, a relevância que tinha pelas suas virtudes médicas, pese ter continuado a haver consagrações a *Apollo Aug.* que, aliás, tem preponderância sobre *Aesculapius Aug.*, podendo até referir-se casos de consagrações simultâneas.

O culto a Esculápio está apenas comprovado epigraficamente na Hispânia, na Tarraconense – em Valência existe um pedestal dedicado a *Asclepio* por um *sevir augustal* – e na Lusitânia, não sendo conhecidos quaisquer cultos colectivos de cidades ou *uici*, nem dedicatórias oficiais. Os seus dedicantes são varões, libertos na sua maior parte. Somente numa inscrição (León) o seu nome aparece associado à saúde. No caso de Miróbriga essa associação é indirecta pois o dedicante dá a conhecer a sua profissão de médico. Também é apenas conhecido um templo dedicado a esta divindade, em Ampúrias.



Fig. 14: Estátua de Esculápio. Século I d.C.. Monte da Salsa Brinches, Beja.

Na Bética, em Nova Cartago, existe uma edícula consagrada ao culto de Esculápio. Em Olisipo, uma das três inscrições consagradas a Esculápio, datável do século I d.C., foi, provavelmente, encontrada nas ruínas do criptopórtico a que foi, durante muito tempo, atribuída uma função termal.

Na Lusitânia conhece-se ainda uma estátua representando essa divindade, proveniente do Monte da Salsa, Brinches, Beja, publicada no catálogo “Religiões da Lusitânia - *Loquuntor Saxa*. MNA p. 437. Sabe-se também que os processos divinatórios, através da interpretação dos sonhos, eram utilizados por outras divindades, bem como através da profecia e da adivinhação, a exemplo de Carmenta, onde se faziam vaticínios inspirados, neste caso chamados “carmina”, pois a deusa fazia os seus vaticínios através da palavra, em poema ou canto, também com efeitos terapêuticos.

Vemos ainda, para além de centenas de outras divindades, como é o caso de Fauno – protector dos rebanhos e pastores – ser consultado nos seus oráculos, de forma a, através das suas palavras proféticas, se predizer o futuro.

Ao que se sabe, a sua esposa, Fauna tinha também poderes premonitórios.

Mas Fortuna foi das divindades mais reconhecidas pelas suas capacidades divinatórias de tal forma que Cícero, filósofo e escritor dos séculos II-I a.C., lhe dedica uma obra “*De divinatione*”.

Para além dos aspectos já acima mencionados quando nos referimos a Esculápio, a serpente surge associada ao Génio, simbolizando a força espiritual e vivificante dos homens, pois todos se fazem acompanhar dessa divindade individual que o protege até à morte, dos imperadores e dos deuses, a exemplo do Génio de Júpiter.

A serpente é também um dos animais associados com o culto de Mitra, de Mercúrio, tendo-a Esculápio enrolada no seu bastão, motivo pelo que ainda hoje as farmácias tenham como símbolo este animal.

No interior das galerias romanas da Rua da Prata foi encontrada «uma inscrição dedicada a Esculápio, achada em 1770, na rua dos Retrozeiros, n’umas grandes *thermas* provavelmente de águas minerais, e ainda ali existe. [...]” HÜBNER, E., 1871.

As referidas galerias são designadas como “termas” embora não o fossem, visto não possuírem piscina, tepidário ou hipocausto, devendo possivelmente esta associação não apenas à abundância de água no seu interior, mas também ao achado da inscrição, que

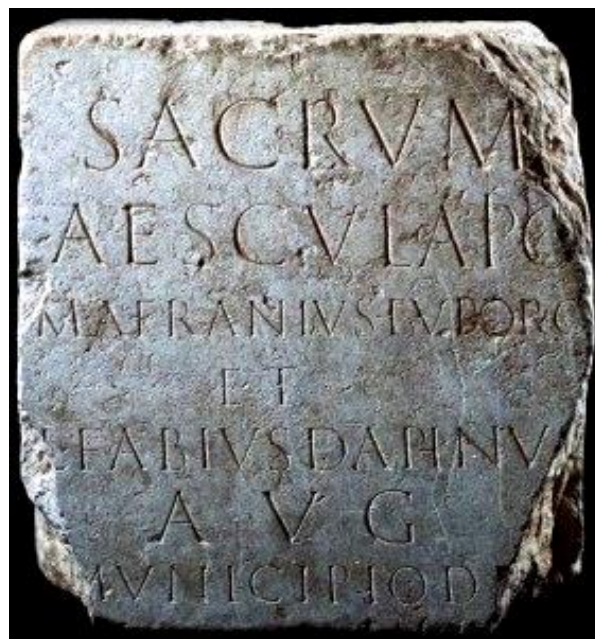


Fig. 15: Inscri  o dedicada a Esculápio. Rua da Prata, Lisboa.



Fig. 16: Inscri  o dedicada a Esculápio. Miróbriga.

parecia reforçar a possibilidade de no local se tratarem enfermidades.

Em Miróbriga é também conhecida uma inscrição que refere a existência de um *medicus pacensis*: verosimilmente, Gaio Átio Januário, que deixou dinheiro para que se pudessem efectuar os *quinquatrus* ou jogos no circo que foi amplamente estudada por José d'Encarnação.

Contudo, no que diz respeito a Miróbriga, se analisados caso a caso os argumentos que terão justificado a designação de “santuário Campestre Romano”, todos parecem controversos, pois não há indícios de prática de *incubatio* que ali permitissem a interpretação dos sonhos e tratamento posterior, nem de compartimentos para o efeito, nem tão pouco da existência de oferendas ou ex-votos que comprovem essas práticas, ou mesmo de águas termais ou medicinais.

Assim, não havendo em Miróbriga vestígios que nos comprovem a existência desse Santuário, admitimos que possivelmente esta grande ara, colocada na Misericórdia de Santiago do Cacém no Século XVI, poderia estar localizada noutro local que não o templo centralizado do Forum, designadamente no hipódromo onde se realizariam os jogos.

Podemos também admitir que, em Miróbriga, Esculápio, pelas suas características médico-terapêuticas, e se bem que não sendo nomeado com o atributo de Augusto, possa ter funcionado como um dos guardiães da *Salus Augusta* e associar o seu culto e dos *ludi* dedicados em sua honra à pessoa do imperador.

A associação entre esta divindade e a referida virtude - *Salus Augusta* - já havia sido proposta por José Cardim Ribeiro. Essa relação torna-se inequívoca na estátua descoberta no interior de umas termas romanas no Monte da Salsa, Brinches, Serpa, onde sobre o corpo representando *Aesculapius* foi colocada a cabeça-retrato de uma personagem identificada com o imperador Adriano.

O hipódromo e o anfiteatro eram fundamentais ao desenrolar das *sacra Augustalia* que contemplavam obrigatoriamente a existência de *ludi*. Os locais de espectáculo – hipódromos, anfiteatros e teatros – tornaram-se, pois, fundamentais ao desenvolvimento dos cultos oficiais e dos circuitos litúrgicos de exaltação imperial, motivo que não nos deva estranhar que em Miróbriga o *medicus* faça a oferta dos *quinquatrus*.

Mas existem ainda outras divindades associadas à Saúde, a exemplo de *Salus*.



Fig. 17: Estátua de Bona Dea.



Fig. 18: Templo, dedicado ao imperador. Évora.

Era a personificação do bem-estar (saúde e prosperidade), não apenas individual, mas como *Res publica*.

Na mitologia grega Hígia (equivalente à *Salus* romana) era a filha de Esculápio. Era a deusa da saúde, limpeza e sanidade (e posteriormente: a Lua), exercia uma importante parte no culto de seu pai, Esculápio. Enquanto o pai era mais associado diretamente à cura, ela era relacionava-se com a prevenção da doença e a continuação da boa saúde.

Em Évora, o templo centralizado e possivelmente dedicado ao imperador, teria um espelho de água, claramente dedicado à ideia de *Salus*.

humanas ou animais. A habitação deveria ser ornamentada com flores e plantas, excluindo-se a o mirto já que segundo a mitologia *Bona Dea* havia sido golpeada até à morte por Fauno com um ramo de mirto, por ter ousado beber vinho. A cerimónia é mal conhecida, mas sabe-se que está relacionada com a Agricultura. Relacionava-se com fertilidade feminina, atestada epigraficamente também em Portugal, num lintel, estudado por José d'Encarnação e, citando o ilustre epigrafista, «que se trata mui verosimilmente, do lintel do pequeno templo dedicado por uma liberta, Júlia Saturnina, à *Bona Dea*, designação, como se sabe, aplicada a várias deusas do panteão romano, mas que,



Fig. 19: Balsamário representando Fauno. Museu Nacional de Arte Romano.

Também associada à saúde é *Bona Dea*, uma que a invocavam para pedir saúde e libertação da escravatura. As mulheres pediam fertilidade. O seu culto era muito antigo e incluía ritos reservados exclusivamente às mulheres.

A divindade era adorada num templo no Monte Aventino, mas os ritos secretos em sua honra praticam-se num local indicado por um magistrado, na sua própria casa, a 4 de Dezembro. Eram dirigidos pela mulher do magistrado, ajudada pelas virgens vestais, sendo proibida a participação dos homens, e nem se permitiam pinturas com figuras masculinas, fossem

em sentido próprio, designa a deusa da fecundidade, esposa (ou filha) de Fauno».

Sabe-se que muitos pacientes eram tratados no seu templo com ervas medicinais. Era venerada com grande fervor quer por plebeus, escravos, libertos e mulheres.

“Otra es la historia que cuenta la tradición, pues se considera a Bona Dea esposa de Fauno, siendo ésta un ama de casa admirable y fiel esposa. Un día probó una jarra de vino (nunca lo había hecho) y se embriagó. Su marido se enfureció

y la mató a golpes con una vara de mirlo. Luego se arrepintió y le rindió culto, honores y memoria divinos”

Citação, a partir de Culto a Bona Dea².

Podemos assim dizer resumidamente que Religião Romana se forma com as divindades «Maiores e Menores», designadamente as ligadas à Natureza, à Fauna e à Flora, pois o Universo Religioso romano integrava-as no seu Panteão, em relação estreita com a vida humana e os deuses.

Esposa de Fauno, deus dos bosques e planícies que protege os rebanhos e culturas, cujos oráculos se conhecem através dos murmúrios das árvores, Fauna é protectora das mulheres contra a esterilidade, considerada pelos Romanos como a mãe do deus Latino, um dos reis lendários do Lácio, divinizado como *Jupiter Latiarus*. Nos lugares onde se faziam os oráculos de Fauno, os ritos observados foram minuciosamente descritos por Virgílio: um sacerdote oferecia uma ovelha e outros sacrifícios e a pessoa que consultava o oráculo tinha que dormir uma noite sobre a pele da vítima, dando então o deus uma resposta através de um sonho ou mediante vozes sobrenaturais. Ovídio descreve ritos parecidos celebrados sobre o Aventino.

Em Roma havia um templo de Fauno de forma redonda, rodeado por colunas, sobre o monte Celio, e construiu-se outro no 196 a.C. na Ilha Tiberina, onde lhe eram oferecidos sacrifícios em Fevereiro, dia em que os *Fabii* tinham morrido em Cremera.

O escritor cristão Justino Mártir identificou Fauno com Luperco ('o que protege do lobo'), o protector do gado, seguindo Lívio, originalmente adorado na *Lupercalia*, celebrada no aniversário da fundação do seu templo (15 de Fevereiro), quando seus sacerdotes (*Luperci*) levavam peles de cabra e golpeavam os espectadores com cintos de pele de cabra. No festival da *Faunalia*, que se celebrava a 5 de Dezembro, as pessoas do campo com grande alegria e banquetes, fazia referência a Fauno como deus da agricultura e do gado.

Também o deus Silvano (lat. *Silvanus*) divindade das florestas (lat. *silva* – donde deriva o nome) mais tarde passou a ser identificado com o deus Fauno ou com o Pã grego.



Fig. 20: Escultura do deus Silvano de Los Mártires, Talavera la Real, Badajoz. Desenho de José Manuel Jerez Linde.

Alguns autores descrevem-no como filho de Saturno e outros de Fauno.

Tal como Fauno, Silvano era um deus puramente latino e, também como ele, tinha por atribuição proteger as atividades pastoris.

Silvano guardava os bosques e dizia-se que foi o primeiro a separar as propriedades nos campos. Deus das florestas e dos bosques, na antiga Roma, era muitas vezes associado ao deus de origem grega Pã. Era representado muitas vezes com um cipreste nas mãos, porque se apaixonara por uma ninfa de nome Cipariso, e esta para fugir da divindade transformou-se nessa espécie.

De Silvano nos fala quer Virgílio, nas suas “Geórgicas”, quer, mais tarde, Santo Agostinho, que o nomeia da seguinte forma na sua obra “Cidade de Deus”, LIV. VI, CAPÍTULO IX, “Atribuições de cada um dos deuses”, ao deus Silvano e outras divindades:

² <http://www.romanoimpero.com/2010/12/culto-di-bona-dea.html>

“Entre o homem religioso e o homem supersticioso descobre Varrão esta diferença: o supersticioso tem medo dos deuses, ao passo que o religioso os venera como pais e não os teme como inimigos, pois que, na sua opinião, todos os deuses são tão bons que se sentem mais inclinados a perdoar os culpados do que a prejudicar os inocentes.

Mas também nos recorda que à mulher que dá à luz se destinam três deuses à sua guarda, para impedir que o deus Silvano venha atormentá-la durante a noite; e como símbolo destes guardiões, três homens fazem rondas nocturnas à volta da casa, batendo nos umbrais, primeiro com um machado e depois com um pilão, acabando por limpá-la com uma vassoura — tríplice símbolo da agricultura, destinado a vedar ao deus Silvano qualquer acesso. Mas que é que com isto se quer dizer? A explicação é que nem as árvores se cortam e se podam sem o ferro, nem a farinha se prepara sem o pilão, e sem a vassoura não se juntam os grãos num monte. Foi destes três objectos que três deuses tomaram o nome: Intercidona, do gume do machado (intercisio), Pulumnum, do pilão (pilum), Deverra, da vassoura (deverro = varrer). É com estes deuses custódios que se defende a prole das investidas do deus Silvano. Com certeza que de nada valeria contra a crueldade de um deus nocivo a custódia dos bons, se não se juntassem muitos contra um e se a este deus rústico, terrífico e inculto (pois que é da selva) não se opusessem os emblemas da cultura que lhe são contrários. É então esta a inocência dos deuses?

E esta a concórdia dos deuses? Isto é que são as divindades protectoras da cidade, mais dignas de troca do que as palhaçadas dos teatros? Que o deus Jugatino intervenha na união do homem com a mulher — vá que não vá! Mas é preciso levar a noiva a casa — e lá temos o deus Domiducus; para lá a instalar, está o deus Domitius; para a fazer estar com o seu marido, junta-se a deusa Mantuma. Para quê buscar mais? Tenha-se em consideração o pudor humano! Seja a concupiscência da carne e do sangue a levar a cabo o resto no recato do pudor. Para quê encher o quarto com uma caterva de deuses quando se retiram os paraninfos?³.

E enchem o quarto, não para que o conhecimento da sua presença constitua uma garantia maior do pudor, mas para que a mulher, débil em razão do sexo, aterrada pela novidade, graças ao concurso deles perca a virgindade sem dificuldade: realmente, lá estão presentes a deusa Virginense, o deus-pai Súbigo, a deusa-mãe Prema, a deusa Pertunda e ainda Vénus e Priapo! Que vem a ser isto? Se era absolutamente necessário que os deuses ajudassem o varão em apuros, não bastaria um ou uma? Não bastaria apenas Vénus, pois que,

diz-se, ela assim se chama porque sem violência (vis) nunca a mulher poderá deixar de ser virgem? Se nos homens há pudor que falta aos deuses, os esposos que acreditam na presença de tantos deuses de ambos os sexos, todos atentos ao acto conjugal, — não se sentirão possuídos de tal vergonha que o ardor do acto se vá apagando e vai aumentando a resistência da vergonha?

Se, para desatar o cinto da donzela, lá está a deusa Virginense; se lá está o deus Súbigo para a submeter ao varão; se, para a obrigar, uma vez entregue, a deixar-se desflorar sem resistência, está lá a deusa Prema — que faz lá a deusa Pertunda? Que tenha vergonha! que se vá embora! que deixe ao marido alguma coisa para fazer! É altamente indecoroso que seja outro a cumprir uma tarefa que, como o seu nome indica, só a ele pertence. Talvez seja tolerada por se tratar de uma deusa e não de um deus. Porque, se visse que se tratava de um deus masculino, que se chamaria então Pertundo, o marido, para salvar a honra da mulher, contra ele chamaria por mais socorros do que a parturiente contra Silvano. Mas que estava para aqui a dizer, se há um outro bem macho — Priapo — sobre cujo enormíssimo e tão repugnante membro obrigam os recém-casados a sentarem-se, conforme é costume honestíssimo e religiosíssimo das matronas?”.

Mas recordemos ainda *Terminus*, divindade que zelava pelo limite das propriedades, e as pedras que as demarcavam eram abençoadas.

Pã, por sua vez vagueava pelas florestas e, pese, o seu ar assustador, ao ponto de daí derivar a palavra pânico, acabava por encantar as Ninfas com a sua flauta.

Diana era também entre os Romanos a deusa da lua e da caça, filha de Júpiter e de Latona, e irmã gémea de Febo, ciosa da sua castidade, ao ponto de transformar num cervo o caçador Acteão, apenas porque a observou nua durante o banho. Era acompanhada por um séquito de sessenta oceânides e vinte ninfas que, como ela, renegaram a sexualidade.

Cedo foi associada a Ártemis ou Artemisa, deusa virgem da mitologia grega que foi romanizada, também protectora da vida selvagem e da caça, igualmente considerada filha de Zeus e de Leto e irmã gémea de Apolo que os tempos quiseram associar à lua e à magia, bem como aos animais selvagens e à natureza, mas também à virgindade. Era ainda protectora das mulheres e dos partos. O cervo e o cipreste eram os seus atributos.

³ Paraninfos são os rapazes, em número de três, que constituem o acompanhamento da noiva até casa do noivo.



Fig. 21: Lucerna com Diana dançando. Fotografia Guilherme Cardoso. Imagem publicada em "A presença Romana em Cascais: Um território da Lusitânia Ocidental". Museu Nacional de Arqueologia.

E não poderemos estender-nos para a nova feição que a Religião Romana assume com o culto imperial e todas as divindades adjuvantes do mesmo.

Não esqueçamos que entre 12 a.C. e o último quartel do século IV d.C., o imperador, para além de chefe supremo do exército, também desempenhou o cargo de *Pontifex Maximus*, assumindo deste modo a primazia religiosa.

Conta-nos o biógrafo Suetónio, que o Divino César, anunciando a sua própria divinização, se fazia descendente de Vénus, pois em discurso fúnebre de Júlia, sua tia, efectuado na tribuna do *forum*, elogiou a sua ascendência e do seu próprio pai da seguinte forma:

«Por sua linha materna, a minha tia descende de reis; pela linha do seu pai remonta aos deuses imortais. Pois de Aneo Marcio, de que procedem os reis Marcios, é a linhagem de sua mãe; é de Vénus que descendem os Julios, que constituem a nossa família».

(Suetónio, Vida de los Doce Césares, "El Divino César", Colección "Libros de Bolsillo Z", 1985, Barcelona.

Defende-se que Vénus, essa deusa do amor e da beleza, que na mitologia romana substitui a Grega Afrodite tem como seu símbolo um círculo com uma pequena cruz equilátera que parece ser a representação gráfica ou símbolo abstracto do espelho de Vénus. Este símbolo que representa a feminilidade, foi adoptado para definir o género feminino.

Os Júlios entroncavam assim a ancestralidade da *gens Julia* em *Venus Genetrix*, que Júlio César terá assimilado a *Venus Vitrix* (que, segundo refere Dion Cassius, era o tema do seu sinete).

Também em Miróbriga está atestado o culto a Vénus. Numa das duas epígrafes que lhe são dedicadas a deusa é nomeada sem qualquer dos atributos que lhe são habituais: *Augusta*, *Victrix* ou *Domina*. O dedicante é um *magister* e consideramos que José d'Encarnação concluiu com clarividência que «se poderia tratar também de um *magister* de Miróbriga ...: prestar culto a Vénus era prestar homenagem à família imperial» (Encarnação, 1984, p. 222). Na outra epígrafe dedicada à divindade, a consagração é a Vénus Vencedora *Augusta* e honra-se uma defunta, como é aliás comum nos epitáfios com evocação a Vénus na Península.

Suetónio (69?-160 d.C.) refere na biografia de Julio César que " sobre o embelezamento e enriquecimento de Roma, assim como sobre a defesa e engrandecimento do império, (ele) concebia diariamente os mais variados e vastos projectos; propunha-se, antes de mais, um templo dedicado a Marte, maior que nenhum dos que existiam em algum lugar do mundo (...); (e) pôr à disposição do público as bibliotecas gregas e latinas, tão ricas como fosse possível".

Marte Augusto encontra-se mesmo representado na Lusitânia, em Conímbriga e em Sines.

A primeira imagem imperial existente no Museu Monográfico Conímbriga terá sido uma figura togada de Caio, chamado Calígula, que reinou entre 37 e 41, que, parafraseando a ficha da peça do próprio Museu, morreu «vítima de uma conspiração, tendo-se procedido à chamada *damnatio memoriae*, o que terá acarretado que a estátua teve de ser retrabalhada no sentido de a fisionomia do imperador louco ser substituída pela do seu respeitabilíssimo avô Augusto».

Como religião de Estado, o culto imperial colaborou no processo de aculturação, viabilizando um mais fácil contacto entre Roma e as populações dominadas, ao tornar-se um culto público.



Fig. 22: Inscrição dedicada a Vénus. Miróbriga. Santiago do Cacém.



Fig. 23: Pedra de anel romana em nicolo. Século II d.C.. Biblioteca Nacional (Lisboa). Vénus segurando a lança e na mão erguida uma maçã (ou romã?), em vez do usual elmo. Fotografia e legenda de Graça Cravinho, a quem agradecemos.

Mas ainda «Victoria Augusta», a quem muitos atribuem forte conotação militar, tem ampla representação nesta província.

Contudo, nunca poderá ser esquecida a religião doméstica, um dos alicerces da sociedade romana.

Os altares que se encontravam no interior nos lares, tinham um ritual próprio liderado pelo *pater familias* onde se evocavam os Deuses Manes, os Deuses do Lar. Sabemos que por razões familiares e culturais, neste local também se apelava aos antepassados e aos seus feitos.

Lares eram, portanto, as divindades domésticas e o larário é o altar que alberga as divindades domésticas, como penates, o génio.

Os Lares eram deuses familiares, mas diferiam dos Penates porque eram espíritos deificados de mortais.

No fundo, os lares de uma família eram as almas dos antepassados, que velavam pelos seus descendentes.

Em contrapartida os Penates eram os deuses que cuidavam do bem-estar e prosperidade das famílias.

Ao que parece, o seu nome deriva de *Penus*, a despensa, que a eles era consagrada e daí a palavra *pecunium* que está, aliás, na raíz da palavra pecuniário.

Cada chefe de família (*pater familias*) era o sacerdote dos Penates de sua casa.

O *Genius* era a divindade tutelar, um espírito ou divindade, que ocupa o cargo ou função de guardião, patrono, padroeiro ou protetor de uma pessoa, linhagem, dinastia, nação, cultura.

Daí também a expressão *Genius loci*, ou espírito do lugar, um espírito que, acreditava-se, estar presente em determinados lugares.

Teríamos assim os Deuses Lares - protectores dos campos e do lar; os Deuses Penates - protectores da família e das provisões; os Deuses Diparates - protectores dos antepassados; os Deuses Manes - protectores dos espíritos dos parentes mortos e Deuses

Génios - protectores da capacidade procriadora do homem e dos lugares.

Recordemos algumas das consideradas «divindades menores» que convivem com os deuses do Olimpo, a exemplo das ninfas (que se dividiam em vários tipos, de acordo com o local onde viviam ligadas à natureza, mas presentes em inúmeros mitos. As ninfas relacionavam-se com mortais e deuses, sendo mesmo consideradas mães de vários grandes heróis, como o famoso Aquiles. Eram representadas como mulheres belas e jovens, que muitas vezes atraíam o mundo dos homens.

Aparecem associadas a vários deuses como Apolo, Ártemis e Dionísio. Também as vemos surgir junto os sátiros, em zonas selvagens. As Driades eram ninfas das árvores, as Naiades eram ninfas da água doce, as Nereidas e Oceânides da água salgada e as Oréades habitavam montanhas.

Havia também ninfas que se distinguiam pela origem familiar, a exemplo das Hespérides, filhas do titã Atlas.

Também os cultos astrais estão atestados na Lusitânia, quer através dos Santuários que lhe são dedicados, a exemplo do Sol e da Lua, em Sintra, confirmado epigraficamente, bem como em objectos arqueológicos.

Hélios, o deus Sol, era, na Mitologia Grega, o filho de dois Titãs - Theia e Hyperion e irmão de Eos (a deusa da alvorada) e Selene (a deusa da Lua).

Ao Astro-Rei a quem os Romanos prestaram *devocio*, designadamente através do «Sol Invictus», dedicaremos maior atenção posteriormente, num outro texto.

Mas também o deus Mitra cujo nascimento era celebrado, tal como o Menino Jesus, a 25 de dezembro, tinha uma forte relação com o Sol.

Este deus de origem oriental vai ter grande adesão junto dos soldados romanos, ou seja os legionários, quer pelos cidadãos, e também se encontra representada na Lusitânia.

Mitra, ou Mithras, cujo nome significa em Sânscrito "Amigo"; em Persa quer dizer "Contrato". Trata-se de um Deus luminoso que incita os homens a seguirem o seu caminho no combate pela Luz contra as Trevas. Mitra tem naturalmente um forte carácter solar, porque a sua Luz é a síntese da Luz do Sol e da Lua, e o Domingo é o dia dedicado ao seu culto. (no Latim pagão, domingo é "*Dies Solis*", ou "Dia do Sol").

Ao que se sabe, o culto mitraico parece ter chegado ao Ocidente no decorrer do século II d.C., através das legiões romanas, tendo grande impacto em Roma e data dessa centúria a construção de inúmeros santuários, ou



Fig. 25: Mão de Urânia segurando o Globo Cósmico. *Villa romana da Quinta das Longas, Elvas.*

Fig. 24: Escultura de um Lar doméstico procedente de Mérida. Museo Arqueológico Provincial de Badajoz. Fotografia e legenda: José Manuel Jérez Linde.

Mithraea. A primeira referência escrita ao culto mitraico é de Plutarco, datável do século I a.C., referido que os piratas cilícios praticaram os mistérios mitraicos até 67 a.C. Daqui, esta religião e culto chegou aos países do Danúbio e a Itália. Os principais adeptos de Mitra eram soldados, como acima dizíamos, funcionários administrativos e comerciantes.

No Ocidente, o seu culto acabou por confundir-se com o do *Sol Invictus*, ou Sol Invençível, pois verifica-se, em finais do século III, o sincretismo entre a religião de Mitra e outros cultos solares de procedência oriental. É em finais dessa centúria, em 274, ao reinado de Aureliano, que atribuiu a *Sol Invictus* as suas vitórias no Oriente, que esta religião se torna oficial, tendo o imperador mandado edificar em Roma um templo dedicado ao deus e foram incumbidos sacerdotes de lhes prestar culto. O máximo dirigente deste era o *pontifex solis invicti*. O mitraísmo manteve-se como culto não oficial, havendo quem professasse, ao mesmo tempo, o mitraísmo e a religião do *Sol Invictus*.

O culto do Sol era conhecido em Roma desde épocas remotas existindo um templo dedicado ao Sol (bem como um sagrado à Lua) no *Circus Maximus*, onde as corridas de cavalos tinham lugar sob os auspícios das divindades. (*Tacitus*, *Anais*, XV.74; *Tertuliano*, *Dos Espectáculos*, VIII.1).

Na época de César, Roma rende-se definitivamente ao culto do *Sol Invictus* e depois do grande incêndio de 64 d.C., quando uma grande parte de Roma foi destruída, Nero manda edificar uma estátua colossal do mesmo, com 120 pés de altura (*Suetónio*, *Vida de Nero*, XXXI.), que Vespasiano converte numa ao Sol, colocando sobre a sua cabeça uma coroa radiante (*Suetónio*, *Vespasiano*, XVIII.1; *Plínio*, *História Natural*, XXXIV.45). Vespasiano foi também o primeiro imperador a colocar a imagem do Sol numa cunhagem oficial.

Mas lembramos ainda, a título de exemplo, uma outra das divindades menores, Eco, que conta o mito, amava a própria voz e tinha o dom da oralidade. Conta-se que enquanto Zeus perseguia suas irmãs oréades, Eco distraía a sua esposa Hera, contando-lhe histórias. Quando Hera se apercebeu do truque, amaldiçoou-a fazendo com que ela não pudesse mais ter palavras próprias, mas apenas repetir o que ouvia.

Eco acabaria por apaixonar-se por Narciso, mas rejeitada, morre profundamente magoada, dela só restando o seu espírito e sua voz, que repete os sons que ouve.



Fig. 26: Ísis e Serapis representados num disco de lucerna. Museo Nacional de Arte Romano, Mérida. Fotografia de José Manuel Jerez Linde.

Regressaremos a este trabalho, para falar das Musas e da importância e expressão que na Lusitânia tiveram e que ainda não foi oportuno recordar neste breve apontamento, pois, como é tarefa infinita.

Recordamos ainda que muitos cultos orientais foram trazidos para Roma, originando muitos deles as «Religiões Mistéricas», a que temos dado atenção particular. Não podemos, portanto, esquecer as divindades de origem oriental que o panteão greco-romano acolheu e cujo culto expandiu, a exemplo de Ísis, deusa da mitologia egípcia (Auset).

O culto místico de Ísis, no qual o escritor Apuleio parece ter sido iniciado, alcançou seu esplendor na época dos Imperadores Antoninos e Severos, passando a integrar a ideologia dominante, conhecendo-se, no século II d.C., entre seus adeptos, magistrados, funcionários imperiais e outros representantes do poder público. A expressão «Cultos Mistéricos» refere-se, normalmente, ao culto de Ísis, *Mater Magna* ou particularmente Mitra e ainda de Dioniso/Baco, bem como ao culto de Elêusis, representantes dos “mistérios” propriamente ditos.

Pressupõe-se que as religiões mistéricas tinham uma espiritualidade mais elevada, transcendendo assim a religião oficial, sendo consideradas religiões de salvação.

Os rituais dos cultos de mistérios acabou por ser tão bem elaborado quanto os ritos dos cultos oficiais. Na sua maioria os cultos místéricos incluíam danças, músicas, apresentações cénicas e também sacrifícios em honra das divindades.

Apuleio, o autor latino, foi iniciado em vários cultos místéricos, dando-nos conta dos seus rituais na sua obra "Apologia".

De Ísis, cujo culto também está atestado na Lusitânia, nos fala exactamente Apuleio, no Livro XI da *Metamorfoses*. O autor latino que parece ter sido também iniciado nos mistérios de *Liber*, uma das denominações de Baco, faz uma minuciosa descrição de um ritual de iniciação aos mistérios de Ísis, essa deusa de origem egípcia, cultuada em todas as partes do mundo greco e romano onde lhe foram erigidos templos e obeliscos em toda a Península Itálica e nas províncias, cujos maiores atributos eram ser mãe e esposa ideais, protectora da natureza e da magia, amiga dos escravos, artesãos, pescadores e oprimidos, e a deusa da maternidade e da fertilidade, cujas habilidades mágicas devolveram a vida a seu irmão Osíris, pois reuniu as diferentes partes do seu corpo que tinham sido despedaçadas e espalhada sobre a Terra por Seth, deus egípcio da violência e da desordem, da traição, do ciúme, da inveja, do deserto, da guerra, dos animais e serpentes.

Segundo alguns autores, a exemplo de Walter Burkert, estas religiões ficaram conhecidas como fazendo uma alteração básica na atitude propriamente religiosa, pois transcendiam a perspectiva realista e pragmática da religião romana e possuíam uma espiritualidade mais elevada, sendo consideradas, portanto, religiões de salvação. E por isso, para Apuleio considerava também na sua obra *Apologia* a necessidade de associar o conhecimento das práticas mágicas à sua filosofia. (*Apologia*, XV, 9).

Apuleio, talvez por ter sido iniciado nos «mistérios» do Oriente e devido a certas passagens da sua obra «O Asno de Ouro», chegou a ser acusado de práticas de magia.

A prática de magia era castigada na tradição romana, existindo várias leis que o comprovam, desde época antiga, a exemplo da «Lei das Doze Tábuas», da Lei Cornelia de *sicariis et veneficiis* e a Lei *Iulia maiestatis* que condenavam os *crimina magiae* (delitos de magia).

Ísis aparece muitas vezes representada com o seu par Sérapis, confirmando-se que em território nacional o Santuário de Panóias fosse dedicado ao seu culto,

como comprovam os recentes estudos publicados por Orlando Sousa, Maria Joao Correia Santos e Hugo Pires⁴.

Serápis é representado com o aspecto de um homem de idade adulta e semblante grave, usando barba e longos cabelos. O seu atributo é a corbelha sagrada dos mistérios, símbolo da abundância, juntamente com a serpente de Asclépio ou Esculápio de que já falámos, uma vez que ele tinha, igualmente, poderes de deus curandeiro.

No território actualmente português são conhecidos vários casos que atestam o culto a Serápis, essa divindade a cujos mistérios se acedia através de rituais. Era considerado um dos variados "cultos místéricos" que o Ocidente importou do Oriente, a exemplo de Ísis, Mitra, a que já nos dedicámos noutra trabalho, entre tantos outros.



Fig. 27: Helios estante, em posição frontal e olhando para a esquerda, ostentando na cabeça uma coroa radiada. Despido, apenas com o manto enrolado no seu braço esquerdo, do qual pende, ergue a sua mão direita em gesto de saudação e tem o braço esquerdo recuado e dobrado, segurando na mão o chicote. Linha de solo. Cornalina avermelhada (com duas pequenas inclusões negras), engastada num anel moderno em prata. Século II d.C.. Proveniência: desconhecida. Paradeiro actual: colecção particular. Fotografia e legenda: Graça Cravinho, a quem muito agradecemos.

⁴ Nuevas lecturas de las inscripciones del santuario de Panóias (Vila Real, Portugal).

Podemos dizer, de alguma forma, que Serápis (Sarapis, Zaparrus) foi como que um deus sincrético, melhor foi um composto de várias divindades de origem egípcia do período ptolomaico e helenístico, embora a sua devoção se tenha mantido durante o período romano.

Admite-se que o culto de Serápis tenha sido introduzido em Alexandria, por volta do século IV a.C., com o propósito de reunir as tradições religiosas egípcia e helénica.

Do lado egípcio, a divindade identificava-se com Osíris, o marido de Ísis que era cultuado como o deus do sol, fonte de energia, da vida e da fecundidade, além do que era também considerado como deus do Nilo, que anualmente visitava sua esposa, Isis (a Terra), por meio de uma inundação; do lado grego aproximava-se de Dionísio e dos seus mistérios. Ambos, nas diferentes civilizações, presidiam à vegetação e dominavam o mundo subterrâneo.

Serápis acabou por representar o deus masculino universal ("o único Zeus Serápis"), e o seu culto, geralmente associado ao de Ísis, acabou por disseminar-

se pelo mundo Greco-Romano.

Com o triunfo do Cristianismo, os seus seguidores passaram a ser perseguidos e seus locais de culto destruídos, tendo no reinado do imperador Teodósio, em 391, o grande Templo de Serápis, em Alexandria, sido atacado e arrasado por ordem do bispo Teófilo, perdendo-se não só o enorme templo como também a Grande Biblioteca de Alexandria "Filha" (a Biblioteca "Mãe" foi queimada por Júlio César, por acidente).

O próprio nome é uma fusão de Osíris - esse deus solar de origem egípcia que representava as forças telúricas e a vegetação, mas que também julgava os mortos pesando-lhe o coração - e do touro Ápis. O "morto-vivo" (Osíris) encarnado num touro branco sagrado era o touro sagrado de Mênfis, simbolicamente representado pelo animal negro com um triângulo branco na testa. Por seu lado, o touro Ápis é o mais célebre dos animais sagrados (Hep em egípcio), e os antigos egípcios consideravam-no a expressão mais completa da divindade sob a forma animal e, por isso, era sempre representado como tal e nunca na forma humana com cabeça animal. O touro seleccionado para



Fig. 28: Estatueta de Ísis com diadema solar e lunar. Museo Nacional de Arqueologia, Madrid.



Fig. 29: Gema com representação de Ísis segurando "sistrum" (instrumento musical) e "situla". Calcedónia, Século II d.C., na Biblioteca Nacional (Lisboa). Agradecemos a Graça Cravinho a fotografia e legenda

ser Ápis era reconhecido por determinados sinais. Era essencial que ele fosse inteiramente preto com um sinal branco e quadrado na testa, outro em forma de águia nas costas e, debaixo da língua, um caroço de forma similar a um escaravelho ou besouro. Logo que era encontrado um touro com essas características, era colocado num edifício voltado para o nascente e alimentado com leite, durante quatro meses. Expirado esse prazo, os sacerdotes, por ocasião da lua nova, dirigiam-se a esse e o proclamavam Ápis. Ele encarnava de certa forma, ao mesmo tempo, os deuses Osíris e Ptah.

A Religião Romana não se confina a este breve apontamento, pois são infindáveis as suas divindades e formas como se expressa e tem sido profusamente tratada, motivo pelo que este trabalho se trata de uma pequena síntese apenas.

Há quem tenha atribuído a origem da palavra "religião" a *religare*, do latim: a religião voltaria a ligar o Homem à Divindade. Assim, neste conceito, caberia à religião atar os laços que unem a humanidade à esfera divina. Contudo há quem veja na raiz desta palavra

relegere, ou seja, voltar a ler, reler, visitar, etimologia defendida por Cícero.

A *religio* romana referia-se à atitude de respeito e reverência que um cidadão romano tinha pelas suas instituições.

Poder-se-ia concluir assim que cada indivíduo vive a religião quando cuida amiúde de algo muito importante, algo que deve ser reverenciado e reler, interpretar incessantemente os textos de doutrina religiosa.

"*Religio* não designava, portanto, o elo sentimental, directo e pessoal do indivíduo com uma divindade, mas um conjunto de regras formais e objetivas, legadas pela tradição, que formavam uma "etiqueta".cit. in.: «Festa das Lemuria: os mortos e a religiosidade na Roma Antiga», como defende Regina Maria da Cunha Bustamante.

Os rituais deveriam assim ser rigorosamente observados, nos locais apropriados para o efeito, para que, dessa forma, surtissem efeito e mantivessem a harmonia em benefício da comunidade.

Homenagem

Em homenagem ao Professor Doutor José d'Encarnação, por uma vida inteira de investigação e cidadania.

Agradecimentos

Aos meus colegas José Manuel Jérez Linde e Graça Cravinho, sem os quais este trabalho não se poderia efectuar.

Bibliografia

ALARCÃO, Jorge de, TAVARES A. (1989) – *A Roman Marble Quarry in Portugal*. Nova York.

ARANDA CISNER, Juan Antonio; BUSTAMANTE ÁLVAREZ, Macarena; MORA HERAS, Francisco Javier, (2012) – "Figurillas Femeninas en hueso. Función y contexto de un tipo específico de amuleto romano de lusitania". In: *Habis*, Vol. 43 (2012), pp. 177-212, Universidad de Sevilla.

ARRUDA, Ana Margarida e Viegas, Catarina (2014) – “O templo Romano de Scallabis”. In: *De Scallabis a Santarém*.

http://www.uniarq.net/uploads/4/7/1/5/4715235/_arruda_viegas_2002b.pdf [acedido em 10.11.2014].

BARATA, Maria Filomena (1995) – “Tesouro da Lameira Larga”. In: *Revista de Arqueologia*, N.º 169, Madrid.

BARATA, Maria Filomena (1999) – “As habitações de Miróbriga e os ritos domésticos”. In: *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 2, N.º 2.

CARDOSO, Guilherme (2002) – “Práticas Mágicas na Villa Romana de Freiria”. In: *Religiões da Lusitânia - Loquuntor Saxa*.

DIAS, Maria Manuela Alves (2002) – “A Religião Romana e a Lusitânia”. In: *Religiões da Lusitânia - Loquuntor Saxa*.

ENCARNAÇÃO, José d' (1984) – *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis*, Instituto de Arqueologia, Faculdade de Letras de Coimbra.

ENCARNAÇÃO, José d', (1996) – “Problemas em aberto na Epigrafia Mirobrigense”. In: *Conímbriga*, N.º 35, Faculdade de Letras de Coimbra, pp. 129-146.

ENCARNAÇÃO, José d' (2008) – “IRCP, 25 anos depois”. In: *Revista Portuguesa de Arqueologia*. Vol. 11, N.º 2, pp. 215-230.

ENCARNAÇÃO, José d' (2010) – *Divindades Indígenas sob o Domínio Romano em Portugal 35 anos depois*. <http://ifc.dpz.es/recursos/publicaciones/30/23/32dencarnacao.pdf> [acedido em 14.11.2015].

ENCARNAÇÃO, José d' (1985) – “Reflexões sobre a epigrafia romana de Ossónoba”. In: *Anais do Município de Faro*. Faro, 15, pp. 125-132.

ENCARNAÇÃO, José d' (2016) – “Manifestações religiosas na Lusitânia romana ocidental”. In: *Lusitânia Romana, Origem de dois Povos*.

FERREIRA, Marisol Aires; CARVALHO, António; GOMES, Esmeralda Gomes (2008) – *Alcácer, Terra de Deusas*, Câmara Municipal de Alcácer do Sal.

GÓMEZ VALLE, Daniel (2007) – *Estatuas de las Villas Romanas de Talavedra la Real. Los Asentamientos Rurales Romanos*.

<http://cronicasdetalavera.blogspot.com.es/2007/04/estatuas-de-las-villas-romanas-de.html> [acedido em 14.11.2015].

GONZÁLE HERRERO, Marta (2016) – *La Implantación del Culto Imperial de la Provincia en Hispania*. Archaeopress Publishing Ltd.

HAUSCLILD, Theodor (2002) – “Templos Romanos na Província da Lusitânia”. In: *Religiões da Lusitânia (Catálogo da Exposição)*, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa, pp. 215-222.

LOZANO GÓMEZ, Fernando (2010) – “Un dios entre los hombres. La Adoracion a los emperadores romanos en Grecia”. In: *Instrumenta*, Vol. 37 (2010). <http://ancientworldonline.blogspot.pt/.../open-access-monogra> [acedido 12.12.2015].

MAIA, Manuel, MAIA Maria (2008) – *Lucernas de Santa Bárbara*, Castro Verde.

MANTAS (2002) – “Mundo Religioso dos Viajantes e Comerciantes”. In: *Religiões da Lusitânia - Loquuntor Saxa*.

MATOS, Hernâni (2010) – “O Vinho na mitologia greco-latina”. In:

<https://dotempodaoutrasenhora.blogspot.pt/2010/07/o-vinho-na-mitologia-grego-latina.html>

PONTE, Maria de la Salette (2002) – “Amuletos na Província da Lusitânia” In: *Religiões da Lusitânia - Loquuntor Saxa*, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa.

RIBEIRO, José Cardim (2007) – *Soli Aeterno Lunae – Cultos astrais em época pré-romana e romana na área de influência da Serra de Sintra: ¿Um caso complexo de sincretismo?*. Sintra, 1995-2007.

RIBEIRO, José Cardim (2002) – “Pátera da Lameira Larga”. In: *Religiões da Lusitânia - Loquuntor Saxa*, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa.

PIRES, Hugo; SANTOS, Maria João Correia Santos; SOUSA, Orlando (2012) – *Nuevas lecturas de las inscripciones del santuario de Panóias (Vila Real, Portugal)*.

OS MOSAICOS ROMANOS DESCONTEXTUALIZADOS

ALGUNS EXEMPLOS EM COLEÇÕES DE

MUSEUS NACIONAIS E ESTRANGEIROS

Maria de Fátima Abraços

**(Doutorada em História da Arte, investigadora do Instituto de História da Arte da FCSH/UNL,
Membro da AAP, membro fundador da APECMA - Associação para o Estudo e Conservação do
Mosaico Antigo, maria.abracos1951@gmail.com)**

RESUMO:

Neste estudo, mostramos de que forma os museus podem contribuir para o conhecimento e divulgação dos mosaicos romanos, proporcionando assim aos investigadores a possibilidade do seu estudo e o seu usufruto por todo o tipo de públicos. Em Portugal, mais de trinta museus guardam nas suas coleções mosaicos, ou melhor, fragmentos de mosaico de que nem sempre conhecemos a sua proveniência. Como sabemos, a musealização deve ser feita dentro do contexto para melhor se entender o passado, no entanto não podemos desaproveitar todos os levantamentos de mosaicos, porque devido a essas ações que, pontualmente condenamos, hoje podemos estudar e fruir a beleza de muitas dessas peças. Os mosaicos da Síria, atualmente, local de um dos maiores conflitos mundiais, são exemplo disso.

PALAVRAS-CHAVE:

Mosaico romano, museus, salvaguarda, conservação e restauro.

ABSTRACT:

In this study, we show how the museums can contribute to the knowledge and dissemination of Roman mosaics, thereby giving researchers the possibility of their study and their enjoyment by all kinds of audiences.

In Portugal, more than thirty museums hold in their collections, or rather, mosaic fragments that do not always know their provenance. As we know, the musealization must be made within the context to better understand the past, but we can't disprove all mosaics surveys, because due to these actions, promptly condemn today, we can study and enjoy the beauty of many of these pieces. The mosaics of Syria, currently the site of a major world conflict, are examples of this.

KEY WORDS:

Roman mosaic; museums; safeguard; conservation and restoration.

Em Portugal, só a partir da segunda metade do século XIX, o século em que o Homem europeu sentiu a necessidade de conhecer o seu passado, é que algumas figuras, individuais e institucionais, protetoras dos achados arqueológicos, tentaram dar a conhecer e salvaguardar esses bens, tentando proteger também os mosaicos, que iam sendo descobertos. Os tessellatos com os motivos figurativos eram destacados e colocados num suporte de gesso ou cimento e muitas vezes encaixilhados, passando a circular pelos antiquários ou eram adquiridos para integrar coleções particulares ou de museus. Este procedimento foi comum em Portugal, mais de trinta museus guardam mosaicos ou fragmentos de mosaicos nos seus acervos, mas na sua maioria não têm registo da sua descoberta e levantamento. Quando se escavavam estruturas com mosaicos, raramente se faziam registos minuciosos dos

achados e da sua integração arquitetónica e muitas vezes, estas peças, não recebiam número de inventário.

Bandeira Ferreira e os mosaicos de Tróia

Este interesse pela salvaguarda dos bens arqueológicos coube à Sociedade Arqueológica Lusitana (S.A.L.), criada, em 1850, para proceder às escavações das ruínas de Tróia. Tendo esta Sociedade declinado e desaparecido seis anos mais tarde, os bens arqueológicos, que tinham sido postos a descoberto, foram também desaparecendo com o tempo e só nos anos trinta do século XX, Marques da Costa, a partir do espólio arqueológico e documental deixado pela S.A.L., “pôde reconstituir mental e graficamente as casas romanas de Tróia” e os seus mosaicos (COSTA, 1930-1931, pp. 20-24). Na década de cinquenta, as escavações

dirigidas por Manuel Heleno¹ e executadas por Bandeira Ferreira voltaram a trazer à luz do dia, apenas uma parte dos mosaicos deixados *in situ*.



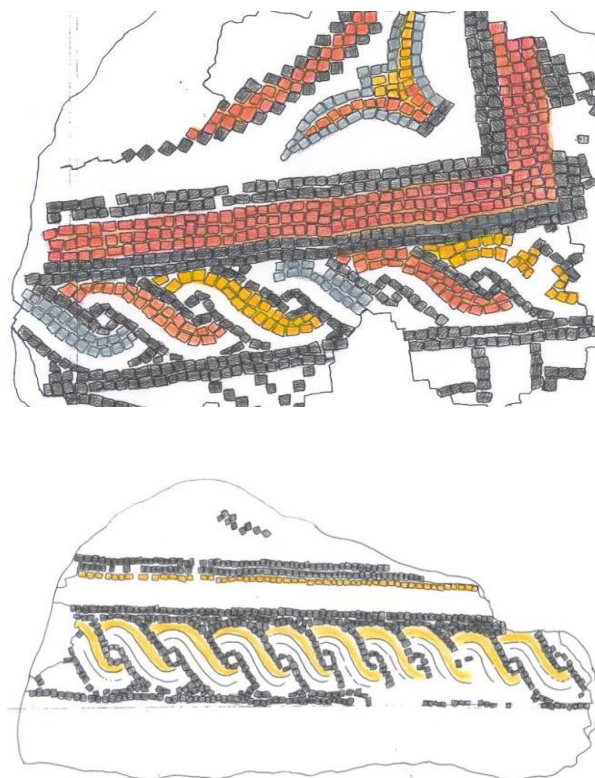
Fig. 1: Desenho de mosaico *in situ* (Tróia) executado por Bandeira Ferreira, Diário da campanha de 1956 (AMNA).

A superfície destes pavimentos vai sendo cada vez mais reduzida e os vestígios vão sendo cada vez mais escassos. O Museu Arqueológico de Lisboa guarda cerca de oito dezenas de fragmentos provenientes desta estação e milhares de tesselas soltas.

¹ Este Diário de escavação estava incluído no Arquivo Manuel Heleno do Museu Nacional de Arqueologia. Inédito e que apresentámos em apêndice na nossa tese de doutoramento (ABRAÇOS, 2006, pp. 143-146). Apresentámos e transcrevemos as matérias que diziam respeito à descoberta e redescoberta de mosaicos. Gabriel Pereira já tinha procedido a sondagens nesta área e encontrado parte do mosaico do *atrium* da casa escavada por Bandeira Ferreira, conforme é referido neste diário de escavação.

Possidónio da Silva e a salvaguarda do património musivo

Coube, na década de setenta do século XIX, ao Arquiteto Possidónio da Silva continuar a pugnar pela salvaguarda do património artístico Nacional e também pela salvaguarda do património mosaístico, que tentou resgatar da destruição total ou parcial no lugar de Martim Gil, Leiria. Por falta de verbas e de interesse das instituições que salvaguardavam estes bens, Possidónio, apenas, conseguiu salvar e fazer transportar para o Museu Arqueológico do Carmo, o mosaico que considerou mais significativo quanto à policromia e técnica de execução e assistiu, impotente, à delapidação dos que ficaram no local. Atualmente, o Museu do Carmo guarda apenas dois fragmentos de mosaicos, que não apresentavam número de inventário, nem qualquer outro tipo de registo (ABRAÇOS, 2005, pp. 241-245).



Figs. 2 e 3: Desenhos dos fragmentos dos mosaicos existentes no Museu do Carmo, Lisboa. Dimensões: (44X54X6,5cm) e (44,5X90X12cm).

As descrições apresentadas nos catálogos são sumárias, ou não correspondem aos dois fragmentos de mosaicos, que ainda existem, pelo que não temos

elementos suficientes, que nos possam dar a conhecer a proveniência exata destas peças. Sabemos que após a morte de Possidónio da Silva (1896), os seus herdeiros reclamaram a coleção particular de artefactos aí depositados pelo seu familiar. Esta poderá ser uma justificação para o desaparecimento de alguns dos mosaicos. Desconhecemos ainda os preceitos de cedência de peças a outras instituições ou a coleções particulares.

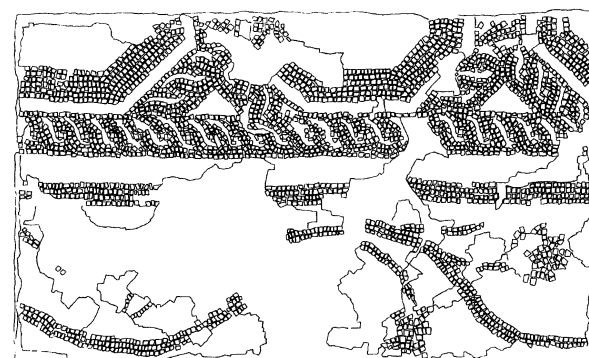
Estácio da Veiga e os mosaicos do Algarve

Nesta mesma década, Estácio da Veiga concluía a *Carta Archeologica do Algarve* (1877-78) e tendo reunido uma vastíssima coleção de materiais romanos com o objetivo de fundar o Museu Arqueológico do Algarve, que por vicissitudes várias não chegou a ver concretizado, reuniu nesta coleção mais de meia centena de fragmentos de mosaicos. Este espólio recolhido por Estácio da Veiga viria a formar o núcleo inicial do Museu Etnográfico Português (1893). Dele destacamos os mosaicos, que se mantiveram intactos e emoldurados até 1988, altura em que um financiamento atribuído pelo Instituto Português do Património Construído (IPPC) permitiu substituir os suportes originais por novos suportes ligeiros de resina epoxida. Pensamos que este procedimento poderia ter sido evitado. Tratando-se de mosaicos de pequenas dimensões, que, em média, oscilam entre 50 e 35 centímetros de lado, poderiam manter o suporte original, procedendo-se apenas à sua consolidação. Assim, perdemos toda a informação que esses suportes nos podiam fornecer, para além de termos perdido o desenho original e as verdadeiras dimensões do fragmento. Esta intervenção alterou o aspeto e o desenho dos motivos de alguns dos mosaicos e provocou a desagregação de tesselas noutros. O fragmento com o número de inv.: 18685 de Pedras d'El-Rei (ABRAÇOS, 2011, p. 71) apresenta-se muito danificado e as tesselas continuam a desagregar-se, conforme podemos verificar na figura 5.

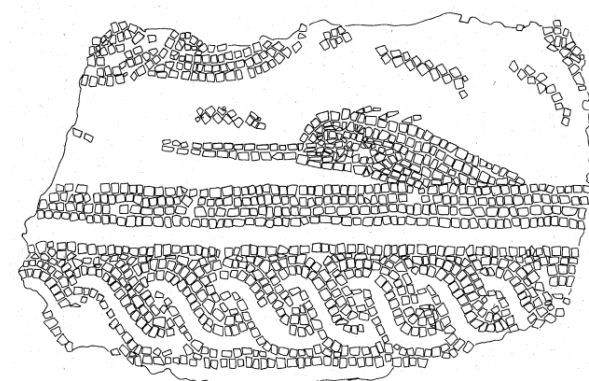
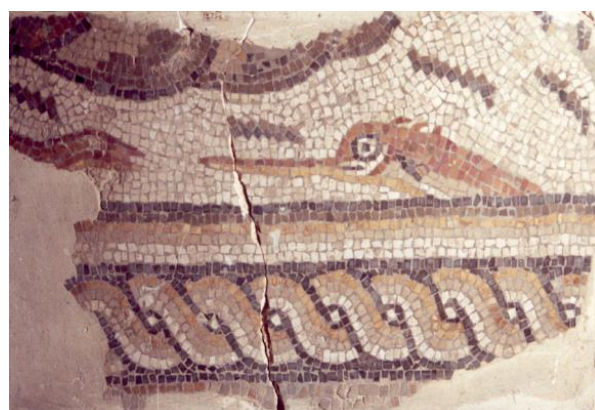
No nosso estudo comparativo das dimensões dos mosaicos, antes e depois do restauro, verificámos que a intervenção feita ao nível do suporte alterou as dimensões do tessellato (ABRAÇOS, 2006, p. 256). Quinze dos vinte e dois fragmentos viram aumentadas as suas dimensões de 1 a 9 cm no comprimento e de 1 a 3 cm na largura. Cinco apresentam medidas inferiores depois de restaurados.

Destacamos também o caso do mosaico do Montinho das Laranjeiras, o mosaico do peixe,

inv.:18754 (ABRAÇOS, 2006, Anexo I, ficha 325), que perdeu 9 cm no comprimento e 2 na largura.



Figs 4 e 5: Mosaico de Pedras d'El-Rei, 1988 (antes do restauro) e desenho feito depois do restauro (ABRAÇOS e VIEGAS, 2005). AFMNA.



Figs. 6 e 7: Mosaico do Montinho das Laranjeiras, Alcoutim e desenho realizado depois do restauro (ABRAÇOS, 2003). AMNA.

Leite Vasconcelos e a salvaguarda dos bens mosaísticos

Voltando aos nossos pioneiros oitocentistas da defesa patrimonial, lembramos Leite Vasconcelos, o primeiro diretor do Museu Etnográfico Português, que revelou grande interesse na salvaguarda dos bens mosaísticos, adquirindo para o museu cerca de uma dezena de mosaicos, entre eles o de Póvoa de Cós (Alcobaça), descoberto em 1902 e que considerou digno de conservação e estudo. Sobre a aquisição problemática deste mosaico manifestou o seu desagrado referindo que: “em todos os países civilizados se dá, effectivamente, grande apreço aos mosaicos (...) Mas infelizmente, (em Portugal), por effeito da ignorancia provinciana, taes reliquias, quando por acaso se tem encontrado, hão sido descuidadosamente destruidas, para se satisfazer algum fim immediato.” (VASCONCELOS, 1902, p. 148).

Este mosaico de Póvoa de Cós recebeu suporte de

cimento armado, na década de 40 do século XX. Na década de 80 foi levantado e fragmentado em dezanove painéis, que ficaram depositados na reserva do museu. (ABRAÇOS, 2006, Anexo I, ficha 112) e volvidos cem anos sobre a sua descoberta, apenas a parte do emblema central voltou a ser alvo de restauro na oficina do Museu Arqueológico de S. Miguel de Odrinhas, onde foi restaurado por Carlos Beloto. Preparado com um novo suporte ligeiro e dividido em quatro placas, em que o preenchimento das lacunas e dos cortes foram feitos com tesselas de resina sintética magnetizadas com íman para fazer a junção destas ao suporte (Abril, 2005). Consideramos a utilização de tesselas de resina sintética, na integração de lacunas, pouco científica. Sentir e saber escutar a obra de arte é fundamental: dela recebemos toda a informação explícita e implícita. Deve-se recuperar a técnica manual antiga e assegurar uma perfeita compatibilidade com os materiais musivos originais, tentando restituir a legibilidade da obra.

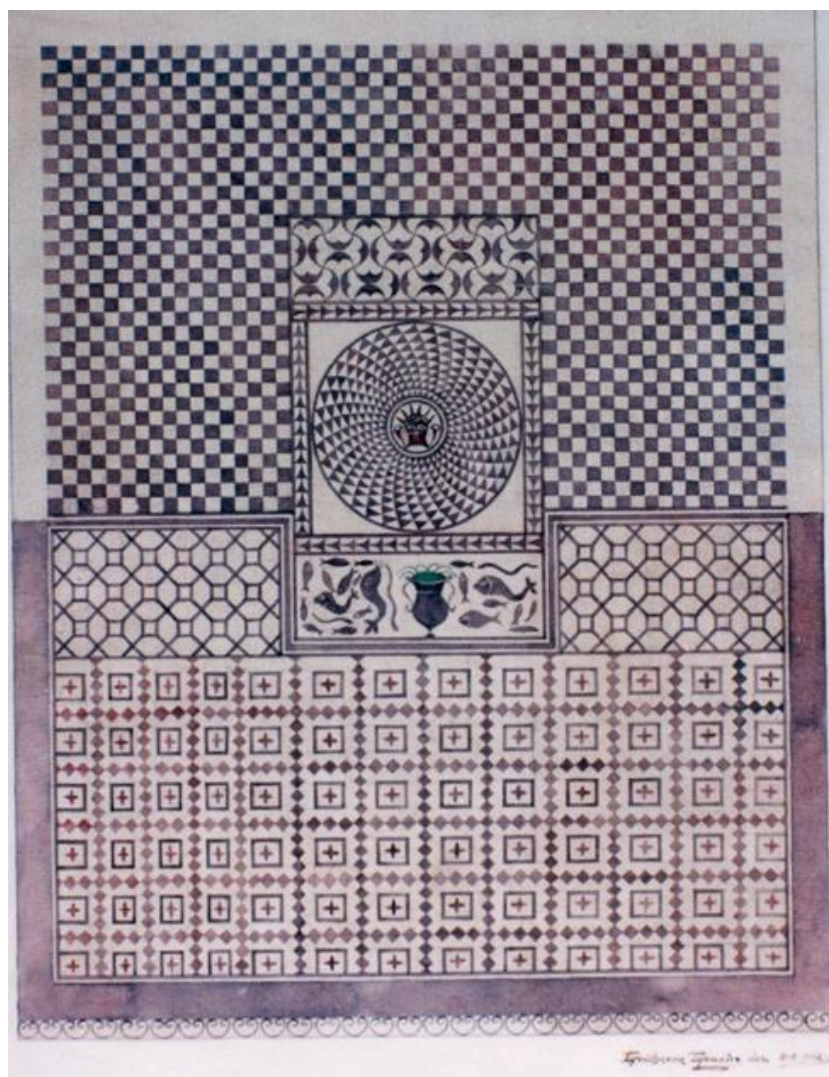


Fig. 8: Mosaico de Póvoa de Cós. Desenho de G. Gameiro, AFMNA.

Manuel Heleno e a equipa de restauro do *Opificio delle Pietre Dure* de Florença

Queremos também destacar o papel de Manuel Heleno e as diligências que fez para trazer a Portugal a equipa de restauro do *Opificio delle Pietre Dure* de Florença. A vinda a Portugal desta brigada de restauradores italianos tornou possível encarar de forma mais segura o problema do levantamento e consolidação de mosaicos. Conhecidas as técnicas de arranque e assentamento e os resultados da sua aplicação foi possível começar a aplicá-las em Conímbriga.² O *modus operandi* adotado, pela equipa de restauradores do Arquitecto Orlandini, diretor do *Opificio*, consistia na substituição do suporte do painel original por um suporte em cimento armado em rede seguida da recomposição dos painéis destacados

No verão de 1951, por iniciativa da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, uma equipa do Museu Etnológico, que coadjuvou os italianos, procedeu, em Conímbriga, sob a orientação de Manuel

Heleno, ao levantamento e consolidação do mosaico do Sileno. Tinha-se planeado arrancá-lo e colocá-lo, depois de restaurado, no mesmo lugar. Na altura utilizavam-se dois métodos de levantamento: um feito com a ajuda de rolo, outro feito a partir do levantamento do mosaico por secções, seguido de desbaste do *opus signinum*. Manuel Heleno preferiu o segundo método por:

“manter melhor a pureza das figuras e a sua posição, evitando a deformação que a elasticidade da tela necessariamente provoca no processo do rolo. Por isso se dividiu o mosaico em 18 secções, que foram sucessivamente arrancadas, tratadas, restauradas e assentes no primitivo lugar. Certamente algumas deficiências se notarão neste trabalho. Mas ele ficará como a primeira tentativa feita em Portugal para consolidar e restaurar in situ os mosaicos lusitano-romanos do nosso território e libertá-los da máscara de areia com que se oculta e danifica a sua beleza.”³



² Oleiro, J. M. Bairrão (1964) - *Ruínas de Conímbriga – Consolidação de mosaicos*, Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, nº 116, Junho 1964, p. 19.

³ Heleno, M. - [Ofício nº 6017] 1952 Janeiro 28, Lisboa [ao] Presidente do Instituto de Alta Cultura. Arquivo do Museu Nacional de Arqueologia.



Figs. 9 e 10: Conímbriga. O legado da equipa de Florença (OLEIRO, 1964).

Os operários, que trabalhavam em Conímbriga por conta da DGEMN familiarizaram-se com as novas técnicas ensinadas pelos funcionários do Museu Etnológico durante o verão de 1951 e continuaram a aplicar a mesma técnica para os restantes mosaicos.

No entanto, o novo método da aplicação do cimento, defendido pelos restauradores europeus, confirmado na Carta de Atenas e posto em prática pela equipa de Florença, tem-se revelado negativo. A oxidação dos ferros das estruturas internas do cimento provocou a dilatação destes, o arqueamento das placas e consequentemente o rebentamento da camada de aderência das tesselas. A migração de sais solúveis para a superfície dos mosaicos cobriu-os com uma película acinzentada de difícil remoção. Os efeitos térmicos provocaram o rebentamento do cimento e a deslocação das tesselas.

Perante estes resultados, este método foi sendo substituído ao longo da década de sessenta por uma nova metodologia para o levantamento e armazenamento dos pavimentos musivos e que substituiu a técnica do cimento armado.

A oficina de restauro de Conímbriga, pondo em prática o novo método, continua a sua tarefa tentando responder aos diferentes pedidos de restauro de mosaicos de várias estações arqueológicas, no sentido de consolidar e restaurar os mosaicos *in situ* ou por outro lado, consolidar ou substituir os antigos suportes de cimento armado por suportes sintéticos e ligeiros.

A par da oficina de restauro de Conímbriga foram surgindo, ao longo das duas últimas décadas do século XX e até à atualidade, empresas privadas de restauro de materiais arqueológicos. Os levantamentos de mosaico que se têm efetuado ultimamente têm como fim o estudo das camadas subjacentes, a necessidade de



Figs. 11 e 12: Na primeira figura, os técnicos de restauro Afonso Oliveira e Manuel Henrique Santos do Museu Monográfico de Conímbriga procedem à supressão da tela superficial de um dos painéis do mosaico das Musas. A segunda figura mostra o painel já com o suporte ligeiro de favo de alumínio.

continuação dos trabalhos de escavação, a consolidação do leito de assentamento do mosaico, o tratamento do tessellato e a sua colocação em novo suporte e consequente restituição à situação original. No entanto, há que ter em consideração que cada caso é um caso, e que é necessário ponderar as diferentes opções de proteção antes de ser tomada qualquer decisão. O clima, a geologia e a pedologia variam de Norte para Sul e do litoral para o interior dando origem a uma grande diversidade de ambientes, por isso é necessário fazer-se uma monitorização de todos os mosaicos e elaborar uma carta de risco para cada estação, seguindo o exemplo do que tem sido feito no Rabaçal, que anualmente tem reunido uma equipa de âmbito internacional, cuja diversificada experiência profissional tem permitido refletir sobre os problemas e ensaiar medidas de conservação preventiva. Realizaram-se algumas experiências sobre sistemas de proteção preventiva com areia, intercalada com geotêxtil e/ou com argila expandida, de acordo com diferentes estratificações, bem como a aplicação de diferentes ervicidas. Numa pequena área, ensaiou-se a exposição do *tesselatum* protegido com uma cobertura simples depois de previamente limpo e consolidado. Todas estas experiências foram monitorizadas ao longo de um ano e diagnosticadas de três em três meses. De um modo geral a monitorização demonstrou que a areia continuava a ser o sistema de melhor versatilidade e eficácia e que os ervicidas não afetavam particularmente os mosaicos. Por outro lado o mosaico posto a descoberto, reagiu positivamente à exposição

durante o ano. Atendendo aos bons resultados da exposição e cobertura provisória, optou-se, por realizar experiências análogas às anteriores, em áreas de outros sectores do sítio. Este trabalho tem sido realizado com o apoio da Câmara Municipal de Penela, da Universidade de Coimbra e o trabalho de voluntariado de vários especialistas, sob a supervisão do Doutor Miguel Pessoa. A APECMA (Associação Para o Estudo do Mosaico Antigo) criada em 2006, considera que é urgente proceder à elaboração de uma Carta de Risco para os bens mosaísticos e que para isso espera contar com os apoios das universidades, das empresas públicas e privadas, dos colecionadores, das Associações Culturais de Defesa do Património, do apoio monetário e logístico das autarquias, do Ministério da Cultura e do Mecenato, mas nos dias de hoje os apoios para os bens culturais são escassos. Não queremos ser pessimistas, mas continuando com uma política de abandono dos sítios arqueológicos, os mosaicos *in situ* e mesmo os que se encontram nos museus sem manutenção, não sobreviverão por muito tempo para fruição futura.

Dos mais de 250 sítios arqueológicos com mosaicos apenas são alvo de trabalhos de manutenção e observação constante os mosaicos de cerca de 10% dos sítios. Não quer dizer que muitas outras estações não tenham os seus mosaicos protegidos, mas não são alvo de monitorização constante, por isso os mosaicos de mais de 90% das nossas estações arqueológicas poderão estar em risco.

Procurámos apresentar, com alguns exemplos, o *modus operandi* a que foram sujeitos alguns mosaicos, que se encontram atualmente em contexto, no sítio arqueológico, ou descontextualizados integrando as coleções de Museus. No entanto, e tendo em conta, que na reserva do Museu Nacional de Arqueologia e em muitos outros museus estrangeiros, se encontram mosaicos provenientes da Síria, um património descontextualizado devido à comercialização, negócio ilegal muito praticado nesta região, que desde o terceiro milénio a.C. é o traço de união entre o mundo mediterrânico e o extremo oriente. Mas também, muitos dos bens patrimoniais deste território têm sido protegidos e conservados fora do seu local de origem e circulado ao abrigo do intercâmbio cultural e de cooperação existente entre estados, conforme o protocolo realizado no início do século XX entre a Síria e a Bélgica para os mosaicos de Apameia.

O levantamento dos mosaicos de Apameia, Síria e a intervenção belga

O imenso campo de ruínas de Apameia foi visitado por muitos viajantes ocidentais desde o início do século XX, o que motivou a sua exploração sistemática, a partir de 1928. Coube a uma equipa belga o árduo trabalho de trazer à luz os tesouros adormecidos. Nos termos do acordo de partilha, entre a Síria e Bélgica, foram trazidos para Bruxelas os mosaicos hoje expostos nos Musées Royaux d'Art e d'Histoire, no Parque do Cinquentenário: os mosaicos do pórtico da grande colunata, os mosaicos da sinagoga e da catedral e o mosaico da “grande caçada” da residência do governador, entre outros.

Estes mosaicos foram levantados do seu local de origem, em painéis com uma dimensão entre um e dois metros quadrados e foram restaurados graças ao paciente trabalho de Jean Lahaye. O mosaico da



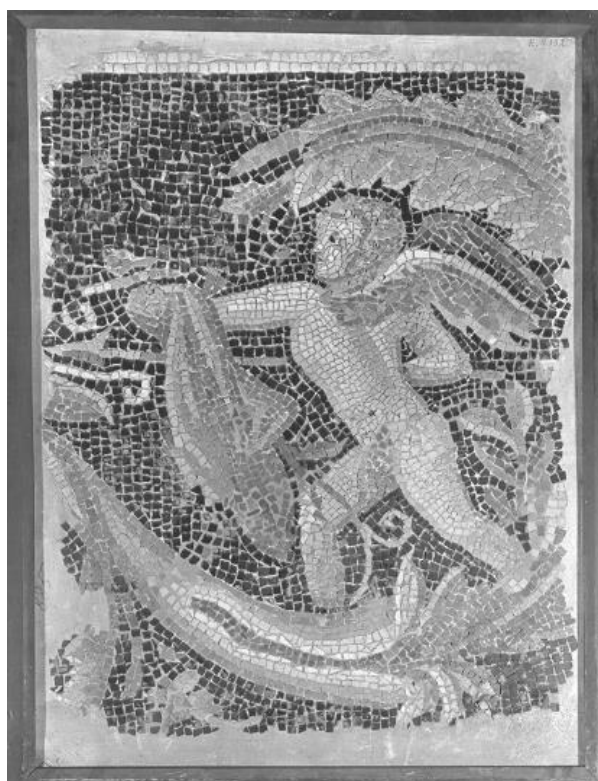
Figs. 13 e 14: Aspecto do mosaico antes do último restauro, onde são visíveis as juntas de ligação entre os painéis. (BALTY, 1986, fig. 26) e aspecto atual do mosaico da “Grande caçada”, resultante do restauro de 1946. Fotografia da autora, Maio 2005.

“grande caçada” da residência do governador foi descoberto na campanha de 1935, tendo-se procedido ao seu levantamento imediato, cortando-o em cinquenta e dois painéis. Foram feitos decalques, em aguarela, das partes cortadas, de modo a facilitar e executar com precisão o fecho das juntas na recolocação dos painéis no museu. Em 1946, devido a um incêndio, o mosaico necessitou de um segundo restauro, que se realizou de 1960 a 1965, de modo a apresentar-se tal como se pode apreciar na fig. 14 (BALTY, 1986, p. 13).

Os mosaicos da Síria da coleção do Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa

Provenientes de Balquis, Selêucia do Eufrates, estão depositados na reserva do MNA cinco fragmentos de mosaicos, que faziam parte de um pavimento musivo, que apresentava um painel central com o deus Neptuno, como representação do Mar Mediterrâneo, rodeado pelas Províncias Romanas. Este mosaico foi desmembrado em cerca de quarenta fragmentos, hoje espalhados por mais de uma dezena de proprietários. Foram comprados pelo Cônsul de Portugal em Alepo e enviados para o Museu Nacional de Arte Antiga de Lisboa, onde se mantiveram até 1951, altura em que passaram a integrar o acervo do Museu Nacional de Arqueologia de Lisboa (LANCHA, 1985, pp. 155-176).

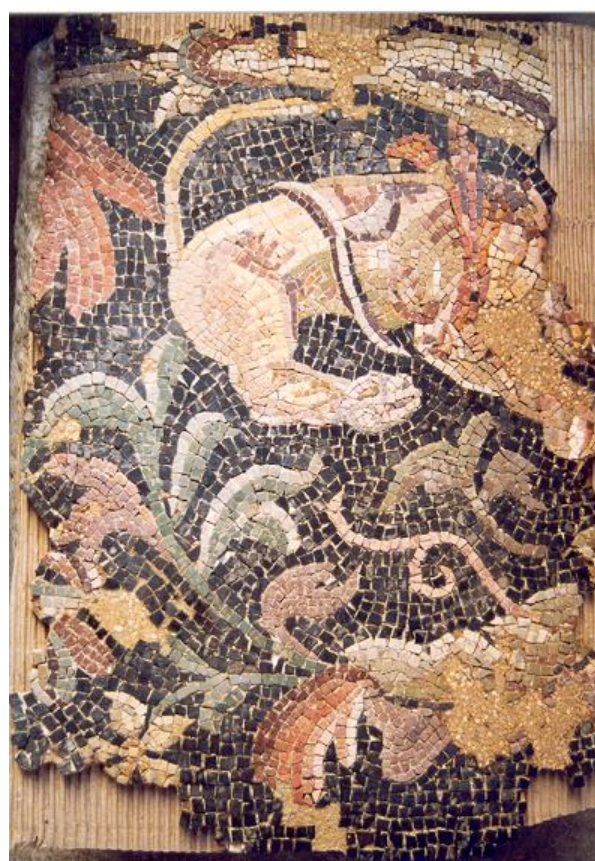
Em 1988, foram restaurados por Carlos Beloto. Foi-lhes retirado o caixilho de madeira e o suporte de argamassa, tendo recebido um novo suporte ligeiro de resina epóxida, o que, mais uma vez, alterou a constituição e a dimensão dos mosaicos, conforme podemos ver nas figuras 18-19 e 20-21.



Figs. 15, 16 e 17: MNA, inv.: 2002.5.3 (0,70X0,55 m); inv.: 2002.5.4 (0,69X0,59 m); inv.: 2002.5.5 (0,47X0,49 m). AFMNA.



Figs. 18 e 19: MNA, inv.: 2002.5.1 (0,66X0,46 m); Antes e depois do restauro feito em 1988. (AFMNA e ABRAÇOS, 2006).



Figs. 20 e 21: MNA, inv.:2002.5.2 (0,68X0,49 m). Antes e depois do restauro de 1988. (AFMNA e ABRAÇOS, 2006).

A conservação de mosaicos deve tender para a sua preservação *in situ* para que melhor se entenda a sua inserção bem como o seu envolvimento arquitetónico. Não devemos esquecer que qualquer intervenção deverá ser reduzida ao mínimo indispensável, devendo sempre ser acompanhada de um estudo aprofundado. As reconstruções a efetuar deverão limitar-se à “anastilose”, ou seja, à reconstrução baseada unicamente em elementos seguros; é necessário garantir a reversibilidade da intervenção, de maneira que, em qualquer momento, se possa alterar o que foi acrescentado.

No III Colóquio AISCOM (Associação Italiana para o Estudo e Conservação do Mosaico), realizado em 1995, Gael de Guichen e Roberto Nardi (GUICHEN e NARDI, 1996, p. 488) lembraram que alguma coisa mudou na década de 70, devido ao papel do ICCM (International Committee for the Conservation of Mosaics), onde foram lançados os fundamentos comuns para o confronto cultural e técnico. Esta iniciativa foi continuada com a organização de um encontro trienal de especialistas sobre o tema da conservação do mosaico com a consequente publicação de atas, tendo-se realizado o último encontro deste *Comité*, em 2014, na Sardenha.

Nestes encontros tem-se defendido as iniciativas no campo da formação e da informação. Tem-se notado uma evolução no campo da consolidação *in situ*, uma maior atenção e respeito pela estratigrafia e contextos arqueológicos, uma crescente sensibilidade e disponibilidade para informar. Tem-se observado um lento e tímido aumento da prática de planificar as intervenções. “No passado, pensava-se no objeto, hoje enfrenta-se a coleção; no passado pensava-se na sala, hoje pensa-se no edifício; dantes planificava-se à semana, hoje planifica-se ao ano; dantes tudo se realizava em segredo, hoje informa-se. Hoje, procura-se prevenir o dano aplicando medidas e técnicas de conservação preventiva” (GUICHEN e NARDI, 1996, p. 489).

A musealização deve ser feita dentro do contexto para melhor se entender o passado, no entanto não podemos desaproveitar todos os levantamentos de mosaicos, que foram realizados até meados do século XX, porque devido a essas ações, que pontualmente condenamos, hoje podemos estudar e fruir a beleza de muitas dessas peças musivas. Os mosaicos da Síria, atualmente, local de um dos maiores conflitos mundiais, são exemplo disso.

Agradecimentos:

Para o estudo destes mosaicos, contamos com a ajuda dos funcionários do Museu Nacional de Arqueologia, que nos facilitaram o acesso às reservas, aos arquivos fotográficos, aos desenhos e a todo o tipo de informação sobre conservação e restauro dos mosaicos do Museu, sob a supervisão do seu antigo diretor, Dr. Luís Raposo e atual Dr. António Carvalho. Agradecemos ao Doutor Miguel Pessoa a possibilidade de termos integrado as equipas de restauro de mosaicos da estação arqueológica do Rabaçal e ainda ao Doutor Virgílio Correia, diretor do Museu Monográfico de Conimbriga e aos restauradores Afonso Oliveira e Manuel Henrique dos Santos da Oficina de restauro de Conimbriga todo o apoio prestado.

Bibliografia:

ABRAÇOS, Maria de Fátima (2005) – “Os Mosaicos Romanos”. In: *Construindo a Memória. As coleções do Museu Arqueológico do Carmo*. Lisboa, AAP, pp. 241-245.

ABRAÇOS, Maria de Fátima (2006) – *Para a História da conservação e restauro do mosaico romano em Portugal*. [documento policopiado]. Lisboa, Vols. I-II-III, Tese de Doutoramento. Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa.

ABRAÇOS, Maria de Fátima (2008) – “Conservation et restauration des mosaïques romaines au Portugal – Quelques exemples dans les collections de musées”. In : *Proceedings. Lessons learned: reflecting on the Theory and practice of mosaic conservation. The 9th Conference of the International Committee for the Conservation of Mosaics*. 2005. Tunisia, Getty Publications, pp. 69-74.

ABRAÇOS, Maria de Fátima (2011) – “Os mosaicos romanos de *Bracara Augusta* da coleção do Museu Regional de Arqueologia D. Diogo de Sousa, Braga”. In: *O mosaico romano nos centros e periferias. Originalidades, influências e identidades. Actas do X Colóquio AIEMA*, 2005. Conimbriga, pp. 827-835.

ALARCÃO, Adília; BELOTO, Carlos (1987) – *Restauro de Mosaico*. Lisboa, IPPC, p. 14.

BALTY, Janine (1986) – *Mosaïques d'Apamée*. Bruxelles, Musées Royaux d'Art et d'Histoire.

COSTA, A. I. Marques da (1930-31) – “Estudos sobre algumas estações da época luso-romana nos arredores de Setúbal”. In: *Archeologo Português*. Vol. XXIX, pp. 20-24.

GUICHEN, Gael de; NARDI, R. (1996) – “La conservazione dei siti archeologici: strategie, tecniche e strumenti. Il caso del mosaico”. In: *III Colloquio AISCOM. 6-10 dicembre 1995*. Bordighera, Istituto Internazionale di studi Liguri, p. 488.

HELENO, Manuel (28 de Janeiro de 1952) – *Lisboa [ao] Presidente do Instituto de Alta Cultura*. Arquivo do Museu Nacional de Arqueologia. [Ofício nº 6017].

LANCHA, Janine (1985) – “Cinq fragments de la mosaïque des provinces (Balquês – Séleucie sur l’Euphrate) conservés au Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, Lisbonne”. In: *O Archeólogo Português*. Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, Série IV, Vol. 3, Lisboa, pp. 155-176.

OLEIRO, J. M. Bairrão (1964) – *Ruínas de Conímbriga – Consolidação de mosaicos*, Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, N.º 116, Junho 1964, p. 19.

VASCONCELOS, Leite (1902) – “Mosaico romano de Alcobaça”. In: *O Archeologo Português*. Lisboa, Museu Ethnologico Português, Vol. VII, pp. 146-149.

CASTRO LABOREIRO E O SEU CASTELO

CONTRIBUTO PARA O SEU ESTUDO

Diana Carvalho

(mestranda em História e Património, dianacarvalho.pt@gmail.com)

RESUMO:

Propõe-se neste artigo o tratamento amplo de um conjunto de temas, sendo a unidade dos conteúdos conferida por uma perspectiva global na longa duração, sobre o território de Castro Laboreiro e o seu castelo. Articulou-se a análise administrativa, política, militar e patrimonial, conforme a bibliografia e as fontes permitiram, assumindo-se, desde já, o difícil estudo deste tema.

PALAVRAS-CHAVE:

Castelo, Castro Laboreiro, História.

ABSTRACT:

It is proposed in this article the broad treatment of a range of issues, the unity of content being given by a global perspective in the temporal long term about the territory of Castro Laboreiro and its castle. It was articulated the administrative, political, military and cultural heritage process analysis, as the bibliography and sources allowed, assuming, as soon as possible, the difficult study of this topic.

KEY WORDS:

Castle, Castro Laboreiro, History, Cultural Heritage, Notes.

1. Acesso, geografia e implantação

Actualmente, a freguesia de Castro Laboreiro encontra-se em união política com a freguesia de Lamas de Mouro, ambas situadas no Distrito de Viana do Castelo, no Concelho de Melgaço. Situa-se entre duas cidades, uma a sudeste, a 16 km, Entrimo (Ourense), e outra a noroeste, a 26 km, Melgaço (sede de Concelho), a cidade portuguesa mais próxima. A estrada que as liga passa por Castro Laboreiro, facto que trouxe a esta Vila fronteiriça, nos anos 80 uma abertura para o mundo (com a liberalização das fronteiras), em direcção às grandes cidades do Norte de Portugal e do Norte de Espanha, colmatando algumas lacunas de abastecimento que se faziam sentir e se tinham vindo a resolver com o contrabando ao longo dos séculos. Partindo do centro da Vila e percorrendo a estrada municipal EM 1160 até ao lugar da Ameijoeira Castro

Laboreiro encontra-se a 7 km da fronteira com a Galiza. Uma das referências turísticas e religiosas mais importantes é o Santuário da Peneda, cuja distância a Castro Laboreiro é de 16 km. Este era, e é, um antigo acesso percorrido em direcção aos Arcos de Valdevez. As serras da Peneda eram por si também um ponto de travessia para os peregrinos a caminho da Santiago de Compostela. A estrada de Arcos de Valdevez em direcção a nordeste era um acesso medieval e moderno, entre Braga e Castro Laboreiro, ou seja, entre a arquidiocese e esta paróquia, por onde se terá exercido poder religioso e comercial¹. Uma outra referência

¹ Segundo a consulta do mapa "*Ligações em Entre Douro e Minho nos finais do século XV*", (simplificado de C. A. Ferreira de Almeida, "*A Pobreza e a assistência aos Pobres na Península Ibérica durante a Idade Média*", 1972 (MATTOSO, 1997)).

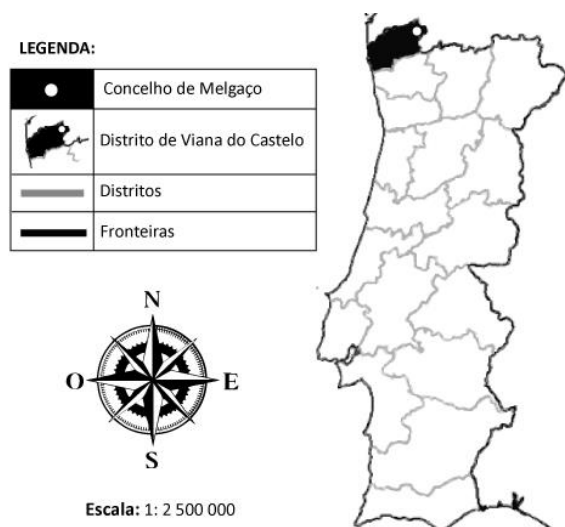


Fig. 1: Localização do Concelho de Melgaço, em Portugal e no Distrito de Viana do Castelo. Mapa base extraído do iGEO – informação geográfica. Desenhado por Diana Carvalho.



Fig. 2: Localização da U.F. de Castro Laboreiro e Lamas de Mouro. Mapa base extraído do iGEO – informação geográfica. Desenhado por Diana Carvalho.

geográfica importante é Celanova (Ourense), distante de Castro Laboreiro 45 km, terra que desde a formação das monarquias do Norte tem vindo a exercer influência sobre os territórios do “*Leporarium*”, uma das designações latinas para o território: Laboreiro – do Latim “*Lepus*”, leporis, leporem, leporarium, lepporeiro, leboeiro, que segundo as teses actuais deriva de “lebre”, por se encontrarem nestas áreas caça

em abundância, nomeadamente, lebres². Celanova merece uma explicação mais detalhada, que se protelará até uma próxima secção deste artigo.

Em suma, os montes graníticos de Castro Laboreiro afloram nas terras do Soajo e estendem-se até Celanova, na Galiza, situando-se no Alto Minho interior. A freguesia de Castro Laboreiro confronta-se a Norte, a Este e a Sul com território galego, com uma área de 89 km², sem contar com os 17 km² de Lamas de Mouro, e situa-se no aglomerado montanhoso da serra da Peneda. As altitudes do território variam entre os 1100 e os 500 m. A jurisdição ambiental, (relevante pela vigilância e protecção da fauna e flora selvagens deste território), está sob a tutela do Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF) e do Parque Nacional da Peneda-Gerês (PNPG)³. O património histórico arquitectónico da freguesia está sob a égide da Direcção Geral do Património Cultural.

A sua composição e delimitação geográfica compreende também uma zona planáltica, com 30km de extensão, pontilhada por um vasto legado patrimonial (mamoas, antas, gravuras), e por cerca de 15 aldeias (ou lugares), de habitação de Verão, intitulados de brandas. Em contraste, nos vales escarpados localizam-se 19 inverneiras, lugares de habitação de Inverno. Existem ainda 7 aldeias de habitação permanente. Nestes aglomerados populacionais dispersos em redor da sede da freguesia (a Vila), ainda é possível detectar traços de uma vida quotidiana comunitária. Apesar de a historiografia situar Castro Laboreiro na área compreendida entre Douro e Minho, este território montanhoso contrasta com os vales, planícies e colinas das zonas baixas: “de um lado, as que praticam uma agricultura intensiva e formam zonas demográficas extremamente densas, embora a maioria dos seus componentes se distribua por pequenas unidades de exploração familiares e autónomas, elas próprias compostas por retalhos dispersos de campos muito divididos; do outro, as que vivem em boa parte do pastoreio de gado miúdo em terras pobres e inóspitas, onde se juntam em aldeias, praticam uma agricultura intermitente apenas em algumas épocas do ano, necessitam de manter laços de forte solidariedade colectiva para organizarem o trabalho e preservarem os mais caros meios de

² RODRIGUES, 1996.

³ RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS N.º 11-A/2011, 4 de Fevereiro de 2011 – “Regulamento do Plano de Ordenamento do Parque Nacional da Peneda-Gerês”. In: *Diário da República*, 1ª série, N.º 25.

produção, como o forno, a eira, o moinho e o lagar.” (Mattoso, 1997, p. 143).

A fortaleza é principalmente acessível a pé, pois encontra-se situada no cume escarpado de um monte granítico, a cerca de 1033mts de altitude⁴, sendo os acessos Sul e Norte de características pedestres. No entanto o acesso motorizado ao início dos trilhos Sul e/ou Norte do monte do castelo é feito pela estrada nacional 202-3 e pela estrada municipal nº 1160. O acesso motorizado ao trilho pedestre Norte é feito pela estrada lateral ao Núcleo Museológico de Castro Laboreiro. O trilho de acesso Sul dista do castelo cerca de 1 km, e o trilho Norte cerca de 600 m.

2. Enquadramento histórico

2.1. O território

A síntese histórica que se segue procura agregar em linha cronológica os eventos que tiveram lugar na área territorial de Castro Laboreiro. Como nem sempre as fontes permitem a elaboração de uma cronologia específica e linear, o texto que se segue situará o território no Norte peninsular, no noroeste hispânico, nas montanhas do Alto Minho interior, na Calécia, na Galiza e no território nacional, conforme foi possível enquadrá-lo na historiografia, esperando que daqui resulte uma brevíssima história local, prolongada no tempo, desde a ocupação humana deste território. Enumeram-se também elementos patrimoniais das diversas épocas, que subsistem até hoje, por funcionarem como indicadores cronológicos na ausência da informação documental e reforçarem a existente.

Relativamente à ocupação humana do território de Castro Laboreiro, sabe-se que desde a pré-história⁵ tem sido palco de sucessivas ocupações. Os vestígios megalíticos de culto funerário situados no planalto a nordeste de Castro Laboreiro, o povoado castrejo a sudeste do castelo⁶, (cujas fundações datam da Idade do Ferro), e outros elementos, como o altar da cremação do Alto da Cremadoura, assim o indicam. As escavações arqueológicas locais desvelaram uma linha contínua de ocupação por vários povos, subsequentes a este período e prévios à fundação da nacionalidade, como os romanos, suevos e visigodos. Durante a época romana havia duas grandes áreas, a bracarense, mais urbana e civilizada, e a lucense, mais selvagem, contudo, a vinda

dos povos suevos e visigodos alterou este panorama dando origem a uma maior concentração e dispersão dos núcleos habitacionais intercalares dessas duas regiões⁷. Neste contexto histórico, o território de Castro Laboreiro situou-se entre as cidades de Bracara Augusta e Lucus Augusti, fazendo uma transição daquilo que seriam as duas grandes regiões citadas.⁸

Mais tarde, após a vinculação visigoda ao cristianismo e sua definitiva ocupação do noroeste português, quando os reinos godos se confrontam com as invasões muçulmanas, “a organização territorial e administrativa introduzida e fixada pela implantação do sistema paroquial com S. Martinho de Dume não podia, no entanto, deixar de contribuir para dar grande solidez à distribuição dos principais centros e dos povoados que deles dependiam.” (Mattoso, 1997, p. 396).

Relativamente ao legado romano este encontra-se presente nas váriadas pontes⁹ e pavimentos estrategicamente distribuídos em todo o território da freguesia¹⁰, pela Geira, situada na proximidade do território e pelo forte romano, Aquis Querquennis (“a Cidá”), situado em Bãnos, Concelho de Ourense, que terá sido construído para vigiar uma das vias que ligava a Bracara Augusta e para controlar a região. Dada a sua proximidade a Castro Laboreiro, este terá exercido influência sobre o território. Os vestígios suevos e visigóticos (séc. V-VI) encontram-se na política pública (direito visigótico; vindo do baixo império romano), nas liturgias e na arquitectura religiosa cristã. O povoado a sudeste do castelo é um forte indicador da presença destes povos, pois a quadratura das estruturas a par com outros elementos exumados durante as escavações arqueológicas revelam também presença romana e visigótica, além da ocupação humana durante a idade do ferro (Lima, 1996).

As invasões muçulmanas de 711, diluem a ocupação sueva e visigótica e acentuam o carácter rural do território do noroeste hispânico, não por influência directa, pois a economia dos grupos dominantes do norte peninsular baseava-se no intercâmbio dos géneros e bens provenientes do saque e despojo militar resultante das constantes guerras, era incompatível com a economia urbana do Sul: “tudo leva a crer que o váli

⁷ MATTOSO, 1997.

⁸ Relativamente ao carácter lucense, “mais selvagem”, não deveremos obliterar que este é um território montanhoso, altamente florestado, e que esteve ocupado pelos povos pré-celtas da Calécia, considerados não civilizados, mas que foram igualmente romanizados.

⁹ LIMA, 1996.

¹⁰ LIMA, 1996; RODRIGUES, 1996.

⁴ PINTOR, 2005; RODRIGUES, 1996.

⁵ LIMA, 1996; RODRIGUES, 1996.

⁶ LIMA, 1996.

de África e os chefes árabes e sírios estivessem muito mais interessados nas cidades das antigas províncias da Bética e da Tarraconense do que nas selvagens montanhas do Noroeste, difíceis de controlar militarmente e bem pouco rendosas para uma economia monetária como a do mundo muçulmano” (Mattoso, 1997, p. 397). Contudo, a influência árabe no território de Castro Laboreiro faz-se sentir através da toponímia¹¹, do vocabulário¹², das lendas¹³ e em algumas práticas gastronómicas como o bolo da pedra¹⁴, entre outras influências de carácter mais generalista como a numeração, por exemplo.

Em meados do séc. VIII, as guarnições muçulmanas do Ocidente Peninsular, incluindo as da Galécia, rebelaram-se contra os seus chefes por motivos relacionados com injustas distribuições de terras, e por motivos religiosos. “As tropas colocadas na Galécia abandonaram as suas fortalezas e não se sabe sequer se voltaram a ser ocupadas. A sua revolta desencadeou uma guerra civil, que durou até 756.” (Mattoso, 1997, p. 397). A debilidade da ocupação islâmica foi perturbada sobretudo na sua parte final pelo rei Afonso I (739-757 d. C.), das Astúrias. As cidades “reconquistadas” enumeradas na *Crónica de Afonso III* abrangem praticamente todos os centros urbanos de alguma importância situados entre as montanhas cantábricas e a margem sul do vale do Douro, onde se situam também os montes do Laboreiro. A *Crónica* atribui-lhe também a iniciativa de levar consigo para o Norte a população cristã de todas estas cidades¹⁵. O chamado

“repovoamento”, nas suas diversas expressões, fez também uso da presúria, contudo, nas zonas montanhosas do Noroeste peninsular “algumas comunidades rurales se verían libres de presión, pudiendo organizar sus espacios de producción de forma más autónoma y con menor – o ninguna – carga fiscal. Se trataría de “*comunidades castreñas de montaña*”, instaladas en castros de origen prerromano o romano, que se sitúan en el centro de un valle rodeado de altos montes, donde predomina el bosque y los pastos de montaña” (González, 2001, p. 24). Neste caso o autor exemplifica com o caso de Castro Pelaggi (Valdoré), mas também Mattoso (1997) refere as zonas montanhosas do entre Douro e Minho (Peneda, Laboreiro, Gerês, Gralheira, Cabreira, Marão e Montemuro), como potencialmente excepcionais. Em suma, a Reconquista cristã, é um momento de oportunidade que aproveita a debilidade das forças muçulmanas e que se inicia com as guarnições visigodas refugiadas nas montanhas asturianas nesta altura organizados com os dirigentes do reino das Astúrias sob o comando de Afonso I. Este é o processo que desencadeia a formação das primeiras monarquias do Norte peninsular que por sua vez darão origem ao reino de Portugal. O período da reconquista foi marcado por sucessivos avanços e recuos territoriais, mas nos finais do século IX, os reinos do Norte encontravam-se consolidados em três unidades, as Astúrias (ou Leão), Galiza e Castela. A sua malha administrativa estava parcelada em *terras* e estas eram atribuídas a um conde, para as governar. As sucessivas discórdias resultantes da formação dos reinos e do seu desenvolvimento, tornaram a Galiza independente e desmembrada em duas partes, “dando-se o sul a Ramiro Ordóñez, que foi assim “rei de Portugal” antes de herdar a totalidade dos domínios do seu pai, como Ramiro II (931-951)” (Marques, 1996, p. 26). Mais tarde, o território entre o Lima e o Douro, ficou desagregado da Galiza e entregue a um duque. Esta nova unidade política tinha a sua sede em Portucale, sendo governada por nobres locais destacados pelo reino de Leão e estando vinculada politicamente aos seus interesses.

Aquando da consolidação do condado portugalense surge D. Afonso Henriques (1139-1185), filho de D. Teresa e do Conde D. Henrique, herdeiro deste território. Em rebelia contra a mãe, inicia um processo

abandonados ou mesmo pertencentes a comunidades locais, cujos direitos não eram reconhecidos pelos recém-vindos e que eram apoiados pelos representantes da autoridade régia” (Mattoso, 1997, p. 404).

¹¹ Alcobaça, Lamas de Mouro (freguesias confrontadas a norte e a noroeste com Castro Laboreiro).

¹² Mandil – peça do traje feminino castrejo; género de avental.

¹³ Também em Castro Laboreiro se falam de mours encantadas, embora as lendas tenham chegado por intermédio de outras épocas cronológicas não deixam de fazer parte de uma influência árabe tardia.

¹⁴ Massa de pão cozida contra uma pedra encostada à lareira doméstica, colocada na parte de trás e na vertical.

¹⁵ Como qualquer outra fonte histórica, esta esteve sujeita a condicionantes ideológicas do seu tempo, por isso, a sua leitura e interpretação devem ser cautelosas. Relativamente ao “repovoamento” do território a Norte do Mondego, a crónica apresenta algumas contradições: primeira é que o reino da Galiza se mostrou resistente à entrada das forças asturianas, a segunda é que os recursos humanos disponíveis para a guerra e em simultâneo para o repovoamento eram escassos, e em terceiro lugar, é possível que o repovoamento tenha sido feito com os recursos humanos já existentes nesta área geográfica, utilizando a instituição da presúria: “de que os textos falam abundantemente na época, e ainda depois, até ao fim do século XII. Trata-se portanto, da ocupação de solos

de desvinculação do reino de Leão. Com a sua ambição ao título de *rex* e eficaz expansão territorial, torna-se vassalo da Santa Sé e não do imperador dos reinos cristãos do Norte da Península, D. Afonso VII (1111-1157), tornando-o um soberano superior ao imperador. É neste contexto expansionista que D. Afonso Henriques toma Castro Laboreiro.

Para este último período histórico, do século IX ao século XII pode mencionar-se um conjunto de elementos que atestam a presença das monarquias do Norte e da vinculação do território de Castro Laboreiro ao reino de Portugal, nomeadamente fontes históricas e elementos arquitectónicos, dos quais se falará mais adiante no artigo, principalmente de carácter militar e, em grande quantidade.

Após o primitivo período Afonsino, em termos gerais, a administração do território de Castro Laboreiro entre o século XIII e século XIX¹⁶, pertenceu à Provedoria de Viana do Castelo, à Comarca de Barcelos (Casa de Bragança)¹⁷, era Comenda da Ordem de Cristo e situava-se na Província do Minho. Castro Laboreiro foi instaurado como sede de Concelho em 1271¹⁸. Segundo os mapas consultados, a circunscrição do território de Castro Laboreiro, alterou-se pouco durante

as reformas do Antigo Regime, mantendo-se muito fiel à sua delimitação original. Com a Revolução Liberal, após 1832, Castro Laboreiro passa a integrar-se na Comarca de Ponte de Lima e mantém-se Concelho. Durante o período de estabilização, a partir de 1842, Castro Laboreiro integra-se no Distrito de Viana do Castelo e perde o estatuto de Concelho em 1855. Passa a ser Junta de Paroquia e posteriormente Junta de Freguesia até 1974. Neste ano torna-se numa comissão administrativa, que terá duração de, aproximadamente, 2 anos, acabando depois por retomar o anterior estatuto de Junta de Freguesia. A reforma administrativa de 2013 consuma uma união política com a freguesia vizinha de Lamas de Mouro, formando a União de Freguesias de Castro Laboreiro e Lamas de Mouro.

2.2. O castelo

Para uma melhor compreensão do tema, e também mais generalista, antes de prosseguir para o estudo de caso, dá-se a palavra a Mário Barroca: “A origem do castelo, na acepção restrita do termo, enquanto estrutura muralhada definindo o pequeno espaço onde se concentra uma guarnição de soldados, deve procurar-se nos primórdios da reconquista cristã, encetada por D. Afonso I das Astúrias a partir dos meados do século VIII. No entanto, no estado actual dos nossos conhecimentos, é ainda difícil localizar com precisão no tempo o aparecimento destas novas estruturas. Sabemos que o Entre-Douro-e-Minho possuía, nos finais do século X e no século XI, uma rede bastante densa de castelos, na sua maioria fruto da iniciativa das populações locais” (Barroca, 1990, p. 91). Foi nesta rede de estruturas defensivas, designados nas fontes por monte, alpe ou castro, que as populações procuraram abrigo das sucessivas investidas de outros povos, até se formarem os reinos das monarquias do Norte. “A partir del siglo XI se percibe una mayor jerarquización de los centros de poder feudal, una mayor capacidad de control y ordenación de los territorios (*commissa, mandationes, terras, alfores...*), parejo a una mayor implantación del dominio sobre los hombres y sobre la producción agraria. La acción señorial no se produce en el noroeste con formas de incastellamento similares a las de otros ámbitos mediterráneos, sino mediante la erección de pequeños castillos y recintos amurallados y dotados de torres, encaramados en altos cerros dominantes sobre el entorno o territorio (político, fiscal, administrativo)” (González, 2001, p. 26). Em suma, o formato de fortaleza medieval que hoje nos é comum, resulta de

¹⁶ SILVEIRA, 1997.

¹⁷ Durante a investigação feita sobre o castelo, em contacto com os arquivos nacionais, tomei conhecimento dos seguintes documentos, localizados no arquivo da Casa de Bragança, sito no Palácio de Vila Viçosa:

- Doação ao Duque de Guimarães da jurisdição dos lugares de Melgaço e Castro Laboreiro. Datada de 24 de Agosto de 1476.

- Doação ao Duque de Bragança, e de Guimarães, do Padroado da Igreja de Castro Laboreiro. Datada de 23 de Fevereiro de 1481.

- Doação ao Duque de Bragança D. Jaime, do lugar de Melgaço e Castro Laboreiro [com seus castelos rendas e direitos], e do Castelo de Piconha. Datada de 23 de Junho de 1496.

- Foral da Vila de Castro Laboreiro dado por El-rei D. Afonso conde de Bolonha. Datado de 20 de Novembro de 1513.

- NG. 702 / 1478-1537 pergaminho. CB-SF- CA-0001 com o título “Doação do Castelo...” f. 43 a 44 e um traslado deste documento datado de 1778.

- Aforamento num traslado de 1756 subscrito por Manuel da Maia, encontrado neste primeiro proc.^o a f. 3 está a “Carta del Rey D. Affonso 5^o porq fés mercê ao Marques de Vila Viçosa, Conde de Arrayolos dos Castelos de Guimaraes, Melgaço, Castro Laboreiro, e Piconha com todas suas rendas direitos, pertenças e jurisdições, Dada em Lixboa a 23 de setembro de 1460”.

- Entre outros documentos, referidos mais à frente neste artigo, na secção referente ao período de decadência do castelo (séc. XVI-XVIII).

¹⁸ RODRIGUES, 1996; DOMINGUES, 2003.

uma progressiva centralização de poderes e concentração de territórios sob a égide de um dirigente cuja administração e defesa só poderia ser feita com devida organização, em torno de um único símbolo de poder, como se verifica com o primitivo castelo roqueiro de Castro Laboreiro, e seu posterior refinamento. O castelo é um elemento fundamental para a compreensão da dinâmica política, económica, social e militar de um território. A contextualização histórica e arquitectónica de um castelo tem vários níveis de estudo e interpretação. As informações estão dispersas, a cronologia da sua actividade é extensa, carecendo de um trabalho aprofundado de investigação¹⁹. Por isso, os parágrafos seguintes, sugerem um enquadramento do Castelo de Castro Laboreiro concebido a partir de algumas fontes bibliográficas, focando as linhas dominantes da história nacional, como os reinados e principais eventos militares, e menos a evolução administrativa e económica do território e das sociedades. É imperativo relacionar os grandes feitos militares dos reis portugueses com as consequências na arquitectura militar, em geral e em particular com o estudo de caso, uma vez que Castro Laboreiro, durante vários séculos foi na sua essência uma povoação fronteiriça, guerreira, destinada à protecção dos seus limites e da nacionalidade.

As origens

Relativamente às origens administrativas do castelo de Castro Laboreiro, um pouco anteriores ao reinado de D. Afonso Henriques, as referências são escassas, no entanto um documento de 1007 do Mosteiro de Celanova²⁰, refere Vitiza (séc. VIII-IX) enquanto conde deste território²¹. Vitiza rebelou-se contra o rei Afonso III das Astúrias (866-910), mas foi derrotado pelo Conde D. Hermenegildo (842-912), parte das forças Galegas²², que por este acto foi colocado na regência do território de Castro Laboreiro. No entanto, apenas na regência do seu neto São Rosendo (907-977), é que o local de implantação do actual castelo sofrerá alterações. Mais precisamente no ano de 955, D. Ordonho III, rei de Leão, nomeia-o bispo de Mondonhede e administrador

de Santiago de Compostela, governador do *Val del Limia*²³, o qual procura dotar a região norte de Portugal e a Galiza de fortificações que impedissem as investidas dos Árabes e Normandos, e Castro Laboreiro terá sido uma destas fortificações (Noe, 2015).

Em 1141, D. Afonso Henriques (1139-1185) havia invadido a Terra de Toronho (território fronteiriço à linha do Minho e que tinha Tuy à cabeça), acção bélica que conduziu a invasão do Minho por parte das forças leonesas e à subsequente tomada do Castelo de Castro Laboreiro que, à data, era uma estrutura roqueira assente sobre os vestígios de uma velha povoação da Idade do Ferro.²⁴ D. Afonso Henriques conquista o castelo de Castro Laboreiro tendo recebido da abadessa do Convento de Paderne (Melgaço), mulas e mantimentos para esta empresa. Deverá ter concedido foral a povoação, nesta altura, no entanto este tema tem sido alvo de discussão e debate²⁵, dado que o foral está desaparecido, (bem como outros documentos do cartulário de Fiães, da mesma época), mas é repetidamente invocado²⁶, e sendo o seu conteúdo comparado ao de Sahagún. (O mesmo problema ecoa relativamente ao foral de Melgaço, concedido por D. Afonso Henriques).

A fortificação é alvo de intervenções na sua arquitectura nesta época porque passa a integrar as linhas de defesa fronteiriças de entre Douro e Minho, enquanto sentinela dos acessos fronteiriços terrestres entre o reino português e a Galiza²⁷. Contudo, não se sabe exactamente quais nem em que datas se foram introduzindo os elementos que conhecemos a partir dos alçados e plantas de Duarte de Armas (séc. XVI)²⁸,

²³ “[...] fundado por São Rosendo, que recebeu do Rei de Leão e Castela, a seguinte ordem: “Ordoño Rey, Al Padre y Señor Rosendo Sabed Eu El Señor. Por El Mandato Sereníssimo de este nuestro decreto te encargamos El Gobierno de La Provincia que mandó tu padre y terrenos adyacentes hasta la mar, de suerte que todos concorram allí a obedecerte em cosas de nuestro servicio y canto dispongas lo cuplam, sin excusa ninguna. Dado el 19 de Mayo de 955.” (Rodrigues, 1996, 85).

²⁴ ALMEIDA, 2002.

²⁵ DOMINGUES, 2003.

²⁶ Acerca dos forais concedidos a Castro Laboreiro, conhece-se o foral de D. Manuel I²⁶. Este foral invoca o de D. Sancho I e de D. Afonso III, e repete algumas das suas instruções, mas dos quais também não se conhece a localização.

²⁷ GONÇALVES, 2012.

²⁸ “D. Manuel determinou que o seu escudeiro Duarte de Armas registasse as fortalezas que assinalavam a soberania portuguesa junta da raia de Castela. Em 1509-1510, o excelente desenhador executou a tarefa. E deixou-nos uma descrição gráfica (com aceitáveis distorções) das fortalezas

¹⁹ Por exemplo, as chancelarias régias, as notícias de obras em castelos presentes em actas de vereação, e a bibliografia existente, que remeta para assuntos de fronteira com carácter histórico e militar.

²⁰ SÁEZ, 1948.

²¹ RODRIGUES, 1996.

²² Durante o repovoamento de Afonso III (848-910), rei das Astúrias.

sendo estes do período que em História de Arte se denomina de gótico.

A influência muçulmana

Neste período, entre o século VIII e o século XII a influência muçulmana foi indirecta, como já se referiu, e mais relacionada com a política de organização do espaço e na cultura da população.

Mais tarde, as influências muçulmanas fazem-se sentir através de inovações que tiveram grande impacto na arquitectura militar e maior influência nos elementos arquitectónicos do castelo de Melgaço (situado a 26 km de Castro Laboreiro) visíveis, por exemplo, na couraça: “Introduzindo uma complexa nomenclatura ligada à arquitectura militar, como o adarve ou a cárcova, são generalizadas nessa época as torres-couraça de acesso à água, que permitiam a uma cidade com milhares de habitantes resistir durante vários meses ao cerco mais apertado.” (Mattoso, 1997, p. 363). Castro Laboreiro herdará pouco do seu legado.

Entre os sécs. XII-XV

D. Sancho I (1185-1211) perde o domínio sobre os castelos fronteiriços de Melgaço e Valença²⁹, mas durante este período sabe-se que o Castelo de Castro Laboreiro se manteve do lado português, sobrevivendo às hostilidades entre D. Sancho I e Fernando II de Leão, nas fronteiras do Norte (Minho e Trás-os-Montes). D. Sancho I, concede novo foral a Castro Laboreiro, (também desaparecido).

É digno de nota que D. Afonso III lançou os alicerces de um projecto que articulava a defesa da fronteira do Minho com a edificação de uma armadura militar composta por várias silhuetas de castelos, que o seu filho D. Dinis iria concretizar³⁰.

É neste século que Castro Laboreiro, terra fronteiriça, recebe o estatuto de sede de Concelho, podendo ser um indicador de que também a administração da fortaleza tenha beneficiado das preocupações régias.

É D. Afonso III (1248-1279), pai de D. Dinis, o responsável pela introdução de algumas novidades arquitectónicas nas fortalezas do reino, pois durante a sua estadia em França teve a possibilidade de analisar e compreender as influências vindas do Norte da Europa, a corrente gótica militar, que torna a fortaleza mais

activa, proporcionando à guarnição do interior do castelo atacar e defender. A localização das torres de menagem é repensada e estudada para se adossar ao pano da muralha. As suas plantas são reestruturadas para outros formatos poligonais, além do quadrangular ou rectangular, favorecendo a sua operacionalidade para atacar e defender. Multiplicam-se as torres adossadas ao pano de muralha e os seus ângulos, aperfeiçoando a vigilância. Introduzem-se sistemas de tiro vertical garantidos através da instalação de balcões com matacães (fig. 8), nas torres ou por cima das portas. Aparecem as barbacãs, que permitem oferecer um primeiro obstáculo aos atacantes, anterior ao pano da muralha. As portas passam a ter uma maior importância e são ladeadas ou encimadas por torreões. Alargam-se os adarves e as ameias, facilitando a movimentação e protecção das guarnições³¹.

Muitos destes elementos estão presentes no recinto Norte do castelo de Castro Laboreiro, sendo alguns deles visíveis na planta desenhada por Duarte de Armas (séc. XVI), e outros ainda hoje estão visíveis nas ruínas do monumento. Isto significa que o castelo de Castro Laboreiro fez a transição de uma estratégia passiva de defesa, própria do castelo românico, para uma estratégia activa, própria do castelo gótico.³² Se este castelo, fronteiriço, teve necessidade contínua de se adaptar às circunstâncias de defesa do território, significa que a sua relevância para a defesa do território nacional não pode ser ignorada.

D. Dinis (1279-1325) dá sequência à demarcação do território, à territorialização do poder político e à fortificação dos castelos³³, conforme acontece com a muralha dionisina de Castro Laboreiro.³⁴ Esta muralha previa o abrigo da população civil quando necessário e também do gado, revelando a grande importância da actividade pastoril nesta área para a sobrevivência da

que defendiam passagens eventualmente mais vulneráveis entre Portugal e Castela.” (Mattoso, 1997).

²⁹ VENTURA, 1998.

³⁰ VENTURA, 1998.

³¹ MONTEIRO, 1999.

³² O facto de as ameias não constarem, hoje, no pano de muralha, deve-se ao facto de esta ter sido uma das poucas alterações feitas à fortaleza aquando da introdução das armas de fogo.

³³ VENTURA, 1998.

³⁴ O tratado de Alcanices é uma referência da maior importância para este período, pois é parte da estratégia defensiva do rei D. Dinis, onde se pretendem fixar fronteiras entre Leão, Castela e Portugal. É este tratado que confere a Portugal a delimitação mais próxima da que hoje é conhecida. Também a Crónica de 1419 refere o castelo de Castro Laboreiro como sendo uma das fortificações a renovar (Mattoso, 1997).

população³⁵. Esta situação atesta a tese de José Mattoso e Carlos A. Ferreira de Almeida, de que o século XIII terá sido um século de transição para a forma de defesa das comunidades, deixando de viver fortificadas em castros ou em redor de pequenos castelos roqueiros, para centros urbanos, vigiados por castelos que lhes são altaneiros.

O reinado de D. Dinis, consolida e assegura o poder nas fronteiras. Os reinados de Afonso IV (1325-1357) e D. Pedro I (1357-1367), são marcados por prosperidade e pelo alargamento das fronteiras atlânticas uma vez que Afonso III e D. Dinis tinham assegurado a soberania e independência nacional nas fronteiras terrestres, permitindo que a administração régia folgasse por outros horizontes³⁶. Quer-se com esta citação demonstrar que os reinados anteriores de D. Afonso III e D. Dinis, promoveram a segurança das fronteiras, deixando outros caminhos da administração em aberto para desenvolvimento e evolução.

D. Fernando I (1367-1383) dá continuidade ao desenvolvimento económico marítimo, mas termina o seu reinado colocando a independência do reino de Portugal em causa, voltando a instalar-se a insegurança nas fronteiras³⁷. Particularmente, a muralha do castelo de Castro Laboreiro beneficia de um reforço no reinado de D. Fernando.

Sucedeu-lhe D. João I (1385-1433), e no período da sua regência, destaca-se uma informação relativa ao posicionamento político de Castro Laboreiro pelas forças do rei português. É no reinado de D. João I, e pelo engenho do condestável Nun'Alvares Pereira, que o reino de Portugal se reafirma novamente nas fronteiras terrestres. A partir do século XV encontra-se documentação no arquivo da Casa de Bragança, em Vila Viçosa, que atestam sucessivas doações régias, de alguns domínios deste território e respectivo castelo, aos duques de Bragança. Esta prática perdurará até ao século XVIII.

É também a partir deste período que se inicia a arte da guerra com armas pirobalísticas embora ainda muito rudimentares e pouco eficazes, como os “trons” ou as

“bombardas”.³⁸ A introdução das armas de fogo subjugou a arquitectura das fortalezas adaptadas para a defesa tradicional. As transformações mais significativas para defesa dessas armas foram o alargamento dos panos das muralhas e a remoção das ameias, de forma a diminuir a silhueta do alvo e a resistir aos impactos da pirobalística, a construção de barreiras avançadas, barbacãs e antemuros, que ofereciam um primeiro obstáculo à artilharia inimiga, a adopção de formas circulares para os torreões reforçando a capacidade de resistência a projecteis, a modificação dos ângulos dos muros proporcionando o ressalto dos projecteis, e também o recurso a fossos ou cavas mais profundos. No estudo de caso verificou-se apenas a remoção das ameias, mais como medida de prevenção do que preparação para o ataque, para evitar os estilhaços provocados pelo impacto dos projecteis na eventualidade de uma guerra no local.

Para o acolhimento das armas dentro do recinto do castelo medieval, as transformações foram outras, nomeadamente a abertura de troneiras, “buracos redondos, destinados à adaptação de bocas de fogo de diâmetro adequado” nos muros das estruturas, a construção de casamatas, “estruturas abobadadas rasgadas nos próprios muros e destinadas a alojar novas peças de artilharia” (Monteiro, 1999, p. 38).

Nos reinados seguintes ao de D. João I, o investimento régio é feito em acordos de paz e nos descobrimentos além-mar, pondo à margem das atenções a armadura castelar das fronteiras terrestres.

Período de decadência

Castro Laboreiro mantém-se português até ao domínio dos Filipes, passando para domínio espanhol com a perda da independência no século XVI³⁹. Durante

³⁵ “De uma maneira geral, o pequeno castelo senhorial não prevê o abrigo de população civil dentro do seu perímetro, preferindo reservar-lhe espaços anexos, igualmente dotados de muralha. Vemo-los, por exemplo em Castro Laboreiro, Aguiar da Pena, Moreira de Rei ou Montemor-o-Velho.” (Barata e Teixeira (dir.), 2003, p. 112)

Neste ponto poderá estabelecer-se alguma relação com o alto relevo da figura n.º 33.

³⁶ GONÇALVES, 1998.

³⁷ VENTURA, 1998.

³⁸ Relativamente à introdução das armas de fogo e da artilharia pesada nos castelos, a acta da comunicação de Fernando Cobos Guerra feita no Simpósio Internacional sobre Castelos (2001), intitulado “Artillería y fortificación ibérica de transición a 1500” (pp. 677-696), merece referência.

³⁹ Durante a investigação das fontes relativas ao castelo de Castro Laboreiro, neste período (século XVI-XIX), e dos contactos estabelecidos com os arquivos nacionais, resultou o conhecimento de que a Casa de Bragança dispõe no seu arquivo, sito no Palácio de Vila Viçosa, dos seguintes documentos históricos:

- Doação ao Duque de Bragança D. Teodósio das vilas de Monforte, Melgaço, Castro Laboreiro, Piconha, Vila Franca, e Nogueira com seus Castelos, Padroados etc., datado de 27 de Junho de 1542.

- Carta D. Sebastião porque confirmou ao Duque de Bragança D. João I a mercê que tinha para no caso que por sua morte lhe não ficasse filho nem filha pudessem o seu

este período principia-se a sua decadência. O novo alcaide espanhol do Castelo de Castro Laboreiro descreve a fortaleza como estando povoada de “gralhas” (Noe, 2015).

irmão mais velho suceder nas Vilas de Monforte, Melgaço, Castro Laboreiro, Piconha, Vila Franca, e Nogueira com seus Castelos, rendas, direitos, e padroados com mero misto império, e com as jurisdições e privilégios que têm as mais terras do Estado de Bragança. Datada de 25 de Abril de 1578.

- Alvará de Filipe I pelo qual confirmou ao Duque de Bragança D. Teodósio II as vilas de Monforte, Melgaço, Castro Laboreiro, Piconha, Vila Franca, e Nogueira com seus Castelos, Padroados de Igrejas, rendas, e direitos, que tudo tinha sido dado a seu Avô em casamento. Datado de 23 de Novembro de 1590.

- Carta de Filipe II porque fez mercê ao Duque de Bragança D. Teodósio II de lhe tirar por duas vezes fora da lei mental as Vilas de Monforte, Melgaço, Castro Laboreiro, Piconha, Vila Franca, e Nogueira. Datada de 30 de Abril de 1602.

- Carta de Filipe III porque confirmou ao Duque de Bragança D. Teodósio II as Vilas de Monforte, Melgaço, Castro Laboreiro, Piconha, Vila Franca, e Nogueira, duas vezes fora da lei mental, e que possam suceder nas ditas terras os ascendentes mais chegados, e ainda os colaterais. Datada de 9 de Setembro de 1627.

- Carta de Filipe III porque confirmou ao Duque de Bragança D. Teodósio II as Vilas de Monforte, Melgaço, Castro Laboreiro, Piconha, Vila Franca, e Nogueira com seus Castelos, Padroados de Igrejas, rendas, e direitos com mero e misto império. Datado de 26 de Maio de 1627.

- Carta de Filipe III pela qual confirmou ao Duque de Bragança D. João II depois Rei de Portugal 4.º do nome, as Vilas de Monforte, Melgaço, Castro Laboreiro, Piconha, Vila Franca, e Nogueira com seus Castelos e com todas as suas rendas, direitos, e padroados de Igrejas, e mero emisto império. Datado de 22 de Março de 1639.

- Carta de Filipe III porque confirmou ao Duque de Bragança D. Teodósio II a carta de mercê que tinha para que não tivesse filho herdasse a filha as terras de Monforte, Melgaço, Castro Laboreiro, Piconha, Vila Franca, e Nogueira, e no caso de não haver filho, nem filha passassem ao Irmão mais velho do Duque que falecesse. Datada de 1 de Junho de 1627.

- Carta de Filipe III porque confirmou ao Duque de Bragança D. João II [futuro rei D. João IV] a mercê que tinha sua Casa para que em falta de filho ou filha pudesse o irmão mais velho do mesmo Duque herdar e suceder as Vilas de Monforte, Melgaço, Castro Laboreiro, Piconha, Vila Franca, e Nogueira com todas as suas rendas, direitos, jurisdições, castelos, e Padroados de Igreja sem embargo da lei mental. Datada de 23 de Maio de 1639.

- Privilégios concedidos pelos senhores reis deste reino aos moradores do Concelho de Castro Laboreiro, insertas em uma certidão feita no dito concelho. Datados de 11 de Fevereiro de 1664.

Entre outros documentos de aforamentos, privilégios, cartas, doações e forais datados desde o século XV ao século XVIII, que podem contribuir para uma melhor compreensão da administração territorial e do período de decadência do castelo de Castro Laboreiro.

Embora a data da restauração da independência de Portugal seja Dezembro de 1640, Castro Laboreiro só se reintegra no território português em 1666, durante a guerra. Em 1659 o castelo sofre um acidente que provoca a destruição de parte da sua estrutura. No ponto mais elevado do castelo, onde hoje se encontra o marco geodésico estava a antiga torre de menagem, que foi atingida por uma descarga eléctrica, no dia 18 de Novembro, provocando o incêndio do paiol da pólvora armazenada no seu interior. Este facto está descrito num documento da Torre do Tombo, livro n.º 51, folha 5.⁴⁰ Quatro metros a sul da muralha que se encontra a meio do recinto, estava uma capela cuja parte superior foi também destruída com a queda da Torre de Menagem. A partir de 1715 estabelece-se um período de paz e o castelo é utilizado para outros fins que não militares. Apenas no contexto das invasões francesas retoma-se a sua defesa e utilização militar com apenas quatro peças de artilharia, contudo, esta era uma fortaleza já muito debilitada. Durante o período das Invasões Francesas (séc. XVIII-XIX), planeou-se que o castelo de Castro Laboreiro se integrasse no plano defensivo da fronteira do Minho, que se estendia desde a Raia Seca até Caminha. Para a zona entre Melgaço e a Ponte das Várzeas previu-se a construção de uma linha de baterias “feitas com parapeito em terra, próprias para receber soldados armados com armas ligeiras, mas também onde se poderiam colocar peças de artilharia” (Almeida, 2002, p. 193). Contudo, após a frustrada travessia do Minho, em Cerveira e Caminha, em 1809, Soult (1769-1851) opta por entrar em Portugal por Chaves, pelo que aquele plano defensivo não chegou a ser concretizado. Em 1809, o castelo é abandonado por deixar de ter

⁴⁰ “Aos dezoito dias de Novembro de 1659, que foi uma terça-feira, às nove horas da manhã, caiu um raio na Torre do Castelo que servia de armazém de pólvora e fez a maior ruína que se sabe, pois da Torre e mais partes acessórias não ficou pedra sobre pedra e deste grande prodígio se vê claramente ser grande castigo do céu que Deus mandou para castigar pecadores que dentro deste Castelo estavam nesta grande desventura se viram grandes milagres. O primeiro a escapar foi o Governador Gaspar de Faria com a sua mulher e mais família, estando na parte mais arriscada, pois aí removeu a muralha da Torre; as suas casas e as fez em pedaços e aí estavam e aí escapou com mais segurança e castigou o que na Ermida não podia ficar pedra sobre pedra, pois caiu toda a Torre sobre ela e ficou Nossa Senhora dos Remédios aí me recolhi, sem cobertura, sem água, ficando debaixo toda a máquina. Terceiro Milagre; - Foi que escapou um Escrivão do Governador debaixo desta ruína, sem avaria e são. Nesta desventura morreram – Gaspar Lima de Castro, Escrivão das Décimas e Sisas e Treslados; e um mulato seu criado, por esse nome Marcos, natural de Tangil e um míúdo, criado do Governador, por nome de Gaspar de Medela e dois soldados.” (Rodrigues, 1996).

importância estratégica, acelerando-se o processo de ruína devido à remoção de pedra para construção de casas (Noe, 2015). Mantém-se abandonado até meados do século XX, quando se dá a sua conceptualização patrimonial⁴¹ e se reveste a fortaleza de novos conceitos e actos de protecção.

3. Arquitectura

A orografia do terreno para a implantação das fortalezas impunha-se muitas vezes aos planos de arquitectura medieval. Neste caso toda a envolvência geográfica do monte onde se encontra implantado o Castelo de Castro Laboreiro contribui para a sua



Fig. 3: Localização do morro do castelo em relação à área da Vila de Castro Laboreiro. Extraído da carta militar portuguesa n.º 004.

Fig. 4: Vista Norte sobre o morro do castelo.



exemplar função defensiva e vigilante. Implantado num local quase inacessível, escarpado, cercado de vegetação e confrontado a Este com um vale profundo onde passa o rio Laboreiro, era comum utilizarem-se maioritariamente mulas ou homens apeados para o seu acesso, uma vez que os carros de bois e outros veículos

⁴¹ São vagas as informações acerca da vida administrativa deste castelo nos vários reinados, e por esse motivo salientaram-se apenas os momentos mais importantes.



Fig. 5: Acesso Sul da fortaleza. ¹ Vista Norte. Fotografia de Diana Carvalho.



Fig. 6: Porta principal, ou comumente chamada "do Sol", virada a Este. Vista Oeste. Fotografia de Diana Carvalho.

teriam graves dificuldades em escalar a montanha pela quantidade de irregularidades presentes no seu pavimento e nas suas paredes naturais.

Os acessos à fortaleza tinham diferentes formas de dificultar a subida e a penetração a guarnições inimigas. O acesso a nascente, dispunha de obstáculos artificiais, constituídos por três tipos de muralhas toscas, levantadas em sistemas de estacas, de várias toneladas de peso. A partir do reinado de D. Dinis este circuito é

Fig. 7: Acesso Norte da fortaleza.

Fig. 8: Porta da traição ou comumente chamada "do sapo". Vista Nordeste. Fotografia de Ilídio Gonçalves.

amuralhado definitivamente e não se sabe se manteve os obstáculos atrás mencionados.

As escadas de acesso Norte (fig. 7), eram íngremes e estreitas, obrigando os seus utentes a subirem em fila única, e por isso, era um acesso naturalmente resistente.

A arquitectura actual do castelo aponta para uma estética românica⁴², embora o resultado das

⁴² BARATA E TEIXEIRA (dir.), 2003; MONTEIRO, 1999; MAZA e GULBENKIAN, 2001.



Fig. 9: Vista Norte sobre a porta da traição e sobre a área de implantação da cisterna (círculo branco). Fotografia de Diana Carvalho.

intervenção no reinado de D. Dinis e mais tarde no de D. Fernando, permita encontrar alguns elementos de estilo gótico que proporcionaram à fortaleza uma maior capacidade de ataque.

Relativamente às portas do castelo, a porta a sul da torre de menagem (figs. 17 e 18) deveria ser a primitiva entrada principal, deixando a da traição (fig. 8) como isco para os invasores, pois esta encontra-se visível do território circundante, estando dotada de um balcão com matações e sendo apenas perceptível o enorme fosso entre esta e o caminho de acesso Norte, aquando a escassos metros da muralha.

Neste recinto (praça de armas), encontrava-se uma cisterna (fig. 9) localizada a norte da antiga torre de menagem, destinada à recolha e armazenamento da água da chuva. *“Desde meados do século XI, quando começam a triunfar as grandes operações de cerco, dá-se especial atenção ao aprovisionamento de água. Os pátios começam a ter poços ou cisternas. A opção preferível era, naturalmente, o poço, garantindo o abastecimento autónomo*

de água. Na impossibilidade de se alcançar os lençóis friáticos criaram-se cisternas para armazenar água, nalguns casos com engenhosos sistemas de canalização” (Barata e Teixeira, 2003, p. 112).

Ao lado da cisterna estava a torre de menagem⁴³. O seu local de implantação encontra-se actualmente ocupado por um marco geodésico (fig. 10).

⁴³ “Não podemos apontar com segurança em que época aparece pela primeira vez entre nós. Todavia, em França e noutras regiões da Europa, esta construção, herdeira dos *donjons* senhoriais do século XI, surge nos finais desse século e princípios do seguinte. Em Portugal é possível que date da primeira metade do século XII, talvez por influência dos cavaleiros francos que, a partir de 1096 e em diversos momentos, vieram auxiliar o conde D. Henrique e, mais tarde, D. Afonso Henriques na empresa da Reconquista. Todavia, não podemos apontar nenhum caso seguro desta época. Os exemplos datáveis mais antigos pertencem ao terceiro quartel do século XII e foram todos erguidos pelos Templários. Referimo-nos às tores de menagem de Tomar (1160), Pombal (1171), Almourrol (1171), Penas Róias (1172) e Longroiva (1174), todas



Fig. 10: Marco geodésico situado no anterior local de implantação da torre de menagem. Fotografia de Diana Carvalho.

A torre de menagem românica foi entendida como um verdadeiro “*castelo dentro de um castelo*”, o último reduto de defesa da guarnição e da população, estando por isso isolada dentro do recinto, normalmente ao centro da praça de armas, detendo a cota mais elevada em relação à restante estrutura, podendo “*comandar*” todos os restantes dispositivos do castelo⁴⁴. O mesmo se passando com o estudo de caso.

Adossada à torre de menagem do castelo de Castro Laboreiro está um anexo ou alpendre (fig. 13), conforme se verifica na planta desenhada por Duarte de Armas. As funções deste apêndice poderiam ser de armazenamento de armas ou provisões alimentares.

A sul da torre de menagem encontra-se uma muralha (figs. 17 e 18). Esta muralha tem uma porta a meio, a já mencionada porta a sul da torre de menagem. De cada lado da muralha foi construído um torreão de defesa (figs. 14 e 15).

comemoradas por epígrafes. Como já tivemos oportunidade de sublinhar noutros estudos, o simples facto de Gualdim Pais, mestre dos Templários em Portugal, se ter preocupado em mandar gravar estas inscrições sugere que deviam ser inovações prestigiantes.” (Barata e Teixeira (dir.), 2003: 112)

Fig. 11: Vista Sul sobre o Castelo de Castro Laboreiro (Duarte de Armas). – retirada do blog Entre o Minho e as Serras

⁴⁴ BARATA e TEIXEIRA (dir.), 2003.

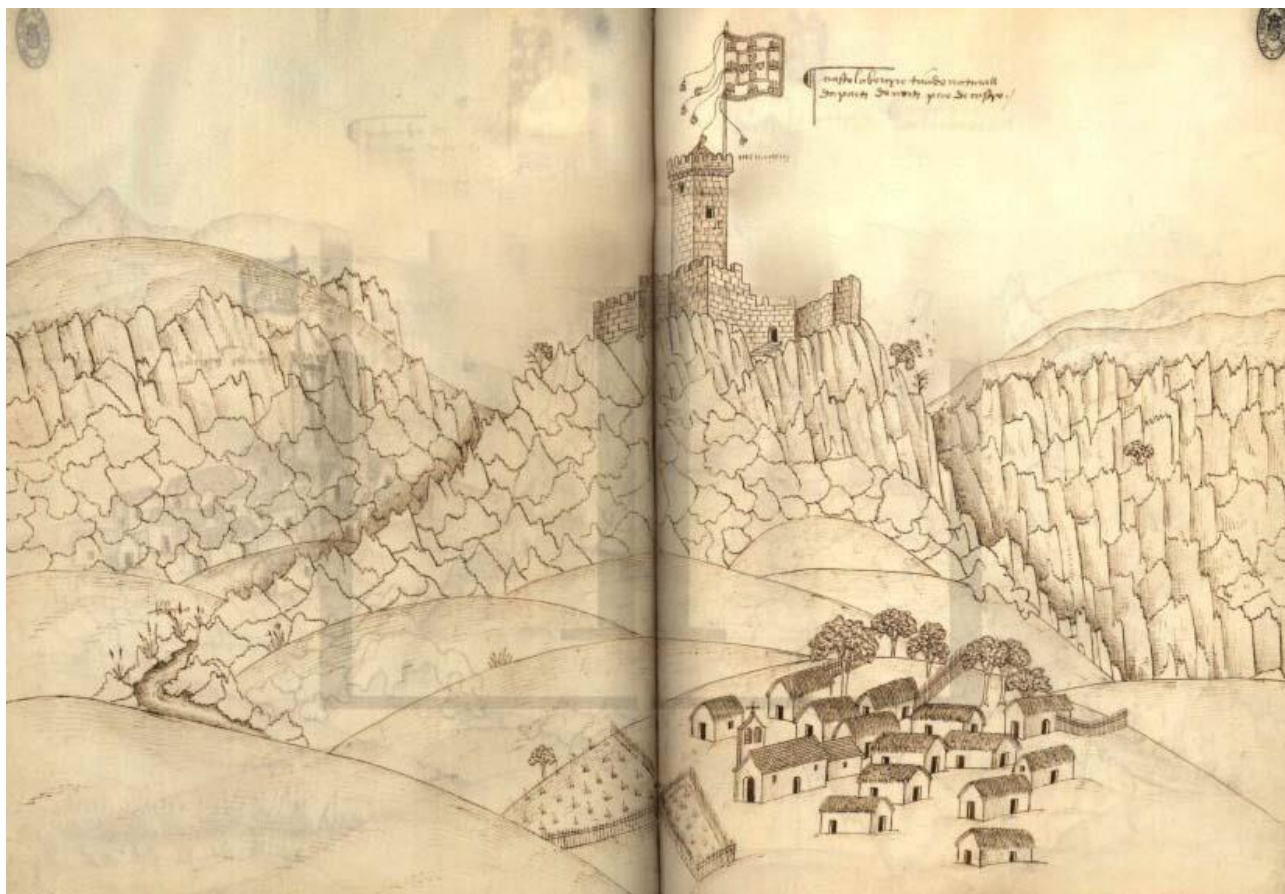
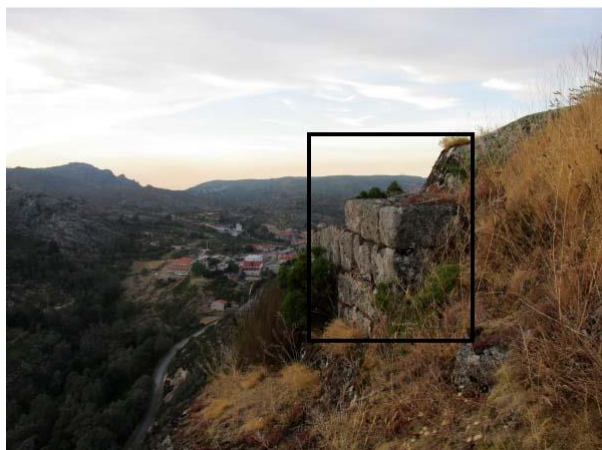
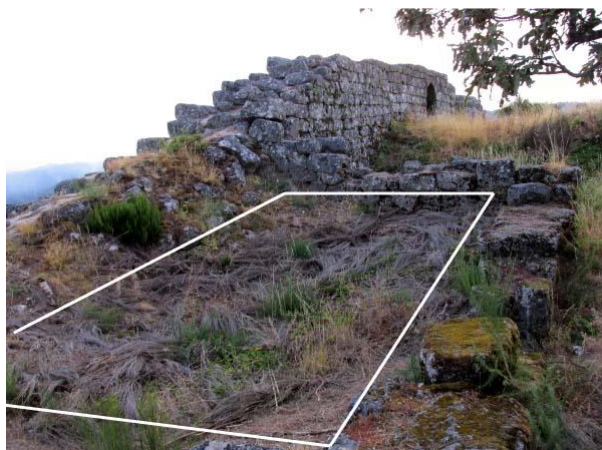


Fig. 12: Vista Norte sobre o Castelo de Castro Laboreiro (Duarte de Armas). – retirada do Arquivo On-line da Torre do Tombo (Digitalq TNT)

Fig. 13: Planta da fortaleza de Castro Laboreiro, desenhada por Duarte de Armas (séc. XVI) – retirada do Livro das Fortalezas, de Duarte de Armas.



Na transição do recinto Norte para o recinto Sul encontra-se a referida antiga porta principal (figs. 17 e 18), (digna de conta pelos motivos que se apresentarão no final desta secção do artigo).

Relativamente ao recinto sul, cercado pela muralha dionisina e fernandina, encontram-se vários elementos relevantes para a compreensão do funcionamento deste recinto. A porta virada a Este, ou regularmente chamada “porta do Sol” (fig. 19), reconvertiu-se em porta de acesso principal, relativamente à sua anterior entrada, a porta a sul da torre de menagem que vemos nas figuras anteriores. A cerca de vinte metros da nova entrada principal, aparece uma porta estreita que dá para uma fenda entre duas rochas, também orientada a Este, pela qual se chega a uma fonte de água fresca, que abastecia o castelo. Hoje esta nascente está seca.

Fig. 14: Alicerces do torreão Oeste (praça de armas). Fotografia de Diana Carvalho.

Fig. 15: Alicerces do torreão Este (praça de armas). Fotografia de Diana Carvalho.

Fig. 16: Ruínas da torre intermédia entre a porta da traição e o torreão Este. Fotografia de Diana Carvalho.

Fig. 17: Ruínas da muralha de transição entre o recinto Norte e o recinto Sul. Vista Norte. Fotografia de Diana Carvalho.

Fig. 18: Ruínas da muralha de transição entre o recinto Norte e o recinto Sul. Vista Sul. Com elemento humano para escala. Fotografia de Diana Carvalho.



Fig. 19: Porta "do Sol", vista do interior do recinto Sul. Fotografia de Diana Carvalho.

Fig. 20: "Porta do Àgua", vista do interior do recinto Sul. Fotografia de Diana Carvalho.

Fig. 21: Escadas de acesso ao adarve. Fotografia de Diana Carvalho.

No percurso das muralhas, subia-se ao adarve pelas escadas de pedra, situadas ao lado da porta principal (fig. 21) e mais a Norte, ao lado das ruínas da capela (fig. 28).

Na extremidade do ângulo do sul, existe uma gruta natural, na qual se podem abrigar várias pessoas.⁴⁵

Ainda dentro deste recinto estão visíveis vários alicerces e ruínas (figs. 23, 24, 25, 26 e 27), que poderão ter tido uma função habitacional, militar e/ou religiosa, para a guarnição do castelo. Para começar, a gruta natural visível nas figuras 22 e 24, sustentava uma torre (fig. 23).

Fig. 22: Vista sobre a "porta da água" (círculo menor), a porta do sol (círculo maior), e a gruta natural (quadrado). Fotografia de Diana Carvalho.



Fig. 23: Alicerces da torre sustentada pela gruta natural. Com elemento humano para escala. Fotografia de Diana Carvalho.

⁴⁵ ALMEIDA, 1987; LIMA, 1996; RODRIGUES, 1996; ALVES, 1987.

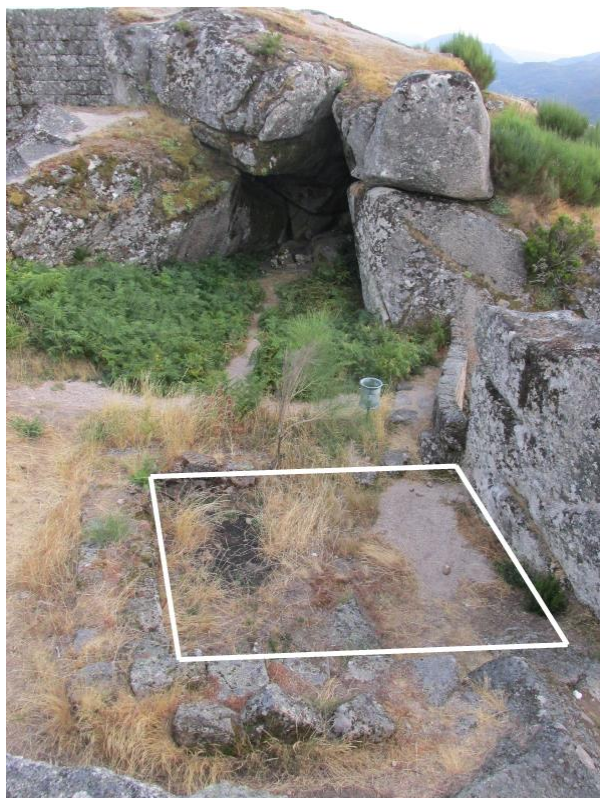


Fig. 24: Alicerces de um edifício ao lado da gruta natural. Fotografia de Diana Carvalho.



Fig. 26: Vista Sul sobre as mesmas estruturas. Fotografia de Diana Carvalho.

Fig. 25: Vista Norte sobre as estruturas postas a descoberto pelas intervenções arqueológicas no Castelo. Fotografia de Diana Carvalho.



Fig. 27: Detalhe das escadas de acesso ao adarve a nordeste do recinto Sul. Situam-se a Este da capela, no interior das estruturas e no pano de muralha. Fotografia de Diana Carvalho.



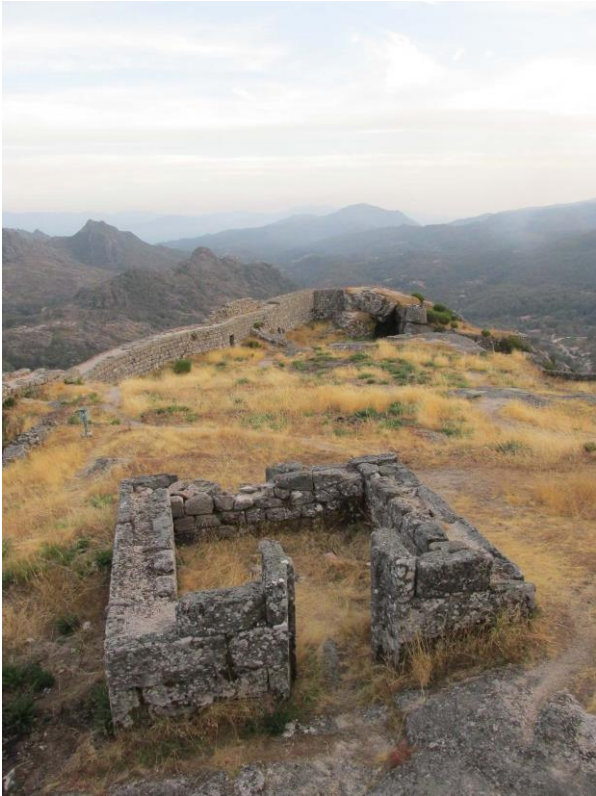


Fig. 28: Vista Norte sobre as ruínas da capela. Fotografia de Diana Carvalho.

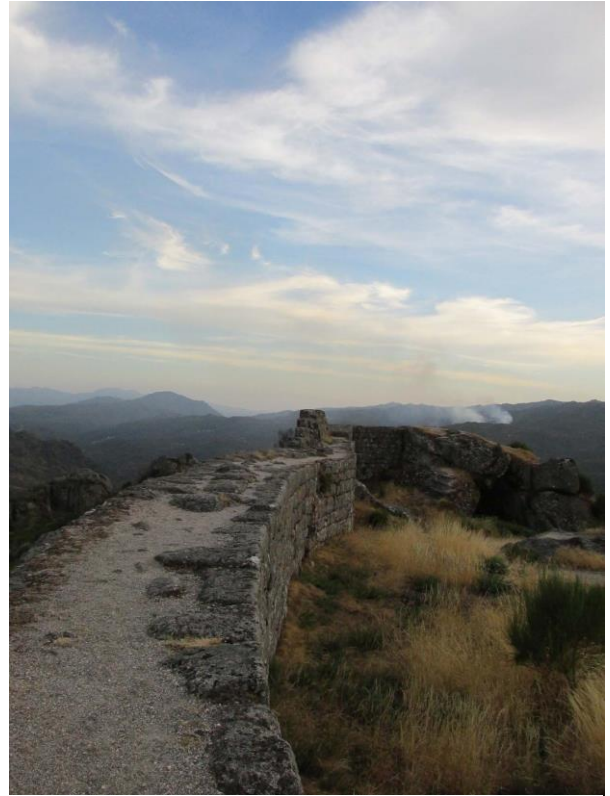


Fig. 29: Parte Este da Muralha dionisina. Fotografia de Diana Carvalho.

Por último, a muralha é o elemento que consolida o conjunto de estruturas que compõem o castelo. Um outro aspecto “importante a considerar tem que ver com a configuração geral das fortalezas, isto é, com a sua volumetria e com o desenho das suas muralhas. Recordaremos que estas eram geralmente fabricadas em pedra, sendo concebidas para resistir, não só ao tiro directo dos engenhos adversários, como também às operações de escalada dos muros ou aos trabalhos de sapa e de britagem das respectivas bases, tradicionalmente levados a cabo pelos exércitos sitiadores” (Monteiro, 1999, p. 51).

É preciso referir que é nos panos de muralha e nas suas torres que se verificavam as influências árabes mais relevantes, nomeadamente, a barbacã e a torre albarrã (nova forma de contra-ataque de onde pode ser arremetido pelas costas quem se aproxime da muralha), no entanto, os vestígios muçulmanos deixados em Castro Laboreiro são quase inexistentes, uma vez que a sua localização geográfica não permitia a construção de elementos complexos como por exemplo, uma barbacã. Poderiam, eventualmente, ter pensado numa barbacã

de porta, uma vez que a porta principal orientada a nascente possui um espaço que permitiria a sua construção, mas tal não aconteceu. Pequenos cubelos também seriam possíveis, no entanto, a planta desenhada por Duarte de Armas, apenas nos revela torres de formato quadrangular. No entanto, a existência do adarve, ou caminho de ronda (elemento comum), confirma a sua influência. “A palavra «adarve» deriva do árabe ad-darb, «o caminho estreito». Era, portanto, um caminho que percorria o alto dos muros, aproveitando a sua espessura, pelo qual se deslocavam as sentinelas. Era o caminho de ronda, que a Idade Média (nomeadamente Fernão Lopes) designava por «andaime» (Barata e Teixeira (dir.), 2003, p. 108). No caso de Castro Laboreiro, era espaçoso o suficiente para duas sentinelas patrulharem ou se cruzarem em simultâneo (fig. 29)

As muralhas estavam condicionadas pela morfologia do terreno, do qual resultavam diferentes tipos de planta. Para o estudo de caso, observar a figura 30.



Fig. 30:
Vista aérea do
recinto do
castelo. Imagem
retirada do
Google Maps.

Fig. 31:
Reconstituição
arquitectónica do
castelo de Castro
Laboreiro,
segundo as
gravuras e a
planta de Duarte
de Armas (séc.
XVI), por Vítor
Hugo Sacadura.
Painel de azulejo
situado na
fachada do Hotel
Castrum Villae.

O tipo de trabalho representado na figura 31, devidamente fundamentado nas fontes existentes, ajuda-nos a uma melhor percepção do espaço ocupado por esta fortificação, uma vez que em muitos casos (e este é sem dúvida um deles), a sua leitura revela-se complicada, derivado do seu estado de ruína.

Agradecimento especial ao pintor Vítor Sacadura por facilitar a interpretação deste espaço com uma pintura que equivale a mil palavras, e contribui para a salvaguarda do património na memória da sua comunidade de pertença.

Para terminar, e da mesma forma que se começou esta secção do artigo, a palavra é de Mário Barroca: “Se é certo que estes testemunhos arqueológicos dizem sobretudo respeito a medidas lineares, destinadas ao comércio de tecidos, abrangendo deste modo uma pequena parte do complexo sistema medieval de pesos e medidas, eles não deixam de ser interessantes documentos com evidentes implicações económicas, que permitem um mais correcto conhecimento do panorama nacional destes domínios. Por isso, e porque o desconhecimento generalizado do seu verdadeiro



Fig. 32: Medida-padrão. Fotografia de Vítor Hugo Sacadura.

Fig. 34: Medidas-padrão nas portas da muralha de Sortelha. Fotografia de Manuel José Cunha.



significado pode conduzir a uma destruição irremediável, urge que sejam inventariados e valorizados.” (Barroca, 1992, p. 53). Respondendo ao apelo de Mário Jorge Barroca relativo à inventariação das medidas-padrão, seguem-se figuras daquilo que aqui se pressupõe ser uma medida-padrão, gravada na porta a sul da torre de menagem, na horizontal, a meio do recinto actual do castelo de Castro Laboreiro.

Estas medidas tinham por objectivo uniformizar o sistema de medidas de tecidos, combatendo fraudes. O artigo de Mário Barroca enumera um conjunto de medidas-padrão, tradicionalmente gravadas em paredes de Igrejas (fig. 33), portas de amuralhamentos urbanos (fig. 34) e em castelos (nomeadamente, nas torres de Menagem), com múltiplos e submúltiplos do Palmo (22 cm).

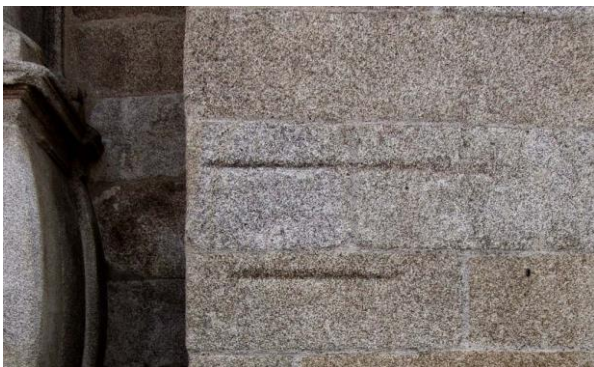


Fig. 33: Medida-padrão na Sé do Porto. Fotografia de Manuel José Cunha.

O “aferimento das medidas utilizadas pelos mercadores devia ser feito pelo confronto com a medida do comerciante com o padrão gravado na parede do monumento, devendo aquele encaixar dentro deste.” (Barroca, 1992, p. 62). O presente caso encaixa na meia-vara, que corresponde a 55cm, ou 2,5 Palmos. O avançado estado de degradação não permite confirmar se é de facto, ou não, uma medida padrão, a não ser pelo inegável valor do seu comprimento. No entanto, esta linha não apresenta “uma configuração característica, com o campo rectilíneo cuidadosamente rebaixado, com paredes verticais e espaço geométricamente definido” (Barroca, 1992, p. 62), o que sugeria que a medida do mercador encaixasse dentro da área reservada à medida-padrão. Este elemento suscita curiosidade também porque, segundo o autor, as medidas-padrão eram geralmente colocadas junto dos locais onde se realizavam feiras e mercados. Não é possível dizer neste ponto da investigação se alguma destas actividades se concretizava no recinto sul do castelo de Castro Laboreiro. Porém, ao lado desta gravura, encontra-se um alto relevo com características zoomórficas (figs. 35 e 36), que pode ser um indicador de alguma actividade aqui exercida com animais, pois é sabido que Leite de Vasconcelos na sua “excursão a Castro Laboreiro” nos finais do século XIX, (impressa na Revista Lusitana no princípio do século XX), refere a antiga e famosa feira de gado deste território. Embora nesta época tenha lugar numa área próxima à Igreja Paroquial.

É preciso ter cautela quando se galgam vários séculos e, por isso, esta dedução carece de aferição científica através das fontes disponíveis.

As medidas-padrão que se localizam nos castelos documentadas no artigo de Mário Barroca, datam dos tempos de D. Dinis (séc.XIII)⁴⁶. O mesmo se pode deduzir deste elemento, embora de forma apriorística, uma vez que o recinto Sul do castelo e os seus elementos arquitectónicos, são obra de D. Dinis. Para esta datação superficial da medida-padrão em causa, concorre ainda o facto de Castro Laboreiro ter recebido o estatuto de sede de Concelho no ano de 1271. Em termos gerais, “se atendermos a que o Côvado e a Vara são múltiplos perfeitos do Palmo, e se ponderarmos os valores encontrados para estas medidas, somos levados a pensar que já antes do reinado de D. João I o Palmo seria uma medida uniforme.” (Barroca, 1992, p. 56). O artigo do autor disponibiliza ainda fichas de inventário sobre as medidas-padrão documentadas, sendo as que ressaltam para comparação a este caso a de Braga (gravada na Torre de Menagem) e Guimarães (gravada na ombreira do portal de acesso ao claustro da Colegiada). A de Braga porque a medida é a Vara (110cm), o dobro da de Castro Laboreiro e porque é igualmente horizontal, a de Guimarães porque a medida é a Meia Vara (55cm), ambas pela sua proximidade ao território.

⁴⁶ “No que respeita aos castelos onde encontramos medidas-padrão gravadas, o de Penedono (nº9) apresenta uma reforma que tem sido atribuída aos tempos de D. Dinis, não podendo ser dissociada do valor estratégico que esta fortaleza apresentava antes da assinatura do Tratado de Alcanices, em 1297. Também o castelo do Alandroal (nº20) pode ser atribuído com segurança ao reinado de D. Dinis. Terá começado a ser erguido a 6 de Fevereiro de 1294, por iniciativa do Mestre de Avis D. Lourenço Afonso, conforme nos garante uma inscrição coeva. É provável que tivesse sido concluído em quatro anos, já que na sua Torre de Menagem se conserva uma outra inscrição comemorativa da construção do castelo, datada de 24 de Fevereiro de 1298. E o mesmo se diga de Castro Marim (nº23), onde a porta junto da qual se gravou a respectiva medida-padrão foi mandada erguer por D. Dinis em 1 de Julho de 1279, conforme documenta outra inscrição coeva.” (Barroca, 1992, p. 65)

Verdade seja dita, detectaram-se outras inscrições em redor da medida padrão e do alto relevo, que poderão indicar datas importantes ou outras informações contudo, não foi possível confirmar esta análise pelo motivo do avançado estado de degradação das pedras, sujeitas a intempéries climáticas da zona próprias desta zona de montanha.

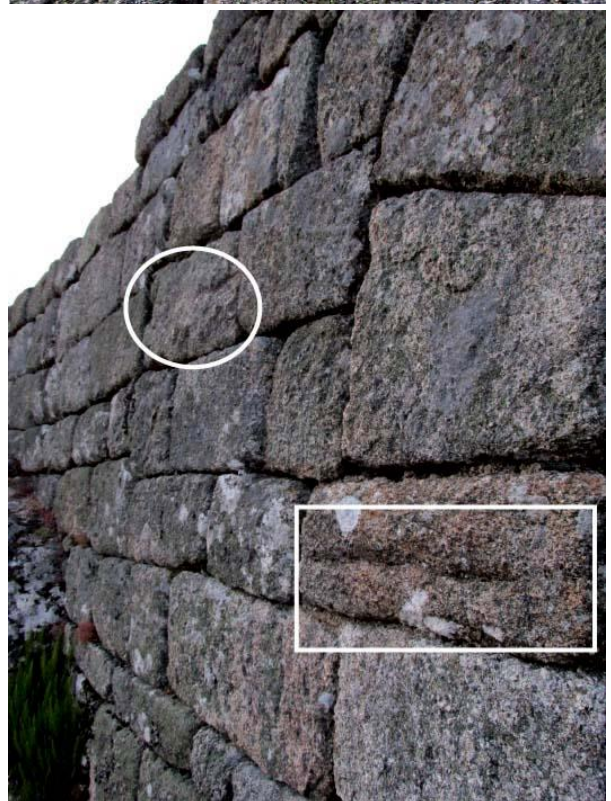
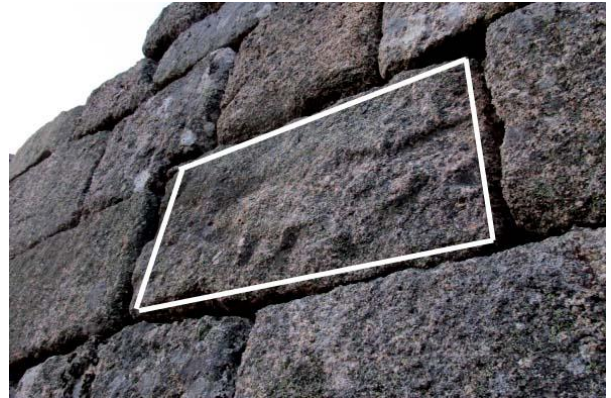


Fig. 35: Figura com características zoomórficas. Fotografia de Diana Carvalho.

Fig. 36: Outra perspectiva do alto relevo com características zoomórficas. Fotografia de Diana Carvalho.

Fig. 37: Enquadramento do alto relevo com a medida-padrão. Fotografia de Diana Carvalho.

Fig. 38
Castelo de Castro Laboreiro – Medidas

Elementos ⁴⁷		Medidas					
Objecto ⁴⁸	Orientação	Comp.	Larg.	Alt.	Prof.	Área	Localização
porta “do sol”	Este	-	1,18 m	2,25 m	2,07 m	-	Área Sul
porta “da água”	Este	-	1,03 m	2,20 m	1,90 m	-	Área Sul
gruta natural	Norte	-	6 m	6 m	10 m	-	Área Sul
porta entre recintos	Sul	-	1,21 m	2,38 m	1,90 m	-	
porta “do sapo” ou da traição	Norte	3 m (Fosso)	94 cm	1,23 m	2,10 m	-	Área Norte
pedra da gravura zoomórfica	Sul	-	80 cm	42 cm	55 cm	-	Área Sul
pedra da medida padrão	Sul	-	72 cm	27 cm	20 cm	-	Área Sul
muralha	Este	por verificar	2,20 m	-	-	-	Extensão de Norte a Sul
torre	Entrada a Oeste ⁴⁹	8 m (parede Este)	6 m (parede Norte)	-	-	48 m ²	Este. Muralha a meio do recinto.
torre	Entrada a Norte	8,42 m (parede Este)	6,80 m (parede Norte)	-	-	58 m ²	Oeste. Muralha a meio do recinto.
torre	-	6,50 m (parede Este)	5,45 m (parede Sul)	-	-	36 m ²	Sul. Muralha dionisina
capela	Norte	5,36 m (parede Sul)	89 cm	-	-	28 m ²	Área Sul medidas externas
		5,28 m (parede Este)	68 cm	-	-		
		3,63 m (parede Sul)	-	-	-	12 m ²	Área Sul medidas internas
		3,27 m (parede Este)	-	-	-		
		-	1,07 m (entrada)	-	1,10 m	-	Área Sul medidas externas
cisterna (parcialmente escavada na fraga)	Este/Oeste	4,48 m (parede Este)	42 cm	-	-	15 m ²	Área Norte medidas internas
		3,30 m (parede Sul)	50 cm	-	-		
tanque (anexo à cisterna)	Este/Oeste	1,26 m (parede Sul)	-	-	-	2 m ²	Área Norte medidas internas
		1,43 m (parede Este)	-	-	-		

4. Conceção patrimonial do castelo de Castro Laboreiro

4.1. Cronologia das políticas de gestão e preservação

A cronologia de acontecimentos do castelo (quem o administrou e de que lado se manteve o seu poder nas alturas de crise) contribui para representar esta comunidade e o território, por isso, o castelo é seu objecto de pertença e do seu percurso. A sua história contribui para que a perda da função original se convertesse em valorização e reconhecimento por parte

do Estado e da população local, em local de pedagogia e lazer. Habitualmente, quando se reconhece valor histórico a um monumento que perdeu a sua função original, concede-se oficialmente o estatuto de Património. O primeiro passo a ser dado neste sentido foi a atribuição do estatuto de Monumento nacional em 1944, durante a ditadura do Estado Novo (1933-1874).

Na ficha de inventário introduzida por Paula Noé no Sistema de Informação para o Património Arquitectónico, e também no site da Direcção Geral do Património Cultural, a conceptualização patrimonial inicia-se em 1944, e segue uma linha cronológica até ao presente que visou a preservação e manutenção do monumento⁵⁰:

⁴⁷ Todas as medidas apresentadas têm carácter aproximado, não sendo possível precisá-las dada a orografia do terreno, bem como o estado de conservação da flora.

⁴⁸ Optou-se por não tirar medidas às restantes estruturas porque a sua delimitação é imprecisa.

⁴⁹ Ver planta no Livro das Fortalezas – gravuras de Duarte de Armas (séc. XVI).

⁵⁰ Fez-se uma investigação relativamente ao paradeiro dos processos de intervenção e restauro do castelo de Castro

1944 - MN - Monumento Nacional, Decreto nº 33 587, DG, 1.ª série, n.º 63 de 27 março 1944.

1949 - MOP - diversos trabalhos de consolidação e reconstrução de muralhas do castelo, no valor de 10.000\$00;

1957 - DGEMN - obras de consolidação e restauro das muralhas, pelo empreiteiro Manuel Nunes de Andrade; incluindo o apeamento e reconstrução de muralhas, a construção de uma porta, em madeira de castanho, para a porta nascente, e de uma porta em grade de ferro perfilado para o portal norte;

1958 - obras de consolidação pelo empreiteiro Saúl de Oliveira Esteves;

1974 - trabalhos de consolidação de alvenaria e a escavação de terras para sondagem, adjudicadas a Afonso Ferreira de Oliveira;

1975 / 1976 / 1977 / 1978 / 1979 / 1980 - SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA - escavações arqueológicas dirigidas pelo arqueólogo Roberto Leão, as quais revelam testemunhos de ocupação do local na Alta Idade Média;

1977 / 1978 - DGEMN - trabalhos de consolidação de alvenarias em degradação, junto da porta do sapo, a sudoeste junto duma fenda e a poente, incluindo o fornecimento das alvenarias em falta; reconstrução do coroamento da muralha junto à porta do sapo, cunhal norte-nascente e entre as portas do sol e da água, com cantaria de pedra existente de dente de cavalo, apicoado a tosco, incluindo limpeza e preparação de superfícies; e reparação das portas do sapo, da água e do sol, compreendendo ferragens e substituição de madeira impróprias;

1979 / 1980 - trabalhos de consolidação da muralha em vários pontos, reconstrução do coroamento da muralha junto da porta do sapo e da água, limpeza e arranque de vegetação em vários pontos, escavação e rebaixamento de terras junto da muralha do lado nascente, construção da porta principal do lado nascente, em madeira, reparação da porta do sapo e

pinturas das portas; as obras são executadas pelo empreiteiro Marques & Marques, Lda;

1981 - continuação dos trabalhos de beneficiação;

1994 - recolha e reposição de alvenarias de silharia dispersas pelo interior e exterior das muralhas, levantamento e sinalização dos melhores traçados tradicionais de acesso ao alto rochoso, provocando a definição de degraus na rocha ou acrescentando elementos de granito, constituindo-se em pequenas escadas, nos locais de desnível acentuado mais acentuado, limpeza de vegetação e arranjo do piso nos recintos intramuros, reparação, recuperação ou substituição das portas, fornecimento e colocação de contentores de lixo e instalação de corda de ajuda e proteção nos percursos pedonais;

2005 - CMM - obras de valorização do acesso ao castelo. (fig. 36)

A partir da década de 70 é incluído no Parque Nacional da Peneda do Gerês, usufruindo também da sua gestão.



Fig. 39: Placa de Sinalização do Castelo. Fotografia de Diana Carvalho.

Laboreiro e encontraram-se seis processos digitalizados e disponíveis on-line na plataforma do SIPA (com o IPA nº 00002273), e outros seis, não digitalizados mas disponíveis para consulta, no Forte de Sacavém – Lisboa.

5. Observações finais

O castelo de Castro Laboreiro é pouco retratado na documentação contemporânea e nas fontes medievais e modernas as referências encontram-se diluídas, provavelmente pelo impacto diminuto que teve na construção da história nacional. Conforme disse Mário Barroca e Fernando Morais (1985/86), num estudo acerca do castelo de Aguiar da Pena, cujas referências também escasseavam, “o prolongado silêncio que a documentação revela para esta zona não deve estar dissociado da sua pobre representatividade institucional” (Barroca e Morais, 1985/85, p. 36).

Contudo, o castelo tomou posições de relevo para a sua defesa, sobretudo na vigilância e defesa da fronteira, bem como à escolha de partidos quando Portugal viu a sua independência ameaçada, embora nem sempre com sucesso.

Conforme já foi referido, procurou-se contextualizar a história do castelo com a do seu território, mas em muitos aspectos escaparam informações, e outras vezes, aquando da redacção do artigo e da integração das informações no texto, estas perderam alguma da sua clareza, por isso, fica o desejo que o castelo de Castro Laboreiro e o seu território, atraíam a curiosidade e o interesse científicos para o seu estudo, bem como projectos de escavações arqueológicas. Deseja-se também que as informações daqui resultantes se tornem acessíveis à comunidade científica e à comunidade local, no sentido do seu enriquecimento e da sua salvaguarda.

Bibliografia

ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado de (2002) – *O sistema defensivo da Vila de Melgaço: dos castelos da reconquista ao sistema abaluartado*. Melgaço, Câmara Municipal.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1987) – “Melgaço e Castro Laboreiro”. In: *Alto Minho*. Lisboa, Editorial Presença.

BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano (dir.) (2003) – “Do Vale do Mondego à Reconquista Definitiva de Lisboa”. In: *Nova História Militar de Portugal*. Rio de Mouro, Círculo de Leitores, Vol. I, pp. 33-44.

BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano (dir.) (2003) – “Baixa Idade Média: O Castelo Românico”. In: *Nova História Militar de Portugal*. Rio de Mouro, Círculo de Leitores, Vol. I, pp. 106-114.

BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano (dir.) (2003) – “Baixa Idade Média: O Castelo Gótico”. In: *Nova História Militar de Portugal*. Rio de Mouro, Círculo de Leitores, Vol. I, pp. 117-121.

BARATA, Manuel Themudo; TEIXEIRA, Nuno Severiano (dir.) (2003) – “Os Castelos Portugueses nos Finais da Idade Média”. In: *Nova História Militar de Portugal*. Rio de Mouro, Círculo de Leitores, Vol. I, pp. 164-180.

BARROCA, Mário Jorge (1992) – “Medidas-padrão medievais portuguesas”. In: *Separata da Revista de História da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. Porto, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Vol. 9, pp. 53-85.

BARROCA, Mário Jorge (1990-1991) – *Do castelo da reconquista ao castelo românico (séc. IX a XII)*. Portugal. Porto, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Vol. 11-12, pp. 89-136.

BARROCA, Mário Jorge; MORAIS, António J. Cardoso (1985/1986) – “A terra e o castelo: uma experiência arqueológica em Aguiar da Pena”. In: *Separata da Revista Portugal. Nova Série*, Vol. VI/VII.

CAPELA, Viriato (2005) – “As freguesias do Concelho de Melgaço nas Memórias Paroquiais de 1758”. In: *As Freguesias do Distrito de Viana do Castelo nas Memórias Paroquiais de 1758*. Câmara Municipal de Melgaço, Edição da Casa Museu de Monção / Universidade do Minho, pp. 150-153.

DECRETO N.º 33: 587. Diário do Governo, 1ª série, N.º 63, 27 de Março de 1944. Classificação de monumentos.

DGPC – Direcção Geral do Património Cultural (2016) – <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/69848/> [acedido 15.042016].

DOMINGUES, José (2006) – *O Foral de D. Afonso Henriques a Castro Laboreiro, “ádito” para o debate*. Porto, Núcleo de Estudos e Pesquisa dos Montes do Laboreiro. Duarte de Armas, Livro das fortalezas, 3.^a Ed., Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo e Edições Inapa.

DUARTE DE ARMAS (2006) – *Livro das fortalezas*. 3.^a Ed., Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo e Edições Inapa.

FUNDACIÓN PEDRO BARRIÉ DE LA MAZA; FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN (2001) – “Castelos românicos portugueses”. In: *Romanico En Galicia y Portugal / Em Portugal e Galiza*. Lisboa, Fundación Pedro Barrié de la Maza, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 89-111.

GONÇALVES, Iria (2012) – *Por terras de entre-Douro-e-Minho com as inquirições de D. Afonso III*. Porto, Edições Afrontamento.

GONÇALVES, Iria (1998) – “Entre a Peneda e o Barroso: Uma Fronteira Galaico-Minhota em meados de Duzentos”. In: *Revista da Faculdade de Letras: História*. Porto, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Vol. XV-1, pp. 63-76.

GONZÁLEZ, José Avelino Gutiérrez (2001) – “La fortificación en el norte peninsular: castros y recintos campesinos en la Alta Edad Media”. In: *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*. Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos. Lisboa, Edições Colibri, Câmara Municipal de Palmela, pp. 19-28.

IGEO – Instituto Geográfico Português (2016) – <http://www.igeo.pt/> [acedido 20.05.2016].

LIMA, Alexandra Cerveira Pinto Sousa (1996) – *Castro Laboreiro: povoamento e organização de um território serrano*. Melgaço, Instituto da Conservação da Natureza.

MARQUES, A. H. de Oliveira (1996) – *Breve História de Portugal*. Lisboa, Editorial Presença.

MATTOSO, José (dir.) (1997) – *História de Portugal. Antes de Portugal*. Lisboa, Editorial Estampa, Vol. I.

MATTOSO, José (dir.) (1997) – *História de Portugal. A monarquia feudal*. Lisboa, Editorial Estampa, Vol. II.

MATTOSO, José (dir.) (1997) – *História de Portugal. No alvorecer da modernidade*. Lisboa, Editorial Estampa, Vol. III.

MONTEIRO, João Gouveia (1999) – “O perfil do castelo gótico português (inovações, adaptações e morfologia)”. In: *Os Castelos Portugueses dos finais da Idade Média – Presença, perfil, conservação, vigilância e comando*. Lisboa, Edições Colibri, pp. 33-95.

PINTOR, P. Bernardo (2005) – “Castro Laboreiro e Seus Forais”. In: *Obra Histórica I. Monção*, Rottary Club de Monção, Vol. I, pp. 37-49.

RODRIGUES, Padre Aníbal (1996) – “O Castelo de Castro Laboreiro”. In: *Estudos Regionais. Viana do Castelo*, C.E.R., N.º 17, pp. 83-92.

RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS N.º 11-A/2011, 4 de Fevereiro de 2011 – “Regulamento do Plano de Ordenamento do Parque Nacional da Peneda-Gerês”. In: *Diário da República*, 1.^a série, N.º 25.

RODRIGUES, Padre Aníbal (1985) – *Pontes Romanas e Românicas de Castro Laboreiro*. Melgaço, Câmara Municipal de Melgaço.

SÁEZ, Emilio (1948) – *Los Ascendientes de San Rosendo*. Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas.

SILVEIRA, Luis Espinha da (1997) – *Território e Poder*. Cascais, Patrimónia Histórica.

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico (2016) – http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2273 [acedido 15.04.2016].

VENTURA, Leontina (1998) – “A Fronteira Luso-Castelhana na Idade Média”. In: *Revista da Faculdade de Letras: História*. Porto, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Vol. XV-1, pp. 25-52.

A LIVRARIA DO EXTINTO CONVENTO DE SANTO ANTÓNIO DA SERTÃ

Miguel Portela

(investigador; magelo2001@gmail.com)

RESUMO:

A livraria do extinto convento de Santo António da Sertã revela uma grande diversidade de campos temáticos que vão da Teologia, à Homilética, à Espiritualidade, à Filosofia, às Artes e à História, apresentando, no momento da sua extinção, em 1834, um catálogo com mais de 900 volumes.

Apresentaremos um breve resumo da história deste convento, procurando demonstrar a cultura e riqueza dos seus eloquentes pregadores, que sempre granjearam de grande prestígio.

Procuraremos elucidar o leitor sobre o significado cultural desta casa franciscana, enunciando, ainda, alguns dos seus professos e ilustres pregadores, dando a conhecer sucintamente algumas das obras, locais e datas de impressão, síntese dos conteúdos dos mesmos assim como a sua organização na referida livraria.

PALAVRAS-CHAVE:

Convento de Santo António. Sertã. Franciscanos. Livraria. Livros.

1. O convento de Santo António da Sertã: breve resumo da sua história

Estabelecido no interior centro do país, o convento de Santo António da Sertã assumiu uma vocação de casa de acolhimento e de formação de religiosos capuchos de considerável nível intelectual. Foram seus iniciadores Fr. Jerónimo de Jesus e Fr. Cristóvão de S. José (†1643), pregador afamado e missionário, já por 1617, no Maranhão (Brasil).¹ Sabemos, também, que o primeiro guardião deste convento foi Fr. António de Santo André.

“Em todo o priorado do Crato não houve convento algum desde o reinado de D. Afonso Henriques até 1604, além dos da Ordem do Hospital. No citado ano foi edificado o dos Franciscanos no Crato. Quanto ao da Sertã foi fundado com esmolas por Frei Cristovam de S. José, natural da mesma vila,

ABSTRACT:

The former convent of the Santo António da Sertã library reveals a wide range of thematic areas ranging from Theology to Homiletics, Spirituality, Philosophy, Arts and History, presenting, at the time of its extinction, in 1834, a catalog with over than 900 volumes.

In this text we will present a brief summary of this convent history, demonstrating the culture and the wealth of its eloquent preachers, who always had a great prestige.

We will elucidate the reader about the cultural significance of this Franciscan house, stating also some of their illustrious professors and preachers. We will be showing some of their works, local and print dates and content summary as well as their organization in the library.

KEY WORDS:

Convent of Santo António. Sertã. Franciscans. Bookstore. Books.

em 1635. Pertencia aos frades Capuchos, franciscanos reformados, cuja sede era em Lisboa no Convento de Santo Antonio dos Capuchos, onde até ha pouco esteve instalado o Azilo da Mendicidade. A primeira pedra foi colocada pelo Provincial da Ordem, Frei Manuel de Santa Maria em oito de Julho do referido ano de 1635, começando os trabalhos em 16 de maio do ano seguinte. Era subsidiado pelo Grão-Prior do Crato, seu padroeiro, com trinta alqueires de trigo e 10:000 reis em dinheiro anualmente. D. João IV concedeu-lhe uma

¹ “Frei Cristovam de S. José - Professou na Religião Serafica de Santo Antonio e missionou desde 1617 no Maranhão (Aldeia Grande de Tamogica), descobrindo com outros freires da sua Ordem o rio Tocantins. Fundou com esmolas o convento da Sertã, sua terra natal, tendo colocado a primeira pedra o Provincial da Ordem, Frei Manuel de Santa Maria, em 2 de maio de 1635. Cançado e doente, foi mandado para o Mosteiro de N.S. dos Anjos do Sobral, Diocese de Lisboa, afim de se restabelecer; mas Deus houve por bem leva-lo para junto de si em dez de maio de 1643”, Farinha, 1930, pp. 85, 115-116.

arroba de vaca cada semana, que D. João V mandou pagar em dinheiro ao preço corrente. Tinha em recolhimento 16 religiosos, em cujo habito muitos habitantes da vila e do termo eram amortalhados, conforme consta de vários testamentos.

Em 1810 os freires deste convento, escudados num Alvará do infante D. Fernando, pretenderam o exclusivo da pregação em todo o termo da Sertã; mas o Provisor do Grão Priorado, D. Antonio Barros Leitão Carvalhosa, fez constar em circular aos párocos que todos os padres seculares aprovados, bem como os Carmelitas de Figueiró dos Vinhos, podiam continuar, como até aí, a exercer esse munus.

Não sei a quem ficou pertencendo depois da extinção das ordens religiosas em 1834; apenas averigui que o edifício conventual era propriedade da Camara Municipal em 1878 e nele funcionavam as diversas Repartições públicas. Mais tarde adquirir-o a família Relvas da Golegã, pertencendo agora novamente à Camara. A cerimonia do descimento da Cruz realizava-se com grande solenidade em 1831 na escadaria por onde se desce para a Alameda da Carvalha, sempre proximo do sol-posto".²

Nos concelhos mais vizinhos não se encontram documentadas edificações de mosteiros e conventos desta ou de outras ordens religiosas, excepto, já na alçada do Bispado de Coimbra, em Figueiró dos Vinhos o Convento de Nossa Senhora do Carmo de Carmelitas Descalços - 1601 e o Mosteiro de Santa Clara de Clarissas - anterior a 1549, e em Pedrógão Grande o Convento Dominicano de Nossa Senhora da Luz, fundado em 1476 (Portela, 2012, pp. 4-6; Portela, 2013, pp. 7-21; Portela, 2017, pp. 74-84).

O estabelecimento, nesta vila, de um convento franciscano capucho envolveu, necessariamente, o acordo de vários agentes e poderes: o dos benfeitores

seculares e das elites locais, o do município sertanense, o da Província de Santo António, da Ordem Franciscana, o do Priorado de Malta, o do bispo de Portalegre, ao tempo D. Joane Mendes de Távora (1632-1638), o do Cardeal-Infante D. Fernando de Áustria e, seguramente, como se comprovará, o do próprio monarca, D. Filipe III.

A Província de Santo António, de frades capuchos, conheceu, em meados do século XVII, um período de expansão. Nos domínios do Priorado de Malta, nesse tempo, o convento seráfico mais próximo do nosso localizava-se na vila do Crato.

O convento, projectado para uma pequena comunidade de 12 religiosos, tinha em recolhimento, no tempo de D. João V, 16 frades, e em 1834, aquando da sua extinção, era habitado por 7 professores.

Não importava apenas a pastoral de uma espiritualidade franciscana para o povo desta região serrana interior de Portugal, interessando, sobretudo, o aprofundamento dos níveis de formação sacerdotal destes frades. O serviço do altar, pela celebração da missa, e pela administração dos sacramentos (em especial o da confissão ou da reconciliação), e o da celebração da palavra, pela pregação, eram áreas eclesiais para as quais os religiosos que aqui se recolhiam pareciam estar particularmente vocacionados.

2. Pregadores ilustres: breves dados

Crónicas e documentos enaltecem como pregadores ilustres deste convento de Santo António da Sertã os nomes, entre outros, dos seguintes religiosos³:

Fr. Cristóvão de S. José (1581-1643): missionário e pregador;

Fr. Manuel Henriques (1635-?): pregador;

Fr. Domingos da Assunção (?-1780): pregador;

Fr. Pedro de S. Paulo: pregador (?-?) e fundador do convento de S. José em Cernache do Bonjardim;

Fr. António de Cristo (?-?): pregador.

Tenhamos presente que foi a partir da iniciativa de frades deste convento que foi fundado, em Cernache de Bom Jardim, em 1699, um hospício e recolhimento (Convento de S. José) para recreação espiritual e intelectual de religiosos da Ordem (Amorim, 2011, pp. 519-524, doc. n.º 147).

² AMORIM, 2011, pp. 235-341, vol. II, doc. n.º 57, citamos "*Livro das coisas notáveis que ao diante sucederem neste Convento de Santo António da Sertã e obras que nele se fizeram e quem as fez. "Sendo Provincial Frei Manuel de Santa Catarina a oito de Julho do ano de mil e seis centos e trinta e cinco se lançou a primeira pedra neste Convento de Santo António desta vila da Sertã, testemunhas que assim o afirmaram Vicente do Casal e João da Mota Gomes, Síndico deste convento e António Nunes de Andrade, Belchior Moniz do Sobral, pessoas que correram com as obras desta Casa que aqui assinaram hoje dezaseis de Agosto de mil seiscientos e quarenta e seis, sendo eu Frei António de Santo André que este fiz por minha mão, Guardião o primeiro do dito Convento". Para um estudo mais aprofundado sobre este convento, consulte-se a obra de MATOS, 2004.*

³ Para um melhor conhecimento genealógico dos nomes indicados consulte-se a obra de TEIXEIRA, 1925.

A biblioteca de Santo António da Sertã, conhecida por inventários do século XVIII e, depois, pelo de 1834, demonstra esta atitude de formação exigente e “atualizada” dos frades capuchos portugueses enquanto ministros particularmente tocados pelo apelo da pregação e da confissão.

Na sua maior parte, os livros que aqui se encontravam propiciavam leituras justamente dominadas pelas esferas da homilética, da espiritualidade e da preparação de confessores.

Em 1810, aliás, os frades deste convento reclamaram o exclusivo da pregação em todo o termo da Sertã, pedido que o dom prior do Crato recusou, antes determinando que caberia a todo o clero secular desempenhar tais funções.

3. A fonte e o contexto

“Com efeito, mesmo se através de sérias dificuldades, as livrarias conventuais, em virtude dessa sua dimensão institucional, oferecem ou deveriam oferecer a possibilidade de mais facilmente verificarmos a sua história, independentemente da dificuldade de hoje localizarmos as provas dessa história... Um momento houve, contudo, em que a interrupção dessa história, ainda que de diversos modos, largamente documentada, determinou o inventário dessas bibliotecas.

Referimo-nos, obviamente, aos inventários levados a cabo por força das directrizes legais que presidiram à extinção das ordens religiosas em 1834. Se 1834 não significou - entendamos: sistematicamente e em larga escala - o fim dos livros que as constituíam, significou, isso sim, o fim dessas bibliotecas..., não, porém, sem antes de as terem inventariado... De bibliotecas passaram a “catálogos”..., algumas até, com alta probabilidade, pela primeira vez... Sempre na suposição teórica de que a lei se cumpriu - o que evidentemente não acontece -, o conjunto desses inventários constitui-se num amplo inventário em que se traduzia - e em que se pode ver hoje traduzir - o estado geral - em qualidade e em quantidade - das bibliotecas conventuais...”

Carvalho, 1998, p. IV.

As considerações que passamos a expor, neste domínio, resultam da análise pormenorizada, a que procedemos, do inventário desta livraria monástica de 1834 (Portugal, 1836, pp. 23-36v). A nossa abordagem não conflitua, antes permite aprofundar uma reflexão histórica, com investigações de outros autores que se dedicaram ao estudo histórico da Sertã e do seu

convento capucho, nomeadamente do P.^e António Lourenço Farinha (Farinha, 1930) e, mais recentemente, de Susana Isabel de Oliveira Ferreira Matos (Matos, 2004).

No dia 15 de Julho de 1834, apresentaram-se no convento de Santo António da Sertã, para procederem ao arresto de bens e respetivo inventário, para a Fazenda Pública, José Caldeira Manso, procurador fiscal, os louvados Joaquim Germano da Silva e Francisco Aleixo e o escrivão interino da provedoria, Jerónimo Joaquim Nunes. É neste inventário que, entre as folhas 23 a 36 verso, encontramos a relação da antiga livraria dos frades capuchos.

Exporemos, de seguida, os dados mais relevantes sobre esta biblioteca deste convento capucho português no final do Antigo Regime, que com a extinção das ordens religiosas abriu caminho a um longo período de abandono e extravio deste património bibliográfico de que se perdeu rasto.

Apesar de conhecermos a sua organização, há que reconhecer, desde já, que se torna uma tarefa bastante difícil conseguir apurar se as obras citadas neste catálogo foram lidas, como o foram, com que preferências e com que efeito. Se um dia se encontrarem livros deste acervo, eventualmente anotados por leitores desta comunidade, aí poderemos perceber mais aprofundadamente estes aspectos tão importantes na história do livro e na história da(s) sua(s) leitura(s) e usos sociais.

4. A livraria: números gerais

Este acervo bibliográfico que julgamos pertinente e interessante dar a conhecer, somava, à data da elaboração do referido inventário, um total de 590 títulos, perfazendo um conjunto de 910 volumes⁴.

Parecendo-nos útil a divulgação do inventário da livraria do antigo Convento de Santo António da Sertã. Deixamos aqui um quadro em que arrolamos as obras inventariadas na fonte a que recorremos para este breve estudo.

⁴ Apesar de no fim da listagem se fazer menção a um total de 917 volumes, constatámos que o somatório de todos os volumes perfaz apenas 910 volumes. No nosso entender esta diferença prende-se com o facto de no inventário haver correção ao número de volumes, ou seja, um ou outro caso onde o número foi corrigido e não foi verificado novamente o somatório final.

Fig. 1
Inventário da livreria do antigo Convento de Santo António da Sertã

Número de títulos e nome dos autores		Designação das obras	Local de edição	Data e número de volumes		Formato
1	Fr. Rafael de Jesus	Sermões vários	Lisboa	1689	1	in 4º
2	P.º Jerónimo Pardo	Discursos Evangélicos	Coimbra	1662	1	In 4º
3	Fr. Eusébio de Matos	Sermões	Lisboa	1614	1	in 4º
4	Fr. Jaime Reboloso	Sermões	Barcelona	1614	1	in 4º
5	P.º Luis Brandão	Meditações sobre a História do Evangelho	Lisboa	1685	1	in 4º
6	Fr. Rafael de Jesus	Sermões Vários	Lisboa	1688	1	in 4º
7	Fr. Bernardo de Paredes	Campanha Espiritual	Coimbra	1655	1	in 4º
8	Fr. João Cardoso	Jornada da alma libertada	Lisboa	1626	1	in 4º
9	Fr. Francisco de Liscine	Primeira escola del hombre dios	Madrid	1669	1	in 4º
10	Fr. Diogo Niseno	Apsumptos predicaveis	Lisboa	1632	1	in 4º
11	Francisco Fernandes Galvão	Sermões dos Santos	Lisboa	1613	2	in 4º
12	Fr. Manuel Rodrigues	Explicação da Bulla	Salamanca	1607	1	in 4º
13	Fr. Vicente da luz	Sermões vários	Lisboa	1724	1	in 4º
14	Fr. Manoel da Conceição	Sermões vários	Lisboa	1620	1	in 4º
15	Francisco Aquilar	Orbis Eucharisticus	Salamanca	1725	1	in 4º
16	Fr. Manuel da Conceição	Eschola da Penitencia de Fr. Antonio das Chagas	Lisboa	1687	1	in 4º
17	Fr. Luis de S. Francisco	Penitologia Sacramental	Coimbra	1691	1	in 4º
18	O P.º Hieronimo Plati	Libro del bien del estado Religioso	Medina del Campo	1595	1	in 4º
19	Fr. Manuel de Lima	Ideas Sagradas	Lisboa	1721	2	in 4º
20	Frater Ludovicus Manganelis	Discursus praedicabiles	Madrid	1619	1	in 4º
21	P.º José da Natividade de Seixas	Medalha Evangélica	Lisboa	1712	1	in 4º
22	Diogo de Paiva	Sermões	---	1601	1	in 4º
23	Fr. Francisco de Lisavia	Doutrinas Evangélicas	Coimbra	1606	1	in 4º
24	Fr. Manuel de Gouvea	Sermões vários	Lisboa	1706	1	in 4º
25	---	Promptuario Moral (Mutilado)	---	---	1	in 4º
26	Fr. Manuel de Naxera	Sermões vários	Lisboa	1646	1	in 4º
27	Fr. António de Santo Eliseu	Sermões vários	Lisboa	1715	1	in 4º
28	Fr. Manuel de Gouvea	Sermões vários	Lisboa	1715	3	in 4º
29	Fr. António de Gouvea	Monte Calvário	---	---	1	in 4º
30	Fr. Isidoro de S. Joan del Sacro	Triumpho Quadragisimal	Madrid	1672	1	in 4º
31	P.º Simão da Gama	Sermões Vários	Lisboa	1708	1	in 4º
32	Pedro de Calataiude	Juicio de los Sacerdotes	Pamplona	1736	1	in 4º
33	---	Honras Christians nas affrontas de Jesus Christo	Lisboa	1625	1	in 4º
34	Fr. José de Santa Maria	Tribunal de Religiosos	Sevilha	1617	1	in 4º
35	Fr. Pedro Sanches	Anno predicable	Múrcia	1750	5	in 4º
36	Fr. Pedro Palumino	Sermoes	Madrid	1684	2	in 4º
37	---	Concilio Tridentino	Valladolid	1614	1	in 4º
38	Fr. Diego Lopes	Tratados sobre os Evangelhos	Lisboa	1618	1	in 4º
39	Fr. Gabriel de Naboa	Apologia de Confessores	Salamanca	1785	1	in 4º
40	[Fr. Filipe Dias]	Summa praedicantium ex omnibus locis Comunibus a fratre Philipo Dias	Salamanca	1639	2	in 4º

41	Fr. Domingos de la Vega	Empleo Santo	Madrid	1607	1	in 4º
42	Fr. Baltasar Pais	Sermões	Lisboa	1733	1	in 4º
43	P.º Jerónimo Pardo	Discursos Evangelicos	Lisboa	1661	1	in 4º
44	---	Sermões vários	Coimbra	1716	1	in 4º
45	P.º Simão da Gama	Sermões	Lisboa	1709	1	in 4º
46	[Vários autores]	Sermões vários	Coimbra	1685	1	in 4º
47	P.º Diego Mello	Panegiricos vários	Madrid	1668	1	in 4º
48	Fr. Domingos de S. Thomaz	Predica Sacramental	Lisboa	1675	1	in 4º
49	Fr. Christoval da Fonseca	Vida de Christo	Lisboa	1600	1	in 4º
50	Fr. Luis de Rebolhedo	Libro de las Reglas e Constituciones generales de la ordem de Nuestro P.º S. Francisco (Mutilado)	---	---	1	in 4º
51	[S. João Crisóstomo]	Opera	---	---	4	in fólio
52	[S. João Crisóstomo]	Humilia	---	---	14	in 8º
53	---	Gradus ad Parnasum	---	---	1	in 8º
54	Cartusiano [Ludolfo de Saxónia]	De Vita Christi	---	---	2	in fólio
55	S. Basílio	Opera	---	---	1	In fólio
56	Simonis de Cassia	De gestis Domini Salvatorisapud Sanctam Ubiorum	Colónia	---	1	in fólio
57	---	Policut Nova de Lanci	Frankfurt	---	1	in fólio
58	---	De ornatu et vestibus Aaronis	Antuérpia	---	2	in fólio
59	Santo Agostinho	Opera	---	---	8	in fólio
60	S. Bernardo	Opera	---	---	1	in fólio
61	S. Gregório	Opera	---	---	1	in fólio
62	Cornelli a Lapidide	Commentarium	---	---	8	in fólio
63	---	Apparatus concionatorum	---	---	2	in fólio
64	Laureti	Silva Alegoriarum	---	---	1	in fólio
65	Felix	Potestas Moral	---	---	2	in fólio
66	---	Chronica de Marrochos	---	---	1	in fólio
67	Calepinum	Lexicon Latinum	---	---	1	in fólio
68	Barchorii	Opera omnia	---	---	3	in fólio
69	Bonacinae	Opera omnia	---	---	2	in fólio
70	Silveira	Commentaria	---	---	8	in fólio
71	Silveira	Opuscula varia	---	---	1	in fólio
72	Haye	Commenta in Genesim	---	---	1	in fólio
73	---	Directorium Confessoriorum	---	---	1	in fólio
74	Zuteta	Epistolam Catholicam S. Jacobi	---	---	1	in fólio
75	---	Commentarium in Isaiam	---	---	1	in fólio
76	---	Polianthea Seraphica	Lisboa	---	1	in fólio
77	Prasecson	Historia Ecclesiastica	Germania	---	4	in fólio
78	Hugonis	Opera omnia	Veneza	---	8	in fólio
79	Pedro de Figueiredo	Commentarium	Lyon	---	1	in fólio
80	Naxera	Commentarium	Lyon	---	3	in fólio
81	Soto Maior	Cantici Cantorum Interpretatio	Lisboa	---	1	in fólio
82	S. Thomas Aquinatis	Theologia	Antuérpia	---	4	in fólio
83	S. Thomas Aquinatis	Catena aurea	Veneza	---	1	in fólio
84	Belem	Chronica de Xabregas	Lisboa	---	4	in fólio
85	Guillem	Sermoes Hespanhoes	Madrid	---	2	in fólio
86	---	Philosophia dos Principes	Lisboa	---	1	in fólio
87	Nicolau de Lira	Glossa ordinaria	Lyon	---	7	in fólio
88	Pleastro	Commentaria	Lyon	---	1	in fólio
89	Maldonado	Commentarium	Lyon	---	1	in fólio
90	Barradas	Commentarium	Lyon	---	3	in fólio
91	---	Concordantia Bibliae	Paris	---	1	in fólio
92	Marracci	Polinathea Mariana	Colónia, Agripina	---	2	in 4º
93	Didaci	Stella conciones	Antuérpia	---	1	in 4º
94	Avicentia	De privilegiis regularium	Veneza	---	1	in 4º
95	---	Collegii Conimbricensis commentarium	Coimbra	---	2	in 4º

96	Perevius	In Ginesim	Lyon	---	1	in 4º
97	---	Speculum Parochorum	Veneza	---	1	in 4º
98	Sabino	Lux moralis	Veneza	---	1	in 4º
99	Raulim	Sermões	Paris	---	1	in 4º
100	---	Concordantia Bibliae	Lyon	---	1	in 4º
101	Baltasar Pais	In Epistolam Jacobi	Antuérpia	---	1	in 4º
102	---	Monarchia Mystica da Igreja	---	---	1	in 4º
103	---	Silvestrina Moral	Roma	---	1	in 4º
104	José da Costa	Conciones	Salamanca	---	1	in 4º
105	Fr. Filipe da Rocha	Conciones Dominicanum	Lisboa	---	1	in 4º
106	Naxera	Sermões Hespanhoes	Coimbra	---	11	in 4º
107	Certa	Sermões	Lisboa	---	2	in 4º
108	---	Conselheiro fiel	Lisboa	---	3	in 4º
109	Val de Rama	Exercícios espirituais	Lisboa	---	2	in 4º
110	Medalha Evangelica	Sermões	Lisboa	---	2	in 4º
111	Morillo	Discursos predicaveis	Saragoça	---	2	in 4º
112	Fr. Diogo d'Arsea	Sermões	Múrcia	---	2	in 4º
113	Fr. Aleixo	Annuntiationes in Evangelia	Coimbra	---	1	in 4º
114	Fr. Diogo da Véga	Sermões	Salamanca	---	2	in 4º
115	---	Epitome Sanctorum Patrum	Colónia, Agripina	---	5	in 4º
116	---	Silva Concionatoria	Lisboa	---	5	in 4º
117	P.º Curado	Sermões	Roma	---	3	in 4º
118	Blutto [Bluteau]	Primicias Evangelicas	Lisboa	---	3	in 4º
119	Bartholomeu do Quintal	Sermões	Lisboa	---	2	in 4º
120	Fr. Manuel Rodrigues	Sobre a Bulla	Salamanca	---	1	in 4º
121	P.º Borumbau	Theologia Moral	Lisboa	---	1	in 4º
122	Fr. Luis d'Ascensão	Sermões Vários	Coimbra	---	1	in 4º
123	---	Rosas do Japão - História	Lisboa	---	1	in 4º
124	---	Culto de S.º Adão	Madrid	---	1	in 4º
125	---	Thesouro de Cerimonias	Lisboa	---	1	in 4º
126	Fr. Diogo Niceno	Sermões	Barcelona	---	1	in 4º
127	Fr. Diogo Serrano	Sermões	Madrid	---	1	in 4º
128	Fr. Fernando da Soledade	Sermões	Lisboa	---	1	in 4º
129	P.º Mendo	Sermões	Madrid	---	1	in 4º
130	---	Sermões Vários	Lisboa	---	1	in 4º
131	Fr. Christovão de Lisboa	Sermões	Lisboa	---	1	in 4º
132	Fr. Luis de Miranda	Praticas Espirituais	Salamanca	---	1	in 4º
133	Fr. Luis de Paula	Discursus Predicabiles	Madrid	---	1	in 4º
134	---	Summa de casos de consciencia	Madrid	---	1	in 4º
135	Fr. João Cardoso	Jornada da Alma	Lisboa	---	1	in 4º
136	P.º João Coutinho	Stromas predicaveis	Coimbra	---	6	in 4º
137	Fr. André Mendo	Quaresma	Madrid	---	1	in 4º
138	---	Candelabrum aureum	Veneza	1605	1	in 4º
139	---	Cantico Marianno	Évora	1709	1	in 4º
140	Fr. Lourenço de Zamora	Monarchia Mistica da Igreja	Madrid	1619	1	in 4º
141	Domini Henrici Harphi	Theologia Mistica	Colónia	1605	1	in 4º
142	P.º Jacinto Quintero	Discursos Evangelicos	Madrid	1651	1	in 4º
143	P.º Diogo de Baesa	Commentariorum Moralium in Evangelicam Historiam	Lyon	1629	1	in 4º
144	Medina	In Isaian	Roma	1699	1	in 4º
145	D. José de Barsia e Zantrano	Despertador Christiano de Varios Sermões	Lisboa	1693	13	in 4º
146	Fr. Isidoro de S. João	Triumpho Evangélico	Salamanca	1634	1	in 4º
147	Fr. Pedro Correia	Triumphos Ecclesiasticos	Lisboa	1617	1	in 4º
148	Fr. Diogo d'Annuniação	Tropheo Evangélico	Lisboa	1699	2	in 4º Tomo 2º e 3º
149	Fr. Diogo d'Annuniação	Tropheo Evangélico	Lisboa	1699	1	in 4º Tomo 2º
150	P.º Diogo d'Annuniação	Tropheo Evangélico dedicado a D. Veríssimo de Lencastre	Lisboa	1685	1	in 4º

151	Fr. Alonso de Cabrera	De las Consideraciones en los Evangelios	Saragoça	1610	2	in 4º
152	P.º João	Sermões	Madrid	1663	1	in 4º
153	Fr. Diogo Niceno	El gran Padre de los Crientes	Lisboa	1636	1	in 4º
154	Fr. Hortensio Felix	Orações Evangélicas	Madrid	1689	1	in fólio
155	Fr. Felipe da Luz	Sermões	Lisboa	1617	2	in fólio
156	António de Sousa de Macedo	Eva e Ave	Lisboa	1676	1	in fólio
157	Fr. Juan Duram	Santoral Serafico	Madrid	1618	1	in fólio
158	Fr. Juan Duram	Adrento e Sermões Vários	Madrid	1722	1	in fólio
159	Fr. Juan Duram	Panegirios	Madrid	1714	2	in fólio
160	Cesar Baronius	Martirologium Romanum	Roma	1598	1	in fólio
161	---	Espejo de la consciência (Mutilado)	---	---	1	in fólio
162	Fr. Juam de More	Enigma Numerico	Madrid	1683	1	in fólio
163	Sebastiam Barradas	Commentario	Lyon	1611	1	in fólio
164	Gregorius Sairmo	Theologia Moralis	Veneza	1718	1	in fólio
165	Fr. Baltasar Limpo	Fugas de David	Lisboa	1642	1	in fólio
166	Fr. Manuel da Trindade	Bibliotheca do mundo	Lisboa	1758	1	in fólio
167	Fr. Lucio Ferraris	Biblioteca	Bolonha	1763	5	in fólio
168	Fr. Antonius Horman	Theologia Moral	Beneventi	1743	2	in fólio
169	Collgii Salmaticensis	Teologia	Veneza	1739	3	in fólio
170	P.º Claudio Lacroá	Theologia moral	Veneza	1725	2	in fólio
171	Fr. Manuel da Conceição	Ceremonial Serafico	Lisboa	1730	1	in fólio
172	Michael Vivien	Tertulianus praedicans	Pádua	1729	2	in fólio
173	Frati Francisci Heno	Theologia Dogmatica	Colónia	1718	2	in fólio
174	D. Francisco de Sobrecosas	Sermões Evangélicos	Madrid	1690	1	in fólio
175	Sebastianus Cesar	Coagitatio Ingracitudinis	Lisboa	1697	1	in fólio
176	Fr. Apolinário da Conceição	Piquenas na Terra e grandes no Ceo	Lisboa	1744	1	in fólio
177	Fr. Martinho do Amor de Deos	Crónica da Província de Santo António	Lisboa	1790	1	in fólio
178	P.º Affonso Rodrigues	Exercicio de perfeição	Lisboa	1730	1	in fólio
179	---	Felicitas Protestatis Examen Ecclesiasticum	Coimbra	1714	1	in fólio
180	Fr. Domingos da Torregrossa	Nectar Divino	Valença	1655	1	in fólio
181	Francisco Larraga	Moral	Coimbra	1749	1	in fólio
182	P.º Benito Remigio	Pratica de Curas	Lisboa	1686	1	in fólio
183	Frater Constantius Serrannus	Summa Theologia	Roma	1590	1	in 4º
184	Fr. Manuel dos Anjos	Politica praedicavel	Lisboa	1693	1	in fólio
185	---	Calendario perpetuo (Mutilado)	---	---	2	in 8º
186	P.º Manuel Correia	Compendio d'indulgencias	Coimbra	1734	1	in 8º
187	[Leão]	Philosophia de Leão	Lyon	1782	4	in 8º
188	Jacobi de Voragine	Sermones	Lyon	1687	5	in 8º
189	Frater Augustinus Mateuci	Schola para per tuti	Roma	1734	1	in 8º
190	Patris Dominici Schram	Institutiones Theologiae Mysticae Augustos Vindellicorum	---	1777	2	in 8º
191	S. Petri	Chrisologi opus humiliarum	Paris	1544	1	in 8º
192	P.º Manuel Severino Faria	Discursos vários políticos	Évora	1624	1	---
193	Fr. Didaci Stella	Fabula veneu omnium	Salamanca	1588	1	in 8º
194	Fray Juan Climenes	Exposicion de la regla de los Fragles menores	Valencia	1622	(1)	in 8º
195	---	Um piqueno tratado de moral (Mutilado)	---	---	(1)	---
196	Frater Laurencius de Portel	Responsorium moralium	Lisboa	1739	1	---
197	Frater Ludivicus de Miranda	Ordinis Judiciarii quaestiones	Salamanca	1601	1	---
198	Frater Ludivicus de Miranda	Exposicion de la regla de los Fragles menores	Salamanca	1609	(1)	---

199	P. ^e Nicolao Fernandes Colares	Descrição do tormentoso Cabo da Boa Esp. Digo Cabo da enganosa esperança	Lisboa	1718	2	---
200	Fr. Francisco Diez	Del espejo Serafico	Santiago	1683	(1)	---
201	---	Constituições Gerais da Ordem Franciscana	Lisboa	1631	1	---
202	Fr. João do Redondo	Memorial Religioso	Lisboa	1744	1	---
203	Fr. Valério do Sacramento	Thesouro Serafico	Coimbra	1735	1	---
204	Fr. José de Santa Maria	Tribunal de Relligiosos	Madrid	1616	1	---
205	Georgio Broloco	Economia concordantiarum Scripturae	Veneza	1595	1	in fólio menor
206	Diogo Lopes d' Andrade	Tratado sobre os Evangelhos	Lisboa	1616	(1)	---
207	Fr. Juan Henriques	Questionespratiques de casos morales	Coimbra	1668	(1)	---
208	---	Sermões de Domingos (Mutilado)	---	---	1	---
209	D. Jerónimo Mascarenhas	Vida d'Abraão	Lisboa	1636	1	in 4 ^o
210	D. Francisco Ignácio de Torres	Discursos eloquentes	Lisboa	1658	1	in 4 ^o
211	D. Juan de Cabrera	Sermones varies	Madrid	1763	1	in 4 ^o
212	Fr. Allonso Cabrera	Considerações sobre os Evangelhos	Córdova	1688	2	in 4 ^o
213	Gracian	Criticon e a abgudesa	Madrid	1720	2	in 4 ^o
214	Fr. António da Expectação	Josephina panegirica	Lisboa	1731	2	in 4 ^o
215	Francisco Fernandes Galvão	Sermões das festas dos Santos	Lisboa	1619	1	in 4 ^o
216	Fr. Manuel de S. Placido	Sermões vários	Lisboa	1709	2	in 4 ^o
217	Fr. Pedro Calvo	Definição das lágrimas	Lisboa	1618	1	in 4 ^o
218	Fr. José Ferreira	Sermões vários	Lisboa	1668	1	in 4 ^o
219	P. ^e Simões da Gama	Sermões vários	Lisboa	1702	1	in 4 ^o
220	Fr. Luiz de S. Francisco	Sermões vários	Coimbra	1602	1	in 4 ^o
221	Francisco Larraga	Moral	Coimbra	1731	1	in 4 ^o
222	Fr. Cristoval de Fonseca	Terceira parte da Vida de Christo	Barcelona	1606	1	in 4 ^o
223	Fr. José d'Oliveira	Sermões vários	Coimbra	1689	4	in 4 ^o
224	Fr. Christovão d'Almeida	---	Lisboa	1680	1	in 4 ^o
225	P. ^e António Fernandes de Moura	Examen Theologiae moralis	Braga	1613	1	in 4 ^o
226	Fr. Baltasar Pais	Sermões	Lisboa	1633	1	in 4 ^o
227	Fr. Bernardo de Paredes	Harmonia Mystica e Moral	Coimbra	1634	1	in 4 ^o
228	D. Francisco Ignácio de Torres	Discursos Eloquentes	Lisboa	1648	3	in 4 ^o
229	---	Theatro Evangélico – Sermões	Coimbra	1755	1	in 4 ^o
230	Fr. Francisco de Lisana	Doutrinas Evangélicas	Coimbra	1666	1	in 4 ^o
231	Diversos Autores	Sermões	Lisboa	1685	1	in 4 ^o
232	Fr. Bernardo de Paredes	Campanha Espiritual	Coimbra	1655	1	in 4 ^o
233	D. ^{or} Diogo de Paiva d'Andrade	Sermões	Lisboa	1603	1	in 4 ^o
234	Diego Nixeno	Asontos predicables	Lisboa	1628	2	in 4 ^o
235	D. Manuel Rico	Summa Moral	Madrid	1733	1	in 4 ^o
236	Fr. Augustin de Carrion	Vários Sermoes	Madrid	1659	1	in 4 ^o
237	Fr. Manuel de Gouveia	Sermões vários	Lisboa	1715	6	in 4 ^o
238	F. João da Certa	Sermões das Festas da Virgem Santa Maria	Lisboa	1635	1	in 4 ^o
239	---	Laurea Portuguesa – Sermões	Lisboa	1685	1	in 4 ^o
240	Doctoris Josephi Aldreti	Religiosa Disciplina tuanda Libri 3	Hispani	1615	1	in 4 ^o
241	Fr. Francisco de Rojas Nieto	Vespertinas de las opprobios da pacion de Christo em modo de diálogos	Madrid	1634	1	in 4 ^o
242	Fr. Manuel de Lima	Ideas Sagradas	Lisboa	1720	1	in 4 ^o , Tomo 1 ^o
243	Francisco dos Santos Gorsini	Promptuario de Theologia moral	Madrid	1780	1	in 4 ^o
244	Diego de Morillo	Discursos predicaveis	Lisboa	1608	1	in 4 ^o
245	Philippi Dies	Conciones quadriphices	Veneza	1606	1	in 4 ^o , Tomo 1 ^o

246	Fr. Gaspar de Vila Real	Commentarios e discursos sobre os Evangelhos da Quaresma	Lisboa	1631	1	in 4º
247	Fr. Francisco Fernandes Galvão	Sermões das Festividades dos Santos	Madrid	1615	1	in 4º
248	Fr. Pedro Calvo	Humílias da Quaresma	Lisboa	1727	1	in 4º
249	Fr. Laurentii de Portel	Dubia regularia	Lisboa	1613	1	in 4º
250	Fr. José Carabantes	Remedio de Peccadores	Madrid	1628	1	Em grande, Tomo 2º
251	Fr. Angel Henrique	Laurea Evangelica	Salamanca	1709	1	in 4º
252	D. António de Molina	Instrucções de Sacerdotes	Madrid	1607	1	in 4º
253	Petri a Navarra Tolentani Theologi	Ablatorum rostutione	Lyon	1593	1	in 4º
254	Fr. Francisco Xavier	Sermões vários	Madrid	1693	1	in 4º
255	P.º Francisco Lopes	Sermões	Barcelona	1685	1	in 4º
256	D. Alexandre Calamato	Tratatus Adventualis	Antuérpia	1657	2	in 4º
257	Fr. Tomás da Veiga	Considerações sobre os Evangelhos	Lisboa	1609	1	in 4º
258	Fr. Lourenço de Portel	Dispositiones aliquorum casicum moralium	Lisboa	1630	1	in 4º
259	Fr. Manuel de Sá	Memórias Históricas da Ordem do Carmo	Lisboa	1724	1	in 4º
260	Fr. Pedro de Poiães	Sobre as Cruses de Barcelos	Lisboa	1670	1	in 4º
261	Fr. Gabriel da Purificação	Trono Sonoro cantado nas festas de N. S.ª	Lisboa	1689	1	in 4º
262	Fr. Tomás da Veiga	Sermões Quaresmais	Lisboa	1618	1	in 4º
263	Fr. João Pereira	Exhortações Domesticas	---	---	1	in 4º
264	Fr. João Salves	Sermões Quaresmais	Madrid	1670	1	in 4º
265	Fr. João da Estrada Gijon	Panegírios predicados em diversos assuntos	Madrid	1666	1	in 4º
266	D Rodrigo Henrique	Commentarium in Esaian Prophetan	Roma	1602	1	Tomo 2º
267	Hieronimi Plati	Bono Statu Relligioso	Lyon	1546	1	---
268	Frei Francisco Gonzaga	Manipulus Fraternitatis	Paris	1582	1	---
269	Fr. Laurentii de Portel	Dubia Regularia	Lyon	1634	2	---
270	Frater Antonius a Sancto Bernardino	Vita Minoritica	Londres	1658	3*	---
271	Fr. Martinho de S. José	Exposição da Regra Seraphica	Salamanca	1633	4*	---
272	Fr. Dâmaso d'Appresentação	Obrigações do Frade menor	Lisboa	1727	2*	---
273	D.º S. Boaventura	Alguns tractados do Seraphico	Lisboa	1602	1	---
274	Remigio [P.º Benito]	Promptuario	Lisboa	1675	1	---
275	P.º António d'Araujo	Definições Morais	Lisboa	1625	1	---
276	---	Historia e Vida de Santa Catharina Virgem	Valença	1587	1	---
277	D. Fr. Pedro Mart.	Directorium Curayorum	Lisboa	1615	1	---
278	Fr. Christoval Moreno	Vida de S. João Evangelista	Valença	1595	1	---
279	Fr. Diego d'Estrella	Meditaciones del amor de Dios	Salamanca	1578	(1)	---
280	Martini Aspigueta	Compendium Manualis	Lyon	1591	1	---
281	Joannis Gerson	Imitatione Christi (Mutilado)	---	---	(1)	---
282	Fr. Laurentius de Portel	Super decalogum	Lisboa	1626	1	---
283	Beati Dionisii Ariopagite	Opera	Lyon	1585	1	in 8º
284	Beati Joannis Trinitate	Expositio Casum qui in ordine Seraphica reservantur	Paris	1617	1	in 8º
285	---	Biblia Sacra (Mutilado)	---	---	2*	---
286	D. Lourenço Martinez de Marcila	Chronicon de Christiano Agricobio Delpho	Madrid	1679	1	---
287	Fr. Philippe Diez	Tractado de Consideraciones	Salamanca	1697	(1)	---
288	D. Fr. Andre Ferraz de Valle de Cebro	Governo Geral das aves	Madrid	1683	1	---
289	D. Fr. Andre Ferraz de Valle de Cebro	Memorial dos Animais	Madrid	1683	1	---
290	Fr. António Arbió	Os terceros hyjos del humano Serafim	Saragoça	1724	2*	---

291	Fr. António Arbió	La família regulada	Saragoça	1739	(1)	---
292	Fr. Apolinário da Conceição	Primaria Seráfica	Lisboa	1733	3*	---
293	Fr. Luis de S. Francisco	Breve explicação da regra Seráfica	Coimbra	1690	1	in 4º
294	Fr. Bartolomeu de Medina	Instruções para o Sacramento da Penitência	Lisboa	1587	2	in 8º
295	Ovidio	Fábulas (Mutilado)	---	---	8	---
296	Fr. Simão de Salasar	Promptuario moral	Valladolid	1659	1	in 8º
297	P.º Domingos Moreira	Definições morais	Lisboa	1679	1	in 8º
298	Fr. Henrique de Villa Lobos	Manual de Confessores	Lisboa	1633	1	in 8º
299	Frater Joanne a Cruce	Epithone de Statu religionis	Lisboa	1617	1	in 8º
300	Frater Petri Reginaldi	Speculum Finalis retributionis (Mutilado)	---	---	1	in 8º
301	Antonii Francisci Pistratorato	Alfabeto Eclesiástico	Lisboa	1725	1	in 8º
302	Joannis Molare	Lexion Hispano Italicum	Veneza	1576	1	in 8º
303	Lucani	Bello civili	Lyon	1542	1	in 8º
304	D. Manuel Sarmento	Milicia Evangélica	Madrid	1618	1	in 8º
305	Nattio Narin Cagnan	La Furca Fedele Inceprede	---	1715	1	in 8º
306	P.º António d'Araujo	Definições morais	Lisboa	1680	1	in 8º
307	D. Fr. Pedro Martir	Directorium Curatorum	Leridae	1617	1	in 8º
308	Thomas Stapletono	Promptuarium morale	Veneza	1594	2	in 8º
309	Arnobii	Commentaria in Psalmos	Basilae	1537	1	in 8º
310	Genebrardus	Psalmos	Lyon	1615	1	in 8º
311	S. Martini Bonacinae	Compendium Theologiae moralis	Antuérpia	1638	1	in 8º
312	Don Joseph de Barsia	Compendio de los cinco tomes del despertador Christiano	Lisboa	1634	1	in 8º
313	Frat. Didaci da Vega	Quaresmales conciones	Lyon	1602	1	in 8º
314	Frat. Didaci da Vega	Vespertinas Conciones	---	---	1	in 8º
315	Fr. António Freire	Thesouro Spiritual	Lisboa	1624	1	in 8º
316	Fratris Zacleware La Zelos	Annuncius Appostolicus seu conciones	Paris	1713	6	in 8º
317	Fratris Francisci a Victoria	Relectiones Theologiae	Lyon	1584	1	in 8º
318	Fratris Jacobi Soares	Oito conciones corporis Christi	Lyon	1607	1	in 8º
319	---	Meditações várias (Mutilado)	---	---	1	in 8º
320	P.º Manuel Lourenço Soares	Explicação dos casos reservados	Lisboa	1660	1	in 8º
321	---	Relação de várias ilhas e reinos do mundo (Mutilado)	---	---	1	in 8º
322	P.º António Pereira	Tradução do Velho e novo testamento	Lisboa	1791	18	in 8º
323	Fratris Thoino Xavio	Summa Sacramentorum	Lisboa	1554	1	in 8º
324	Fratris Henrici Engelgrave	Celeste Patheon Lucis Evangelicos	Colónia	1659	5	in 8º
325	Bourdalue	Sermons	Lyon	1750	15	in 8º
326	Tulense	Methaphisica Speciales	---	---	(1)	in 8º, Tomo 2º
327	Tulense	Physicos generales	---	---	(1)	in 8º, Tomo 4º
328	Fratris Sebastiani Dupaschier	Summa Philosophia Scholasticae	---	---	(1)	Tomo 2º
329	Fratris Sebastiani Dupaschier	Methaphisica	Patavii	1732	1	in 8º
330	D. Juan Zevalta	Dia de festa por la tarde	Madrid	1659	1	in 8º
331	Fr. Rafael de Bluteau	Sermões Panegiricos	Lisboa	1732	2	in fólio
332	Fr. António da Piedade	Chronica da provincial d'Arrabida	Lisboa	1728	1	in fólio
333	Fr. António da Expectação	Estrella d'Alva Santa Theresa de Jesus	Lisboa	1755	3	in fólio
334	Fr. Joan de Mora	Pensil Eucharistico	Lisboa	1732	2	in fólio
335	Fr. António Caethano de S. Boaventura	Paraíso Mystico da Ordem dos menores	Lisboa	1750	1	in fólio

336	D. José Pocorsell Vilagrassa	Ramalhete de flores mysticas	Barcelona	1743	1	in fólio
337	Frater Joseph ab Assumptione	Martirologium Augustiniannum	Lisboa	1743	2	in fólio
338	Madre Maria de Jesus d'Agreda	Mystica Cidade de Deos	Lisboa	1685	3	in fólio
339	Fr. João Baptista de Santo António	Paraíso Serafico	Lisboa	1734	1	in fólio
340	Frater Caroli Percesin	Chronologia Historica legalis ordinis	Lyon	1752	2	in fólio
341	Petrus Pollus	Mansiones morales seu quadragésima continua	Madrid	1739	1	in fólio
342	Hieronimus Cardosus	Dictionarium Latino Lusitanum	Lisboa	1601	1	in 4º
343	Martini de Aspilcoeta Navarro	Addições ao Manoal dos Confessores	Évora	1574	3	in 4º
344	D. Antonius Ginther	Cursus Israelis et auriga ejus	Antuérpia	1752	5	in 4º
345	Fr. Francisco de Santo António	Arte Theologico Practica de Confessores	Lisboa	1755	1	in 4º
346	P.º António Tavares	Exame de Confessores	Lisboa	1754	1	in 4º
347	Frater Isidorus de Isulanis	De donis Sancti Joseph (Mutilado)	---	---	1	in 4º
348	Fr. António do Espírito Santo Andrade	Sermões Panegíricos	Lisboa	1755	1	in 4º
349	Fr. João de Coimbra	Sermões em várias festividades	Coimbra	1752	2	in 4º
350	Fr. João de S. Margarida	Sermões vários	Lisboa	1744	1	in 4º
351	Fr. Francisco de Larraga	Promptuarii moral	Coimbra	1735	1	in 4º
352	Benedicti Papae 14	Libri tredecim de Synodo Diocesano	Veneza	1793	2	in 4º
353	Madureira	Syntaxe	Coimbra	1739	1	in 4º
354	D.º Gil Osorio Udemira	Sermões quaresmais	Lisboa	1748	1	in 4º
355	Fr. Simão António de Santa Catherina	Luz de Verdades Catholicas	Lisboa	1727	1	in 4º
356	Fr. Agostinho de S. Boaventura Montoya	Sermões quaresmais	Lisboa	1727	1	in 4º
357	D.º João Evangelista	Sermões	Lisboa	1743	1	in 4º
358	Fr. Francisco de S. Luiz Rebello	Sermões	Lisboa	1759	1	in 4º
359	Fr. Dionísio da Conceição	Imagens predicaveis	Lisboa	1774	2	in 4º
360	P.º Nicoláo Fernandes Colares	Desempenho de Pregadores	Lisboa	1700	1	in 4º
361	P.º Manuel Consciência	Sermões Panegíricos	Lisboa	1726	1	in 4º
362	Cornelii Jansenii	Commentarium	Lyon	1594	1	in 8º
363	Joannis Osorii	Conciones	Antuérpia	1592	4	in 8º
364	Sancti Gregorii	Moralia	---	1530	1	in 8º
365	Joannes Hentenius	Rationes vetustissimorum Theologonim	Paris	1545	1	in 8º
366	---	Vitta Flavii Vegetii Rurati (Mutilado)	---	---	1	in 8º
367	Frater Ildefonsus Ad Prosio	Declamationes pro Dominicis post Pascha	Compluti	1571	1	in 8º
368	Sancti Leonis Papae primi	Homiliae	Lovanii	1561	1	in 8º
369	Thomas Hibernicus	Flores orimium praedictorum	Colónia	1577	1	in 8º
370	Fr. Diego de Estella	Meditaciones de la amor de Dios	Madrid	1572	1	in 8º
371	Gasparis Graphar	Michaeae Prophetan commentaria	Salamanca	1570	1	in 8º
372	Pater Antonius de Regibres	Joanni quinto epigramma	Lisboa	1730	1	in 8º
373	---	Livro da Vaidade do mundo (Mutilado)	---	---	1	in 8º
374	Fr. Jaime Rebulosa	Conceptor Scripturales	Barcelona	1598	1	in 8º
375	Pedro de Messia	La Salva de varia leccion	Veneza	1583	1	in 8º
376	---	Testamenti novi editio vulgata	Lyon	1557	1	in 8º
377	Frater Joannes de Cruce	Epithome de Statu Religionis	Lisboa	1617	1	in 8º
378	Hieronimi Stridonensis	Epistola	Lyon	1604	1	in 8º
379	Francisci Assiatis	Opuscula	Antuérpia	1623	1	---
380	Fr. Pedro Palomino	Sermões vários	Madrid	1679	1	---

381	João Gomes da Silva	Sermão do Glorioso S. Bento	Lisboa	1700	1	---
382	Fr. Francisco Amijugo	Rethorico Sagrada	Saragoça	1670	1	---
383	---	Sermões vários pregador na cidade de Leira p. um Pregador estimado	Saragoça	1678	1	---
384	D. ^{or} Jeronimo Ribeiro de Carvalho	Sermão nas honras do Serenissimo Principe de Portugal D. Theodosio	Coimbra	1653	1	---
385	Patre Silvestro Prieratae	Silvestrina	---	1539	1	---
386	Franciscus de Aguillar	Orbis Ecclesiasticus	Salamanca	1725	1	---
387	---	Instructorium conscientiae	---	1725	1	---
388	Francisco Pedro de S. José	Discursos morales para Domingos	Coimbra	1663	1	---
389	Fratrem Franciscum de Aguillar	Hyeroglifica Symbola Marianna	Salamanca	1635	1	---
390	---	Sermões vários	Coimbra	1680	1	---
391	Fratre Diogo Mallo de Anduasia	Orationes Evangelicae de Adventu et Quaresma	Madrid	1666	1	---
392	D. ^{or} Francisco Ignácio de Porres	Escuella de discursos	Lisboa	1649	1	---
393	Fr. Manuel Rodrigues Lusitano	Summa de casos de consciência	Lisboa	1604	1	---
394	Vários autores	Orações várias	Lisboa	1647	1	---
395	Fray Joanne de S. Gabriel	Sermones sobre los Evangelios	Madrid	1662	4	in 4º
396	Fr. António de Gouveia	Relectiode Censuris Bullae	Lisboa	1615	1	in 4º
397	Fr. Manuel de Gouveia	Phaenix gloriosa	Lisboa	1727	1	in 4º
398	Fr. Christovão d'Almeida	Sermões vários – 2.º parte	Lisboa	1680	1	in 4º
399	Fr. Diogo Lopes d'Andrade	Tratados da puríssima Conceição – 1.ª parte	Nápoles	1683	1	---
400	---	Summa de casos de consciência (Mutilado)	---	---	1	in fólio
401	Mestre Alonso de Vilgas	Discursos e Sermões (Mutilado)	---	---	1	in fólio
402	Alonso de Vilgas	Victoria e triumpho de Jesus Christo	Madrid	1603	1	in fólio
403	P. ^e António do Espírito Santo Macabello	Policanthea Eucharistica	Lisboa	1733	1	in fólio
404	Fr. Juan Gil de Gudoi	El mejor Guiman de los Boenos	Lisboa	1690	2	in fólio
405	Fr. Manuel de Damaso	Verdade Illucidada	Lisboa	1730	1	in fólio
406	Fr. João de S. Francisco	Primavera Sagrada	Lisboa	1675	1	in fólio
407	Henrique de Villa Lobos	Summa de Theologia moral e canónica – Tratado 1.º de consciência	Lisboa	1644	3	in fólio
408	Roque Rico de Miranda	Sermões sobre os Evangelhos	Madrid	1690	1	in fólio
409	P. ^e Alonso d'Andrade	Itenerario historial	Madrid	---	1	in fólio
410	Fr. Thomas da Veiga	Considerações Literais – T. 1.º	Lisboa	1833	(1)	in fólio
411	Fr. Lucas Nuadungues	Scriptores ordinis minorum	Roma	1650	1	in fólio
412	---	Refeição Espiritual (Mutilado)	---	---	1	in fólio
413	Fr. Angel Henrique	Meditações para os dias da Quaresma	Salamanca	1612	1	in fólio
414	André Mendo	Sermones vários	Madrid	1676	3	in 4º
415	Fr. Pedro de S. José	Glorias de Maria Santíssima	Coimbra	1688	1	in 4º
416	Fr. Diogo Morillo	Vida e excellencias da Madre de Deos	Saragoça	1610	1	in 4º
417	Fr. Pedro Calvo	Segunda parte das homilias da quaresma	Lisboa	1629	1	in 4º
418	Seixas	Medalha Evangélica	Lisboa	1606	1	in 4º
419	Ignácio Ramos	Ramos Evangélicos	Lisboa	1724	(1)	Tomo 2º
420	Fr. Christoval d'Avendanó	Sermones sobre los Evangelhos	Lisboa	1524	1	in 4º
421	P. ^e Francisco de Santa Maria	Sermões	Lisboa	1689	1	in 4º
422	Lopes d'Andrade	Tractados sobre os Evangelos da festividade dos Santos – 1.ª parte	Madrid	1622	1	in 4º
423	Amador Vieira	Sermões das festas de Christi	Lisboa	1616	1	in 4º
424	Frater Joanne Galarro	Homiliae in Dominicis in Adventum	Granato	1617	1	in 4º
425	Fr. Agostini de Corrión	Sermões da festividade de Nossa Senhora - Tomo 10	Madrid	1639	1	---

426	Fr. José d'Oliveira	Sermões – 1. ^a parte	Coimbra	1688	1	in 4 ^o
427	P. ^e Luis Alvares	D. ^{os} – 2. ^a parte	Lisboa	1683	1	in 4 ^o
428	---	Desporios do Espirito (Mutilado)	---	---	1	in 4 ^o
429	Annel de Naxere	Sermon de la conception de la Virgem Nossa Senhora	Lisboa	1647	1	in 4 ^o
430	P. ^e António d'Amorim	Sermões	Lisboa	1710	1	in 4 ^o , Tomo 2 ^o
431	Luis Cordeiro	D. ^{os}	Évora	1687	1	in 4 ^o
432	---	Cartapacio de Syntaxe (Mutilado)	---	---	1	in 4 ^o
433	João Baptista de Múrcia	Clarim Evangélico	Valência	1732	1	in fólio
434	---	Canticum Moryais (Interp. ^o e mutilado)	---	---	1	---
435	Fr. Pedro	Resolução do que pertence aos Sacramentos; e duvidas morais	Lisboa	1617	2	in fólio
436	Fr. António Rosado	Tratado sobre os quatro Novísimos	Porto	1622	1	in fólio pequeno
437	Didaco de Baesa	Commenturia moralia	Valhisoleti	1626	1	in fólio
438	Corrélla	Pratica del confessorario	Madrid	1600	1	in fólio
439	Corrélla	Summa Theologica moral	Lisboa	1700	3	in fólio
440	Corrélla	Summa Theologica moral – 1. ^a , 2. ^a e 3. ^a parte	Lisboa	1701	1	in fólio
441	Corrélla	Summa Theologica moral – 1. ^a e 2. ^a parte	Lisboa	1693	1	in fólio
442	---	Chronicas dos Relligiosos menores (Alguns mutilados)	Lisboa	1615	4	---
443	Fr. Manuel da Esperança	História Serafica da Ordem dos Frades menores	Lisboa	1656	1	in fólio
444	---	Chronica geral da Província de Portugal	Lisboa	1725	3	in fólio
445	---	Origens – Epistolas e humilias ad diversos (Mutilado em pequenos fragmentos)	---	---	(1)	in fólio grande
446	Garáo	El sábio instruído de la Naturalesa 1. ^a parte	Lisboa	1687	1	in fólio
447	Frei Pedro Calvo	Homilias da Quaresma	---	1627	1	in 4 ^o
448	Aristoteles	In libros Aristoteles de interpetratione (Mutilado)	---	---	(1)	in fólio
449	Fr. Luiz de Sousa	Chronica de S. Domingos de Portugal	S. Domingos de Benfica	1623	1	in fólio
450	Didaci de Sellada	In Rutham Commentaria literales et morales	Lyon	1651	1	in fólio
451	Didaci de Sellada	Benedictionibus Patriarcharum	Veneza	1642	1	in fólio
452	Didaci de Sellada	In Iudith commmentaria	Lyon	1641	1	in fólio
453	Benedicti Fernandes Borlensis Lusitani	Commentarinum in Genesin (Trun. ^{cos})	Veneza	---	3	in fólio
454	Sottomaior	Cantici canticorum Salomonis interpetratio	Lisboa	1599	1	in fólio
455	---	Explanatio moralis ad cap. 15 Sacrosancti Evangelii Secundum Lucam (Mutilado)	--	---	1	in fólio
456	Mendonça	Commentarium in quatuor regum libros (Mutilado)	---	---	2	in fólio
457	Mendonça	Commentarium in quatuor regum libros (Mutilado)	---	---	2	in fólio
458	Mendonça	Sermões 1. ^a parte	Lisboa	1632	1	in fólio
459	Fr. Jorge da Natividade	Centurias predicáveis	Coimbra	1658	1	in fólio
460	Fernando Ramires	Oraciones Evangelicas	Madrid	1638	1	in fólio
461	Jeronimo de Florencia	Sermones vários (Mutilado)	---	---	2	in fólio
462	Fratris Dounmis Souto	De Justitia et jure	Lyon	1559	1	in fólio
463	Fr. Pedro Pola	Mantiones festa que Haebraeorum	Barcelona	1743	1	in fólio, Tomo 1 ^o e 4 ^o
464	Fr. Pedro Pola	Mantiones Mystico	Madrid	1737	1	in fólio
465	Fr. António Feio	Tratado 1. ^o e 2. ^o	Lisboa	1612	(1)	in fólio
466	Fr. Joannis Ducis Scholi	Inquatuor libros Sententiorum	Veneza	1597	1	in fólio
467	Thomas	Le Sacramentis in genere	Paris	1667	1	in fólio
468	---	Liber Sextus de Christi miraculis (Mutilado)	---	---	1	in fólio
469	Fr. Pedro Correia	Conspiração universal	Lisboa	1615	1	in fólio
470	Fr. João de S. Francisco	Primavera Sagrada	Lisboa	1675	1	in fólio

471	Fr. Gabriel do Espirito Sancto	Jardim	Lisboa	1653	1	in fólio
472	Beserra	Ave Maria	Madrid	1629	1	in fólio
473	Ribeiro	Ave Maria	Madrid	1691	1	in fólio
474	Christoval da Fonseca	Vida de Christo 4. ^a parte	Madrid	1611	1	in fólio
475	Diogo da Veiga	Paraíso de la gloria de los Santos	Lisboa	1603	1	in fólio
476	José Cardoso	Agiologio Lusitano (Mutilado)	Lisboa	1666	(1)	in fólio, Tomo 3º
477	---	Commentarii Collegii Conimbricensis	Coimbra	1597	1	in fólio
478	---	Commentarii Collegii Conimbricensis	Coimbra	1606	1	in fólio
479	Fr. João da Ceita	Quadragesma	Évora	1625	1	in fólio
480	Alfonsi Paleoti	Sacrae Synodi explicatia (Mutilado)	---	---	1	in 4º
481	Domini Didaci del Castilho	Alfabetum Marianum	Lyon	1669	1	in 4º
482	Fr. Christovão d'Almeida	Sermões vários	Lisboa	1681	1	in 4º
483	Fr. Pedro Palumino	Sermões vários	Madrid	1680	1	in 4º
484	P.º Francisco Lopes	Sermões vários	Barcelona	1685	1	in 4º
485	Fr. Manuel de Gouveia	Sermões vários	Lisboa	1706	1	in 4º
486	---	Vários Sermões (Mutilado)	---	---	1	in 4º
487	Fr. Alonso Cabrera	Consideraciones sobre los Evangelhos	Barcelona	1602	1	in 4º
488	Alexandre de Gusmon	Eschola de Bellem	Évora	1678	1	in 4º
489	---	História da vida do venerável Fr. João de Vasconcellos	---	---	1	in 4º
490	Fr. Joseph Gavani	Instructiones praedicabiles	Málaga	1674	1	in 4º
491	---	Livro de procissões (Mutilado)	---	---	1	in 4º
492	Bartholomeu de Escovar	Livro de la generacion	Córdova	1622	1	in 4º
493	Gaspar Pires	Thesouro de Pensamentos	Lisboa	1635	1	in 4º
494	Rafael Bloteau	Primicias Evangelicas	Lisboa	1685	1	in 4º
495	P.º Bartholomeu de Escobar	Da geração de J. Christo	Córdova	1632	1	in 4º
496	Aleixo	Annotationes in Evangelio	Coimbra	1610	1	in 4º
497	Van Hesper	Commentarium in decretum Gratiani	Coimbra	1773	1	in 4º
498	Franciscus d'Aquillar	Psalterium decem chordarum	Salamanca	1724	1	in 4º
499	Laurencius de Portel	Sermones et exhortationes Monasticae	Lisboa	1617	1	in 4º
500	Christovão d'Andrade	Sermões varios – 4. ^a parte	Lisboa	1686	1	in 4º
501	Francisco d'Aguillar	Hyeroglifica	Salamanca	1724	1	in 4º
502	Luis Alvares	Sermões – 1. ^a parte	Évora	1688	1	in 4º
503	João Marques	Os dous estados espirituais de Jerusalem	Lisboa	1695	1	in 4º
504	Guijon	Sermones para los dias de la Semana Santa	Madrid	1670	1	in 4º
505	Expectação	Semana Santa	Lisboa	1719	1	in 4º
506	Ramos	Sermões (Mutilado)	---	---	1	in 4º
507	---	Laurea Portugueza	Lisboa	1637	1	in 4º
508	Fr. Jose Caravantes	Pratica de Missiones	Leon	1674	1	in 4º
509	---	Sermões (Mutilado)	---	---	1	in 4º
510	Rosado	Tratado sobre a distuição de Jerusalem	Porto	1624	1	in 4º
511	Pensione	Praxis Lusitana (Mutilado)	---	---	1	in 4º
512	Madre de Dios	Foero de la Consciencia	Lisboa	1609	1	in 4º
513	Alvaro de Escovar	Sermões de tarde	Lisboa	---	1	in 4º
514	João Cardoso	Ruth peregrina	Lisboa	1628	1	in 4º
515	Francisco de Lisana	Thesouro Mariano	Madrid	1663	1	in 4º
516	P.º Manuel da Guerra	Vários Sermões (Mutilado)	---	---	1	in 4º
517	Diogo de Mendonça	Guerra de Graunada	Lisboa	1627	1	in 4º
518	Pavarrio	Instructiones praedicabiles	---	---	1	in 4º
519	Balthasar Pais	Sermões da Quaresma	Lisboa	1631	1	in 4º
520	Mello de Anddera	Orações panegiricas	Madrid	1665	(1)	in 4º, tomo 4º
521	Bochambau	Medulla de Theologia	Lisboa	1683	1	in 4º
522	Lourenço Ribeiro	Serm. Do Amparo	Lisboa	1686	1	in 4º
523	Fr. João Henriques	Questões Rethoricas	Madrid	1665	1	in 4º
524	Hernando de S. Tiago	Consideraciones	Lisboa	1617	1	in 4º
525	Philippe Dies	15 Tratados	Salamanca	1597	1	in 4º

526	Vieira	Sermão Histórico	Lisboa	1668	1	in 4º
527	Amorim	Sermões	Lisboa	1707	1	in 4º
528	Falcão de Sousa	Sermão do dia do Juízo	Coimbra	1636	1	in 4º
529	Andrese Mendo	Sermões vários	Madrid	1663	1	in 4º
530	Andrese Mendo	Assumptos predicables	Madrid	1664	1	in 4º
531	Álvaro Leitão	Sermões das tardes da Quaresma	Lisboa	1670	1	in 4º
532	Rafael de Jesus	Sermões vários	Bruxelas	1674	1	in 4º
533	----	Tractado de Santo Agostinho em Latim e Grego (Mutilado)	---	---	1	in 4º
534	Sá	Notationes in totum Scripturam Sacra	Lyon	1601	1	in 4º
535	Nixemcergo	Obras Christianas	Madrid	1633	1	in fólio
536	Viegas	Commentarii exegetii in Apocalipsin	Évora	1601	1	in fólio
537	Parra	Rosa Labada	Madrid	1670	1	in fólio
538	?	Sayro Augulo Clavis Regia	Veneza	1605	(1)	in fólio
538	Fr. Juan de Ovando	Consideraciones e exercícios Sanctos	Lisboa	1609	1	in fólio
540	Torretila	Summa de todas as matérias morais (Mutilado)	Madrid	1691	1	in fólio
541	[Juan Bautista de] Murcia	Clarin Evangelico – 2.ª parte	Valência	1732	(1)	in fólio
542	Noidins	Pratica de Curas	Madrid	1672	(1)	in fólio
543	Expectação	Estrella d'Alva	Lisboa	1710	2	in fólio
544	Expectação	Estrella d'Alva	Lisboa	1716	1	in fólio, Tomo 2º
545	Thomas Aquinatis	Summa Theologiae Sancti Thomae Aquinatis	Lyon	1562	1	in fólio
546	---	Questões morais (Mutilado)	---	---	1	in fólio
547	Arnobii	Disputationes adversus gentes	Roma	1543	1	in fólio
548	Fr. Paulo de Santa Theresa	Flagello do peccado	Lisboa	1735	13	in 4º
549	Marius Bognonius	---	Veneza	---	(1)	---
550	[Marij Bignoni]	Encyclopedia Concionatorum	Colónia, Agripina	1663	3	in 4º
551	[Ludovico de] Miranda	Manuale Praelatorum regularium	Roma	1612	2	in 4º
552	Augustim Pauleti	Discursos predicables	Colonia, Agripina	1724	2	in 4º
553	Pater Carolus Vanhorn	Cornucopia Cancionum Sacrarum	Colonia, Agripinae	1701	(1)	---
554	Alfonsus de Ligario	Homo Appostolicus ad audiências confessiones	Veneza	1759	(1)	---
555	[Frei João de] Ceita	Quadragesma de Sermões	Lisboa	1619	(1)	---
556	P.º Pedro de Calatayud	Exercícios Espirituais	Valladolid	1748	(1)	---
557	Annuniação	Annunciações Evangélicas	Lisboa	1748	4	in 4º
558	Larraga	Promptuario de Theologia moral	Porto	1799	(1)	---
559	Jeronimo d'Elso	Sermões vários	Madrid	1731	1	in 4º
560	Fr. Manuel d'Almeida	Quaresmal	Lisboa	1740	2	in 4º
561	Sanches	Orações várias	Madrid	1750	1	in 4º
562	P.º Manuel dos Reis	Sermões	Évora	1717	2	in 4º
563	Fr. Manuel de Santo António	Floresta Evangélica	Lisboa	1744	5	in 4º
564	Fr. Manuel das Chagas	Ramalhete espiritual	Lisboa	1764	1	in 4º
565	P.º Francisco Bono	Quaresma inteira	Valença	1741	1	in 4º
566	Jacobo de Besombes	Moralis Christiana	Veneza	1788	2	in 4º
567	Fr. Lourenço de Santa Thereza	Sermões vários	Lisboa	1761	3	in 4º
568	Fr. Antonio de Santa Maria	Sermões vários (Truncados)	Lisboa	1750	13	in 4º
569	P.º Sebastião d'Azevedo	Ceo Mystico	Lisboa	1725	1	in 4º
570	Frater Josephus Caetanum	Divini Verbi Hierologia	Coimbra	1730	3	---
571	Fr. Agostinho de Santa Maria	Adiudati Contemplativo	Lisboa	1713	1	in 4º
572	---	Thesouros dos Christãos	Lisboa	1799	2	in 4º

573	Frater Raphael Bouherba	Problemata Sacra	Lisboa	1736	2	in 4º
574	P.e Manuel Consciencia	Sermões Panegiricos (Truncados)	---	---	2	in 4º
575	P.e António d'Araujo	Diffinições Morais	Lisboa	1695	1	in 8º
576	Arce Sobrio Sena	Historia Evnagelica	Madrid	1605	1	in 8º
577	P.e Estevão de Castro	Aparelho para bem morrer	Lisboa	1637	1	in 8º
578	---	Livro sobre a vaidade do mundo (Mutilado)	---	---	1	in 8º
579	---	Divi Dionisii Carthesianni contra scatam Maho metacan (?)	Colónia	1532	1	in 8º
580	Fr. Daniel Coucina	Instruções de Confepsores	Madrid	1766	1	in 8º
581	Thomas Stapletono	Promptuarium morale	Veneza	1596	1	in 8º
582	D. Frater Constatinus Serranus	Concilia dilucida omnium contrivensiarum S. Thomas, et Schoti	Lyon	1590	1	in 8º
583	Joannis Feri	Conciones	Antuérpia	1560	1	in 8º
584	Fratris Francisci Ribero	Commentarium induodecim Prophetas	Colónia	1599	1	in fólho
585	Fratris Gregorii Baptista	Annotationes in Evangelia Secundum Joannem	Coimbra	1621	1	in fólho
586	Frater Emanuel de Incarnatione	Comentarium in Evangelium Secundum Matheum	Lisboa	1687	1	in fólho
587	Fratris Francisci Martinensis	Bukkarium Ordinis Minorum	Madrid	1744	3	in fólho
588	Pater Joannes Haye Servio	Triumphus Veritatis Buaci	---	1609	1	in fólho
589	---	Expositia Evangeliorum (mutilado)	---	---	1	in fólho
590	---	Ceremonial da Provincia de Santo António (mutilado)	---	---	1	in fólho

* Exemplares. Este inventário finda fazendo menção ao número total de volumes, ou seja, “tem a livraria acima descrita - 917 Volumes”.

Consideramos profícuo expor um quadro resumo com a distribuição do número de títulos existentes nessa livraria por séculos, tendo em conta o ano de edição de cada título. Todavia, salientamos o elevado número de títulos a que, aquando da elaboração do referido inventário, não foi atribuído qualquer data de edição.

Fig. 2
Distribuição do número de títulos por século

	Séc. XVI	Séc. XVII	Séc. XVIII	Séc. XIX	Sem indicação
Totais	49	265	135	1	140

Face ao exposto e no que respeita ao número total de volumes, que como referimos ascendia a 910 unidades, poderemos visualizar, num quadro resumo, a sua distribuição por séculos, uma vez que, para a maioria das obras, a fonte indica o ano da respetiva edição.

Fig. 3
Distribuição do número de volumes por século

	Séc. XVI	Séc. XVII	Séc. XVIII	Séc. XIX	Sem indicação
Totais	56	324	265	1	264

A presença de um elevado número de títulos existentes nesta livraria, referentes ao século XVII, face aos restantes séculos, leva-nos a apresentar um novo quadro onde, resumidamente, podemos pormenorizar e constatar a presença de um maior número de obras editadas nas primeiras décadas dessa centúria.

Fig. 4
Distribuição do número de títulos no século XVII

	1601-1625	1626-1650	1651-1675	1676-1700	Restantes séculos	Sem indicação
Totais	93	49	54	69	185	140

5. Livros do século XVI: países e cidades de impressão

Observemos agora os locais onde foram impressos a totalidade de títulos, correspondentes ao século XVI, bem como o respetivo lugar de impressão.

Lembremo-nos de que a fundação desta casa monástica é posterior à edição destes livros impressos

no século XVI, nela tendo sido integrados, naturalmente, em datas posteriores. Podemos comprovar que estas obras maioritariamente foram impressas em países, como a França, Espanha, Portugal, e Itália, sendo que as cidades de Lyon, Salamanca, Veneza e Lisboa são aquelas onde se regista maior número de impressões.

Fig. 5
Distribuição do número de títulos impressos no século XVI, por países

	França	Espanha	Itália	Portugal	Alemanha	Bélgica	Suíça	Sem indicação
Totais	14	11	9	6	3	3	1	2

Fig. 6
Distribuição do número de títulos editados em Espanha no século XVI, por cidades

	Salamanca	Valencia	Madrid	Barcelona	Alcalá de Henares	Medina del Campo
Totais	4	2	2	1	1	1

Fig. 7
Distribuição do número de títulos impressos em França no século XVI, por cidades

	Lyon	Paris
Totais	11	3

Fig. 8
Distribuição do número de títulos editados em Itália no século XVI, por cidades

	Veneza	Roma
Totais	6	3

Fig. 9
Distribuição do número de títulos editados em Portugal no século XVI, por cidades

	Lisboa	Coimbra	Évora
Totais	4	1	1

6. Livros do século XVII: países e cidades de impressão

Observemos agora os locais onde foram impressos os títulos correspondentes ao século XVII, bem como o respetivo lugar de impressão.

Podemos comprovar que estes títulos maioritariamente foram impressos em Portugal e Espanha, sendo que as cidades de Lisboa e Madrid são aquelas onde se regista maior número de impressões.

Fig. 10
Distribuição do número de títulos impressos em Portugal no século XVII

	Lisboa	Coimbra	Évora	Porto	Braga
Totais	116	22	6	2	1

Fig. 11
Distribuição do número de títulos impressos por países no século XVII

	Portugal	Espanha	França	Itália	Bélgica	Alemanha	Inglaterra	Sem indicação
Totais	147	83	15	9	4	3	1	3

Fig. 12
Distribuição do número de títulos impressos em Espanha no século XVII

Madrid	51
Salamanca	9
Barcelona	5
Saragoça	4
Valladolid	3
Córdova	3
Sevilha	2
Valencia	2
Lérida	1
Granada	1
S. Tiago de Compostela	1
Málaga	1

7. Livros do século XVIII: países e cidades de impressão

Observemos agora os locais onde foram impressos os títulos correspondentes ao século XVIII, bem como o respetivo lugar de impressão.

Podemos comprovar, à semelhança do século anterior, que estes títulos maioritariamente foram impressos em Portugal e Espanha, sendo que as cidades de Lisboa e Madrid são aquelas onde se continua a regista maior número de impressões.

Fig. 14
Distribuição do número de títulos impressos em Portugal no século XVIII

	Lisboa	Coimbra	Évora	Porto
Totais	70	12	2	1

Fig. 13
Distribuição do número de títulos impressos por países no século XVIII

	Portugal	Espanha	Itália	França	Alemanha	Bélgica	Sem indicação
Totais	85	28	11	4	3	1	3

Fig. 15
Distribuição do número de títulos impressos em Espanha no século XVIII

Madrid	12
Salamanca	6
Valencia	3
Barcelona	2
Saragoça	2
Múrcia	1
Valladolid	1
Pamplona	1

8. Livros do século XIX: países e cidades de impressão

Apenas aparece mencionada em todo o inventário uma obra correspondente ao século XIX. Esta obra, *Considerações Literais*, fora escrita por Fr. Thomas da Veiga e impressa em Lisboa no ano de 1833.

9. A livraria: países e cidades de impressão

Da totalidade dos 590 títulos pertencente a esta livraria, reconhecemos que a maioria das obras fora impressa na Península Ibérica, particularmente com maior expressão em Portugal.

Fig. 16
Distribuição do número de títulos impressos por países

	Portugal	Espanha	França	Itália	Alemanha	Bélgica	Inglaterra	Suíça	Sem indicação
Totais	264	137	43	38	12	12	1	1	80

Fig. 17
Distribuição do número de títulos impressos em Portugal

	Lisboa	Coimbra	Évora	Porto	Braga
Totais	211	40	9	3	1

Fig. 18
Distribuição do número de títulos impressos em Espanha

Madrid	73
Salamanca	23
Barcelona	9
Valencia	7
Saragoça	7
Valladolid	4
Córdova	3
Múrcia	2
Sevilha	2
Lérida	1
Granada	1
Alcalá de Henares	1
S. Tiago de Compostela	1
Málaga	1
Pamplona	1
Medina del Campo	1

Procedemos agora a uma visão mais clarificadora quanto às cidades onde foram impressos esses títulos, tendo em conta os quatro países mais representativos nesta livraria.

Como podemos comprovar, o número de títulos impressos em Portugal provém na sua quase totalidade da cidade de Lisboa, sendo de realçar a importância de Coimbra como o segundo grande centro português livreiro representado nesta antiga biblioteca.

No que se refere a Espanha: as obras impressas nesta livraria têm a sua origem maioritariamente nas cidades de Madrid e Salamanca, confirmando serem estas grandes pólos de impressão e difusão de obras literárias, tendo em conta: ser nelas que se centralizavam os mais importantes estudos universitários nesse país.

Podemos reconhecer que, em França, Lyon é a cidade por excelência de onde provém as obras impressas em maior número produzidas nos prelos deste país.

Fig. 19
Distribuição do número de títulos impressos em França

	Lyon	Paris
Totais	35	8

Por último e no que à Itália diz respeito, reconheceremos que é de Veneza que proveio um maior número das obras impressas que existiram neste convento.

Fig. 20
Distribuição do número de títulos impressos em Itália

	Veneza	Roma	Pádua	Benevento	Bolonha	Nápoles
Totais	23	10	2	1	1	1

10. A livraria: temas dominantes e casos especiais

Após uma análise mais cuidada do referido inventário, e como se pôde observar da leitura do quadro que aqui publicamos, onde arrolamos a biblioteca em análise, comprovamos que os volumes desta livraria tinham, como principais temas dominantes, a Sermonária, a Espiritualidade, a Moral e Doutrina, a Patrística e as Artes de confessar.

Todavia, temas como a Bíblia, os Panegíricos, a Hagiografia, a Mariologia, a normativa eclesiástica (decretos, regras e estatutos), as Crónicas e os Léxicos e concordâncias bíblicas, são os menos representados neste acervo documental.

Não podemos deixar de salientar o peso dos autores portugueses nesta livraria, como podemos verificar anteriormente, dado o elevado número de obras impressas no nosso país.

É ainda de referir alguns casos especiais, como sejam a presença de algumas obras Conimbricenses, nomeadamente dois volumes, *in 4º*, do chamado *Commentarii Collegii Conimbricensis*, e dois volumes, *in folio*, datados estes últimos de 1597 e 1606.

Encontrava-se ainda nesta livraria um volume, *in 8º*, dos *Comentarium* de *Comelli Jansenni*, impresso em Lyon, no ano de 1594.

11. Em síntese

Importará anotar algumas reflexões finais em relação à biblioteca que nos ocupa, nomeadamente:

- A existência de uma biblioteca em que pesavam os títulos editados antes da fundação do Convento;

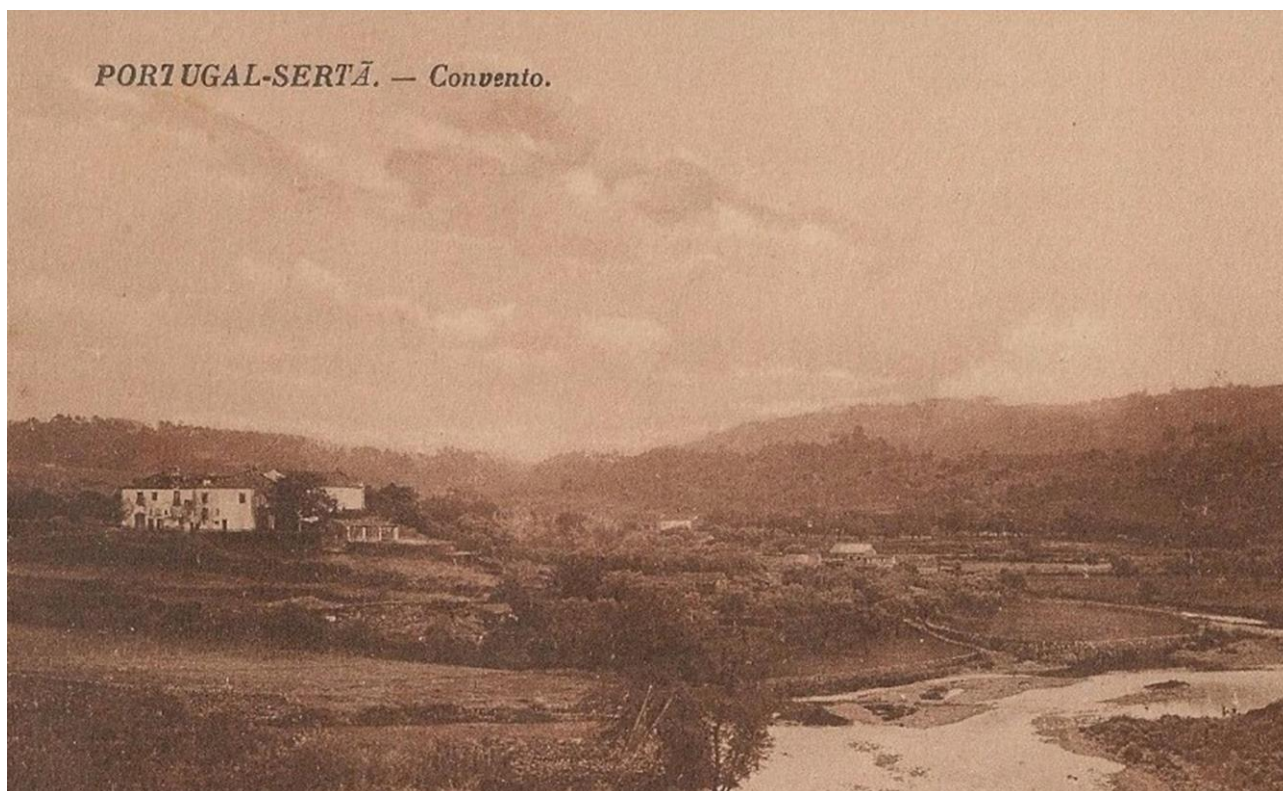


Fig. 21: Vista do Convento de Santo António da Sertã. [Postal ilustrado]. Coleção do autor.

- Uma biblioteca com um forte acervo bibliográfico editado na segunda metade do século XVII e primeiro terço do XVIII (tempos de ouro da história da instituição);
- Portugal e Espanha, os mais representados em relação aos restantes países;
- Em Espanha, é Madrid a cidade que tem maior número de índice de exportação de livros;
- Óbvia diminuição de aquisições a partir do último terço do século XVIII e totalmente amorfa para o primeiro terço de Oitocentos.

O caso aqui apresentado permite reconhecer, todavia, que entre os frades capuchos, a formação e a “atualização” intelectual dos seus membros foram preocupações presentes nos séculos em causa. Não sendo uma grande biblioteca, ela não deixa de ser demonstrativa de uma das maiores riquezas do franciscanismo português nos séculos modernos: o amor dos irmãos de hábito do Poverello aos livros e ao seu Deus.

Fontes Manuscritas

PORTUGAL (1834). *Inventário do Convento de Santo António da Sertã*. [documento manuscrito]. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Arquivo Histórico do Ministério das Finanças, Convento de Santo António da Sertã, caixa 2205.

Bibliografia

AMORIM, Maria Adelina de Figueiredo Batista (2011) - *A Missionação Franciscana no Estado do Grão-Pará e Maranhão (1622-1750). Agentes, Estruturas e Dinâmicas*. [Tese de Doutoramento em História, Especialidade: História e Cultura do Brasil] Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, volumes I e II.

CARVALHO, José Adriano Freitas de (1998) - *Da memória dos livros às bibliotecas da memória*. Centro Interuniversitário da História da Espiritualidade, Porto.

FARINHA, P.º António Lourenço (1930) - *A Sertã e o seu Concelho*. Escola Tip. das Oficinas de S. José, Lisboa [Edição fac-similada da Câmara Municipal da Sertã, A Gráfica de Tomar (1998)].

MATOS, Susana Isabel de Oliveira Ferreira (2004) - *Convento de Santo António da Sertã. Da fundação aos nossos dias*. Câmara Municipal da Sertã, Sertã.

PORTELA, Miguel (2017) - *Figueiró dos Vinhos – 8 Séculos de História: Passado. Presente. Futuro*. Coleção Tempos & Vidas – 41, Textiverso, Figueiró dos Vinhos, União das Freguesias de Figueiró dos Vinhos e Bairradas.

PORTELA, Miguel (2012) - *O Fabrico do Papel em Figueiró dos Vinhos no séc. XVII*. Edição do autor, Figueiró dos Vinhos.

PORTELA, Miguel (2013) - *O Mosteiro de Santa Clara de Figueiró dos Vinhos. Apontamentos para o seu estudo*. Edição do autor, Figueiró dos Vinhos.

TEIXEIRA, Cândido (1925) - *Antiguidades, Famílias e varões ilustres de Cernache do Bonjardim e seus contornos*. Cernache do Bonjardim, Tipografia do Instituto, Volume I.

O CONCELHO DE ALTER DO CHÃO NO INÍCIO DO SÉCULO XX

Miguel Portela

(Investigador, magelo2001@gmail.com)

RESUMO:

Pretendemos dar a conhecer elementos da maior relevância para a História de Alter do Chão do início do século XX, contribuindo para um entendimento mais aprofundado sobre este concelho, particularmente nos aspectos socioeconómicos. Procuraremos, ainda, elencar alguns dos interventores que se destacaram nesse período, nos mais diversos ramos de atividade e que contribuíram para a afirmação e desenvolvimento de Alter do Chão e da região.

PALAVRAS-CHAVE:

Alter do Chão, Século XX, História Económica, História Social.

RESUMEN:

Pretendemos dar a conocer los elementos más relevantes de la Historia de Alter do Chão a inicios del siglo XX, contribuyendo a un entendimiento más profundo sobre esta comarca, particularmente en lo que se refiere a aspectos socioeconómicos. Procuraremos, además, enumerar algunos de los interventores que se destacaron durante ese período en diversos campos y que más contribuirían a la afirmación y desarrollo de Alter do Chão y de la región en general.

PALABRAS CLAVE:

Alter do Chão, Siglo XX, Historia Económica, Historia Social.

No ano de 1904, o concelho de Alter do Chão integrava as freguesias de Alter Pedroso, Cabeço de Vide, Chancelaria, Seda e Alter do Chão, sendo constituído por uma população que rondava nesse ano os 5 436 habitantes (Pires, 1904, pp. 1583-1584).

Considerada uma vila airosa e de bonitas praças e largos, nela destacava-se o Rossio do Espírito Santo e o Largo da Graça no centro da vila, como uma das zonas mais nobres e apazíveis de Alter do Chão. Pelo seu território abundavam todos os géneros agrícolas, notabilizando-se no país e na Europa, os seus excelentes e afamados equídeos (Fig. 1).

A malha urbana desta antiga vila, caracterizada por variadíssimas ruas e ruelas, quelhas e becos, desenvolveu-se em redor do velho castelo, existindo nesta época a rua de S. Pedro, de S. Francisco, dos Pelames, de Álvaro Martins, de S. Brás, do Espírito

Santo, do Crato, do Curral, de Santa Catarina, das Canastras, do Açougue, do Matadouro, do Corro, do Reguengo, da Trindade, dos Arcos, das Estalagens, dos Celeiros, do Norte, do Outeiro, dos Pedreiros, da Barreira, de Santarém, dos Clérigos, da Parreira entre tantas outras.

Reconhecemos, através deste anuário, que o concelho de Alter do Chão tinha, no início do século XX, como principal riqueza a produção e comercialização de cereais, azeite, palha, carvão, cortiça e gado.

Realçamos o facto de que em Cabeço de Vide, localizava-se um notável complexo de águas termais, reconhecidas pela medicina como garante de tratamento para problemas de pele e que atraía muitos portugueses e espanhóis a este concelho. Este estabelecimento balnear, era nessa época, dirigido pelo



Fig. 1: Vista do centro de Alter do Chão. [Postal ilustrado]. Coleção do autor.

diretor clínico, Inácio Caetano Xavier. A freguesia dispunha de médico e farmacêutico, cujos cargos eram praticados pelo aludido diretor clínico e por António Correia de Oliveira Silva, respetivamente.

Presidia à Camara Municipal de Alter do Chão, em 1904, o prestigiado Joaquim Salinas Antunes, coadjuvado pelo secretário Egídio Marques Namorado, pelo tesoureiro José Custódio Príncipe, pelo amanuense Jaime Marques Namorado e pelo contínuo Boaventura dos Santos. A Administração do Concelho estava a cargo de Francisco José de Moura Pessanha, que, administrava este território coadjuvado pelo secretário Alfredo Pereira Pelouro de d'Almeida, pelo amanuense António T. Monteiro Leitão e pelo oficial de diligências Manuel Félix. Judicialmente exercia funções de juiz, em Alter do Chão, Cristiano Mendes Calado assistido pelo oficial de diligências, Boaventura dos Santos.

Praticava o ofício de recebedor do concelho, João de Jesus Gonçalves, sendo que na Repartição da Fazenda exercia funções o escrivão José Gomes Carneiro coadjuvado pelo segundo aspirante José Maria Rodrigues Blanco. Na fiscalidade de impostos, desempenhavam funções os fiscais, António Chambel e

António Miranda e nas obras públicas, o cargo de chefe de conservação era exercido por Nicolau Tolentino de Matos Glória.

Sendo Alter do Chão uma terra rica em produtos agrícolas, e segundo o referido anuário, apurámos a predominância de um distinto número de lavradores e agricultores que davam fama à terra e garantiam produção e riqueza a toda esta região. São referidos, entre outros, os nomes dos lavradores e agricultores: Alexandre Marques d'Oliveira, Alfredo Pelouro d'Almeida, António José Marques Teixeira, António Luís Caldeira, António Maria Alves, António Martins do Cidral, António Quina, António Xavier Rosado, Cristiano Mendes Calado, Domingos Cruz, Francisco Barreto Caldeira, Francisco Calado Ribeiro, Francisco Cary Caldeira, Francisco Cruz, Henrique de Sá Nogueira, João Carlos Cardoso Barreto Feo, João de Sousa Menezes, João Vicente Caetano, Joaquim Carrilho, Joaquim Quina, Joaquim Salina Antunes, José Calado Ribeiro, José Caldeira Castelo Branco, José Marques Camões, Manuel Quina, Pedro Duarte Frade d'Almeida, o Visconde de Alter e Xavier António Rosado.



Fig. 2: Vista da vila de Alter do Chão. [Postal ilustrado]. Foto Brazão. Coleção do autor.

Apresentamos, alguns elementos que nos permitem asseverar a riqueza agrícola produzida neste território pelos seus habitantes, sobretudo pelos seareiros, jornaleiros, agricultores e proprietários, que aqui

marcavam forte presença, os quais foram obtidos pela consulta do Livro de Batismo da Paróquia de Alter do Chão, em 1904 (Fig. 3, 4, 5 e 6).

Fig. 3: Referências a seareiros em 1904 na vila de Alter do Chão

Data	Nome	Residência	Referência
04.01.1904	Zacarias de Jesus Canhoto	Alter do Chão	A. n.º 2, fl. 2v
03.04.1904	Manuel Gonçalves Azinheira	Rua de Entremuros	A. n.º 22, fl. 12v
04.04.1904	Cosme Mendes Gordo	Trincheira Fora	A. n.º 29, fl. 16
12.05.1904	José Cordeiro Durão	Rua de S. Lourenço	A. n.º 46, fl. 24v
13.07.1904	António Vaz Rato	Rua do Paço	A. n.º 58, fl. 30v
17.07.1904	Miguel Gragina	Rua Larga	A. n.º 62, fl. 32v
05.09.1904	João Vélez	Rua de Santarém	A. n.º 81, fl. 42
11.09.1904	Manuel Amador	Rua de S. Pedro	A. n.º 91, fl. 47
25.09.1904	José da Cruz Alpalhão	Rua de S. Francisco	A. n.º 94, fl. 48v
08.12.1904	Joaquim António Tibúrcio	Rua dos Pelames	A. n.º 120, fl. 61v

Fonte: ALTER DO CHÃO (1904) - *Livro de Batismos de 1904*. [documento manuscrito].
Registos Paroquiais, Arquivo Distrital de Portalegre, Portalegre, cx. 044.
Legenda: Assento (A).

Fig. 4: Referências a proprietários em 1904 na vila de Alter do Chão

Data	Nome	Residência	Referência
03.01.1904	João Carlos Cardoso Barreto Feo	Alter do Chão	A. n.º 1, fl. 2
04.01.1904	Manuel Martins Janeiro	Alter do Chão	A. n.º 2, fl. 2v
14.01.1904	Rafael Mendes Calado	Rua d'Álvaro Martins	A. n.º 4, fl. 3v
28.02.1904	Xavier António Rosado	Rua de S. Brás	A. n.º 17, fl. 10
22.08.1904	Francisco Caldeira Castel-Branco de Mesquita Cary	Rua do Espírito Santo	A. n.º 72, fl. 37v
26.09.1904	Pedro Duarte Frade d'Almeida	Rua de S. Brás	A. n.º 96, fl. 49v
03.10.1904	José Maria Pintão	Rua de Santarém	A. n.º 98, fl. 50v
08.10.1904	Manuel Martins Cordeiro	Rua de S. Pedro	A. n.º 99, fl. 51
08.11.1904	António Gonçalves Carinhas	Rua do Crato	A. n.º 110, fl. 56v

Fonte: ALTER DO CHÃO (1904) - *Livro de Batismos de 1904*. [documento manuscrito].
Registos Paroquiais, Arquivo Distrital de Portalegre, Portalegre, cx. 044.
Legenda: Assento (A).

Fig. 5: Referências a jornaleiros em 1904 na vila de Alter do Chão

Data	Nome	Residência	Referência
03.01.1904	José Pita	Rua de S. Francisco	A. n.º 1, fl. 2
17.01.1904	Lourenço da Trindade	Rua Nova	A. n.º 5, fl. 4
24.01.1904	Francisco dos Reis	Rua do Curral	A. n.º 7, fl. 5
07.02.1904	Valentim Dias	Rua de Santa Catarina	A. n.º 9, fl. 6
15.02.1904	Arsénio de Oliveira	Corredoura	A. n.º 15, fl. 9
03.04.1904	Miguel Meira	Rua das Canastras	A. n.º 20, fl. 11v
03.04.1904	Francisco Reinol	Rua Trincheira Fora	A. n.º 21, fl. 12
03.04.1904	Francisco Gonçalves	Rua das Canastras	A. n.º 23, fl. 13
03.04.1904	João Monteiro	Rua do Açougue	A. n.º 24, fl. 13v
03.04.1904	Francisco Casimiro	Rua do Matadouro	A. n.º 25, fl. 14
04.04.1904	António Ribeiro	Rua do Corro	A. n.º 30, fl. 16v
04.04.1904	Francisco António Montoso	Trincheira Fora	A. n.º 31, fl. 17
10.04.1904	Pedro Narciso	Rua do Reguengo	A. n.º 32, fl. 17v
10.04.1904	Narciso Almeida	Rua do Paço	A. n.º 33, fl. 18
25.04.1904	Agostinho Nunes Ferreira	Rua de Santarém	A. n.º 35, fl. 19
25.04.1904	Diogo Vidinha	Rua da Trindade	A. n.º 36, fl. 19v
25.04.1904	António Pires	Rua da Larga	A. n.º 37, fl. 20
01.05.1904	Manuel Diogo Batata	Rua dos Arcos	A. n.º 40, fl. 21v
01.05.1904	Manuel Antunes Matenha	Rua de Santa Catarina	A. n.º 41, fl. 22
02.05.1904	Manuel Lopes Mendes	Rua de S. Francisco	A. n.º 42, fl. 22v

Data	Nome	Residência	Referência
11.05.1904	António Rego	Rua de Santarém	A. n.º 44, fl. 23v
12.05.1904	José Maria	Avenida do Rossio	A. n.º 45, fl. 24
22.05.1904	Alexandre David	Rua da Trindade	A. n.º 47, fl. 25
29.05.1904	Francisco Alves	Rua de Santa Catarina	A. n.º 49, fl. 26
29.05.1904	Manuel Rijo	Rua de Santa Catarina	A. n.º 50, fl. 26v
02.06.1904	José Gonçalves	Rua Trincheira Fora	A. n.º 51, fl. 27
02.06.1904	Francisco Rodrigues Calado	Rua do Crato	A. n.º 52, fl. 27v
02.06.1904	José Ribeiro	Rua de S. Brás	A. n.º 53, fl. 28
05.06.1904	Reinaldo José	Rua do Espírito Santo	A. n.º 54, fl. 28v
24.06.1904	Xavier Dias	Rua do Curral	A. n.º 56, fl. 29v
10.07.1904	José Hermenegildo	Avenida do Rossio	A. n.º 57, fl. 30
17.07.1904	José da Cruz Paceiro	Rua dos Pelames	A. n.º 60, fl. 31v
17.07.1904	João Bucho	Largo de Santa Catarina	A. n.º 61, fl. 32
17.07.1904	Pedro Maria Bento	Rua das Estalagens	A. n.º 63, fl. 33
24.07.1904	Diogo Garcez	Rua do Curral	A. n.º 65, fl. 34
31.07.1904	Joaquim dos Reis	Rua de S. Lourenço	A. n.º 66, fl. 34v
07.08.1904	João Solteiro	Avenida do Rossio	A. n.º 68, fl. 35v
07.08.1904	Diogo Inácio	Rua Larga	A. n.º 69, fl. 36
21.08.1904	João Pedro do Rosário	Rua do Reguengo	A. n.º 71, fl. 37
28.08.1904	José dos Reis	Rua da Trindade	A. n.º 75, fl. 39
28.08.1904	Manuel António da Beira	Rua dos Celeiros	A. n.º 76, fl. 39v
28.08.1904	Isidro Calado	Terreiro do Mártir	A. n.º 77, fl. 40
28.08.1904	Manuel da Rita Verdugo	Rua do Curral	A. n.º 78, fl. 40v
28.08.1904	Mateus da Costa	Rua do Reguengo	A. n.º 79, fl. 41
05.09.1904	Florêncio Rego	Rua das Canastras	A. n.º 80, fl. 41v
05.09.1904	António Garcez Roubado	Rua Cega	A. n.º 82, fl. 42v
05.09.1904	Manuel Feitor	Rua de Santa Catarina	A. n.º 83, fl. 43
05.09.1904	Laurentino Monteiro	Rua do Norte	A. n.º 85, fl. 44
05.09.1904	Alberto Coelho	Hortas	A. n.º 86, fl. 44v
11.09.1904	João Bernardino	Rua de S. Brás	A. n.º 89, fl. 46
11.09.1904	Francisco Rolo	Rua Nova	A. n.º 90, fl. 46v
25.09.1904	Daniel Antunes Malenha	Trincheira Fora	A. n.º 93, fl. 48
26.09.1904	João Testa	Trincheira Fora	A. n.º 95, fl. 49
02.10.1904	Joaquim Mouro	Rua de S. Brás	A. n.º 97, fl. 50
16.10.1904	Joaquim Pauleta	Rua Larga	A. n.º 102, fl. 52v
30.10.1904	Guilherme Carreiras	Rua de S. Brás	A. n.º 105, fl. 54
06.11.1904	João António Barbacena	Rua Cega	A. n.º 108, fl. 55v
06.11.1904	José da Trindade	Trincheira Fora	A. n.º 109, fl. 56
13.11.1904	José Marques	Rua Larga	A. n.º 112, fl. 57v
14.11.1904	Marcos Pedro	Praça	A. n.º 113, fl. 58

Data	Nome	Residência	Referência
27.11.1904	Cristiano Monteiro	Rua de S. Pedro	A. n.º 114, fl. 58v
27.11.1904	José Serra	Rua dos Pelames	A. n.º 115, fl. 59
27.11.1904	Gabriel Machado	Rua do Outeiro	A. n.º 116, fl. 59v
08.12.1904	João dos Prazeres	Rua do Crato	A. n.º 119, fl. 61
13.12.1904	António Joaquim Botas	Rua da Trindade	A. n.º 118, fl. 60v
18.12.1904	Miguel Alves	Rua Nova	A. n.º 121, fl. 62
22.12.1904	José Nogueira Falcato	Rua dos Pelames	A. n.º 122, fl. 62v
25.12.1904	Joaquim Morais	Rua dos Pedreiros	A. n.º 124, fl. 63v
25.12.1904	Joaquim Corrula	Rua dos Pedreiros	A. n.º 125, fl. 64
25.12.1904	Cristiano Pimenta	Rua Larga	A. n.º 126, fl. 64v

Fonte: ALTER DO CHÃO (1904) - *Livro de Batismos de 1904*. [documento manuscrito].
Registos Paroquiais, Arquivo Distrital de Portalegre, Portalegre, cx. 044.
Legenda: Assento (A).

Fig. 6: Referências a agricultores em 1904 na vila de Alter do Chão

Data	Nome	Residência	Referência
16.10.1904	João Mendes Blanco Calado	Rua Larga	A. n.º 101, fl. 52

Fonte: ALTER DO CHÃO (1904) - *Livro de Batismos de 1904*. [documento manuscrito].
Registos Paroquiais, Arquivo Distrital de Portalegre, Portalegre, cx. 044.
Legenda: Assento (A).

A riqueza do concelho de Alter do Chão, como já foi referenciado, assentava em grande parte na produção de excelente azeite, sendo de destacar os seguintes produtores: Alfredo Pelouro d'Almeida, Ana da Conceição Mota, António José Teixeira Marques, António Martins, Domingos Caldeira, Domingos Cruz, Francisco Caldeira Cary, Francisco Calado Ribeiro, Francisco Xavier Barreto, João Carlos Cardoso Barreto Feo, João de Sousa Menezes Chichorro, Joaquim Carrilho, José Calado Ribeiro, José Marques Camões e o Visconde de Alter.

O azeite aqui produzido abastecia os lagares do concelho, principalmente os de Ana da Conceição Mota, João de Sousa Menezes Chichorro, José Marques Camões e do Visconde de Alter. Identicamente destacamos a produção e comercialização de vinhos, sobretudo com o proprietário e investidor José Custódio Príncipe.

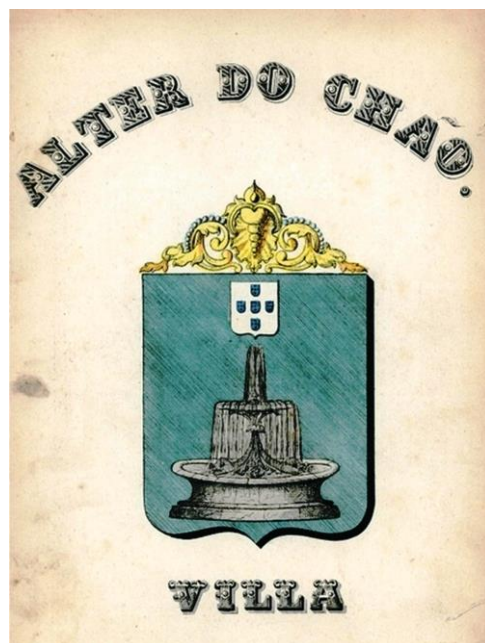


Fig. 7: Brasão da vila de Alter do Chão. [Gravura].
Coleção do autor.

Concelho rico e com uma grande dinâmica comercial, onde sobressaem os negociantes e comerciantes, mais ativos no concelho, sobretudo, os produtores, Afonso Henriques, António Gonçalves Carinhas, Francisco Gonçalves Carinhas, João de Jesus Gonçalves, José da Costa Lobato, José do Livramento Gonçalves, José Marques Serrão, José Mendes Calado, Mâncio Marques Serrão e Manuel Pimenta.

Na freguesia de Cabeço de Vide eram reconhecidos os comerciantes, João Mota Calado, Roque Palmeiro Calado e Zacarias Nunes Vaz, havendo referência a diversos agricultores e lavradores de nomeada, sobretudo, Joaquim Manuel Mendes, Joaquim Manuel

da Piedade, Luís José Frade de Simas Cardoso, Manuel Martinho Pinheiro Feo e Marciano José Batista. Igualmente, na freguesia de Chancelaria eram reconhecidos os nomes dos agricultores e lavradores, António Mendes, João de Simas Teixeira e Manuel Marques Moreno, e na freguesia de Alter Pedroso, o nome do lavrador Joaquim Manuel Pinheiro.

De acordo com o supracitado Livro de Batismos da Paróquia de Alter do Chão de 1904, expomos novos elementos que nos permitem compreender e dar relevância à dinâmica comercial nesse território (Fig. 8 e 9).

Fig. 8: Referências a vendedores em 1904 na vila de Alter do Chão

Data	Nome	Residência	Referência
04.01.1904	António Garcia Canhoto	Alter do Chão	A. n.º 2, fl. 2v
24.10.1904	António Ramos Marcelino	Rua do Açougue	A. n.º 104, fl. 53v

Fonte: ALTER DO CHÃO (1904) - *Livro de Batismos de 1904*. [documento manuscrito].
Registos Paroquiais, Arquivo Distrital de Portalegre, Portalegre, cx. 044.
Legenda: Assento (A).

Fig. 9: Referências a comerciantes em 1904 na vila de Alter do Chão

Data	Nome	Residência	Referência
13.12.1904	Afonso Henriques	Rua do Paço	A. n.º 117, fl. 60
31.12.1904	José da Costa Lobato	Rua da Barreira	A. n.º 128, fl. 65v

Fonte: ALTER DO CHÃO (1904) - *Livro de Batismos de 1904*. [documento manuscrito].
Registos Paroquiais, Arquivo Distrital de Portalegre, Portalegre, cx. 044.
Legenda: Assento (A).

Foram vários os profissionais que desenvolveram o seu ofício em Alter do Chão, particularmente carpinteiros, ferreiros, alvanéus, sapateiros, cantoneiros, ferradores, e moleiros, entre tantos outros. (Fig. 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16).

Fig. 10: Referências a carpinteiros em 1904 na vila de Alter do Chão

Data	Nome	Residência	Referência
18.01.1904	António do Nascimento Martins	Rua do Espírito Santo	A. n.º 6, fl. 4v
06.08.1904	Aleixo Gonçalves	Rua das Canastras	A. n.º 67, fl. 35
25.09.1904	João Antunes Fortunato	Largo da Graça	A. n.º 92, fl. 47v
27.12.1904	Domingos da Piedade	Rua de Santarém	A. n.º 127, fl. 65

Fonte: ALTER DO CHÃO (1904) - *Livro de Batismos de 1904*. [documento manuscrito].
Registos Paroquiais, Arquivo Distrital de Portalegre, Portalegre, cx. 044.
Legenda: Assento (A).

Fig. 11: Referências a ferreiros em 1904 na vila de Alter do Chão

Data	Nome	Residência	Referência
24.01.1904	António Metelo	Rua de S. Brás	A. n.º 8, fl. 5v
11.02.1904	Joaquim José Guerreiro	Rua Cega	A. n.º 11, fl. 7
26.04.1904	João Miguel Metelo	Avenida do Rossio	A. n.º 39, fl. 21

Fonte: ALTER DO CHÃO (1904) - *Livro de Batismos de 1904*. [documento manuscrito].
Registos Paroquiais, Arquivo Distrital de Portalegre, Portalegre, cx. 044.
Legenda: Assento (A).

Fig. 12: Referências a alvenéus (calceteiros) em 1904 na vila de Alter do Chão

Data	Nome	Residência	Referência
15.02.1904	José António Tavares	Rua de S. Lourenço	A. n.º 14, fl. 8v
08.05.1904	António Casaca	Rua Nova	A. n.º 43, fl. 23
01.11.1904	Gaudêncio Tavares	Rua Nova	A. n.º 106, fl. 54v

Fonte: ALTER DO CHÃO (1904) - *Livro de Batismos de 1904*. [documento manuscrito].
Registos Paroquiais, Arquivo Distrital de Portalegre, Portalegre, cx. 044.
Legenda: Assento (A).

Fig. 13: Referências a sapateiros em 1904 na vila de Alter do Chão

Data	Nome	Residência	Referência
04.04.1904	Alfredo Maria Gameiro	Rua do Crato	A. n.º 26, fl. 15
24.05.1904	Manuel Domingos Moreno	Rua dos Clérigos	A. n.º 48, fl. 25v
20.06.1904	Rafael Mendes Calado	Rua de São Pedro	A. n.º 55, fl. 29
05.09.1904	Francisco Marques Barrela	Rua da Parreira	A. n.º 84, fl. 43v

Fonte: ALTER DO CHÃO (1904) - *Livro de Batismos de 1904*. [documento manuscrito].
Registos Paroquiais, Arquivo Distrital de Portalegre, Portalegre, cx. 044.
Legenda: Assento (A).

Fig. 14: Referências a cantoneiros em 1904 na vila de Alter do Chão

Data	Nome	Residência	Referência
11.09.1904	Filipe António	Rua do Crato	A. n.º 87, fl. 45

Fonte: ALTER DO CHÃO (1904) - *Livro de Batismos de 1904*. [documento manuscrito].
Registos Paroquiais, Arquivo Distrital de Portalegre, Portalegre, cx. 044.
Legenda: Assento (A).

Fig. 15: Referências a ferradores em 1904 na vila de Alter do Chão

Data	Nome	Residência	Referência
19.10.1904	António Lapa Lopes	Rua dos Clérigos	A. n.º 103, fl. 53

Fonte: ALTER DO CHÃO (1904) - *Livro de Batismos de 1904*. [documento manuscrito].
Registos Paroquiais, Arquivo Distrital de Portalegre, Portalegre, cx. 044.
Legenda: Assento (A).

Fig. 16: Referências a moleiros em 1904 na vila de Alter do Chão

Data	Nome	Residência	Referência
12.10.1904	Joaquim da Cruz C. da Silva	Rua do Crato	A. n.º 100, fl. 51v
25.12.1904	José da Silva	Avenida do Rossio	A. n.º 123, fl. 63

Fonte: ALTER DO CHÃO (1904) - *Livro de Batismos de 1904*. [documento manuscrito].

Registos Paroquiais, Arquivo Distrital de Portalegre, Portalegre, cx. 044.

Legenda: Assento (A).

Nessa época, Alter do Chão destacava-se dos concelhos vizinhos por ter instaladas e em funcionamento uma fábrica de refrigerantes, propriedade da firma Garcez & Caetano, e uma fábrica de moagem de trigo do proprietário José Mendes Caldo. De igual modo, encontrava-se aqui instalada, uma conceituada, dada a sua importância na região, Escola de Ensino Manual de Máquinas Agrícolas, gerida pelo diretor, Augusto Trindade da Mota Rosa, assim como se encontrava instalada a Liga Agrária,

presidida na direção por Luís José Frade de Simas Cardoso, auxiliado pelo secretário Augusto Trindade da Mota Rosa e pelo tesoureiro Cristiano Mendes Calado.

Neste contexto, encontrava-se constituído e em funcionamento, neste concelho, o Sindicato Agrícola Alterense, que era presidido pelo Visconde de Alter, coadjuvado pelo secretário, João Vicente Caetano e pelo tesoureiro, Francisco Caldeira Castelo Branco de Mesquita.

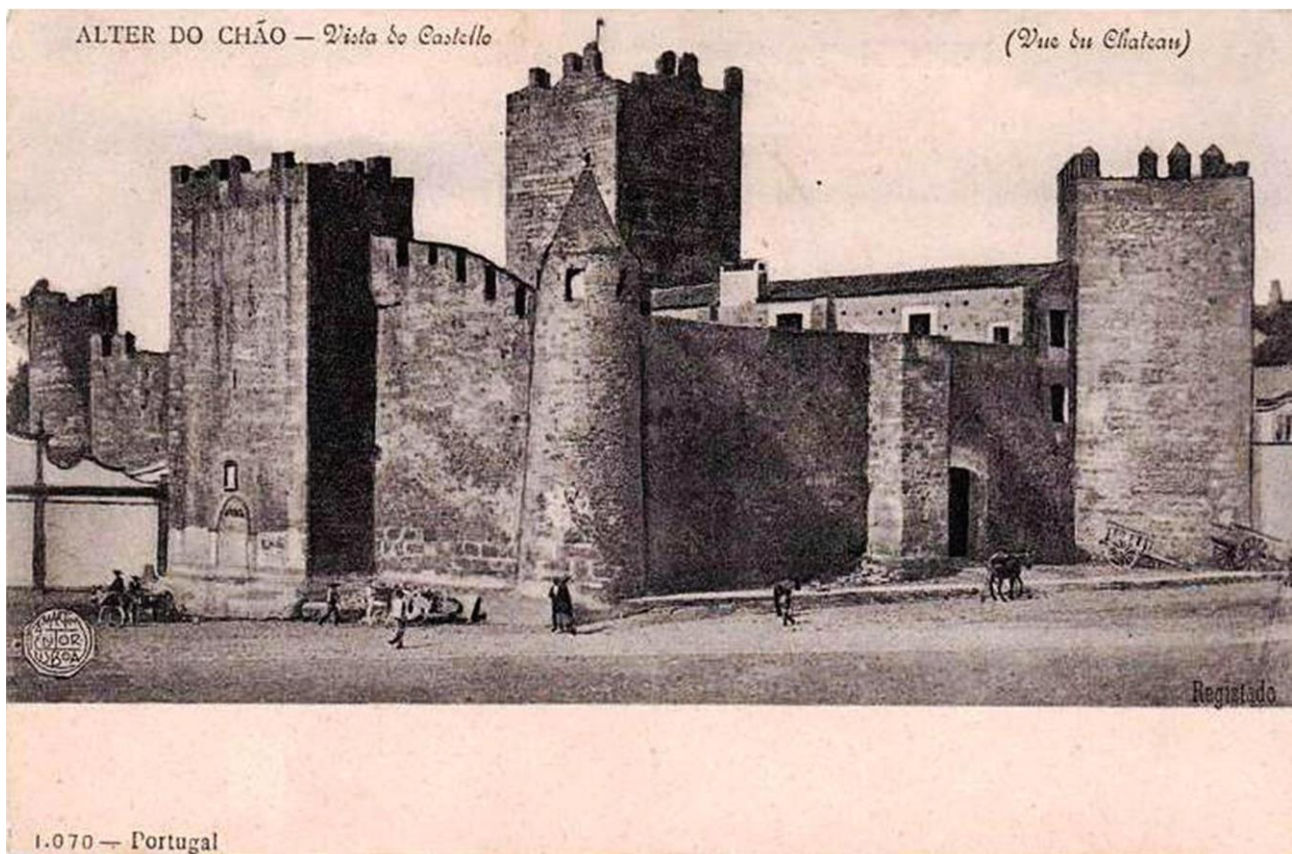


Fig. 17: Vista sobre o castelo de Alter do Chão. [Postal ilustrado]. Coleção do autor.

A presença de várias agências bancárias e de seguros em Alter do Chão evidenciava a movimentação crescente de capitais entre investidores, produtores, comerciantes e população em geral, destacando-se o *Banco do Alentejo* do agente Francisco Caldeira Castelo Branco de Mesquita Cary, o *Banco Lisboa & Açores* do agente José Mendes Calado, os bancos: *Banco de Portugal*, *Comercial de Lisboa*, *Economia Portuguesa* e *Crédit Franco-Portugais*, dos agentes José Henrique Totta e João de Jesus Gonçalves. No que concerne aos seguros, asseveramos a presença das seguradoras *Equidade* e *Internacional* do agente João de Jesus Caldeira, a *Tagus* do agente Manuel Martins Pimenta, a *Nova Companhia de Seguros Douro*, do agente Alexandre Marques d'Oliveira e a *Portuguesa de Seguros* do agente José Mendes Calado.

Ciro Augusto. De igual modo, António José Heleno exercia o cargo de chefe dos correios em Seda, José António Aparício em Cabeço de Vide, e Joaquim Manuel Pinheiro em Alter Pedroso.

Não menos importante, e derivado do facto de Alter do Chão ser um concelho de importância manifesta, no que toca à criação de gado, funcionava nesta vila a Administração das Reais Manadas, cujo cargo de administrador era exercido por António Filipe da Silva, secretariado por João de Sousa Menezes e onde laboravam o fiel Nuno Risques Pereira e o ferrador José Lopes Tibúrcio. De igual modo, a Administração da Casa de Bragança tinha presença neste concelho, sendo seu delegado, João de Jesus Gonçalves. Atente-se nos elementos colhidos no Livro de Batismos da Paróquia de Alter do Chão, que vimos referindo onde

Fig. 18: Referências a ganadeiros em 1904 na vila de Alter do Chão

Data	Nome	Residência	Referência
07.02.1904	João Teles Batata	Rua dos Clérigos	A. n.º 10, fl. 6v
24.04.1904	Domingos Lopes	Rua do Outeiro	A. n.º 34, fl. 18v

Fonte: ALTER DO CHÃO (1904) - *Livro de Batismos de 1904*. [documento manuscrito].
Registos Paroquiais, Arquivo Distrital de Portalegre, Portalegre, cx. 044.
Legenda: Assento (A).

Na saúde pública desempenhava a função de subdelegado João Pestana, que sendo médico, exercia igual função nessa vila. João Pestana e João Rafael Mendes Dona, eram ambos médicos e exerciam a sua actividade nesse território, sendo os receituários aviados numa das três farmácias locais, orientadas pelos farmacêuticos, Francisco Inácio Coelho, José Arsénio da Fonseca e Júlio Quina, respetivamente.

Na Santa Casa da Misericórdia de Alter do Chão exercia o cargo de provedor, Domingos da Cruz, coadjuvado pelo escrivão João Carlos Cardoso Barreto Feo e pelo tesoureiro, Alfredo Pelouro d'Almeida. Nessa instituição e no que respeita aos serviços de saúde, asseguravam os cuidados de enfermagem, Carolina Vitoria, enfermeira, e Manuel dos Santos Almeida, enfermeiro.

O cargo de chefe da estação de correios e telégrafo em Alter do Chão era exercido por António Caetano, sendo distribuidor António Rijo do Luso e guarda-fios

constatámos a presença de alguns ganadeiros (Fig. 18).

Os produtos que se cultivavam nessa região eram especialmente comercializados nas feiras locais, sobretudo nas realizadas a 25 de abril em Alter do Chão, a 18 de junho em Cabeço de Vide e a 13 de dezembro em Chancelaria, todas com duração de um dia. Contudo, estes produtos, poderiam também ser encontrados numa das quatro mercearias locais, especialmente na mercearia de António Caetano, de Custódio da Fonseca, de José Maria Monteiro Leitão e de José Custódio Príncipe, respetivamente, sendo de realçar que dessa região seguiam produtos que abasteciam os mercados regionais como o de Portalegre.

Na freguesia de Seda o comércio é-nos revelado pelos comerciantes José Soares de Castro e Matias Mourato Temudo, realçando-se a presença dos agricultores e lavradores de nomeada na região que aqui produziam produtos de excelente qualidade,



Fig. 19: Vista de Alter do Chão. [Postal ilustrado]. Coleção do autor.



Fig. 20: Fonte da vila de Alter do Chão. [Postal ilustrado]. Coleção do autor.

segundo as descrições da época, nomeadamente Joaquim Simas Teixeira, José Alexandre Pais, José Soares de Castro, Luís Sérgio de Castro, Vicente Matias Caldeira e de Zacarias Quina. Na freguesia de Chancelaria o comércio ganhara relevância através da acção dos comerciantes António Marques Pequito e de Manuel Joaquim Antunes.

Constatámos através deste anuário, no que concerne ao ensino o exercício de três professores que exerciam a sua atividade nesta vila, particularmente, os professores, Benjamim Custódio de Brito, José Garcia Canhoto e Máxima Fausta de Alcântara Ferreira de Jesus. Constatamos ainda, que em Cabeço de Vide, ensinavam as professoras, Jerónima Luísa Rijo Inso e D. Rosa Benta Tavares, em Chancelaria, os professores Emília de Matos França e Joaquim Pires dos Santos, e em Seda, os professores Amélia Augusto d'Alegria Bragança e José Temudo Caldeira Paulino.

Culturalmente, Alter do Chão dispunha da *Recreativa e Instrutiva Alterense* e da *Artística Alterense*, associações que dinamizavam e abrilhantavam com regularidade as festividades locais e os momentos de lazer da sociedade local.

dos dois hotéis locais, cujos proprietários eram à época, António Joaquim de Carvalho Cardeira e António Tibúrcio Cabeça.

Marcado pela religiosidade, o povo de Alter do Chão tinha os serviços religiosos assegurados pelo pároco da freguesia João Vicente Caetano que regia a paróquia com o auxílio do tesoureiro José Saramago. Identicamente, em Alter Pedroso, esses mesmos serviços estavam a cargo do pároco António Mendes de Andrade, em Cabeço de Vide, do pároco Adelino Dias Ferreira, em Chancelaria do pároco Romão de Bastos Ferrão e em Seda do pároco António Félix Ribeiro.

No início do século XX, o concelho de Alter do Chão despontou com uma dinâmica agrícola marcadamente enraizada na tradição rural do Alto Alentejo. Todavia, evidenciou-se de entre os concelhos vizinhos pela sua capacidade de adaptação aos tempos modernos, rejuvenescendo com a inteligência de adotar a via do progresso técnico, e com a competência dos seus mais industriais habitantes, na sua grande maioria, gestores de empresas de sucesso, continuando a ser uma vila de referência no distrito de Portalegre.

Fig. 21: Referências a empregados do caminho-de-ferro em 1904 na vila de Alter do Chão

Data	Nome	Residência	Referência
07.03.1904	José da Costa Magalhães	Rua de Santarém	A. n.º 18, fl. 10v

Fonte: ALTER DO CHÃO (1904) - *Livro de Batismos de 1904*. [documento manuscrito].
Registos Paroquiais, Arquivo Distrital de Portalegre, Portalegre, cx. 044.
Legenda: Assento (A).

Disponha este concelho de serviços de diligência a 250 réis por indivíduo. Todavia, reconhecemos que o comboio era um dos meios de transporte utilizado pela população, estando a estação de caminhos-de-ferro mais próxima localizada no Crato, a 9 km de distância de Alter do Chão. Alguns indivíduos que trabalhavam nesta infra-estrutura e que residiam em Alter do Chão, sendo esta, considerada um relevante meio de dinamização do concelho (Fig. 21).

Alter do Chão disponibilizava serviços de alojamento a quem, em negócio ou em visita, aqui pretendia permanecer, sobretudo através dos serviços

Bibliografia

ALTER DO CHÃO (1904) – *Livro de Batismos de 1904*. [documento manuscrito]. Registos Paroquiais, Arquivo Distrital de Portalegre, Portalegre, cx. 044.

PIRES, Caldeira (Dir.) (1904) – *Anuario Commercial de Portugal, Ilhas e Ultramar da Industria, da Magistratura e da Administração ou Anuario dos 600:000 Endereços em Lisboa, concelhos do reino, ilhas e colonias*. Lisboa.

BREVE ESTUDO ETNOGRÁFICO SOBRE O NÚCLEO FAMILIAR TRADICIONAL DE CASTRO LABOREIRO

Diana Carvalho

(mestranda em História e Património, dianacarvalho.pt@gmail.com)

RESUMO:

Breve estudo etnográfico acerca de características culturais e religiosas do núcleo familiar tradicional castrejo, no século XX. O objectivo do ensaio é que este se proporcione como instrumento de trabalho, para um maior aprofundamento futuro, sobre estas estruturas familiares. A recolha dos depoimentos foi feita através de conversa informal a cerca de 40 elementos da população, com observação e participação directa em alguns casos. Foi também indispensável um acompanhamento de bibliografia historiográfica sobre etnografia local.

PALAVRAS-CHAVE:

Etnografia, Castro Laboreiro, Núcleos Familiares.

ABSTRACT:

A brief ethnographic study, about cultural and religious characteristics of the Castro Laboreiro's traditional family units, in the XX century. The aim of this essay is that it can be provided as a tool to study the family structures in the territory, more profoundly, in the future. The collection of the testimonies was made through informal conversation to about 40 elements of the population, with observation and direct participation in some cases. It was also indispensable to follow a historiographical bibliography on local ethnography.

KEY WORDS:

Ethnography, Castro Laboreiro, Family Units.

1. O núcleo familiar – contextualização

Os núcleos familiares são um indicador das dinâmicas humanas em relação com um dado território na longa duração. É necessário compreender a mecânica nuclear da família, através de uma contextualização demográfica, económica, geográfica, política e social, do núcleo familiar, durante o século XIX, para introduzir a época a que se confina este trabalho, o século XX.

As estatísticas demográficas mostram que, o século XIX, conturbado pela revolução liberal e pela fuga da Corte portuguesa para o Brasil, apesar do seu desenvolvimento se ter ressentido na primeira metade do século, alcança a partir de 1850, um crescimento populacional (Martins, 2005).

Como indicador económico, os núcleos familiares podem atingir as expressões de riqueza que a sociedade

de uma determinada época lhes permitir. No século XIX são as famílias burguesas que sobressaem, sendo este um aspecto de transformação cultural na sociedade (Monteiro, 2000). Estas expressões da riqueza e o seu desenvolvimento para camadas sociais inferiores estão intimamente ligadas com a lenta extinção do comunitarismo rural, com o acesso à habitação, com a melhoria das condições de vida e abandono de contextos familiares tradicionais.

A Geografia também é factor de distinção entre as práticas económicas e culturais dos núcleos familiares. Por exemplo, distinguem-se as práticas matrimoniais, sendo que a Norte o casamento para a mulher é mais tardio do que na zona Sul, mas transversal a ambos é o regime exogâmico, combatendo a consanguinidade entre casais. Contudo, a endogamia pode prevalecer em contextos isolados e pouco povoados.

Ainda no século XIX, nas cidades, encontram-se famílias menores e autónomas, enquanto nas zonas rurais as famílias eram extensas e constituíam-se em função da força física para trabalhar a agricultura ou a pecuária.

Circunstâncias políticas, como o foram a República, a 1ª Guerra Mundial e toda a conjuntura administrativa, também criam rupturas no sistema familiar tradicional. Iniciam-se os grandes êxodos para o estrangeiro, movimentos migratórios que irão conhecer vários impulsos ao longo do século XX. Pela lei surge a possibilidade do casamento entre menores dos 14 aos 16 anos, em casos específicos. Também surgem os primeiros movimentos feministas. Com o Estado Novo serão diversas as iniciativas para fortalecer e sedimentar os núcleos familiares em território nacional, em redor do chefe de família, com fortes projecções ideológicas. Após este período, em 1975 o casamento católico pode ser dissolvido em tribunais civis, mantendo-se o laço religioso que só a Igreja poderia diluir. Por esta altura, muitos núcleos familiares estabeleceram-se no estrangeiro e lá deixaram a descendência (Monteiro, 2000). Também ao nível da administração pública e eclesiástica, todos esses períodos deixaram o seu legado, nomeadamente ao nível das políticas de casamento e filiação, ou das instituições criadas para gestão destes assuntos. Os grandes avanços para os núcleos familiares reflectem-se

na criação de infraestruturas para o apoio à infância e à terceira idade, como os sistemas nacionais de saúde ou de acção social, ou privados, emancipando as camadas adultas da responsabilidade de permanecer juntos dos mais jovens ou mais velhos, para uma nova coordenação e organização profissional e económica. Também se verifica um quadro associativista de comunidades cujo enquadramento familiar é mais específico, reunindo-se para defender os seus direitos familiares (Monteiro, 2000).

2. Núcleo familiar em Castro Laboreiro

2.1. Hierarquia do núcleo familiar

Relativamente à sua estrutura, no princípio do século XX as famílias têm carácter monogâmico e regem-se por uma hierarquia. Embora a população local tenha um aspecto matriarcal (Polanah, 1987; Geraldès, 1978, 1979 e 1996), é o homem que comanda o destino familiar e o seu, ocupando um lugar principal. Em segundo lugar existe uma dona de casa, que é mãe (Vieira, 1993). Pode ocupar o primeiro lugar da hierarquia, caso o marido esteja ausente, falecido e os filhos rapazes sejam menores.

Ambos tinham responsabilidades comuns, e outras que diziam respeito apenas a cada género. A seguir, na hierarquia, os filhos, havendo sempre vantagem dos rapazes sobre as raparigas. Estes podiam livremente ir à escola, por exemplo, já as raparigas eram destinadas a



Fig. 1: Em Castro Laboreiro. Blogue "Entre o Minho e a Serra".

aprender outras competências que contemplassem o artesanato, a lavoura, a administração doméstica. Quando conquistaram a liberdade para estudar, abdicavam muitas vezes dos estudos em prole dos seus irmãos.

Em Castro Laboreiro existia também o hábito social de se proteger os familiares mais velhos. Estes poderiam terminar os seus dias com a família: “Existia o costume do casal preservar o mais possível a riqueza e as possibilidades da casa agrícola. Mas, enquanto nas famílias fidalgas esta era reservada ao filho varão mais velho, no lavrador era sempre a filha a escolhida. A razão da escolha era o encargo de zelar pela velhice e amparo dos pais” (Vieira, 1993, p. 30). A estratização familiar também era marcada pelo vocabulário, ou seja, pela forma como se tratavam os elementos familiares

Fig. 2: “Uma serrana de Castro Laboreiro”. Bruno Buchenbacher. Revista “Ilustração Portuguesa”, n.º 284, p. 137, 1911.

Fig. 3: Tosquia do gado lanígero. Castro Laboreiro. Diana Carvalho, 2015.



entre si. A mulher dirigia-se ao homem normalmente por “tu”. Os filhos tratavam os pais ou avós, geralmente por “você”, o “tu” é termo usado no relacionamento horizontal, ou seja, quando os interlocutores estão em igualdade social. Pessoas da mesma geração distintas e contíguas, mas ligadas por laços de parentesco e/ou de grande intimidade, usam tratar-se por “tu”. Na mesma ordem geracional, o “tu” é usado sem discriminação de sexo” (Polanah, 1987, p. 22). Entre núcleos familiares vizinhos utilizavam-se as expressões de “tu”, “comadre/compadre”, “tio/tia”, mesmo que estes núcleos não encontrassem representação genética entre si, mas desde que estivessem vinculados por laços de proximidade (Polanah, 1987).

Independentemente da hierarquia interna familiar, era transversal o mesmo tipo de trabalho a todos os membros da família, e este assentava sobre uma economia agrícola, e na criação de gado lanígero, caprino e bovino (Polanah, 1987; Geraldés, 1996).

Também se vivia da comercialização dos excedentes, normalmente, trocados, ou vendidos em Melgaço. Os núcleos familiares viviam segundo os ritmos agrícolas, contribuindo para actos comunitários com seus parentes e vizinhos. (Polanah, 1987). Outros recursos à sobrevivência do núcleo familiar, em Castro Laboreiro, são o contrabando (Freire, Fonseca e Rovisco, 2009; Rocha, 2000; Coelho, 1990) e a emigração (Lima, 1996; Rocha, 2000).

Em suma, a composição do núcleo familiar, em Castro Laboreiro, durante o século XX, tendencialmente corresponde à definição do “Dicionário de História Religiosa em Portugal”, segundo volume, referente à “Família” (Carvalho e Monteiro, 2000), traduzindo-se como tendo origem num matrimónio, entre um homem e uma mulher, do qual todas as crianças nascidas fazem parte desta unidade, estando albergados por uma estrutura económica, legal, religiosa e psicológica. A Igreja é o órgão tradicional da definição, do enquadramento e da criação de regras sociais em redor das fases do desenvolvimento humano, fornecendo uma ordem prática e moral que ao culminar na contração matrimonial, dando início a um novo ciclo através da descendência (Carvalho, 2000).

2.2. Espaços sociais

2.2.1. Transumância e arquitectura

A geografia do Norte interior é montanhosa e diferenciada, “o campo, cheio de vida e de gente, torna-se largo e vazio; a 800 m de altitude já o milho se não dá e as culturas dominantes são o centeio e a batata, ao lado dos lameiros ou alternando com eles. As aldeias afastadas umas das outras, são compactas, relativamente grandes e arrumadas, e as casas, apertadas umas contra as outras, estacam bruscamente perante o campo que as cerca. Já quase desapareceram as casas antigas de pedra solta, a maior parte das vezes não caiadas; o rés-do-chão era ocupado pelas cortes do



Fig. 4: “Um grupo de castrejas”. Bruno Buchenbacher. Revista “Ilustração Portuguesa”, n.º 284, p. 141, 1911.

gado e o andar pelas pessoas e para guarda de produtos agrícolas; a cobertura, de colmo de centeio, segura nas beiratas por grandes pedras, para o vento não lhe pegar” (Brito, 1997, p. 65)

Relativamente à habitação, Castro Laboreiro tem a particularidade da população ser transumante, cada família possuindo duas casas. Uma situava-se na Branda, povoados sítios na zona planáltica e ocupados durante 9 meses do ano (de Março a Dezembro), e a outra situava-se nas Inverneira, menos favorável à agricultura e à produção, sendo povoados localizados nos vales do rio Laboreiro, ocupadas durante 3 meses do ano (de Dezembro a Março).

Haviam também lugares fixos, povoados cujos moradores nunca transitavam para outros lugares, e onde o clima permitia a sua permanência e estabilidade (Lima, 1996; Geraldès, 1996). Nas brandas, o “espaço confinado a cada habitação é estritamente aquele em que ela assenta, não existindo áreas privativas em seu redor. A uma moradia segue-se outra morada e à sua frente estendem-se coleantes os caminhos de passagem colectiva. A vida familiar não tem pois possibilidade de

disfrutar desse prolongamento de espaço de convivência privada que são as hortas, quando contíguas à casa (...) Através do portão do piso inferior da casa entram pessoas e animais para o que podemos considerar, em toda a sua dimensão, o território exclusivo da família. É geralmente constituído por um pátio e, em alguns casos, por uma escada lateral a dar para o exterior” (Geraldès, 1996, p. 21). Nas Inverneiras, “a lareira, os escambos, onde a família se senta, come, e conversa, convertem a cozinha da casa das inverneiras num espaço onde o interior aconchegante se contrapõe ao exterior agreste” (Geraldès, 1996, p. 23). Conhecem-se descrições do interior das habitações, feitas por José Leite Vasconcelos, publicadas no início do século XX, aquando da sua visita a Castro Laboreiro, num capítulo da Revista Lusitana, como por exemplo: “A cama consta de um caixão grande, com quatro banzos ou pernas, que terminam superiormente em pirâmides. Os mais pobres ahi dormem sobre palha, envolvidos numa manta de burel (sem enxergão ou lençóis); de travesseiro serve um farrapo. Num dos banzos da cabeceira enrola-se o rosário em que rezam”



Fig. 5: Castro Laboreiro. Postal ilustrado. Retirado do Blogue “Entre o Minho e a Serra”.



Fig. 6: “Casas em Castro Laboreiro”. Bruno Buchenbacher. Revista “Ilustração Portuguesa”, n.º 284, p. 138, 1911.

(Vasconcelos, 1904, p. 276). Ao longo do século XX, sobretudo, após a década de 60, este espaço habitacional transforma-se. “O que aconteceu, foi conservar-se a casa antiga para palheiro e construir-se uma outra” (Geraldes, 1982, p. 16), substituindo o pavimento, compartimentando a casa com paredes, atribuindo uma maior número de janelas, trocando o colmaço pela telha.

No entanto conservava o modelo de dois pisos. “Mas o espírito de cooperação, presente em muitos aspectos da vida castreja, ganhava expressão bem vinculada em tudo o que se referia à construção da habitação” (Geraldes, 1982, p. 18), e neste frenesim de novidades e melhoria das condições de vida, participava a família do proprietário e os seus vizinhos, reforçando laços.

Relativamente aos espaços de lazer, convívio, solidariedade ou fortalecimento de laços sociais e familiares, estes eram múltiplos. “A passagem do espaço doméstico ao público é uma transição que ocorre todas as manhãs bem cedo, antes do nascer do sol” (Lima, 2000, p. 4). Os mais recorrentes eram aqueles relacionados com os ritmos agrícolas, “As tarefas agrícolas, designadamente a lavrada dos

campos, a sementeira da batata, a sega do centeio e do feno, a distribuição equitativa das águas, quer das corgas quer dos tanques, a utilização colectiva dos fornos, dos moinhos, das eiras, constituem uma constelação de tarefas e situações a testemunhar uma enraizada tradição comunitária da população migrante” (Geraldes, 1996, p. 40). Estes rituais agrícolas decorriam principalmente nas brandas, o que se torna um indicador de maior convívio social, quanto às inverneiras, as preocupações sociais resumem-se “à resolução dos problemas que as condições ecológicas das inverneiras colocam à estada dos seus residentes temporários” (Geraldes, 1996, p. 23). Geraldes (1996) refere que um dos factores que torna as inverneiras espaços de convívio social através de rituais religiosos é a implantação de capelas votivas onde os habitantes lhes prestam culto, pela altura do Verão. Outros locais podiam ser os destinados a feiras, à celebração de festas religiosas, incluindo casamentos e baptismos, como as capelas ou da Igreja paroquial e seus espaços circundantes, e até os próprios lugares. Por último, os funerais, cujo espaço podia ser a casa do vizinho ou parente, ou a casa mortuária no centro da Vila.



Fig. 7: Convívio durante a cozedura do pão, no forno comunitário. 20.10.2015. Lugar de Campelo – Castro Laboreiro. Diana Carvalho.



Fig. 8: Transporte do pão, do forno para a habitação. 20.10.2015. Lugar de Campelo – Castro Laboreiro. Diana Carvalho.

Serão focados apenas alguns dos elementos culturais ocorrentes em redor do forno de pão de cada lugar, relacionados com a rotina dos núcleos familiares, por ser um dos casos estudados, por nós, com maior profundidade.

A partir dos depoimentos dos habitantes¹ locais, obtiveram-se as seguintes informações:

2.2.2. Depoimentos dos habitantes acerca dos fornos de pão comunitários

2.2.2.1. Solidariedade

[1-10-2014, Portela, Teso, Eiras, Padresouro, Curral de Gonçalves, Portos, Seara]²

“Quando as gentes de outros lugares não podia cozer nos fornos comunitários por alguma circunstância que as impedisse e precisavam de se deslocar a outros fornos comunitários estas levavam “tudo pronto”, ou seja, levavam a massa já “tendida” para cozer. Também serviam de abrigo para mendigos vindos de Soajo e Peneda, e para latoeiros.”

[9-10-2014, Vila, Coriscadas, Adofreire, Queimadelo, Rodeiro]

“Servia de abrigo aos latoeiros e mendigos, que andavam a pedir pousada e por vezes até traziam os filhos com eles. Traziam um feixe de palha e dormiam no chão, com uma ou duas mantas dadas pelas gentes do Lugar. Havia quem se metesse dentro da Forneca, depois de cozer o pão, estando morna. Recordo-me que os latoeiros também restauravam peças em barro, e utilizavam uns agrafos e uma massa específica, e essas peças ainda duravam!”³

2.2.2.2. Casamento ou festa

[9-9-2014, Várzea Travessa, Vião, Portelinha]

“Antigamente as cozinhas de cada casa não eram sequer “em ferro”, nem grandes para preparar muita quantidade de comida para as festas e, por isso, usava-

se o forno do lugar. Em Portelinha fazia-se o assado, que era um cabrito ou um anho, com arroz por baixo, para cozer ao mesmo tempo”.

[11-9-2014, Várzea Travessa, Picotim, Adofreire]

“Nos fornos de Assureira, Antões e Adofreire também se usava este costume de fazer “o assado” em dias de casamento ou festa.”

[11-9-2014, Adofreire]

“Em dias santos ou domingos não se cozia o pão”.

2.2.2.3. Convívio, brincadeira e namoro

[3-9-2014, Teso]

“Enquanto o pão cozia dentro da forneca, levava cerca de 1h30 a 2h00, era comum conviver à volta do forno, ou mesmo lá dentro. Recordo-me de, por vezes, se fazerem bailes à porta do Forno, e de comer chocolate ou chouriço com a tenda”.

[8-9-2014, Padresouro]

“Um dia, havia uma fornada a cozer durante a noite e dois solteiros foram para lá beijar-se.⁴ Também era hábito as crianças virem brincar para dentro do forno comunitário, onde se escondiam, para terem liberdade de fazer travessuras, sobretudo, na altura das uvas.”

2.3. As estratégias de namoro

Até que os mais novos atingissem a idade para formar o seu próprio núcleo familiar, havia a fase de namoro (Polanah, 1987). Depois, planificava-se o casamento entre os rapazes e as raparigas, remetendo para a questão endogâmica, e para a segurança patrimonial que deveria ser legada e protegida (Lima, 1996). O namoro é precedido pelo casamento ou pelo celibato, por quem não arranjou par e permaneceu no núcleo familiar. Não que a isso fosse obrigado: “Não existe, como no regime de progenitura, a obrigação de celibato imposta aos filhos e filhas que permaneçam em casa gerida pelo herdeiro a quem, a esse sim, se impôs o matrimónio” (Polanah, 1987, p. 14). O namoro era consentido, mas advertido pelos pais dos jovens, pois havia uma planificação prévia relativamente aos futuros conjugues dos seus filhos, que visava a preservação do património e a aliança endogâmica. O namoro ocorria em situações de celebração e convívio social: nas festas religiosas, onde havia bailes e

¹ Os depoimentos recolhidos no Lugar da Vila de Castro Laboreiro (sede da freguesia) são de habitantes que aqui se fixaram, mas que eram oriundos de outros locais deste território, conhecendo deste modo duas realidades etnográficas. Optou-se por omitir o nome dos testemunhos recolhidos, ao longo de todo o ensaio, por respeito ao seu pedido de anonimato. Os discursos são transcritos da oralidade. Quando a mesma informação, relativa a um determinado assunto, se repete por vários lugares, escolheu-se o depoimento que melhor traduz a essência do conhecimento transmitido.

² Referência geral em todos os lugares mencionados.

³ Referência geral em todos os lugares relativamente aos seus fornos.

⁴ Conclui-se que, além de se conviver, também se namorava dentro do forno comunitário.

romarias, nas casas da família ou em bailes particulares, organizados com o propósito do divertimento das camadas mais jovens, ocupando lugar nas cozinhas das casas no Inverno, onde estava quente, nas cortes onde se guardava o feno ou nas eiras. (Polanah, 1987). No século XX, é o som da concertina que predomina em relação à gaita-de-foles do século XIX.

Os bailes eram pretexto para o pedido de namoro que, sendo aceite, não envolvia um compromisso fixo, pois cada rapaz e rapariga podia namorar vários

Quando Polanah (1987) se refere ao namoro na casa de família isto significa, que havia duas possibilidades, uma era a de o rapaz visitar a rapariga (nunca o contrário) e conviverem no exterior da casa, vigiados pelos mais velhos a uma certa distância. Outra, é o ainda chamado “namorar à cutcha”, expressão que a população local emprega para os momentos em que um casal cujo compromisso assumisse outras dimensões, se pudesse refugiar num local relativamente discreto, em redor da habitação da jovem, e trocar afectos físicos. As



Fig. 9: Baile durante o evento “Recriação de Trajes e Ofícios”, na “Feira Típica Castreja”. 17.03.2013. Diana Carvalho.

pretendentes em simultâneo, ou seja, podia conversar prolongadamente com eles, passear em conjunto e trocar impressões. Os bailes sociais, no exterior, implicavam uma amplitude de participantes e observadores mais velhos, que procuravam nas intenções manifestadas entre os jovens a formação de novas alianças interfamiliares. Os bailes reservados ao interior das casas eram confinados a um determinado grupo de participantes, seleccionado, e com uma intenção mais próxima da selecção, onde estavam presentes os familiares de todos os elementos a avaliar o ponto de situação.

idades para namoro constam dos 13-14 anos até aos 16-17, depois o compromisso do namoro torna-se cada vez mais sério, até se culminar num matrimónio. (Polanah, 1987). “A herança, por exemplo, podia não ser tão atraente quanto a de um outro partido, mas se, de permeio, havia interesse em não deixar-se perder-se a oportunidade de reconcentrar um património que fora da família, as respectivas famílias trabalhavam nesse sentido. Também influía que o noivo tivesse muitos bens e não precisasse muito de contar com os da noiva, ou vice-versa.” (Polanah, 1987, p. 72).

“O importante a realçar aqui é o facto de cada grupo de brandas concertar os seus interesses dentro do espaço económico e social a que está adstrito, sem que o outro interfira neste arranjo, a não ser numa percentagem mínima de casos” (Geraldes, 1996, p. 27). O mesmo é reforçado por Alexandra Cerveira Lima (1996), a propósito da busca de equilíbrio entre a terra arável e inculta, sendo esta busca um dos principais motores para a valorização patrimonial no momento de escolher o noivo ou a noiva, convergindo em práticas endogâmicas.

2.3.1. Depoimentos

[10-7-2014, Vila, Coriscadas, Falagueiras, Queimadelo, Adofreire, Rodeiro, Seara, Portos, Campelo, Portela, Eiras, Teso, Portelinha, Várzea Travessa, Vido]

“Era mal visto namorar em público, era, no entanto, consentido namorar às escondidas, em casa da rapariga, geralmente, era o namorar à “cutcha” [às escondidas]. O pedido de namoro tinha de ser discreto e era muitas vezes feito durante os bailes, em voz baixa, quando se dava o pé de dança com o rapaz ou com a rapariga, podia ser ao apertar a mão da rapariga ou a pisar-lhe o pé”.⁵

[10-7-2014, Vila]

“A família só consentia o casamento de um determinado homem com uma certa mulher caso pertencessem à mesma margem do rio (geralmente), dizia-se que os casamentos tinham de ser feitos entre a mesma gente e aconselhavam-se os mais novos a não se darem com “a outra gente” ao ponto da amizade ou da intimidade, apenas deveriam manter as boas relações de convívio.”

[10-7-2014, Adofreire]

“Não existia qualquer tipo de educação sexual, mas quando as raparigas ficavam menstruadas, as mães ou irmãs mais velhas podiam dar uma pequena orientação relativamente aos cuidados a tomar. Praticar o sexo, entre um casal sem compromisso sério, era feito para desafiar os pais, de ambos os lados, de maneira a que a família se visse forçada a consentir um enlace oficial.”

3. Matrimónio

3.1. Contextualização

Segundo o *Dicionário de História Religiosa em Portugal*, volume 3, a referência a *Matrimónio* contextualiza-o como tendo origens no Direito Hebraico, no Direito Romano, nos direitos germânicos e no direito lombardo. O primeiro caracteriza a esposa como objecto de posse, pela qual se troca uma determinada soma, o segundo pelo consentimento perante o divino, vindo a ser oficializado com a cópula, o terceiro com o acto de consentimento a entrega da esposa ao marido, e por último, o quarto os nubentes elegiam uma pessoa que, perante a assembleia os consentisse. O Direito canónico é para onde convergem todos os outros mencionados. É o Direito canónico que tem vindo a dominar as leis matrimoniais europeias e portuguesas.

O matrimónio contraído segundo o direito canónico, “na síntese doutrinal, a que se chegou, prevaleceu o elemento consensual, que é de índole pactícia ou contratual (não é consentimento continuado) e é jurídica e teologicamente, não psicologicamente, irrevogável, isto é, a vontade contrária dos cônjuges não afecta o consentimento validamente expresso” (Rodrigues, 2000, p. 180). Existe ainda uma contextualização para o casamento civil, introduzido em Portugal após a revolução liberal, e sofre algumas alterações relativamente à sua obrigatoriedade ou carácter optativo a par com o casamento religioso da igreja católica, acabando por se tornar, optativo, até hoje (Rodrigues, 2000).

3.2. Matrimónio e endogamia em Castro Laboreiro

Em Castro Laboreiro, após a fase do namoro, e consentido o enlace entre dois jovens, o ritual do matrimónio era oficializado segundo o ritual católico (Polanah, 1979), sendo o passo seguinte a união de ambos na mesma habitação, no regime monogâmico. “O costume tem mantido sobre os ombros do noivo a obrigação de pagar todas as despesas do casamento desde a instalação da casa até ao vestido da noiva que ele deve oferecer como a mais distinta homenagem àquela que toma por companheira.

Os pais da noiva têm, por seu lado, o dever de suportar as despesas do banquete nupcial” (Polanah (b), 1979, p. 8). É a mulher a unidade móvel do matrimónio, a que abandona a casa paterna e se fixa na casa ou aldeia onde habitam os sogros. “O padrão organizativo da família prescreve para a residência do matrimónio a regra da neovirilocalidade que, em geral, é sempre condicionada à patrilocalidade do homem e, em consequência, tanto a mulher como a sua

⁵ Informação transversal a todos os membros entrevistados nos diferentes lugares.



Fig. 10: “Casamento do Sr. Armandino e D. Fernanda” - Lugar de Portelinha – 1969. Fotografia cedida por Judite Rodrigues, Portelinha. Recolhida por Diana Carvalho. 2014.

descendência tomam o apelido patronímico do marido” (Polanah, 1987, p. 70). É a partir de toda a carga moral e sentimental e patrimonial da mulher, que se reforçam alianças entre duas famílias. Segundo as declarações dos habitantes locais, dos lugares fixos e das inverteiras, depois do ritual religioso este momento é celebrado de forma íntima com os familiares, já na casa destinada ao casal, com grande festim, que incluía elementos gastronómicos considerados ricos e reservados para festejos, como o cabrito e o pão-de-ló, os quais eram cozinhados no forno comunitário do lugar de recepção do novo casal, até serem suplantados pelos fornos particulares em ferro. O regime matrimonial era endogâmico, ou seja, os pares escolhidos deveriam pertencer à paróquia e se possível confinar a escolha do parceiro entre dois lugares próximos. “Na generalidade muitas das famílias dos diferentes lugares de Castro Laboreiro resultaram de um acentuado casamento entre membros mais ou menos aparentados” (Polanah, 1987, p. 71).

Polanah (1987) e Geraldês (1996) referem que a endogamia é um facto irrefutável na freguesia de Castro Laboreiro, tanto pelas declarações prestadas

pelos seus habitantes como pelos nomes (apelidos) e alcunhas. Esta afirmação vem a ser reforçada pelo estudo científico de Alexandra Cerveira Lima (1996). Nesta obra, existe um capítulo intitulado “As alianças entre lugares. Definição dos grupos endogâmicos”,



Fig. 11: A D. Adélia com o seu sobrinho ao colo, à direita de Manuel Joaquim Esteves. Dia do baptizado - 1972 – Várzea Travessa. Fotografia cedida por Adélia Afonso, Lugar de Portelinha. Recolhida por Diana Carvalho, 2014

onde nos são apresentadas dados provenientes do século XVI até ao século XX, através do levantamento e recolha de informações das alianças matrimoniais e casamentos, constatando-se esta opção local pelo casamento entre membros da mesma comunidade. “Existindo uma correlação evidente, para o período recente, entre as alianças matrimoniais e as correspondências entre os povoados (isto é, os agregados que frequentam inverneiras e brandas vizinhas casam-se entre si), partimos do princípio, com base nos elementos já expostos, que poderíamos prolongar para o passado estas correspondências, visto que as relações de casamento que nos aparecem nos períodos mais recuados apresentam as mesmas linhas genéricas que as da actualidade, definindo os mesmos grupos endogâmicos” (Lima, 1996, p. 67).

Depois da vaga migratória dos anos 1960, da construção de estradas principais que ligaram Castro Laboreiro a Melgaço e a Espanha, do aparecimento da luz eléctrica e dos meios de comunicação, reenquadram-se a estratégia endogâmica para uma estratégia também exogâmica.

Depoimentos:

[10-7-2014, *Adofreire*]

“Um casal recém-casado tinha de fazer a sua descoberta no sexo, e nos métodos anticoncepcionais também! Podiam buscar aconselhamento junto de pessoas de sua confiança, seria assunto sensível à chacota.”

[20-8-2014, *Portelinha*]

“Ainda hoje (2014) existem casamentos arrançados e combinados, mas antigamente era norma e tinha que se aceitar porque era a vontade dos pais e porque se os casamentos fossem feitos entre pessoas próximas (da mesma família, da mesma aldeia) mais património se tinha. Só a partir dos anos 70, com a emigração, é que o casamento arranjado deixou de ter a mesma força.”

[10-9-2014, *Portelinha*]

“O tipo de comida utilizada em casamentos era à base de estufados, feitos nos potes, [panelas antigas], de carne e batata cozida. Os doces consistiam em rabanadas, arroz doce e/ou leite creme.” A norma era o “jantar [almoço] ser em casa do noivo ou da noiva, que mudava para outro lugar, e a ceia [jantar] ser na casa onde iriam residir. Mas esta tradição perdeu-se porque se começou a optar por ir aos restaurantes e às pastelarias.”

[30-7-2014, *Portelinha, Seara, Vila*]⁶

“Para não as engravidar era preciso “marchar à ré” ou “fazer o cuidado” [que significava ejacular fora do canal vaginal].

4. Funeral e luto

O Luto, além daquele que correspondia ao falecimento de um parente, era vivenciado de forma sistemática em Castro Laboreiro, sobretudo pela mulher, pois esta é muitas vezes chamada a cultura das “víduas dos vivos” (Polanah, 1979). A mulher casada cujo marido emigrasse, trajaria luto enquanto este não regressasse, o que poderia levar vários anos. Ou mais recentemente, enquanto não recebesse a carta de que o marido chegara bem ao seu destino. Isto fazia da mulher de Castro Laboreiro uma “monja de ordem humilde e austera” (Lamas, 1948, p. 14). A cor só era utilizada em excepções de celebração, pelos jovens solteiros, ou na altura do retorno dos maridos emigrantes. Contudo, o burel negro era dominante, e era utilizado para a lavoura diária mesmo pelos mais jovens: “Ainda hoje, durante as estações frias, a mulher de Castro Laboreiro veste como se vestiam as suas irmãs de há cinquenta anos atrás. Continua a pôr a capa negra sobre a cabeça resguardada com um lenço, a usar os calções sobre as meias altas de lã, a trazer a saia preta pregueada e sobre esta o mandil” (Geraldès, 1982, p. 38). Os momentos reservados ao mortório eram vividos de forma intensa, acompanhados de choros e gritos pelos membros da família, parentes e vizinhos e era seguido todo o protocolo religioso. Todos velariam pelo corpo na própria casa do defunto e o acompanhariam até que este fosse sepultado. (VIEIRA, 1993). “Na década dos anos sessenta participava num funeral em Castro Laboreiro, mais propriamente em Formarigo. (...) Ao sair o caixão da casa do falecido, mesmo em frente à porta principal, homens castrejos, possuidores de valentia, trabalhadores, leais, solidários, e com os corações cheios de emoções dolorosas, abraçam-se ao caixão, e em jeito de adeus desabafam com voz tremida: “Adeus, Manuel, eras um bom vizinho!” (Lima, 2000, p. 2). Era tarefa masculina abrir na terra o local da sepultura, e era tarefa dividida entre os vários homens do local de proveniência do defunto ou defunta. Na actualidade, apesar da existência de uma casa mortuária, ainda há quem opte por velar o corpo em casa.

⁶ Constatação generalizada por todos os que quiseram conversar sobre a sua intimidade.



Fig. 12: Funeral em direcção à Vila de Castro Laboreiro – 1957.
Fotografia cedida por Judite Rodrigues, Lugar de Portelinha.
Recolhida por Diana Carvalho, 2014.

Depoimentos:

[15-7-2014, Vila]

Quando os homens partiam, colocava-se o lenço preto à cabeça das meninas e às raparigas jovens e proibia-se qualquer actividade lúdica até os maridos ou homens daquele seio familiar darem notícia de estarem bem. Chavam-se a estas mulheres e raparigas as Viúvas dos Vivos.

[20-8-2014, Portelinha]

“O que estabelecia laços entre os diferentes lugares eram eventos importantes como os funerais, os casamentos, as festas dos santos. Mesmo assim, nem sempre certos lugares se deslocavam até aos outros nestas altura, porque não havia meios, não havia estradas ou familiares” que justificassem a deslocação. Por exemplo a Portelinha mantinha relações com Vido, Várzea Travessa e Coriscadas.

[10-1-2015, Vila]

“Havia muitas mulheres que se penteavam em casa,

com risca ao meio e uma rosca atrás, mas despenteava a parte da frente, com os cabelos soltos pela testa, depois colocavam o lenço preto por cima, para que não pensassem que se tinha penteado, estando de luto. Se o fizesse seria sinal de falta de respeito pelo marido falecido.”

[11-2-2015, Vila]

“Quem se punha de luto tirava o ouro todo, os brincos, o relógio, tudo o que tivesse, e usava a roupa toda preta e o lenço à cabeça, em redor do pescoço. Antigamente, ficava-se de luto durante 4 anos, após o falecimento, mas hoje em dia há quem se guarde por 3 meses e no máximo dos máximos dois anos...”

[11-2-2015, Vido]

“Durante o tempo que a família estivesse de luto, não podia ir às festas, aos bailes, não podia fazer convívios, e recordo-me que mesmo quando veio a televisão, havia quem nem a ligasse durante o luto, e ainda hoje, os mais velhos fazem isso.

Lembro-me que na Páscoa, tinham-se os ovos das galinhas, limpinhos, em cima da mesa da Páscoa, e se a pessoa estivesse de luto colocava-se um pano preto por cima deles.”

[11-2-2015, Vila]

“Nas décadas de 60 e 70 lembro-me de o velório ser sempre em casa do falecido. Era na sala que se colocava a urna, e decorava-se a cabeceira da urna, fazendo-se um altar. Punha-se um fio em redor da sala, na parte superior das paredes, com pregos, onde se penduravam os laços pretos (se o falecido fosse casado), ou laços brancos (se fosse solteiro), compridos, a escorrer pela parede, e as coroas de flores artificiais, que eram alugadas. A maioria alugava, mas havia quem as tivesse. Neste fio, pendurava-se uma colcha de seda, por trás da urna. Para completar o altar, à frente dessa colcha, punha-se uma mesa encostada à parede, depois por cima, duas caixas e por cima destas outra mais pequena, depois cobria-se com uma toalha grande, branca, mas bordada em cor para dar um efeito de escada, e por cima, da última caixa, colocava-se um vaso de flores artificiais. Ficava-se ali toda a noite a velar o corpo, e os vizinhos tratavam de fazer o café ou chá, e até doces e chocolate, e distribuíam por quem estava no velório, em bandejas. Os velórios duravam quase sempre duas noites, sobretudo se a pessoa morresse da parte da tarde ou depois do meio dia. Mas se a pessoa falecesse da parte da manhã o enterro era no dia seguinte e o velório só durava uma noite. Era difícil passar duas noites sem dormir...”

[11-2-2015, Varziela]

“Quando a pessoa falecida está no caixão, tem um suporte aos pés da urna, um caldeiro, que é redondo, com um pé e uma asa, onde está a água benzida, e dentro está um objecto comprido com uma bolinha redonda na ponta, que é para cada pessoa que estiver no velório, botar a água por cima da urna. Sacode três vezes ou em cruz. Enquanto se faz isto, reza-se um Pai Nosso. Qualquer pessoa da comunidade pode fazê-lo, amigo, parente, vizinho.”

5. A doença

Para este tema não foi possível recolher um conjunto suficiente de informações bibliográficas para enquadrar uma contextualização geral com os aspectos culturais específicos do território em estudo. Por este motivo, servem os depoimentos recolhidos para

demonstrar a importância cultural deste tema para a população.

Depoimentos:

[11-2-2015, Vila]

“Quem podia chamava o médico outros faziam remédios caseiros, mas era normal os vizinhos ou parentes levarem ao doente ovos, açúcar, ou o que achassem que lhe pudesse fazer bem. Havia muita gente nas casas, toda a gente vigiava os doentes.”

[15-7-2014, Vila]

“As vacinas eram dadas em Melgaço, mas depois optaram por vir os médicos a Castro Laboreiro, porque a distância era longa e nem sempre havia possibilidades de levar crianças tão pequenas por caminhos tão antigos até Melgaço.”

[15-7-2014 -Vido, Várzea Travessa, Portelinha]

“Dizia-se que o mês de Agosto era o mês mais perigoso para as crianças. Antigamente as crianças morriam e não se sabia de quê ... “

Os “*males*” mais comuns e as respectivas curas eram:

Sarampo (nas crianças) – Embrulhava-se a criança numa manta vermelha garrida, e a criança não saía de casa. Também se podia colocar uma manta vermelha à janela.

Dôr de Cabeça – Partia-se um dente de alho e esmagava-se, depois untava-se a testa ou as têmporas com este preparado. Era comum esfregar aguardente na testa.

Dôr de Barriga – Canja de galinha, “água de galinha”.

Dôres menstruais – Não havia nada específico. Esporadicamente tomava-se um chá de cidreira.

Infecção urinária – Ferviam-se pernas de grilo e rabo de cereja, e depois bebia-se. Mas era raro haver infecções destas, “porque a gente andava sempre com a água”.

Dôres de Estômago – Tomava-se o “Elixir Estomacal de Sais de Carlos” ou chá de cidreira.

6. Emigração – contextualização

A citação que se segue é que melhor enquadra a realidade portuguesa nas diversas vertentes e fases das suas vagas migratórias. A sua natureza recente proporciona uma vista panorâmica dos movimentos

migratórios, durante o século XX, e destes, na transição para o século XXI:

“Desde que há registos mais ou menos fidedignos de emigração – 1895 – se verifica que esta tem sido não só importante como tem apresentado grandes oscilações. No início do século é fixado em 45 000 o número máximo de saídas anuais; até ao início da I Guerra Mundial, o número de emigrantes aumenta, não só devido a condições económicas como à conjuntura política, e de 1911 a 1913 são registados 195 000 emigrantes “legais”; na década seguinte o máximo é atingido em 1920, com 47 000, para uma média anual à roda dos 31 000. A grande crise económica que se seguiu ao fim do primeiro conflito mundial não foi propícia ao desenvolvimento da emigração, que viu fecharem-se as portas dos países que tradicionalmente acolhiam – Estados Unidos e Brasil; aqui os portugueses, constituindo das primeiras comunidades de estrangeiros, 30% das entradas no período de 1884 a 1955, dedicavam-se a vários mesteres, entre os quais a agricultura, pesca, comércio e, até, administração pública. Naturalmente, o segundo conflito mundial, que se seguiu à grande depressão económica “fechou” temporariamente as portas a esta manifestação secular da população portuguesa. Com o fim deste conflito e a reconstrução da Europa, a população portuguesa foi alvo de uma grande “sangria” entre o final dos anos 50 e meados dos 70, com mais forte incidência na década de 60, o que não foi alheio à situação vivida no País. O desenvolvimento sem precedentes da Europa moderna necessitava abundantemente de mão-de-obra – especialmente não qualificada –, antes de mais para os trabalhos de construção civil, mas também para as linhas de produção em diversas fábricas. E, se a emigração foi uma nota persistente nas características da população portuguesa (de 1890 a 1940 saíram de Portugal 1 200 000 emigrantes), nunca atingiu valores como neste período: só em 1966 saíram 120 000 habitantes (o valor máximo atingido até então fora de 77 000, em 1912)”

Brito, 1997, p. 39.

6.1. Emigração – De Castro Laboreiro para Portugal e Espanha

No século XIX as deslocações dos habitantes de Castro Laboreiro eram feitas para o reino vizinho, Espanha, mantendo-se próximos do Douro ou Tejo, ou para as fronteiras mais a leste, nomeadamente, o vale do Tâmega, bacias do rio Sabor e Côa (Lima, 1996; Geraldès, 1996). Estes dados foram recolhidos através de obituários. O falecimento de um natural da freguesia

era comunicado ao pároco, e era anotado o local do falecimento. Também para estes dados, o capítulo 5.3 da obra “Castro Laboreiro, povoamento e organização de um território serrano” de Alexandra Cerveira Lima (1996), nos fornece mapas dos locais de óbito para o fim do século XVIII e princípio do século XIX. Durante o século XIX conhecem-se vagas migratórias para Trás-os-Montes, onde se procurava trabalho como pedreiro (Lima, 1996; Geraldès, 1996).

Depoimentos:

[9-9-2014, Vila]

Dialecto do Pedreiro – “O Verbo”

O dialecto do pedreiro é muitas vezes remetido para memórias relacionadas com as vagas migratórias dentro do país, no princípio do século XX, no entanto, isto não é claro. Ainda há quem se recorde de algumas palavras desse vocabulário desenvolvido para manter a comunicação segura entre castrejos, mantendo a distância dos patrões. Foi fornecida a seguinte lista pelos habitantes:

6.2. Emigração de Castro Laboreiro para “esse mundo fora”

Polanah (1987), também caracteriza as vagas migratórias do princípio do século XX como tendo por destino o Brasil e tendo em conta a conjuntura histórica da Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Com o avanço do século e sobretudo a partir dos anos 60, os destinos conhecidos são a França, o Canadá, os Estados-Unidos, durante a ditadura salazarista e a Segunda Guerra mundial (1939-1945). Pela altura do 25 de Abril de 1974, os destinos voltam a ser europeus, ou aqueles onde já residam familiares que emigraram anteriormente.

Para fechar este enquadramento histórico, Alice Geraldès refere os efeitos nefastos que estas dinâmicas viriam a produzir na estrutura tradicional descrita até agora: “Com efeito, ao provocar a desarticulação dos sistemas económicos, social e cultural, o fenómeno migratório foi aos poucos mudando o quadro de referências valorativas, com base no qual se havia organizado a vida das pequenas comunidades e pautado a conduta de todos os seus membros. Ele tornou-se, portanto, responsável para além das transformações operadas nos aspectos materiais da vida, também pelas mudanças que atingiram os esquemas de vida mental destas populações” (Geraldès, 1978, p. 2).

Fig. 13: O Verbo

<i>Alcieira</i>	Porta	<i>Guichoilo</i>	Homem pequeno
<i>Ancia</i>	Água	<i>Guitchos</i>	Coelhos
<i>Ancia de Granjo</i>	Muita chuva	<i>Leda</i>	Ela
<i>Angueiros</i>	Anos	<i>Ledo</i>	Ele
<i>Ardeosa</i>	Aguardente	<i>Lhega</i>	Mocinha
<i>Arria</i>	Pedra	<i>Lhego</i>	Ele
<i>Arria Granjoila</i>	Pedreira Grande	<i>Hastir</i>	Ir embora
<i>Atiscar</i>	Olhar	<i>Lourenço</i>	Calor
<i>Balonas</i>	Calças	<i>Luzeiros</i>	Olhos
<i>Balujo</i>	Trabalho	<i>Luzio</i>	Dia
<i>Birid</i>	Vinho	<i>Macaio</i>	Tabaco
<i>Calhau</i>	Patrão	<i>Mo Ene</i>	Eu
<i>Calhoa</i>	Patroa	<i>Neu</i>	Não
<i>Casqueiro</i>	Pão	<i>No Enes</i>	Nós
<i>Chinfro</i>	Filho	<i>Papelosa</i>	Carta
<i>Chisga</i>	Carne	<i>Paterna</i>	Mãe
<i>Chispa</i>	Isqueiro	<i>Paterno</i>	Pai
<i>Corunhes</i>	Queres	<i>Picosa</i>	Cebola
<i>Done</i>	Dar	<i>Que soina</i>	Que dê
<i>Esgaravellar</i>	Escrever	<i>Salopo</i>	Frio
<i>Esquilonas</i>	Horas / Relógio	<i>Sapianso</i>	Sal
<i>Farpela</i>	Casaco	<i>Sibam</i>	Sim
<i>Farrijola</i>	Ferramenta	<i>Suquir</i>	Comer
<i>Foulo</i>	Velho	<i>To Enes</i>	Vocês
<i>Fusca</i>	Noite	<i>Terrenhas / Terrenas</i>	Batatas
<i>Gabim</i>	Dinheiro	<i>To Ones Aticas Esquilones</i>	“Só olhas para as horas!”
<i>Gida</i>	Bonita	<i>Torta</i>	Cajato / Chouriça
<i>Gomaro</i>	Ovo	<i>Vite</i>	Diz-lhe
<i>Granjoilo</i>	Homem grande	<i>Ventiosa</i>	Janela
<i>Gródio</i>	Caldo	<i>Vite que nente</i>	“diz-lhe que não”
<i>Grumanejo</i>	Irmão	<i>Xusma / Ximas</i>	Beber
<i>Guiche</i>	Pouca		

Mas a necessidade superava qualquer vontade de ficar. O romance “Mães do Minho”, de Diamantino Val Costa (2000), faz uma caracterização desse impasse entre permanecer no local de origem tendo conhecimento de outras oportunidades no estrangeiro

que trariam ao núcleo familiar outra bonança, ou arriscar para um país de acolhimento, sabendo que o processo de alcance dessas oportunidades tinham um certo carácter ilegal e eram muitas vezes pagas por alguns com a própria vida. O emigrante era sempre

masculino, no entanto, a partir de meados do século XX, existe a possibilidade de o emigrante se fazer acompanhar da sua esposa, no entanto, isto representa uma minoria, que só viria a ser reforçada nos fluxos migratórios depois da década de 70, onde a mulher encontra outra liberdade para abandonar o seu país, conforme se referiu. Antes de haver esta hipótese, segundo as declarações locais, era comum casar dois jovens num dia, e nos seguintes o marido emigrar durante 4 anos, deixando a esposa grávida, ou de luto, até ao seu regresso.

No século XX, as camadas jovens entre os 20 e os 60 anos (Polanah, 1987), sofreram uma perda significativa em Castro Laboreiro, causando um impacto fracturante na comunidade e no seu património agrícola.



Fig. 14: Sr. Belarmino com Animal Exótico – Costa do Marfim. 1978. Fotografia cedida pelo Sr. Belarmino. Lamas de Mouro. Recolhida por Daniel Maciel e Diana Carvalho, 2014.

Fig. 15: Passaporte. Cedido por Duartina Fernandes. Lugar do Teso. Diana Carvalho, 2014.





Nenhum castrejo que tenha emigrado se orgulha totalmente de o ter feito, precisamente pelos trâmites de todo o processo, no entanto, era compensado pelos bons salários, pelas condições de segurança social que lhe são concedidas no país de destino (Polanah, 1987). É-lhes permitido visitar o seu país, mas o valor das passagens é elevado, e fazem-no de dois em dois ou de quatro em quatro anos. O objectivo concreto dos emigrantes é a acumulação de riqueza e o seu escoamento em vales para as esposas ou famílias que ficaram no país de origem, para que estas possam governar melhor a vida, já que parte da força agrícola desapareceu. Recentemente, Albertino Gonçalves faz a seguinte descrição, resumindo e reiterando os dados

Fig. 16: Sr. Aurélio e um conterrâneo. Trabalho de construção em França. Sem data. Fotografia cedida pelo Sr. Hilário, Portelinha. Recolhida por Daniel Maciel e Diana Carvalho, 2014.

Fig. 17: Fotografia tirada durante a construção da barragem em Buyo - 1978/79. Fotografia cedida pelo Sr. Belarmino - Lamas de Mouro. Recolhida por Daniel Maciel e Diana Carvalho, 2014.



recolhidos pelos autores supra citados: “O que motivou tamanha deslocação? Antes de mais a miséria sem esperança, acoplada à convicção de que a vida podia ser melhor, mas não na terra natal. O desafoço do volfrâmio e o contrabando funcionaram como centelhas. Os professores queixam-se, nos anos quarenta, às autoridades que as crianças faltavam à escola para trabalhar na “frota”. Quando eclodiu a Guerra do Ultramar, já o surto emigratório ia embalado. Apressou, não obstante, decisões. Os testemunhos de emigrantes, ilustrados com sinais de riqueza, também contribuíram, mas, tal como a Guerra do Ultramar, mais como fermento do que como causa. A emigração para o continente europeu conheceu fases distintas. Até meados da década de sessenta, era principalmente masculina. Caracterizava-se pelo agrupamento de conterrâneos. A vida repartia-se entre o trabalho e o alojamento, situado este, amiúde, em bairros de lata, como o de Champigny, ou nos estaleiros das empresas. Os contactos com Portugal eram escassos e os domingos intermináveis. As férias em Portugal, mais longas e menos regulares, dispersavam-se pelos meses do ano. A partir de meados da década de sessenta, assiste-se a um aumento da emigração feminina, enquadrada no reagrupamento familiar.” (Gonçalves, 2014, p. 6-7)”

No final desta jornada, os emigrantes que tenham ido em casal, regressam, passado décadas, quando a sua força de trabalho diminui. Mas regressam sozinhos, pois a descendência, tendo hipótese, opta pela realidade estrangeira, a que conheceu desde sempre. O emigrante de sexo masculino, cuja esposa permaneceu no país de origem criando os filhos, regressa décadas depois, quando os filhos também já tentaram a emigração ou constituíram as suas vidas noutros locais, normalmente, nos centros urbanos mais próximos.

Depoimentos⁷:

[14-7-2014, Seara]

“Os homens iam e as mulheres ficavam. Não sabíamos o que era a fome aqui em Castro, porque os homens mandavam “vales cor-de-rosa”, com dinheiro, e quem

ficava tinha ainda a agricultura e os animais. As mulheres que ficavam faziam trabalhos masculinos. O centeio era a base de tudo na nossa alimentação, para pessoas e animais. Isto nos anos 70. Depois a emigração também mudou.”

[15-7-2014, Teso]

“Era preciso ir a salto para a França”, ou seja, a pé, “não todo o caminho, mas grande parte. A ida podia durar um mês. O Sr. J. foi a salto para a França em Fevereiro de 1962. Tinha 16 anos e andou um mês a pé, atravessou os Pirinéus. Saíram 5 homens com ele a partir de Mareco em direcção a Porto de Cavaleiros (Portelinha), com a “passadora”, que quando chegaram ao destino lhes disse “200mts, sempre à minha frente”, de forma a que não olhassem para trás, até que se viram sós, no destino seguinte. Ao longo da travessia iam-se juntando mais homens e chegaram a ser 73 dentro de um camião com destino a Versalhes. Lá dentro faziam as suas necessidades básicas. Quando chegaram, dois homens lisboetas choravam, sentindo-se perdidos. A esposa diz: “Eu sei bem, isso passou por mim.” Quando o Sr. J. arranhou emprego em construção civil, era costume dormir nas garagens, improvisando divisões. Havia ratazanas, “mas eu era malandro, e um dia peguei num copo com gasolina e bumba! Explodiram!”

[15-7-2014, Portelinha]

Por vezes, os emigrantes tiravam fotografias depois de chegar à França, alguns em Paris, com “aquelas máquinas de tapar com o pano”, para depois enviar às famílias, “porque aqui não havia máquinas”. Emigrou em 1966, durante 26 anos. O Sr. M., antes de emigrar, pagara 22 escudos de multa por ter saído do país sem autorização, mesmo estando de serviço militar, que durou 52 meses! Começou pela Porteira de Chaves e depois Ourense, para apanhar o comboio. Nesse dia prenderam-se um imigrante e o passador. Voltou para trás. Lembra-se que um salvo conduto custava 20 escudos, e que lhe fora passado no Jardim de Valença, mas a Pide andava perto. Ficou em Vigo uma semana. “Não vínhamos nem à janela, era como uma prisão!” De Vigo aos Pirinéus sem parar... “havia um balde para quem quisesse fazer as necessidades”. Comeram pão com chocolate, fornecido por alguém e passaram a noite num curral de ovelhas. Eram 13 pessoas nesta altura da “passagem”. Seguiram-se mais 200km até Bordéus e depois Paris (à conta de um amigo ali encontrado que emprestara dinheiro). Os homens voltavam quando

⁷ Este levantamento fez-se em acompanhamento ao Sr. Daniel Maciel, destacado em 2014 pela *Ao Norte*, para recolher fotografias, documentos, cartas, e outros elementos sobre o tema da emigração, no Concelho de Melgaço. Este trabalho resultou no projecto *Filmes do Homem*. Para as declarações dos habitantes constantes neste ensaio, acerca deste tema, assumiu-se um modelo intermitente entre o discurso directo e a narrativa.

podiam, não era de ano a ano, enviavam o seu dinheiro para as famílias. Na França deram-lhe os documentos legais para poderem regressar a Portugal, mas apenas com licença de férias. Os dias não eram pagos, mas as férias podiam durar cerca de três meses.

[15-7-2014, *Portelinha*]

Esta habitante foi a primeira vez com passaporte de turista, com três meses de duração. Deixou cá cinco contos que depois lhe eram devolvidos quando regressasse e um fiador. Se tivesse ficado lá, desrespeitando o prazo do visto, “ficavam-se os cinco contos e o fiador ia preso”.

[15-7-2014, *Portelinha*]

Um passaporte para Angola (anos 50) custava 40 contos. Um passaporte para França era sempre só de ida... A França era o principal destino porque “fora derrotada pela guerra”, “porque acolhia de todo o tipo de gente”, “porque recompensava aqueles que tivessem um acidente dando uma reforma”, “porque havia muito trabalho a fazer depois da guerra”. “Havia muitos que já estavam na França, regressaram para fugir da guerra e voltaram novamente para reconstruir”. A grande maioria dos portugueses que lá passaram a guerra, como combatentes, morreram. Existe inclusivamente um monumento de homenagem. Na altura da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), Portugal tinha os alimentos racionados por senhas, mas mesmo assim as pessoas das aldeias de Castro Laboreiro não tinham possibilidades de comprar o que lhes correspondia em senhas, “não havia dinheiro”. Chegaram a haver 800.000 portugueses em França. As autoridades não vinham molestar as mulheres dos imigrantes clandestinos, nem faziam queixa (em geral). É pertinente mencionar este ponto, porque era de estranhar que da noite para o dia desaparecessem homens. “Mas os guardas sabiam bem...”. Mas era comum as mulheres irem a Espana buscar produtos (azeite, chocolate) porque eram mais baratos, e aquilo era considerado contrabando. As autoridades para se vingarem ou por controlo tiravam esses alimentos às pessoas, fosse um garrafão de vinho ou de azeite. “Quando era criança, carregava um garrafão de vinho comigo, e o guarda pontapeou o garrafão para entornar o vinho”, de forma a que a criança não o pudesse utilizar para fins comerciais. Diz ela que aquele garrafão de cinco litros era para a família... “Era um desgosto... demoravamos muito tempo a juntar esse dinheiro para comprar...”. As mulheres faziam também

algum dinheiro com a venda de animais e alguns hortícolas quando iam à Feira em Melgaço. Iam de carroça, puxada por “burras”.

[20-8-2014, *Portelinha*]

“As pessoas que mais emigravam eram aquelas que por algum motivo se tinha estabelecido aqui, sem terem laços familiares, vinham porque descendiam de alguém que tinha trabalhado cá como pedreiro ou assim, ou eles mesmos vinham em trabalho e depois ficavam. Porque essas pessoas raramente tinham terras ou casas próprias, partilhavam esses bens com quem tivesse, mas quem tivesse os bens “saía sempre a ganhar. Por esse motivo, preferiam ir procurar vida nova, para terem dinheiro. Essas foram as primeiras pessoas a emigrar, mas também a levar a esposa e os filhos (se os houvesse), porque se esses ficassem cá, eram como serventes dos outros”.

[15-7-2014, *Vila*]

Tem fotografias em sua posse, do tempo da emigração. Uma principalmente que foi tirada no trabalho, em 1958, na França. Encontra-se no Museu de Memória e Fronteira. Imigrou no dia 12 de Agosto de 1957. Lembra-se bem porque o seu aniversário era dia 14. Voltou a 4 de Setembro de 1972. Quando se casou, ainda esteve 7 anos na França, embora fizesse visitas regulares a Portugal. Quando regressou, “vim tentar a vida em Portugal”, também no ramo da construção civil. “A imigração de ontem não era igual à de hoje: o homem trabalhava para o bem estar da família; uma casa tinha 5 ou 6 pessoas; emigrava sempre o homem mais novo, e ficava pelo menos 4 anos sem voltar; não se via a família, nem se formava família lá; hoje emigra o casal, vêm mais vezes a casa, forma-se família lá, não se vai ilegal...”

A transformação dos telhados de colmo para telha foi por volta dos anos 50. Foram os primeiros emigrantes a começar a pôr telha. A imigração modificou completamente a vida das pessoas, os mais velhos ficaram e cultivavam pequenas parcelas de terreno. As casas não tinham quartos, se calha havia só uma divisória a meio, e hoje em dia alargou-se. Diminui-se a quantidade de gado, serve mais para comércio e menos para consumo. Escasseou a mão de obra. A imigração é uma coisa muito antiga, o meu avô foi para a Argentina e sei de quem fosse para Trás-os-Montes trabalhar para casas, como criados.”

7. A Fronteira – Contrabando e refúgio – contextualização

Em primeira instância é necessário compreender a fronteira como conceito e como local. “Etimologicamente fronteira deriva da palavra-mãe *fronte*, num sentido de uma oposição entre dois lados distintos” (Coelho, 1990, p. 59).

É a linha de afrontamento entre duas partes distintas, que pode ser de carácter natural ou político. A fronteira é caracterizada por uma forte mobilidade de recursos, sejam eles humanos, animais ou hídricos, alvos de disputa e de tentativas de consolidação. Depois de definidas tornam-se locais de tributação, taxaço e burocracia. Por oposição, tornam-se também locais de combate aos trâmites oficiais da sua gestão, arenas de clandestinidade e ilegalidade. “Afastadas dos grandes centros urbanos as populações raianas, de ambos os países ibéricos, encontraram no contrabando uma forma de vida, que lhe garantia o sustento, que dificilmente poderiam obter na agricultura tradicional ou noutro tipo de actividade local” (Rocha, 2000, p. 21).

7.1. A Fronteira – Contrabando e refúgio em Castro Laboreiro

Pretende-se conhecer a fronteira entre Castro Laboreiro e a Galiza, e que aspectos culturais da subsistência familiar com ela se relacionam. Durante o século XX, Portugal e Espanha, enquadram-se na Primeira Guerra Mundial (1914-18), no regime salazarista e no regime franquista, na Guerra Civil espanhola (1936-39), na Segunda Guerra Mundial (1939-45), na Guerra Colonial (1961-74), na revolução do 25 de Abril de 1974, e noutros contextos políticos e burocráticos (Castro, 2003). Nestes momentos havia períodos de grande carência e o contrabando era um recurso sistemático de ambos os lados, e de todos os núcleos familiares, em paralelo com a emigração e a busca de asilo. Acerca da mercadoria, “em maior ou menor escala, fez-se contrabando de tudo: galinhas, ovos, café, sabão, peças de pano, alfinetes, agulhas, pedras de isqueiro, estanho, volfrâmio, gado, porcos, bacalhau, bananas, azeite, meadas de arame, arados, sulfato, máquinas de sulfatar, etc.” (Ribeira, 2006, p. 130). Também o Volfrâmio, que começa por ser insignificante mas a sua exploração “alterou-se radicalmente durante a II Guerra Mundial, dado o seu valor para certos materiais de interesse militar; chegou a atingir três quintos do valor total das explorações mineiras e a representar um quinto do valor das exportações. A sua exploração alastrou por todo o

Norte do país” (Brito, 1997, p. 49). Castro Laboreiro era território para se fazer contrabando apeado ou de mula.

“Na zona de Castro Laboreiro as mulas é que transportavam as cargas do contrabando através de montes e serras” (Ribeira, 2006, p. 131). O contrabando era praticado por homens, mulheres e seus filhos, embora em Castro Laboreiro fossem as mulheres o motor principal desta actividade. Uma vez que só emigravam os homens, ficavam elas e as mulheres que vinham para trabalhar para a serra da Penea e Gerês como criadas, entregues ao governo do seu núcleo familiar. “Num sobe e desce constante, sem interrupções, numa caminhada de seis horas (ida e volta), em passo ritmado. Com o coração apertado, confessam-nos, e ouvidos despertos, iam e vinham, de cá para lá, não fossem os agentes da fronteira tolher-lhes a jornada e o produto de muito sacrifício. Não iam de mãos a abanar. Levavam pequenas quantidades, por causa do peso, de ovos, sabão, café, de que os espanhóis careciam. Para cá traziam bananas, azeite, bacalhau e outros artigos de primeira necessidade e, também, alguns artigos que vendiam, mais tarde, na feira de Ponte da Barca, nomeadamente talheres. Atenção: não estamos a falar de homens endurecidos pelo trabalho no campo, mas sim de mulheres, e dos seus filhos que, na década de 80, não tinham mais de 13 anos. Sujeitavam-se, por igual, ao acidentado do terreno, tropeçando aqui e ali, com carga às costas ou à cabeça” (Rocha, 2000, p. 266). Era, portanto, recorrente, que os mais pequenos acompanhassem seus pais ou parentes no contrabando, transportando nas fraldas ou nas vestes os artigos para troca (Rocha, 2000). Havia quem chamasse ao contrabando a *rambóia*, e se houvesse maior incidência na passagem de ovos, chamavam-lhe a “*rambóia dos ovos*”, ou o “*tempo dos ovos*”. A mesma regra aplicava-se aos outros elementos de contrabando consoante o fluxo. O contrabando, tal como aqui é descrito, é uma actividade com tendência para terminar com a liberalização e abertura das fronteiras nos anos de 1990.

Hoje, a rede de elementos e histórias do contrabando, encontram-se musealizados no Espaço de Memória e Fronteira, no Concelho de Melgaço.

Depoimentos – sobre o contrabando:

[11-9-2014, Vila]

“Ao passar a Ameijoeira, a 1ª estrada que se encontra depois de passar uma corga, chamava-se Pereira. Era aí que também se fazia o contrabando! Havia uma

Fig. 18: "Encenação de operações de vigilância e de detenção de um contrabandista realizadas pela Companhia de Serpa do Batalhão n.º2 (Évora) da Guarda Fiscal." Fotografia retirada da Obra "O contrabando na fronteira luso-espanhola: Práticas, Memórias e Patrimónios".

Fig. 19: "Encenação de uma apreensão de mercadoria (artigos de perfumaria) com assistência de espectadores, na fronteira norte (Batalhão n.º1, Porto, da Guarda Fiscal)." Fotografia retirada da Obra "O contrabando na fronteira luso-espanhola: Práticas, Memórias e Patrimónios".

senhora em Varziela, chamada de “Tia Maria da Floresta”, casada com um Guarda da Floresta, que ia à Ameijoeira de “burra” buscar os artigos que contrabandeava – pão, chocolate, azeite, bacalhau – para depois vender porta a porta em Castro Laboreiro, isto pelos anos 70.”

[12-9-2014, Vila]

“Vinha a pé de Gojinde” (Entrimo), (local de abastecimento de produtos), “pelos montes da Ameijoeira, passando pela Sr. do Numão até ao minério da Seara, onde ainda havia neve!” Vinha acompanhada com outra senhora. Traziam dois garrafões de 10lts cada uma. Faziam este corta-mato para fugir aos carabineiros que lhes “tiravam as coisas” e queriam fazer outras. “Quando chegámos já eram dez da noite, e as pessoas já se tinha posto à nossa procura...”

[12-9-2014, Vila]

No dia da Festa de S. Brás “cismou” de não ir à Festa e resolveu ir antes a Gojinde, fazer contrabando. “Fui com a tia Morgada, falecida, e o tio Zé Fernandes,

falecido”. Traziam uma caixa inteira de azeite, chocolate e um bacalhau pequeno e sachos para trabalhar. Traziam também uma “peça” de pão para comer quando chegassem à Ameijoeira. À saída de Gojinde, próximo de umas macieiras, numa curva, “apareceu o carro dos carabineiros! “Tiraram-nos tudo. Era uma miséria. Nem a peça de pão nos deixaram ficar e vínhamos cheios de fome. A Tia Morgada começou a chorar e a dizer que tinha o marido doente e um dos carabineiros disse-lhe:

- Mira! Vai buscar outro litrinho!”, em tom de ironia e sarcasmo.

[12-9-2014, Rodeiro]

O gado também era controlado, os pastores eram obrigados a levar uma guia para o monte com eles, e “se nascesse um bezerro havia que ir ao posto da guarda dar *subida*, e se morresse dar a *descida*, porque eles controlavam tudo, por causa do contrabando.”

Depoimentos – Sobre a Guerra Civil Espanhola (1936-1939):



Fig. 20: Fotografia de Herculano de Sousa. Retirada do Blogue “Entre o Minho e a Serra”.

[19-8-2014, Rodeiro]

Houve um “casal” (não de matrimónio) que se refugiou no Rodeiro, numa casa que hoje se encontra em ruínas, ao lado de uma outra com uma “alminha” numa das paredes exteriores, no caminho que vai para o forno comunitário, em direcção às cascatas. Este senhor conta que a Guarda sabia da localização deste casal e um dia, a cavalo, dois guardas pararam em frente a esta casa e perguntaram pelo paradeiro destes refugiados. Como a resposta dos habitantes foi muda ou incerta, os dois guardas ataram as mãos de uma senhora de idade com uma corda e lentamente puxaram-na para que viesse a pé atrás dos cavalos, e os “refugiados” vendo isto expuseram-se. A verdade é que um dos guardas enamorou-se pela rapariga refugiada e casou com ela. Ainda hoje estão casados e por vezes visitam o Rodeiro.

[10-9-2014, Portelinha]

A D. Maria José Fernandes, falecida, habitante de Portelinha, guardou um segredo no tempo da Guerra Civil Espanhola. Houve um médico galego que se refugiou em Castro Laboreiro nessa altura. O local do seu refúgio foi o moinho das Coriscadas, que pertencia à sua irmã, “que morreu com 96 anos”. Os familiares deste médico levavam-lhe comida e livros. “Durante o dia saía, e à noite pernoitava no moinho.” Mas este médico foi encontrado pelas autoridades e levado novamente para Espanha. “O montão de livros que ele deixou lá!”

Agradecimento

Dra. Alexandra Cerveira Pinto Sousa Lima.

Bibliografia

ALVES, Valter (2015) – *Melgaço, entre o Minho e a Serra*. [em linha]. Melgaço.
<http://entreaminhoeaserra.blogspot.pt/> [acedido em 24.02.2015].

CARVALHO, Joaquim Ramos de; MONTEIRO, Ana Isabel Líbano (2000) – “Família”. In: *Dicionário de História Religiosa em Portugal*. Lisboa, Círculo de Leitores SA e Centro de Estudos de História Religiosa

da Universidade Católica Portuguesa, 2º Vol., pp. 239-243.

CASTRO, Joaquim Filipe Peres (2003) – “A situação política”. In: *Emigração e Contrabando*. Melgaço, Centro Desportivo e Cultural de São Paio, pp. 32-38.

CASTRO, Joaquim Filipe Peres (2003) – “A situação política”. In: *Emigração e Contrabando*. Melgaço, Centro Desportivo e Cultural de São Paio, pp. 39-52

COELHO, Maria Helena da Cruz (1990) – *As relações fronteiriças galaico-minhotas à luz das cortes do século XV*. Porto.

COSTA, Diamantino Vale (2000) – *Mães do Minho* – Câmara Municipal de Melgaço, Melgaço.

CHAVES, José Joubert (Ed.) (1911) – *Ilustração Portuguesa. Edição Semanal do Jornal o Século*. Lisboa, N.º 284, 31 de Julho de 1911.

FREIRE, Dulce; FONSECA, Inês; ROVISCO, Eduarda (2009) – *O contrabando na fronteira luso-espanhola: Práticas. Memórias E Patrimónios*. Lisboa, Nelson de Matos.

GERALDES, Alice (1996) – *Brandas e Inverneiras. Particularidades do Sistema Agro-Pastoril Crastejo*. Instituto da Conservação da Natureza, Melgaço.

GERALDES, Alice (1982) – *Castro Laboreiro e Soajo: habitação, vestuário e trabalho da mulher*. 2ª Ed. Lisboa, Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico.

GERALDES, Alice (1978) – “Castro Laboreiro: A Mulher na Vida e na Lenda”. In: *Mínia*. Braga, 2ª Série, pp. 42-64.

GONÇALVES, Albertino (2014) – *Ao Norte. Filmes do Homem*. [e-book]. Município de Melgaço. Melgaço, publiSITIO. <http://filmesdohomem.pt/doc/Filmes-do-Homem-Ebook.pdf> [acedido a 25.02.2016].

LAMAS, Maria (1948) – *As mulheres do meu País*. Lisboa, Actualis, Lda.

LIMA, Alexandra Cerveira Pinto Sousa (s.d.) – *Castro*

Laboreiro: povoamento e organização de um território serrano.

LIMA, José Rodrigues (2000) – “Novos Olhares por Castro Laboreiro”. In: *Diário do Minho – Aldeias Singulares (suplemento)*.

MARTINS, Conceição Andrade (2005) – “A Agricultura”. In: *História económica de Portugal 1700-2000*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2ª Ed., Vol. 2, pp. 219-255

POLANAH, Luis (1979a) – “Castro Laboreiro de Relance”. In: *Minia*. Braga, 2ª Série, pp. 199-221.

POLANAH, Luis (1979b) – *Economia Familiar e estratégia de casamento em Castro Laboreiro*. Braga: Universidade do Minho.

POLANAH, Luis (1987) – *Comunidades Camponesas no Parque Nacional da Peneda-Gerês*. 2ª Ed., Lisboa, Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico.

RIBEIRA, José Joaquim (2006) – *Melgaço. Minha Terra – Minha Gente. Histórias de um Marinheiro*. Melgaço: Câmara Municipal de Melgaço.

ROCHA, J. Marques (2009) – *Contrabando nas raías do Alto Minho*. Melgaço, Câmara Municipal de Melgaço.

RODRIGUES, Samuel (2000) – “Matrimónio”. In *Dicionário de História Religiosa em Portugal*. Lisboa, Círculo de Leitores SA e Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, 3º Vol., pp. 178-180.

VASCONCELOS, J. Leite de (1904-1916) – “Excursão a Castro Laboreiro”. In: *Revista Lusitana*. Lisboa: Tipografia Sequeira, pp. 270-280.

VIANA, Pedro (1999) – *Território, Povoamento e Construção Manual, Para as regiões do Parque Nacional Peneda Gerês*. Edição Adere, Adere Peneda Gerês.

VIEIRA, Carlindo (1993) – *A Casa Rural Minhota*. Edição de Autor, Viana do Castelo.

ARQUEOLOGIA E HISTÓRIA



ALTER DO CHÃO

FOI CIDADEMUITO OPPULENTA NA ANTIGUI
DADE OS ROMANOS AFUNDARAM PELOS AN
NOS DO MUNDO 3800 (204 ANTES DE JESUS CHR
ISTO) OUTROS A SUPPÕEM FUNDACO MUIT
O MAIS ANTIGA (DO TURDULOS OU DOS CEL
TAS) E QUE OS ROMANOS SÃO A AMPLIAR E A
FORMOSEAR COM TEMPLOS E EDIFÍCIOS